



Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Política Social

**NA RODA DOS DIREITOS: O AGENDAMENTO PÚBLICO DA CAPOEIRA (2003-  
2010)**

Fábio de Assis Gaspar

Brasília

2012

Fábio de Assis Gaspar

**NA RODA DOS DIREITOS: O AGENDAMENTO PÚBLICO DA CAPOEIRA (2003-  
2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília como parte dos pré-requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Política Social

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Pinto Leal

Brasília

2012

Fábio de Assis Gaspar

**NA RODA DOS DIREITOS: O AGENDAMENTO PÚBLICO DA CAPOEIRA (2003-  
2010)**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lúcia Pinto Leal (Orientadora – Membro interno – SER-UnB)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria Auxiliadora César (Titular – Membro interno – SER-UnB)

---

Prof. Dr. José Luiz Cirqueira Falcão (Titular – Membro externo – FEF-UFG)

---

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima (Suplente – Membro interno – SER-UnB)

## AGRADECIMENTOS

Iê viva meu Deus, camará! Como é bom perceber que durante todo o período do mestrado e anterior a seu ingresso pude contar com muitas pessoas queridas que me ajudaram e me apoiaram na causa.

Agradeço a minha família, meus pais Amélia e Paulo, minhas irmãs Thaís, Larissa e Bárbara que tanto me ajudaram e foram tolerantes comigo, principalmente neste período que estive envolvido no mestrado. A meu primo Juliano, que quando preciso sempre me deu uma força quando minha ignorância informática falava mais alto.

A Tula Lopes, minha namorada, pela sua atenção e carinho desmedidos... depois do mestrado retribuirei dobrado, viu?

Aos amigos que fiz na educação física, na capoeira e “por aí”: Pamplona, Karina, Jaciara, Thaísa, Tatu, Zé Montanha, Daniel, Seu Paulo, Pedrão, Gugu, Mustafa, Julim, Dani, Lucimar, Luma, Manu, Vitinho, Bruninho, Índio, Tulião, Cançado, Bisnaga, Felipe, Ernesto, David Pode crer, Caroço, Riscado, Chicão, Marília (muito obrigado pelas leituras!), Piolho, Sírio, Alessandra Lima (que me guiou no caminho das pedras dos documentos, valeu demais!), Júlia Capute, Rafilks, participantes da pesquisa. Através deles pude compartilhar aprendizados, questionamentos e diversões onde a capoeira sempre esteve “por ali”. Aos colegas do Violes e da turma da Pós-Graduação, em especial o “núcleo duro” que não vacila e mantém o horizonte da luta da classe trabalhadora presente. Aos amigos da história solidários as “correrias” das etapas da escrita junto de outros compromissos acadêmicos, como por exemplo, o de fazer o curso de história. Aos amigos do trabalho do CRAS-Fercal e do Centro de Convivência de Sobradinho, que não poucas vezes “seguraram a onda” no trabalho... só o ouro! Aos amigos do movimento estudantil com os quais aprendi a lutar e de que “é preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê”.

Ao Movimento Estudantil de Educação Física que me oportunizou a formação humana e política, fundamentais para o entendimento que não basta só interpretar, mas transformar a realidade.

A minha orientadora Maria Lucia “Baiana”, pela orientação atenta e pelo exemplo de militância e compromisso docente na universidade.

Ao mestre Luiz Renato pela solicitude e por ter me possibilitado participar da disciplina “Capoeira: cultura, patrimônio e identidade” por ele ministrada no departamento de pós-graduação em História Comparada do IFCS-UFRJ. Ali, ao lado de vários capoeiras pude adquirir conhecimentos que me “abriram a cabeça”, sem contar a estada no Rio que me oportunizou vivências “sui generis” no Morro do Vidigal... valeu mestre!

Ao mestre Onça pelos conhecimentos e incentivos constantes.

Ao mestre Falcão pela camaradagem, pelos conselhos feitos para a realização deste trabalho e pela prontidão em aceitar os convites da qualificação e da defesa.

Ao professor Newton Gomes, pelas contribuições feitas na qualificação e pelo incentivo dado para a escrita da dissertação.

A professora Maria Auxiliadora, por ter aceitado o convite para participar da banca e pelas contribuições feitas.

A Dr<sup>a</sup> Aline, advogada que acreditou na causa e foi determinante para conseguir a licença para os estudos e consequentemente, começar e terminar o mestrado.

A Domingas, secretária da Pós-Graduação do Departamento, sempre solícita e paciente com as minhas “correrias”... se no ingresso para a pós foi assim, por que não no final?

Ao camarada que na oportunidade de furtar minha mochila com meu *notebook* quando estava mais ou menos na metade do curso, deixou o caderno com minhas importantes anotações.

A todos, aquele abraço! Vem jogar mais eu!

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Paulo (*in memoriam*) e Amélia, trabalhadores, professores, os quais assim como milhões que lecionaram e ainda lecionam, muito fizeram pela Educação e pouco reconhecimento obtiveram dos governantes deste país.

## RESUMO

Este estudo trata da análise das políticas voltadas para a capoeira implementadas pelo Ministério da Cultura (MinC) durante o período que envolve as duas gestões do governo Lula, especificamente do agendamento público da capoeira dentro do universo das políticas culturais. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos que orientam este estudo para uma análise crítica compreende que as políticas culturais representem uma das dimensões das políticas sociais, as quais, por sua vez, no campo das tensões entre Estado e sociedade, devem se constituir com referência aos direitos sociais universais no atendimento das necessidades humanas básicas como contraponto à interferência do capital na formulação das políticas sociais. Assim, considera-se a capoeira como uma expressão da consolidação dos direitos sociais e culturais, e sob esta perspectiva buscou-se compreender quais os avanços e limites presentes no seu agendamento público. A partir das reflexões suscitadas, problematizam-se algumas questões: (1) que o agendamento público da capoeira se torna resultado das mudanças políticas originadas a partir da ascensão do governo PT/aliados ao poder, bem como de uma maior institucionalização da pasta cultural na gestão federal que garantiu uma compreensão ampliada do conceito de cultura; (2) entretanto, esse agendamento da capoeira no âmbito do poder público se apresenta contraditório, visto que a construção dos direitos sociais pela ação das políticas sociais resulta em ganhos diminutos aos sujeitos das ações quando se compreende a efetivação desses direitos no atendimento das necessidades humanas; (3) tal situação é possibilitada tendo em vista uma organização estatal que visa atender às reivindicações advindas dos movimentos sociais sem se desatrelar dos preceitos neoliberais.

**Palavras-chave:** capoeira; políticas sociais; direitos sociais; direitos culturais; necessidades humanas.

## ABSTRACT

This study deals with the analysis of policies directed to capoeira implemented by the Ministry of Culture (MinC) during the period involving the two Lula governments, specifically, the public schedule of capoeira within the realm of cultural policies. The historical theoretical and methodological foundations that guide this study to a critical analysis, understand that cultural policies represent one dimension of social policies, which, in turn, in the field of tensions between state and society should be constituted with reference to the universal social rights in meeting the basic human needs as opposed to the interference of the capital on social policies formulation. Thus, it is capoeira as an expression of cultural social rights consolidation, and from this perspective found it to understand what are the advances and limitations present in its public schedule. From the reflections raised it discusses a few questions: (1) that the capoeira's public schedule becomes result of political changes arising from the rise of PT government / allies to power, as well as from a greater institutionalization of the cultural folder on federal management that assured an expanded understanding of the concept of culture, (2) However, this capoeira's schedule under the government it seems contradictory since the construction of social actions for social policies, results in diminished earnings to the responsible for actions when understands the effectuation of these rights in meeting of human needs, (3) This situation is made possible in view of a state organization that aims to meet the demands arising from the social movements without unleashing of neoliberal precepts.

Keywords: capoeira; social policy; social rights; cultural rights; human needs.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Reunião de fundação do Partido dos Trabalhadores .....	97
Figura 2: Marcha dos 100 mil a Brasília .....	101
Figura 3: Documentário mestre bimba .....	134
Figura 4: Documentário Brasil Paz no Mundo .....	136
Figura 5: Edital Capoeira Viva.....	139
Figura 6: Documento de autoria da deputada federal Alice Portugal.....	141
Figura 7: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.....	147
Figura 8: Selo Comemorativo “Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira” ....	151
Figura 9: Convite Encontros Pró-Capoeira .....	156
Figura 10: Manifesto da Bahia .....	175

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Programas, ações e atividades .....	120
Quadro 2: Projetos conveniados .....	126

## **LISTA DE SIGLAS**

ABADA – Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte – ABADA - Capoeira

AGU – Advocacia-Geral da União

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBP – Confederação Brasileira de Pugilismo

CECA – Centro Esportivo de Capoeira Angola

Ceterp – Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto

CNB – Construindo um Novo Brasil

CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural

CONFED – Conselho Federal de Educação Física

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CREF – Conselho Regional de Educação Física

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DRU – Desvinculação de Receitas da União

FCP – Fundação Cultural Palmares

FUJB – Fundação Universitária José Bonifácio

GCAP – Grupo de Capoeira Angola Pelourinho

GTPC – Grupo de Trabalho Pro-Capoeira

Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Nacional

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

Loas – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MinC – Ministério da Cultura

MMA – *Mixed Marcial Arts*

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MS – Movimentos Sociais

Munic – Perfil de Informações Básicas Municipais

ONGs – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PAG – Plano de Ação de Governo

PBF – Programa Bolsa Família

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PGF – Procuradoria-Geral Federal

PL – Partido Liberal

PL – Projeto de Lei

PPC – Programa Petrobras Cultural

PRB – Partido Republicano Brasileiro

Pronsic – Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira

ProUni – Programa Universidade para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

SFC – Sistema Federal de Cultura

SID – Identidade e Diversidade Cultural

SIIC – Sistema de Informações e Indicadores Culturais

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS SOCIAIS: O TERRENO PISADO PELA CAPOEIRA.....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Políticas sociais, suas origens e suas possibilidades nos marcos da sociedade do capital .....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 Direitos sociais e o atendimento das necessidades humanas .....</b>	<b>38</b>
<b>1.3 Cultura, políticas culturais como política social garantidora de direitos sociais ..</b>	<b>46</b>
<b>CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CAPOEIRA.....</b>	<b>53</b>
<b>2.1 Percursos históricos.....</b>	<b>53</b>
<b>2.2 As primeiras pernadas... ou cabeçadas .....</b>	<b>55</b>
<b>2.3 Escravizados nos setecentos: explosão demográfica negra.....</b>	<b>57</b>
<b>2.4 Capoeira: sinônimo de subversão .....</b>	<b>61</b>
<b>2.5 Ocupando a cidade: maltas de capoeira .....</b>	<b>64</b>
<b>2.5 A capoeira não é só aqui... ou ali .....</b>	<b>67</b>
<b>2.6 Primeira República: fim da linha? .....</b>	<b>70</b>
<b>2.7 A fase moderna da capoeira .....</b>	<b>72</b>
<b>2.8 Capoeira e os desígnios da contemporaneidade: momentos de síntese e contradição.....</b>	<b>84</b>
<b>CAPÍTULO 3 – A CAPOEIRA NO GOVERNO LULA: NOS CAMINHOS DA CULTURA .....</b>	<b>93</b>
<b>3.1 A vitória do projeto PT/aliados e a era Lula: um governo para chamar de seu? .</b>	<b>93</b>
<b>3.2 Contra os fatos... o neoliberalismo limitante.....</b>	<b>104</b>
<b>3.3 A pasta cultural: refazendo tudo?.....</b>	<b>111</b>
<b>CAPÍTULO 4 – CAPOEIRA, EXPRESSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: POSSIBILIDADES DO SEU AGENDAMENTO .....</b>	<b>119</b>
<b>4.1 Ações e programas do MinC para a capoeira.....</b>	<b>120</b>

<b>4.1.1 O Programa Nacional e Mundial para a Capoeira: promessas e expectativas.</b>	<b>121</b>
<b>4.1.2 Edital para a capoeira: na esteira do programa Cultura Viva .....</b>	<b>125</b>
<b>4.1.3 Agora vai? Duas edições para o Capoeira Viva.....</b>	<b>127</b>
<b>4.1.4 Capoeira: patrimônio cultural imaterial brasileiro .....</b>	<b>139</b>
<b>4.1.5 Responsabilidade definida: agora é com o IPHAN .....</b>	<b>150</b>
<b>4.1.6 IPHAN e GTPC: mãos à obra .....</b>	<b>154</b>
<b>CAPÍTULO 5 – AVANÇOS NOS LIMITES, LIMITES NOS AVANÇOS.....</b>	<b>159</b>
<b>5.1 Capoeira e capoeiras: portadores de direitos?.....</b>	<b>160</b>
<b>5.2 Financiamento público da capoeira .....</b>	<b>171</b>
<b>5.3 Sociedade civil capoeirana, controle social e as ações do MinC.....</b>	<b>173</b>
<b>5.4 A capoeira: menina dos olhos? .....</b>	<b>176</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>178</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>181</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>184</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve como foco de investigação a capoeira. Dentre os mais diversos campos que levam a tratá-la como objeto de pesquisa, objetivou-se aqui o campo das políticas públicas e, de maneira mais precisa, as políticas sociais.

Compreende-se que falar de capoeira na contemporaneidade seja uma tarefa delicada, uma vez que essa prática mundializada ganha contornos diversificados, devido às inúmeras formas pelas quais o jogo é praticado, pelas relações sociais estabelecidas, pela própria mundialização e popularização desse fenômeno cultural, e pelos diversos focos de análise. Contudo, pontua-se que o desafio é um dos estímulos para a produção acadêmica, no intuito de desvelar o aparente e, nesse ínterim, a objetividade científica se torna um bom delimitador do que é pretendido e do que é possível ser feito em uma investigação.

Para este trabalho, os desafios, ou melhor, os estímulos pontuados inicialmente abrangeram algumas dimensões. Um primeiro apontamento residiu na produção acadêmica relativa à capoeira. Embora possa pairar uma condição exótica sobre o estudo da capoeira, considera-se hoje a existência de uma produção razoável sobre o tema, verificada por meio dos inúmeros de trabalhos *stricto sensu* produzidos no Brasil.<sup>1</sup> Contudo, se atenção for dada a trabalhos de especialização, artigos científicos, livros e publicações externas ao país, o espectro de análise se amplia consideravelmente, sendo difícil mensurar a quantidade de obras que tratam da capoeira. Pode-se encarar que este, há muito tempo, deixou de ser um tema exótico, para academia, prescindindo atenção maior do pesquisador à escrita dessa produção acadêmica e a impossibilidade de se escrever sem uma consulta atenciosa.

Um segundo apontamento foi a dimensão multidisciplinar de se pesquisar sobre a capoeira. Recorrendo ao banco de teses do sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),<sup>2</sup> verifica-se a defesa das dissertações e teses nos mais variados departamentos: por todo o Brasil, concebem-se produções em departamentos de História, Artes, Educação, Educação Física, Antropologia, Sociologia Psicologia, Música, Administração, Letras, Direito, Comunicação, evidenciando como a capoeira tem diversos

---

<sup>1</sup> Conforme consulta ao trabalho realizado por Falcão et al. (mimeo), que catalogou todas as teses/dissertações de 1980 a 2006 e ao banco de teses da Capes, pesquisando o assunto “capoeira” identificam-se 159 trabalhos produzidos no Brasil, na modalidade *stricto sensu*, que se referem à capoeira como objeto de análise. O banco de teses da Capes tem catalogado todos os trabalhos em nível de mestrado, doutorado e profissionalizante de 1987 a 2011. A consulta obteve 647 resultados. No entanto, após verificação dos resumos, foram encontradas 159, as quais tratavam a capoeira como objeto de análise e manifestação cultural de uma luta/dança/jogo.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=&tipoPesqAutor=T&assunto=capoeira&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqles=T&nivel=&anoBase=>>.



pontos de partida para serem analisados, atentando, inclusive, que seja improvável que um trabalho “desmembre” a capoeira completamente; ela reúne todas as possíveis dimensões de análise citadas, e, apesar das delimitações dos programas de pós-graduação, um recorte de estudo não deve impedir correlações, sobretudo por sua condição histórica.

Um terceiro ponto estimulador refere-se à temática de investigação deste trabalho: políticas sociais. Notam-se, em meio à assertiva condição da capoeira como objeto de estudo, poucos trabalhos que se atenham à investigação das políticas públicas, quiçá as políticas sociais referentes a essa manifestação. O que poderia ser paradoxal, no entanto, reflete as condições concretas de um Estado brasileiro, tímido quanto à implementação de políticas voltadas para a área. Acredita-se que o contexto possa se alterar significativamente com as ações recentes, localizadas com o início da gestão federal do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados, que já se encontra em seu terceiro mandato consecutivo.

Atendo-se ao âmbito federal, por intermédio do Ministério da Cultura, novos caminhos foram traçados no campo institucional para a capoeira mediante ações, como os programas Capoeira Viva, Viva Meu Mestre, o registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial e as conferências iniciais do Pró-Capoeira. Compreende-se que outras experiências teriam sido realizadas em âmbito estadual e municipal (e também federal), contudo opta-se em investigar ações comprometidas com políticas abrangentes nacionais, e que apresentam atualmente uma condição ímpar de análise, em que o Estado, como ente federal, implementa ações direcionadas para a capoeira.

Um quarto ponto estimulador foi compreender as proximidades ainda não sistematicamente evidenciadas pela academia entre as políticas culturais e as políticas sociais. Entende-se que as políticas culturais devem ser percebidas como universo das políticas sociais e garantia de direitos sociais por meio da promoção das manifestações artísticas, da preservação da diversidade cultural, da valorização do saber popular, da apropriação do conhecimento sobre a diversidade cultural do Brasil e do mundo, da democratização do acesso, preservação dos bens materiais e imateriais produzidos pela humanidade. Em uma sociedade capitalista, na qual a “mercadorização” da cultura ganha feições conjunturais, chegando a representar, na principal economia mundial, cerca de 11% do PIB,<sup>3</sup> considera-se que as tensões entre Estado e sociedade e entre capital e trabalho para o atendimento das necessidades humanas – marco para análise de políticas sociais –, também se fazem presentes no campo da cultura nas construções das ações governamentais. Compreende-se ainda que as

---

<sup>3</sup> Sob a designação de “indústria criativa”, foi verificado em estatística de 2008 que os Estados Unidos tinham 11,12% do PIB destinado ao setor (BARROS, 2009).

políticas culturais aproximam o direito à cultura, a ações universalizantes, apesar de se verificar, neste trabalho que a política cultural de maneira geral, se efetiva a partir de ações focalizadas.

Como último estímulo, e em consonância com a discussão acima colocada, notou-se a responsabilidade de tratar, talvez de maneira pioneira, a capoeira como objeto de pesquisa de um Programa de Pós-Graduação em Política Social, oportunidade que se coloca a fim de ampliar o entendimento acerca das áreas de intervenção e pesquisa das políticas sociais. A realidade dinâmica e contraditória apresenta velhas e novas demandas, e a capoeira e os direitos culturais vêm se somando às demandas da sociedade no atendimento às suas necessidades por meio da garantia dos direitos sociais.

Observando as determinações mais próximas à história do pesquisador, este estudo foi construído a partir das demandas de quem participa, de alguma maneira, do universo da capoeira. Como tem sido recorrente nos trabalhos sobre o assunto, em que boa parte das pesquisas tem sido realizada por seus praticantes, concebe-se este trabalho como fruto desse processo. Participando desse universo, ainda que de maneira inicial, manifestam-se inquietudes diante da realidade vivenciada.

Os questionamentos são de diversas ordens, e compreende-se que, ao se tratar de um espaço de pesquisa, observam-se diversas possibilidades de problemas diante de um único objeto. Não obstante, atentou-se em construir um trabalho que vise contribuir para a sociedade no intento de fomentar o debate contemporâneo acerca da relação (conflituosa) entre o Estado e os capoeiras.<sup>4</sup>

Definindo o problema atenta-se a capoeira e sua interface com o poder público, na gestão federal do governo PT/aliados, com um recorte que vai de 2003 a 2010. A intenção do estudo é investigar como o agendamento público da capoeira a coloca e a aproxima no universo da democratização da cultura como uma decorrência da garantia de direitos sociais.

Os objetivos deste trabalho assentaram-se em fundamentar o debate acadêmico articulado com a comunidade capoeirana, sobre as condições (históricas, políticas, sociais) do

---

<sup>4</sup> Para designar o praticante da capoeira, opta-se pelo termo “capoeira” por compreender que este possa ser uma denominação melhor apropriada em virtude do termo capoeirista, que passaria a ser utilizado a partir de meados do século XX como forma de garantir ao praticante maior *status* social, por meio da condição de esportista (ARAÚJO, 2008), substituindo a designação anterior juntamente com a neutralização do passado que ligara o capoeira ao seu mundo cotidiano, marcado pela desordem, malandragem e fruição. Concorde-se com o posicionamento de Falcão (2004) que opta pelo termo capoeira “[...] em detrimento do termo capoeirista, por entendermos que o primeiro tem, na cultura, o seu campo privilegiado de ação, como que o termo capoeirista nos sugere uma intervenção mais específica, mais especializada, típica do (a) especialista. (p. 24).

agendamento da capoeira pelas políticas públicas na conjuntura do governo PT/aliados. A proposta seria baseada ainda em observar as tensões entre Estado e sociedade na execução de políticas sociais; identificar os protagonistas das políticas, possíveis disputas do mundo capoeirano na execução das políticas e as possibilidades construídas com as ações concretizadas.

As hipóteses são circundadas nos limites em que a influência neoliberal pode impactar na execução de políticas públicas de um Estado já limitado pelos ditames da sociedade do capital. Compreende-se que a capoeira como fenômeno histórico tem a marca da provisoriedade, e seu agendamento suscita um horizonte de maiores possibilidades na garantia de direitos sociais do que o atual contexto contraditório das políticas sociais conseguiu alcançar.

Este trabalho, baseado em procedimentos qualitativos, propôs-se a um estudo específico acerca das políticas sociais sobre a capoeira, observando as mediações entre Estado e sociedade. O referencial teórico metodológico se apoia na concepção histórico-estrutural, compreendendo que as condições colocadas à realidade, bem como seus fenômenos, precisam ser compreendidos além de suas manifestações aparentes; necessitam ser investigados em uma relação dialética entre história e concreticidade para que o universo investigado não seja analisado sob uma condição abstrata (FRIGOTTO, 1989). Nessa relação com o objeto, o pesquisador nunca o entende sob uma condição estática – o fenômeno está em constantes sujeições à realidade, sua investigação nunca está acabada e busca-se realizar aproximações sucessivas ao objeto.

Como ferramentas de análise, buscou-se: articular pesquisa bibliográfica referente às políticas sociais, políticas culturais e capoeira; análise documental, buscando todos os documentos públicos para as ações do Ministério da Cultura para a capoeira, além de todas as notícias do período divulgadas pelo portal virtual do Ministério; questionário entre sujeitos envolvidos pelas ações do Estado.

Uma das principais ferramentas de acesso aos dados refere-se à utilização da *internet*. Por esse meio foi possível ter acesso a boa parte dos documentos utilizados, bem como das notícias relativas às ações do Ministério voltadas para a capoeira. Catalogaram-se, ao todo, 98 notícias que tinham a capoeira como conteúdo, sendo que dessas 87 eram relativas às ações específicas do Ministério. Quanto aos questionários, a intenção foi coletar pontos de vista variados acerca dos envolvidos com o agendamento público. Coletou-se um questionário atribuído aos gestores do Ministério envolvidos com a capoeira; quatro questionários relativos aos participantes das ações do MinC; dois questionários relativos à sociedade civil. Todos os

questionários foram identificados a partir de uma letra e um número como forma de preservar a identidade dos sujeitos, sendo que, quando ocorresse mais de um questionário ao campo selecionado, este seria identificado com uma numeração sequencial. Dessa forma, obteve-se: G1 (gestor), P1, P2, P3 e P4 (participantes), E1, E2 (entidades da sociedade civil). Apenas as entidades tiveram seus nomes divulgados por entendê-las como “habitantes” públicas da sociedade civil da capoeira<sup>5</sup>. A todos os participantes da pesquisa também foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido, como forma de permitirem a utilização de seus depoimentos e consentirem com o método utilizado.

Buscou-se com os questionários obter uma leitura diversificada dos sujeitos que compõem o mundo capoeirano, almejando, assim, fazer com que os produtores da capoeira pudessem ter sua “voz escutada”, ainda que esse objetivo não buscasse, a partir do universo amostral deveras limitado, gerar generalizações aparentes do campo da sociedade civil ao qual pertencem. Contudo, entre o almejado e o obtido, gera-se uma distância considerável, que se materializa entre os questionários entregues e os questionários respondidos. Dessa maneira, relata-se que no âmbito das entidades não foi possível obter o relato de uma maior número de grupos, bem como das federações, importante espaço de organização dos capoeiras, apesar das tentativas realizadas. Coletou-se, portanto, questionários de grupos de capoeira com inserção em Brasília-DF (um grupo com inserção regional e um com abrangência internacional, sendo a resposta de seu representante adstrita apenas a realidade regional do grupo). Quanto aos participantes, privilegiou-se os sujeitos partícipes dos Encontros Pro-Capoeira por entender que as respostas pudessem oferecer uma opinião mais abrangente do agendamento público, já que os Encontros seriam uma das últimas ações do Ministério durante o governo PT/aliados. Nessa direção, foram coletados dois questionários de capoeiras de Brasília (um mestre e um professor) que participaram do encontro que abrangeu as Regiões Norte e Centro-Oeste e dois de Salvador (um mestre e um contramestre) que participaram do encontro que abrangeu a Região Nordeste.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, observa-se que a investigação oferece importantes descobertas às particularidades do fenômeno, articuladas com outras dimensões da realidade. A pesquisa tem natureza descritiva e busca captar a essência do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987). Considera-se nesta pesquisa a proximidade com Triviños que compreende

---

<sup>5</sup> Grupo “Capoeira Mata Verde” e “Grupo Cordão de Ouro” – Brasília-DF.

a pesquisa qualitativa, de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as conseqüências que terão para a vida humana (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

Trata-se de articular os diversos registros feitos entre teoria, que envolve a discussão entre capoeira, política social e cultura, e Estado a partir das suas ações e manifestações da sociedade civil.

As políticas sociais apresentam diversas formas de análise. Considerando as opções feitas neste estudo, que não expõem somente o tema, mas visões de mundo e ser humano, entende-se que a técnica de pesquisa também reflete essas opções. A investigação realizada buscou consonância com as orientações salientadas por Boschetti (2009), que a partir de uma leitura conjuntural, da realidade e da natureza do Estado capitalista organiza uma análise sobre as políticas sociais.

É possível sinalizar alguns aspectos que constituem elementos empíricos de análise para delineamento do quadro institucional que conforma a política ou programa social avaliado: 1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil) (BOSCHETTI, 2009, p. 11).

A partir dessa referência, foi realizada a análise do agendamento público da capoeira, função que seria construída a partir do cruzamento de informações, buscando associar os dados coletados à teoria.

Organiza-se o texto deste trabalho em cinco capítulos. O capítulo 1 destinou-se a compreender explicar a partir de quais conjunturas a capoeira chega à condição de política cultural. Cabe nessa etapa tratar das necessidades humanas, políticas e direitos sociais, cultura e direitos culturais e sua interface com a capoeira.

O capítulo 2 visou tratar como vem se constituindo o fenômeno capoeira; buscando sua concreticidade, entende-se que é necessário investigar sua história, e o recurso utilizado foi uma leitura a partir da historiografia, atentando-se a sua relação com o Estado. Abrangeram-se os seguintes assuntos: a virada do séc. XVIII para os oitocentos, onde se observam as primeiras evidências de sua prática e as primeiras medidas governamentais para o enfrentamento aos capoeiras; a primeira grande expansão da capoeira e o processo de criminalização sendo relevante o início do regime republicano; as iniciativas esparsas de

reconhecimento a partir da década de 1930; e segunda grande expansão da capoeira e sua esportivização; o contexto atual (3ª grande expansão), no qual a capoeira ganha o mundo na esteira das tensões entre o mundo do trabalho e o mercado, vindo a se tornar uma das expressões da cultural brasileira mais conhecidas em todo o mundo além do reaparecimento do Estado como articulador dos anseios dos capoeiras.

O capítulo 3 destinou-se a gestão do governo PT/aliados e a pasta cultural no âmbito dos dois mandatos do presidente Lula. Interessa-se tratar nesse capítulo sobre qual paradigma teórico/político predominante se organizou a gestão de Lula e qual o impacto dessa dimensão no Ministério da Cultura a partir das formulações e ações do Ministério.

No quarto capítulo objetivou-se explicar quais ações foram realizadas para a capoeira no âmbito do MinC. A partir do desenrolar dos fatos, buscou-se uma dimensão mais descritiva das ações que envolveram os oito anos de gestão com a proatividade do alto escalão do MinC, sobretudo do ministro Gilberto Gil e, posteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN).

Por último, o quinto capítulo visou sistematizar as análises do estudo articuladas às colocações realizadas ao longo do texto. Nessa análise dos dados, apontam-se os parâmetros legais e os direitos em questão, a ação dos gestores, as mudanças da capoeira na agenda pública, a execução e os fundamentos da política, a participação da sociedade civil e o controle social. Em seguida, apresenta-se as considerações finais.

A capoeira é um objeto rico: do mítico ao científico, da ludicidade à esportivação, da conformidade à resistência, do crime ao patrimônio, da pobreza à riqueza... Tratando de condições históricas e contemporâneas, uma das primeiras afirmações que podem ser feitas para este trabalho é a condição contraditória que a realidade apresenta, a qual a capoeira não está dissociada. Em um arranjo dialético, a capoeira transita em polos, revelando antagonismos inerentes à sociedade atual. Os antagonismos permeiam as relações sociais e também vão estar presentes na formulação de projetos políticos sobre a capoeira.

## CAPÍTULO 1 – POLÍTICAS SOCIAIS: O TERRENO PISADO PELA CAPOEIRA

O agendamento público da capoeira, realizado durante a gestão do governo PT/aliados, foi uma tarefa encampada pelo Ministério da Cultura (MinC), sendo, portanto, uma ação na esfera das políticas culturais. Tal “localização” pode ser compreendida como um acompanhamento de uma tendência da capoeira do final do século XX, em que seus agentes “voltaram a preferir os tambores trançados com grossas cordas de sisal. É nessa perspectiva – como cultura, e não como modalidade esportiva – que a capoeira ganha o mundo nos anos 1990” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 2006, p. 12). Entre suas várias faces, a capoeira tem sido compreendida até como forma de síntese, como uma expressão cultural, não se limitando a um entendimento como uma arte marcial ou uma luta, o que poderia vinculá-la ao fenômeno esportivo e à pasta de esportes.<sup>6</sup>

A capoeira, ao longo de sua história, transitou, no Estado, da esfera judicial para a educativa e esportiva, e está se assentando na esfera cultural. Durante os dois mandatos do presidente Lula, que significaram no MinC dois ministros – Gilberto Gil (2003-2008) e Juca Ferreira (2008-2010) – a pasta cultural se comprometeu de maneira peculiar com a capoeira, além de ser um momento em que a cultura, como política de Estado, passou a ganhar mais notoriedade e relevância no contexto político e perante a sociedade.<sup>7</sup>

Considera-se importante, nesse processo, focar as políticas culturais como uma esfera das políticas sociais, uma vez que se compreende a cultura como uma das dimensões da constituição de direitos sociais básicos e um dos elementos ontológicos dos seres humanos. Muito embora o conceito de cultura tenha se reformulado e ampliado nessa gestão, a busca de um conceito ampliado de cultura para a formulação de políticas talvez pudesse significar a centralidade de todas as ações governamentais em uma pasta. Atentando-se às especificidades

---

<sup>6</sup> Compreende-se que, embora a capoeira seja tributária dos valores do esporte de alto rendimento, isso não significa que ela possa ser considerada um esporte *sui generis*. O esporte tem uma dimensão de grande relevância no mundo capoeirano contemporâneo, concentrando esforços de capoeiras em códigos de regras, na realização de campeonatos intragrupo e abertos em etapas regionais, nacionais e internacionais, além da mobilização dos organizadores da capoeira em prol de promovê-la como esporte olímpico, como consta nas deliberações dos “Encontros Pró-Capoeira” (IPHAN, 2011). Apesar dessa realidade, observa-se que essa dimensão não é consenso, e há desconfiança quanto à sua hegemonia indica a necessidade de maiores aprofundamentos quanto ao tema. O que se depreende empiricamente ao observar a realidade é que se o “casamento” da capoeira com o esporte tem sua concreticidade, o “divórcio” entre a capoeira e a cultura não tem entrado na pauta das ações dos capoeiras (inclusive entre os organizadores da capoeira como esporte).

<sup>7</sup> Além das ações relacionadas à institucionalização da cultura como responsabilidade e deveres do Estado, como sinalizou o período do governo Lula, a nomeação do ministro Gilberto Gil, uma das maiores expressões da música brasileira na contemporaneidade, não deixa de conferir à pasta maior expressão simbólica na cena política brasileira, ainda que, concretamente, algumas problemáticas das políticas públicas do acesso à cultura não tenham se alterado substantivamente, como será tratado no capítulo 3.

dessa pasta, compreende-se que as políticas culturais tenham como eixo a promoção das ações artísticas, a universalização do acesso à cultura nas mais variadas áreas, a preservação dos bens culturais, a valorização dos diferentes modos de viver, dos costumes e saberes consubstanciados de historicidade, que revelam a diversidade e o protagonismo dos sujeitos e os grupos com os quais se identificam na preservação de uma tradição<sup>8</sup> com grande valor para determinado grupo social. Nesse sentido, é relevante pensar que

No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos. Assim, se de um lado se rechaçam as iniciativas que favorecem a “cultura oficial”, a imposição de uma visão monopolizada pelo Estado do que deva ser cultura brasileira, por outro, não se pode eximir o Estado de prover esse direito social, de estimular e animar o processo cultural, de incentivar a produção cultural, sem interferir no processo de criação, e preservar seu patrimônio móvel e imóvel (SIMIS, 2007, p. 135).

Compreende-se que essa condição se direciona a todo o conjunto de seres humanos, fazendo parte do processo de sua humanização, considerando que cada membro de uma determinada coletividade seja portador de cultura<sup>9</sup> e culturas.

Contudo, compreendendo a vida mediante a organização social do capital, sistema voltado para o lucro, para a defesa da propriedade privada e para a primazia do mercado na regulação da vida social, observa-se que a cultura sofre sua interferência a partir de algumas práticas, como a privação de acesso a determinados bens culturais, bem como sua produção; a supervalorização de determinadas práticas e sujeitos, tornando apreciadores em fãs passivos e consumidores potenciais, fato que se liga à mercadorização, a qual trata o acesso à cultura por meio da esfera privada e do consumo; a desvalorização de determinadas manifestações que têm suas práticas relegadas a “guetos” e ao esquecimento diante da falta de apoio e de garantias básicas das necessidades humanas.

Entende-se que a dimensão da cultura para a formulação de políticas tenha uma relação com a construção da emancipação humana e se relaciona com a constante recriação

---

<sup>8</sup> Compartilha-se do entendimento de que a tradição, que remete à conservação de uma produção humana do passado, não deixa de ser construída por sujeitos históricos, os quais estão permeados por novas conjunturas e determinações, fazendo com que a preservação de uma dada produção humana seja reinventada constantemente.

<sup>9</sup> Nessa perspectiva, considera-se errônea a utilização dos termos “culto” e “inculto” para qualificar e desqualificar pessoas.



das potencialidades humanas em uma ação ilimitada. Compreende-se que essa condição, se existente nessa realidade conjuntural, está possibilitada a um universo reduzido de pessoas.

O contexto que cria tensões entre seus sujeitos tem o Ministério da Cultura como um dos principais agentes e com a função de representar o Estado para regular, a partir das estratégias utilizadas, as ações culturais no país. Não obstante, as possibilidades e limitações para a formulação das políticas culturais são de diversos ordenamentos, estão para além da competência da pasta e vão dos marcos legais, orçamento, até a concepção de cultura, ser humano e sociedade, que fazem parte do projeto de governo.

A cultura como política tem possibilidade de realizar interface com várias pastas, com profunda ligação entre educação, lazer (com suas políticas formuladas dentro do Ministério do Esporte), relações exteriores, comunicação, entre outros. A relação com a educação talvez seja a mais íntima, uma vez que, desde as primeiras formulações sobre os sistemas educacionais no Estado moderno no século XIX, a busca por uma cultura nacional e sua transmissão nos meios escolares seria de grande relevância para a construção das nações e seus Estados (HOBSBAWM, 2005).

No Brasil, observando as políticas para a cultura a partir de Vargas, a cultura era uma ação do Ministério da Educação e Saúde, na qual esta não seria tratada como principal atividade da pasta, embora tivesse papel significativo na manutenção do regime, pelo trato educativo e ideológico. Posteriormente, na segunda estada de Vargas na presidência, com o desmembramento da Saúde, a Cultura foi “promovida” sendo parte do nome do Ministério, tornando a sigla do Ministério Educação como MEC, quando da criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953, o que não representou mudanças significativas no campo. Embora a proximidade com a Educação tenha sido construída ao longo dos séculos XIX e XX, fazendo com que as pastas se juntassem, dependendo da época e do governo, ou se separassem, dificultando sobre qual responsabilidade era determinada política, ao longo das lutas por direitos, a educação se tornou uma política social universalista, mas a cultura não. Na perspectiva de estreitar a cultura como objeto das ações do Estado, cabe elucidar como se construíram as políticas sociais, campo pelo qual se compreende a formulação das políticas no âmbito da cultura.

## **1.1 Políticas sociais, suas origens e suas possibilidades nos marcos da sociedade do capital**

Nas mais diversas civilizações, as organizações sociais tiveram que lidar com o fenômeno da desigualdade social entre seus participantes. A desigualdade marcada ao longo da história humana estaria relacionada com as privações que determinado grupo sofreria diante de um sistema social que garantia condições plenas para a produção e reprodução de suas vidas a uns enquanto outros sobreviviam sendo explorados.

Compreende-se que a construção e a manutenção das desigualdades nas mais diferentes épocas e locais, foram das mais diversas: submissão por conflito bélico, justificativas guerreiras, anciãs, sexistas, raciais, de ordens espirituais e religiosas, superioridade de uma nação sobre outras, justificativas em nome do mercado e da livre iniciativa, entre outras.

Na sociedade capitalista, a construção da desigualdade apresenta suas peculiaridades. Como modo de produção que vem se estruturando na Europa desde o fim da Idade Média, regendo a organização social das relações humanas de maneira hegemônica, o capitalismo se organiza em torno da defesa de um livre mercado, da liberdade civil promotora de um bem comum, e, sobretudo, por meio do lucro. Contudo, essas seriam perspectivas que se amadureceriam nos séculos XVIII e XIX, com uma abrangência massiva desse novo modo de produção, que vai se apropriando do poder político. Antes desse período, o capitalismo se desenvolvia de maneira mercantil na busca do acúmulo de riquezas, com o apoio do poder absolutista, e se apropriando de antigos métodos de exploração.

Monarcas ávidos de grandezas e de riquezas, Estados lutando pela supremacia, mercadores e banqueiros encorajados ao enriquecimento: são estas as forças que promoverão o comércio, as conquistas e as guerras, sistematizarão a pilhagem, organizarão o tráfico de escravos, prenderão os vagabundos para obrigá-los a trabalhar. (BEAUD, 1994, p. 20).

O desenvolvimento do comércio vai produzir a nova classe, que com seu poder econômico fortalecido, bem como sua teoria, vai consolidando a direção política, usurpando o poder absolutista, quando este se torna um empecilho ao seu desenvolvimento. Aos poucos, a burguesia vai consolidando o modelo estatal de acordo com seus interesses.

A burguesia, como movimento de vanguarda, não seria a maior parte da população de determinados países; necessitou, sobretudo, de um movimento de grande adesão das classes

oprimidas para promover revoluções sociais. Não obstante, também precisou de teorias amplas que abordariam dimensões econômicas, políticas, culturais e da ciência propriamente dita, que justificassem uma nova conjuntura social e também garantissem mecanismos da dominação entre as classes sociais.

Contudo, a classe burguesa, constituída de poder econômico, político e ideológico, não conseguiu atender a um dos preâmbulos das teorias liberais.<sup>10</sup> Os interesses liberais capitalistas, com o decorrer do tempo, não produziram o bem comum, assim como a própria liberdade é limitada e garantida a quem usufrui do poder, sobretudo do poder econômico. As mudanças sociais promovidas pela burguesia deixam de ter o viés revolucionário e vão se assentando ao longo do século XIX e se tornando a nova dimensão conservadora da sociedade.

Nessa conjuntura, a produção das desigualdades sociais ganha ordenamentos diferentes e próprios da sociedade do capital. Se antes ela podia ser entendida como castigo divino, insuficiência de recursos, ou da supremacia de uma nação sobre outra(s), agora está associada, sobretudo, à expropriação do trabalho humano. Diante de uma industrialização pujante, a carestia aumentava na mesma proporção. De maneira contraditória, em uma época em que se aumenta a capacidade de produzir riquezas, a pobreza não só era resolvida, como também fazia parte da lógica estrutural da sociedade. Pode-se interpretar que, em se tratando da organização da nova sociedade, tal condição não seria contraditória, mas seria uma estrutura necessária para a reprodução do sistema no qual sua manutenção se valeria, além da exploração do trabalho humano, de mecanismos de coerção e consenso por meio da ideologia, do código jurídico e da organização política.

Compreende-se que o capitalismo produz um acirramento das desigualdades entre proprietários e despossuídos, entre quem explora e quem é explorado. Significativa parcela da população esteve refém do crescimento do novo paradigma do mundo comercial, que retirava os camponeses de suas terras para a produção de produtos agrícolas, condicionando-os a migrarem para as cidades, tornando-se mão de obra disponível, podendo ser aproveitada ou

---

<sup>10</sup> Por teoria liberal, ou liberalismo, compreende-se a teoria político-econômica do sistema do capital que se baseia na liberdade individual como forma de garantir o progresso econômico, pensamento que é tributário do Iluminismo, o qual, entre outras dimensões, promove o pensamento necessário para a constituição dos direitos individuais. “A coincidência pode impressionar: praticamente ao mesmo tempo são enunciados os princípios da liberdade política e é afirmada a necessidade do liberalismo econômico. É que a burguesia, tendo sido suficientemente forte para desafiar o absolutismo, necessitava legitimar o novo modo de governo instalado. E no mesmo movimento, alguns de seus membros vêem que, tendo em conta os trunfos de que ela dispõe, ela encontrará na livre-troca o estimulante que permitirá um novo impulso do comércio e da produção” (BEAUD, 2004, p. 50-51).

não pelo sistema fabril (HUBERMAN, 1974). Sobre esse momento histórico, Huberman sinaliza como estaria crítica a condição dos trabalhadores sob um sistema voltado a:

produção para um mercado cada vez maior e oscilante, realizada fora de casa, nos edifícios do empregador e sob rigorosa supervisão. Os trabalhadores perderam completamente sua independência. Não possuem a matéria-prima como ocorria no sistema de corporações nem os instrumentos, tal como no sistema doméstico. A habilidade deixou de ser tão importante como antes, devido ao maior uso de máquina (HUBERMAN, 1974, p. 125).

Os novos tempos parecem dar poucas opções à nova classe oprimida: ou trabalhar em um regime de superexploração, ou viver na mendicância nas cidades, fato que atingia 25% da população de Paris no início do século XVII. Sabe-se que as motivações para a condição do tempo dos mendigos não advinham somente da questão de desemprego, mas estava sob a influência de guerras, do aumento abrupto dos preços diante da desvalorização da moeda, que, por sua vez, era impulsionada pela chegada da prata americana ao continente europeu (HUBERMAN, 1974). Contudo compreende-se que se está falando de diversas problemáticas antigas, as quais estariam sendo motivadas a partir de uma nova dinâmica comercial que alterava as relações humanas.

Diante de um contexto de amadurecimento do modo de produção capitalista enxerga-se, porém uma dimensão até antes não constatada em sistemas anteriores. Com a inovação tecnológica, condicionada pelas demandas do capital a humanidade consegue contraditoriamente superar a demanda de escassez, mas mantém, não altera a condição de carestia de grande parte da população. Pelo contrário, se consolida um sistema do qual o desenvolvimento da exploração dos trabalhadores é necessário para a constituição da riqueza dos que detém os meios de produção.

Se nas formas precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, de sua supressão (NETTO, 2001, p. 43).

Considera-se estar se tratando do cerne da “questão social”: a contradição entre a produção de riqueza e o aumento, sobremaneira, da miséria a partir da exploração dos trabalhadores; tal dinâmica seria a base de sustentação do regime capitalista.

Está se tratando de um momento em que se consolidam duas classes opostas, em que a exploração de uma sobre a outra potencializa velhos problemas sociais e cria novos: a subjugação das mulheres, a própria pobreza se junta ao desemprego, o trabalho infantil, a falta de moradia, a falta de acesso a direitos básicos como saúde, educação, entre outros fatores, vão sendo manifestações de uma mesma realidade advinda da “questão social”.<sup>11</sup>

A “questão social” é fruto da sociedade burguesa que se “instala” em nome do desenvolvimento da liberdade que, no entanto, é produtora de desigualdades. Far-se-á necessário, na gestão da sociedade, desenvolver componentes político-ideológicos para administrar as contradições do novo ordenamento social.

O sistema capitalista se constitui como modo de produção hegemônico que mais teria se generalizado ao redor do mundo. Embora com peculiaridades entre regiões e épocas, sua expansão nas mais diversas esferas do convívio social consolidou as suas estruturas, entre elas, a administração política. O Estado se constitui como uma das principais instituições para manter a ordem por meio das leis e da execução de políticas. Fruto da sociedade, não foi organizado sob o prisma da neutralidade, e vem se legitimando como representante dos valores dominantes. Embora as críticas liberais no século XVIII em muito se direcionassem à interferência do Estado (absolutista), a nova sociedade do livre mercado não deixou de contar com essa instituição política para garantir seus interesses.

A realidade social produzia condições extremamente precárias de vida e trabalho para o conjunto dos trabalhadores: longas jornadas de trabalho, moradias em cortiços, mortalidade, mendicância. O reflexo desse contexto forçou a mobilização dos trabalhadores, os quais passavam a lutar por um conjunto de direitos que iam desde maior participação política a melhores condições de vida.

---

<sup>11</sup> Como entendimento da “questão social”, compreende-se que ela não é algo preexistente nas sociedades anteriores, mas condição exclusiva do modelo societal vigente, que gera riqueza e massifica a pobreza a partir das tensões entre capital e trabalho. Nessa nova situação, antigas demonstrações de desigualdade social vão ganhando novos contornos no amadurecimento do Capitalismo. Sabe-se que esse pensamento faz parte de uma opção teórica e que convive com entendimentos diferentes sobre o que seria esse fenômeno. Partilha-se do pensamento de Yamamoto (2001), que compreende a “questão social” “enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o avesso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (p. 10).

As experiências reivindicatórias e organizativas dos trabalhadores colocaram um novo horizonte revolucionário, comandado agora pelo proletariado. Os levantes populares, embora não tivessem produzido a subversão da ordem construindo um governo de trabalhadores, não deixaram de representar conquistas para o conjunto dos trabalhadores no acesso aos direitos sociais. Por outro lado, a classe dominante reconheceu a necessidade de produzir reformas sociais a fim de manter uma dominação que pudesse, ao mesmo tempo, garantir direitos sociais e reproduzir o capital, uma vez que as experiências da crescente exploração de mão de obra, gerando invalidez, diminuição da expectativa de vida, e a própria desilusão da classe trabalhadora com a nova organização social, produzindo ondas de alcoolismo e suicídio, inviabilizava o novo modo de produção.

Diante de um contexto que transitava entre as disputas de classe e a concessão de direitos é que foram se materializando as conquistas da classe trabalhadora. Para além dos acordos entre patrões e empregados, as decisões passaram a ter a regulação do ente político da sociedade. Compreende-se que a partir dessas experiências que se amadureceu a realização das políticas sociais com ações estatais voltadas para os direitos sociais, que geraram o atendimento das necessidades dos dominados, preservando, no entanto, a direção política, econômica e ideológica da sociedade.

Vários estudiosos buscaram demonstrar o caráter limitado das políticas sociais ao longo da sua teorização, sobretudo sob o prisma estruturalista,<sup>12</sup> entendendo-as como características próprias da sociedade capitalista, sendo essa uma estratégia burguesa de apaziguar as vias revolucionárias dos trabalhadores.<sup>13</sup> Embora não seja desconsiderado esse entendimento, sabe-se que as políticas sociais não deixaram de se tornar uma esfera importante de reivindicação e de conquistas dos movimentos sociais na busca de condições básicas de vida. Colocam-se nessa arena várias experiências que resultaram em amplas vitórias para a classe trabalhadora.<sup>14</sup>

Pereira (2008), a fim de compreender as origens históricas das políticas sociais, verifica, desde o fim da Idade Média, que se configuraram ações na tentativa de garantir uma mínima segurança de reprodução da vida para os dominados. Segundo a autora, as primeiras

---

<sup>12</sup> Tendência cunhada nos marcos da teoria marxista, sendo o principal autor Althusser. O estruturalismo tinha como preceito a identificação de como determinadas instituições agiam como reprodutoras dos valores dominantes, sendo, portanto, aparelhos ideológicos do Estado. A identificação desses aparelhos conferia uma perspectiva cética quanto a qualquer tentativa de disputa política desses aparelhos.

<sup>13</sup> Nesse sentido, Behring (2008) comenta o entendimento das políticas sociais no começo dos anos 1980 na visão da esquerda e do Serviço Social: “[...] tinha-se a ideia de que a política social é tão somente um mecanismo econômico de reprodução do capital; um mecanismo de dominação dos trabalhadores, e ponto” (p. 66).

<sup>14</sup> Nessa perspectiva, o próprio Marx reconhece a importância das primeiras legislações fabris quando representam ganhos aos trabalhadores ao reduzir o avanço do capital (MARX, 1983).

iniciativas tiveram a premência inglesa e datam do século XIV. Em um momento no qual, em determinadas regiões europeias, a experiência da administração política começou a se estender para além do domínio exclusivo do monarca, anunciando as estruturas do Estado moderno (BASCHET, 2006), a Inglaterra pronunciou uma das primeiras experiências voltadas para a regulação da pobreza de maneira a precaver possíveis problemas sociais que se potencializavam diante de ondas epidemiológicas, guerras mais devastadoras, disputas eclesiais que assolavam a Europa e colocavam em crise a ordem feudal. A relação de domínio da aristocracia convivia com o aumento da carestia e a depressão demográfica, promovendo uma necessidade de ajustes no sistema feudal.

[...] a menor densidade do povoamento rural põe os camponeses em uma relação de força mais favorável, que lhes permite exigir uma baixa do censo ou um resgate generalizado das corveias a um preço menor, a que os senhores são obrigados assentir para evitar perder seus homens (BASCHET, 2006, p. 257).

Em meio a esse contexto, foi estabelecida a primeira norma voltada para os trabalhadores, “[...] com o objetivo de controlar as relações de trabalho, o qual, três anos depois, foi reforçado pela *Poor Law Act*, de 1388” (PEREIRA, 2008). Essas regulações, voltadas para instituir um salário, objetivavam conter o trânsito de trabalhadores, fixando-os em suas regiões de origem, bem como conter a vagabundagem. Essas leis seriam reformuladas do século XIV ao XIX, e seriam aprimoradas quanto às dimensões da pobreza, sua tipificação e a tentativa de conter a busca dos trabalhadores por melhores condições de vida. Não deixavam de estar associadas à punição e aos castigos dos que eram identificados sem ocupação.

A estrutura da Lei dos Pobres (como ficaram conhecidas essas ações) mudaria com o sistema da *Speenhamland*, que, em pleno alvorecer das vitórias políticas da burguesia, instituiu-se uma ação de proteção social com base em um mínimo de renda para o trabalhador seja ele empregado ou desempregado. Essa política ainda herdava das antigas ações a fixação do trabalhador, evitando sua mobilidade, gerando a condicionalidade para o direito. Se a nova lei ainda não colocava riscos à ordem burguesa em franca expansão, não deixava de reconhecer a responsabilidade por parte do Estado em se responsabilizar com as falhas do mercado em absorver e comprar a mão de obra, bem como superava a dimensão repressora das normas anteriores. Conforme apontam Behring e Boschetti (2008):

Pode parecer exagerado atribuir a uma lei assistencial o “poder” de impedir o estabelecimento do livre mercado, mas o fato é que, enquanto as anteriores leis dos pobres induziam o trabalhador a aceitar qualquer trabalho a qualquer preço, a Lei Speenhamland, ao contrário, permitia ao trabalhador minimamente “negociar” o valor de sua força de trabalho, impondo limites (ainda que restritos) ao mercado de trabalho competitivo que se estabelecia (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 49).

Não demoraria para essa ação sofrer o revés, com a nova Lei dos Pobres editada em 1834. Tal lei revogava a anterior citada, e tem fortes aportes liberais revertendo os pequenos ganhos para o conjunto dos trabalhadores. “Pressionado pelo liberalismo econômico, a reforma de 1834 foi a manifestação mais evidente de um processo que tinha determinação evidente e convincentes determinações doutrinárias” (PEREIRA, 2008, p. 70). A *Poor Ammendment Act* era baseada não só nas ideias liberais, mas também incorporava os preceitos malthusianos e o darwinismo social.<sup>15</sup> Com base na regulação da sociedade pelo mercado, a nova lei deixava de assistir aos trabalhadores com baixos salários, “assistia” os extremamente pobres, internando-os nas casas de trabalho e dirigindo-os ao trabalho com remuneração aquém da pior. O Estado não seria visto mais como regulador do trabalho, no entanto deveria deixar acontecer o mercado, influenciado pela premissa de que as ações individuais construiriam o bem comum.

O álibi da onda liberal e o arrefecimento das políticas sociais, bem como as precárias condições de trabalho, promoveram os protestos e a organização dos trabalhadores, que em meio a um momento rico de debates e embates em torno das teorias políticas,<sup>16</sup> buscaram maiores conquistas, limitando os ganhos da burguesia. As estratégias foram variadas e chegaram a ter resultados expressivos, como a conquista da redução da jornada de trabalho e as revoluções no final da década de 1940, em uma onda de insurreições que ficaram conhecidas como a “Primavera dos Povos”.

O avanço nas ações dos trabalhadores, já mobilizados em sindicatos, partidos e organizações internacionais, garantiram conquistas, mas também geraram a resistência por parte da classe dominante, que promoveu concessões como a política de seguro bismarckiana na Alemanha em 1883, voltada para a assistência dos que tinham acesso ao trabalho e

---

<sup>15</sup> A incorporação dessas teorias auxiliava na naturalização da desigualdade, bem como responsabilizava os pobres pela sua condição precária de vida.

<sup>16</sup> Desse período que envolve a metade do século XIX, já se colocam no debate político teorias liberais, socialistas, utópicas, reformistas e revolucionárias, pensamento cristão, caritativo, entre outros. Ao final do século, ganha força o pensamento da social democracia.



estariam afastados por diversos motivos, tornando-se referência para boa parte dos países europeus daí em diante. Segundo Behring e Boschetti (2008), o governo de Bismarck

instituiu o primeiro seguro-saúde nacional obrigatório [...], no contexto de fortes mobilizações da classe trabalhadora. As iniciativas tomaram a forma de seguro social público obrigatório, destinado a algumas categorias específicas de trabalhadores e tinha como objetivo desmobilizar as lutas (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 65).

O contexto de disputas políticas no final dos anos 1800 promoveu o fenômeno que mais tarde originaria uma identificação direta com as políticas sociais. Como já abordado, entende-se que as políticas sociais têm suas primeiras sinalizações no final da Idade Média, bem antes do *Welfare State*, mas é com ele que as políticas sociais ganharão mais notoriedade.

Conforme aponta Pereira (2008), a busca das origens do Estado de Bem-estar mobiliza intenso debate entre os intelectuais interessados no tema, no qual, em muitas análises, existe uma aproximação deste com as políticas sociais, surgindo a possibilidade de seu início a partir da segunda metade do século XIX, diante das diversas experiências em vários países que se direcionavam para a garantia de direitos sociais. Concorde-se, contudo, que em meio aos possíveis avanços, às ações voltadas à seguridade ou à consolidação de sistemas públicos em áreas como a educação, entre outras iniciativas, somente nos idos do século XX, em especial após a 2ª Guerra Mundial, estrutura-se uma ação ampla, incorporada por países centrais da economia capitalista, envolvendo vários setores do Estado comprometidos em garantir acesso universal aos direitos sociais. O Estado de Bem-estar, prenunciado após a grande depressão com a crise econômica de 1929, longe de revelar a condição humanizadora do capital, não deixava de representar as alternativas para a superação da primeira grande crise mundial do sistema produtivo. O Estado, então, visto hegemonicamente com preceitos liberais com uma mínima interferência no setor econômico e social, teve um contraponto com a teoria do economista John Keynes (1883-1946), a qual sugeria para superação da crise da economia do capital um aumento dos gastos públicos (aumento dos serviços públicos e dos empregados do Estado) como solução que fomentava o consumo e uma maior intervenção do Estado na economia. Essa intervenção tinha como objetivo o aumento da riqueza e, para isso, dependeu do maior acesso ao trabalho, bem como a consolidação de direitos para o conjunto dos trabalhadores.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Não se pode deixar de mencionar que os ideais keynesianos buscavam alternativas em um momento em que se viviam experiências de revoluções socialistas, a chegada da social-democracia ao poder e também a ascensão da extrema direita. Tratava-se de uma via democrática da crise nos marcos da economia capitalista. Não deixou de

A uma saída capitalista para a crise, que impunha enormes sacrifícios à classe operária e se arriscava assim a levar inquietantes confrontos, Keynes propunha uma outra saída capitalista que, mediante uma retomada da atividade, possibilitasse reduzir o desemprego, sem amputar o poder de compra dos trabalhadores. Nesse sentido [...], Keynes expõe uma teoria econômica que permitirá justificar novas políticas, através das quais será procurada, e em parte conseguida, a integração do mundo do trabalho na sociedade capitalista (BEAUD, 2004, p. 272).

As ideias de Keynes encontraram maior repercussão a partir da década de 1940, somadas às experiências das políticas sociais em um período de reconstrução do continente europeu. A crise econômica e o contexto da 2ª Guerra demonstravam a necessidade de uma clara regulação estatal na esfera econômica para conter as novas turbulências que o livre mercado proporcionava. Beneficiado pelo financiamento norte-americano, interessado em garantir sua área de influência no continente e impedindo o avanço do regime soviético russo (PECEQUILO, 2003), iniciou-se uma época de grandes avanços para as políticas sociais, que beneficiou um grande contingente populacional e que amparou o sistema capitalista por cerca de 30 anos.

No Estado de Bem-estar se consolidaram as principais experiências acerca das políticas sociais. Tendo como marco o Plano Beveridge na Inglaterra, em 1942, as ações estatais visavam caráter universal, garantindo um mínimo de padrão de vida ao conjunto da população mediante a garantia do acesso à seguridade, à saúde, à educação, ao trabalho, à habitação, entre outras esferas.

Durante esse período, os gastos dos países com o orçamento social chegou a representar 25% do produto interno bruto na década 1970 (BEHRING; BOSCHETTI, 2008), significando um aumento de cerca de oito vezes o investimento que seria feito nas primeiras décadas do século XX. A provisão de direitos, que não deixava de representar o pacto entre capital e trabalho, garantiu ao conjunto da população dos países maior equidade e estabilidade econômica, dinamizada pelo pleno emprego.

Contudo, uma nova crise do capital, promovida pela superprodução (BEHRING; BOSCHETTI, 2008) no início dos anos 1970, rompeu todos os “acordos” e criou um novo retorno ao paradigma liberal no que tange à responsabilidade do Estado quanto às políticas sociais. Os gastos sociais do Estado seriam identificados como danosos ao desenvolvimento

---

encontrar terreno fértil em virtude da experiência de administração fordista, que se organizava a partir do pacto entre patrão e empregados, o que permitia produção e consumo em massa e alta empregabilidade “em torno dos ganhos de produtividade do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 86).

das economias. O novo liberalismo buscou a saída da crise, diminuindo o tamanho do Estado e, conseqüentemente, os gastos com as políticas sociais.

Compreende-se que, passados cerca de quarenta anos, essa tem sido a tônica da administração estatal, não só nos países que viveriam o Estado de Bem-estar, como também na maior parte dos países do mundo. Se as experiências do Estado de Bem-estar foram vivenciadas por um grupo pequeno de países, tornando-se a referência de estabilidade social e econômica, o neoliberalismo não se tornou somente a referência, mas também a prática dos países tanto centrais quanto periféricos, estendendo-se para além da economia e da política do Estado, sendo absorvido como ideologia na qual a defesa do mercado e da livre iniciativa se naturalizou como pensamento único.

Entende-se que o terreno atual para a formulação das políticas sociais encontra-se sobre o prisma do neoliberalismo. Tem sido conjuntural a diminuição dos direitos conquistados<sup>18</sup> pelo conjunto dos trabalhadores, sobretudo os universais, transferindo para a iniciativa privada a função que o Estado, em meados da década de 1950 e 1960, destinar-se-ia a garantir. Para além da minimização das políticas universalistas, a gestão neoliberal acaba por se concentrar em ações focalizadas, como programas de transferência de renda, com a intenção de diminuir os efeitos da pobreza.<sup>19</sup>

As políticas sociais, em sua história, assumiram diferentes formas e abrangeram novas esferas. Sobretudo no apogeu do Estado de Bem-estar, demonstrou-se a potencialidade em assistir às necessidades básicas dos seres humanos. O neoliberalismo, no entanto, revelou com maiores evidências as deficiências às quais as políticas sociais possam estar submetidas quando um Estado restringe sua atenção à maioria de sua população e se organiza de maneira estrita para manutenção do sistema capitalista.

Concorda-se que as políticas sociais são organizadas e aperfeiçoadas nos marcos do capitalismo. Ainda que diante dessa perspectiva, podem demonstrar experiências positivas para o atendimento das necessidades humanas, onde a esfera do mercado possa se mostrar

---

<sup>18</sup> Observando o amadurecimento do neoliberalismo e a história política brasileira recente, a promulgação da Constituição Federal em 1988 representaria um contrassenso, uma vez que seria compreendida como “Constituição Cidadã”, representando muitos avanços no que tange à garantia de direitos sociais e suas regulações posteriores, como o SUS, o ECA e a LDB. Contudo, com o passar dos governos, legislaturas e magistraturas, o componente neoliberal foi se fazendo presente, seja na construção do texto, seja nas suas regulamentações e aplicações, fato que se tem notado no gerenciamento estatal pós-constituintes, o qual tem flexibilizado e privatizado os direitos sociais (PEREIRA, 2004).

<sup>19</sup> O Programa Bolsa Família é um exemplo das políticas focalizadas de transferência de renda implementadas no governo Lula, acompanhando ações de gestões anteriores. Embora compreenda a possibilidade de programas voltados para a transferência de renda em caráter emergencial, nota-se que essas políticas se tornam permanentes, baseiam-se na menor elegibilidade, bem como em condicionalidades. Essas ações, que acabam por mercantilizar o acesso aos direitos sociais, tornam-se objeto positivo de propagandas eleitorais, como fora evidenciado nas duas últimas campanhas presidenciais no Brasil.

menos influente nas decisões públicas e os direitos sociais fossem tratados como condição subjetiva da humanidade.

Contudo, a formulação das políticas sociais não se coloca enquanto tarefa simples sob um enfoque meramente técnico. Está em consonância com a *política* em sua dimensão clássica, a qual está associada à convivência entre os diferentes, bem como às disputas de interesses entre eles (PEREIRA, 2008) em uma relação íntima com o poder.

A política social é uma dimensão da política pública, que é uma ação que reflete não só o interesse do Estado ou da sociedade, mas a relação contraditória entre eles. Segundo Pereira (2008), como ação pública (de todos), tem como particularidades:

[...] um marco ou linha para a ação pública sob a responsabilidade de uma autoridade também pública [...] Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis [...] Guia-se pelo princípio do interesse comum, ou público, e da soberania popular [...] Deve visar à satisfação das necessidades sociais e não da rentabilidade econômica privada [...] (PEREIRA, 2008, p. 95-96).

Dessa arena, que é dinamizada por meio de programas, projetos e serviços, conformam-se as políticas sociais. Embora essa estrutura apresentada seja a compartilhada neste trabalho, cabe lembrar o termo política social como conceito utilizado de diferentes maneiras e interesses ao longo da história. A sua própria dimensão contraditória faz com que ela tenha diversas interpretações sobre sua função na realidade.

A construção de um conceito para a política social ganha importância à medida que esta se torna uma disciplina acadêmica e apresenta suas particularidades na área das ciências sociais. Não se dissociando de suas múltiplas influências e de seus tensionamentos, compreende-se a política social a partir do pensamento de Pereira (2008), que a concebe como

*política de ação* que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos (PEREIRA, 2008, p. 171-172).

Destarte, destaca-se para compreensão das políticas sociais a importância da análise gramsciana acerca do Estado. Interpretando a teoria marxista à luz da realidade que vivenciara, Gramsci pôde compreender o Estado não apenas como a sociedade política com estrutura coercitiva para garantir os interesses estritos da burguesia, como também sob a dimensão da produção do consenso. Nessa perspectiva, a sociedade civil não se encontra

apenas como esfera das relações econômicas, mas também está imbricada nas relações políticas em que a burguesia, com seu aparato institucional, constrói sua hegemonia sobre a classe dominada. A dominação de uma classe sobre a outra pelo Estado não seria produzida apenas em seu aspecto coercitivo, mas também através de uma dominação consentida. “A classe burguesa coloca-se como organismo em continuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 232).

O Estado é compreendido de maneira ampliada, e as políticas sociais demonstram as estratégias dominantes na direção da sociedade. Contudo, o Estado, visto como espaço de disputa de hegemonia, pressupõe sua condição dinâmica e de possibilidade de disputas que garantam o interesse da classe dominada. Nesse contexto, a luta por políticas sociais não se refere apenas ao universo reformista de humanização capitalista – ela convive com os interesses voltados para a superação da dominação dos interesses da burguesia e do mercado.

Gramsci aponta a necessidade de disputa da direção política da sociedade. Tal tarefa deve ser organizada como forma de superar a hegemonia burguesa que realiza a função de direção e domínio moral e intelectual sobre as classes subalternas. É necessário construir uma nova hegemonia, erigida pela classe operária como forma de transpor as desigualdades promovidas pela sociedade do capital. Gramsci salienta que esse espaço de disputa seria realizado pela sociedade civil no campo da superestrutura.<sup>20</sup> A sociedade civil, a partir do pensamento gramsciano, é entendida como um espaço de disputa relativamente autônomo da sociedade política, onde as classes, através de seus órgãos privados, buscam garantir sua hegemonia (COUTINHO, 1985). Trata-se de um momento ativo do desenvolvimento histórico de disputa no campo da superestrutura, ou seja, é um tensionamento criado no campo ideológico e, por vezes, institucional, mas que não se desatrela da base material da sociedade.

O fato de compreender a superestrutura como um importante instrumento de participação política supera perspectivas que não reconheceriam a possibilidade de impor limites ao capital, ainda que utilizando de suas próprias instituições. A conceituação de Gramsci: “[...] na noção geral de Estado, entram elementos que se devem referir à noção de

---

<sup>20</sup> O que, a princípio, colocaria uma divergência entre Gramsci e Marx, que analisaria a sociedade civil no terreno da estrutura. Contudo, entende-se o esforço de Gramsci ao conferir estratégias políticas que possam impor limites à dominação da burguesia à luz do pensamento marxista. Nesse sentido, compartilha-se do pensamento de Coutinho (1981): “isso não anula de modo algum [...] a aceitação gramsciana do princípio básico do materialismo histórico: o de que a produção e reprodução da vida material, implicando a produção e reprodução das relações globais, é o fator ontologicamente primário na explicação da história” (p. 88).

sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (1978, p. 234) traduz possibilidades concretas para que as classes subalternas possam criar tensões na disputa da hegemonia da sociedade. Considera-se que as políticas sociais seriam um elemento desse processo. Contudo, não se pode desconsiderar o elemento contraditório no qual é arquitetada a sociedade capitalista: “A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, ou seja, o complexo conjunto contraditório e discorde das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (p. 57). Nessa perspectiva, a disputa no Estado (por políticas sociais voltadas às necessidades sociais, por exemplo) também oferece uma dimensão de impor limites no que se refere à permanência da direção da burguesia.

Ancorados em uma visão de mundo, as políticas sociais se tornam os meios pelos quais se garantem os direitos sociais, podendo representar o consenso da classe dominante e os anseios dos movimentos sociais da classe oprimida. Em determinadas condições históricas que envolvem o território, as mobilizações, o campo em que se debate a política social, a correlação de forças entre os grupos da sociedade que interferem na sua construção podem direcionar para uma dimensão emancipadora ou restrita de direitos.

Compreende-se que esses embates fogem da neutralidade e são construídos por horizontes de expectativas sobre os grupos que interferem e são interferidos pelas políticas sociais. Entende-se que, nesses embates, as ponderações em torno das necessidades humanas se tornam um dos pontos de partida que contribuem para o entendimento do que se é pretendido com as políticas sociais perante o Estado sob a hegemonia do capital e para além dele.

## 1.2 Direitos sociais e o atendimento das necessidades humanas

*Somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais.*

(Marx e Engels)

A construção das políticas sociais é mediada pelo amadurecimento do Estado moderno. Não obstante, a luta por direitos, sobretudo os sociais, também é uma esfera inerente tanto do Estado quanto das políticas; os direitos sociais se tornam o mote das políticas sociais.

Segundo Marshal (1967), os direitos sociais conformam a última geração dos direitos na construção da cidadania. Em que pese a condição linear de sua teoria, tendo como referência a experiência inglesa, que viveu o estabelecimento dos direitos civis e posteriormente os direitos políticos, a importância do autor está em compreender os direitos sociais como pauta de reivindicações dos trabalhadores organizados a partir de meados do século XIX. “A participação nas comunidades locais e associações funcionais constitui a fonte original dos direitos sociais” (p. 70). A luta dos trabalhadores por direitos implicaria a ação ativa do ente político da sociedade em garantir condições básicas de sobrevivência para uma coletividade: direito ao emprego, regulamentação da jornada de trabalho, direito à seguridade, entre outros.

Os direitos sociais se fundamentam a partir das demandas por melhores condições de vida e acesso aos bens materiais e imateriais produzidos pela humanidade. Sua identificação é construída mediante a leitura da realidade dos que padecem de problemas coletivos, bem como sua consolidação depende da correlação de forças entre classe dominante e classe dominada. Entende-se que entre a identificação e a consolidação se constrói um longo caminho, que vai das lutas dos trabalhadores à incorporação legal e à realização de políticas sociais para a garantia desses direitos, além de sua fiscalização. Ainda com essas condições, não existe garantia de que os anseios da coletividade reivindicados serão atendidos em sua plenitude.

Ao longo do tempo, os direitos sociais se ampliaram quanto às dimensões envolvidas para garanti-los. Passando pela proteção social, que se materializou na seguridade social, abrangeu a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a habitação e a cultura, como é defendido neste trabalho.<sup>21</sup> Como desdobramento da constatação que não atendia igualmente parcela da sociedade mediada pela relação estritamente econômica de classe, envolveram a atenção de grupos com tratamentos diferenciados e antes não identificados, como crianças e jovens, idosos, mulheres, discriminados pela condição étnico-racial, comunidade LGBT, portadores

---

<sup>21</sup> Há autores, sobretudo da área jurídica, que atribuem a muito dos direitos sociais a condição de direitos difusos, que se referem a um tratamento igual a todos os cidadãos, de maneira indeterminada. Entrariam nesse rol direitos universais, como o direito a um meio ambiente conservado. Compreende-se que essa conceituação não invalida, mas representa a própria condição dos direitos sociais.

de necessidades especiais, entre outros. Assim como a dimensão conceitual aumentou, a população de sujeitos de direitos sociais não deixou de crescer.

Esse contexto não deixa de remeter à dimensão pública dos direitos sociais; sua consolidação, que depende da ação do Estado na formulação de políticas sociais e da participação da sociedade civil, tem caráter universal, visa atender a todos os membros de determinado país, como também a toda a humanidade.

Os direitos sociais, pela sua relação pública e multicausal, não se dissociam da condição contraditória. Ao longo do século XX, por exemplo, a garantia de direitos sociais teria sido a “moeda de troca” de regimes autoritários para adesão da população a seus governos. A propaganda ideológica do governo ditatorial de Getúlio Vargas exaltava os direitos sociais concedidos pelo regime e criticava os direitos civis e políticos, que fomentariam a desordem e a luta de classes, situações que não eram boas para o país (CAPELLATO, 1998). A justificativa, nesse caso, tinha como referência a ideia de nação, que, de maneira não espontânea, tirava o foco da repressão dos sistemas fascistas.

Compreendendo sua dimensão contraditória, partilha-se da perspectiva de que os direitos sociais possam estar voltados para a garantia de condições de vida que possibilitem a todos os membros de uma sociedade atender as suas necessidades físicas e sociais para exercerem suas potencialidades laboriosas, criativas, construindo um novo ordenamento social no qual as demandas do mercado não se sobreponham às necessidades humanas. Tal entendimento, embora possibilite ganhos substantivos para a grande maioria da população, não deixa de representar seus limites com a convivência em padrões de vida extremos,<sup>22</sup> que fogem do parâmetro das condições básicas de vida.

Entender os direitos sociais envolve a compreensão de quais são as necessidades humanas básicas. Debruçar-se sobre a necessidade significa apontar sobre qual ponto de partida se deve compreender a existência humana, quais são as condições que permitem a todos os seres humanos uma vida digna. Esse contexto se faz presente na formulação das políticas sociais, como menciona Pisón (apud PEREIRA, 2000):

Necessidades e bem-estar estão indissolivelmente ligados no discurso político e moral e, especialmente, na prática corrente dos governos. Não há

---

<sup>22</sup> Entende-se como padrões de vida extremos a condição de vida de membros da classe dominante com completa incompatibilidade de socialização com o conjunto da humanidade possibilitadas diante do sem-número de propriedades (normalmente subaproveitadas), do consumo exacerbado e da renda milionária. Essa realidade seria possível a um grupo seletivo de pessoas, como banqueiros, proprietários e executivos de grandes corporações e do agronegócio, sheiks, grandes investidores do mercado financeiro, gestores do crime organizado, *pop stars* do esporte, da música, da dramaturgia, do mundo do entretenimento, empresários da indústria cultural, entre outros.



serviços sociais sem a delimitação daquelas necessidades a serem satisfeitas. E ao mesmo tempo, a relação entre as necessidades e os direitos sociais está no núcleo de muitos problemas e discussões que se produzem na atualidade (PISÓN apud PEREIRA, 2000, p. 37-38).

Pereira (2000) atenta-se às políticas voltadas para o atendimento das necessidades humanas. Como demonstra a autora, existem perspectivas diferentes no atendimento às necessidades, que podem ser entendidos a partir de propostas que articulam a provisão do “mínimo” ou dos “básicos”. Embora entendidos como conceitos semelhantes (vide a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993), tratam-se de conceitos diferentes, pois o primeiro se pauta em atender à parcela mais pobre da população pelo princípio de oferecer a quem necessita um auxílio aquém das necessidades, entendendo que oferecer um serviço de qualidade acomodaria os mais pobres. De maneira contrária, tratar de uma provisão básica implica a reflexão sobre o que é necessário para possibilitar uma vida digna a qualquer sujeito de determinada sociedade.

*Mínimo e básico* são, na verdade, conceitos distintos, pois enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de *menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que ela se acrescenta. [...] enquanto o *mínimo* pressupõe a supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o *básico* requer investimentos sociais de qualidade para preparar terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o *mínimo* nega o “ótimo” de *atendimento*, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao *ótimo* (PEREIRA, 2000, p. 26-27).

Como colocado, a dimensão do básico não nivela “por baixo” as necessidades dos seres humanos, mas é o parâmetro para construir o *ótimo* das necessidades. Entende-se que a obra da autora oferece importantes contribuições para a teorização das necessidades humanas. Em meio a diversas perspectivas de análise, Pereira (2000) afirma a compreensão das necessidades como algo objetivo e universal. Tal posicionamento se contrapõe aos diversos enfoques amparados por subjetivismos, construídos sob argumentos que vão do pensamento liberal às perspectivas dentro do marxismo, que defendem a impossibilidade de compreender necessidades básicas universais, tendo em vista, por exemplo, que o Estado não contempla as singularidades dos indivíduos, ou que diversas culturas têm lógicas diferentes de organização e de organizar suas demandas ou o mercado, como esfera da liberdade, é o principal agente do atendimento das necessidades individuais etc.

Entende-se que os enfoques subjetivistas que relativizam a dimensão universal das necessidades acabam por não refletir sobre quais anseios são passíveis de generalização a qualquer ser humano. Centradas na individualidade, nos desejos que só se manifestam de maneira pessoal, em parte das análises dos anseios de setores oprimidos (conhecidos como “minorias”), que são desfavorecidos historicamente, as abordagens que desconstroem os parâmetros universais acabam por desfavorecer a luta pelos direitos sociais e sua dimensão pública, chegando a se aproximar do pensamento neoliberal, desresponsabilizando o Estado de políticas para a seguridade básica dos cidadãos.

Em certa medida, muitas das ponderações acerca das necessidades e das satisfações individuais ou de grupos específicos não inviabilizam, mas são resultados de um universo de provisão básica comum. O fato de determinados grupos serem penalizados duas ou mais vezes,<sup>23</sup> além da condição de classe, faz com que esses sujeitos não tenham necessidades diferentes, mas, sobretudo, não tenham atenção especial a fim de viverem condições plenas de sobrevivência. Observando essa questão, Pereira (2000, p. 85) coloca:

Estes grupos [...], estão, na verdade, sujeitos a um *adicional* de ameaças e riscos que tornam mais sofrida sua existência física e autônoma, requerendo também por isso, um *adicional específico* de *satisfiers*. Porém, disso não se segue [...] que as necessidades desses grupos sejam diferentes das necessidades dos demais segmentos.

Compreendendo a objetividade das necessidades humanas, faz-se necessária a defesa de um conceito que auxilie na formulação de estratégias que possam garanti-las. Nesse horizonte, são de grande valia as contribuições de dois autores apresentados por Pereira, interessados em construir uma teoria das necessidades humanas. São eles Doyal e Gough, que, segundo Pereira (2000), “sustentam que todos os seres humanos, em todos os lugares e em todas as culturas, têm necessidades básicas *comuns*” (p. 66). Segundo a autora, a teoria de Doyal e Gough tem como parâmetro a distinção entre necessidades básicas e não básicas. A forma de diferenciá-las seria a consideração de que a ausência de certas necessidades provoca sérios prejuízos à vida humana. Segundo a autora

---

<sup>23</sup> De maneira extremamente perversa, compreende-se que a desigualdade social pode ser potencializada diante da reunião de expressões que se acentuam ante a condição econômica; concorda-se, por exemplo, que as possibilidades de acesso a direitos de uma pessoa pobre, do gênero feminino, negra e homossexual, por exemplo, tendem a ser reduzidíssimas e demonstram que entre os desfavorecidos existe um universo de estratificações que pode piorar substantivamente sua condição de vida.

“sérios prejuízos” são impactos negativos cruciais que impedem ou põem em sério risco a possibilidade objetiva de seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar sua capacidade de participação ativa e crítica. São, portanto, danos cujos efeitos nocivos independem da vontade de quem os padece e do lugar ou da cultura em que se verificam. (PEREIRA, 2000, p. 67).

Tal consideração se afasta das dimensões relativistas que consideram que grupos e indivíduos têm anseios e graus de satisfação distintos mediante as construções sociais. Para Doyal e Gough, embora existam percepções diferentes de satisfação, as necessidades não se alteram, tendo seus parâmetros morais compreendidos nas diferentes visões de mundo (PEREIRA, 2000).

As necessidades, portanto, seriam definidas a partir de dois conjuntos elencados pelos autores. Seriam eles: saúde física e autonomia, que, segundo Doyal e Gough (PEREIRA, 2000), representam a síntese das garantias que a vida em sociedade permite para o bem-estar de seus componentes. São os entendimentos prioritários para o planejamento sequente das ações organizativas da sociedade. “Estas necessidades não são um fim em si mesmo, mas precondições para se alcançarem objetivos universais de participação social” (p. 68). A partir dessas duas dimensões são desencadeados mecanismos que possam subsidiar a garantia das necessidades humanas básicas. A teoria universalista de Doyal e Gough, a partir desses parâmetros entendidos como comuns às diversas culturas, é possível compreender a existência de graus de satisfação diferentes entre os povos, que podem ser compreendidos com base nas necessidades intermediárias.<sup>24</sup>

A importância da saúde física se deve

porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de *viver*. Esta é basicamente uma necessidade natural que afeta a todos os seres vivos e que, em princípio não diferencia os homens dos animais, embora, como já foi salientado, o modo de satisfazê-las requeira, no que se refere aos homens, provisões de conteúdo humano-social. Trata-se, portanto, de reconhecer que mesmo no plano das satisfações de necessidades físicas ou biológicas, a origem do homem, como salienta Marx, não está nem na natureza, concebida abstratamente, nem na totalidade da sociedade, concebida também de forma abstrata. Tal origem está visceralmente ligada à práxis humana, que só é humana na medida em que o trabalho (ou a atividade) realizado pelo homem difere da atividade de outras criaturas vivas (PEREIRA, 2000, p. 69).

<sup>24</sup> Segundo os autores, essas necessidades intermediárias seriam em número de onze: alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada; segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto (PEREIRA, 2000).

A saúde física, que identifica sua particularidade a partir da práxis humana, acaba por se aproximar da autonomia, entendida como

a capacidade do indivíduo eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões. Isso se opõe a noção de auto-suficiência do indivíduo perante suas instituições coletivas ou, como queiram os liberais, a mera ausência de constrangimentos sobre preferências individuais, incluindo no rol desses constrangimentos os direitos sociais que visam protegê-lo. Inspiradas em Doyal e Gough [...], falamos de uma autonomia que não descambe para o individualismo e o subjetivismo e, portanto, se apoie em precondições sociais que deverão estar presente em todas as culturas. No horizonte desta noção de autonomia está, em última instância, a defesa da democracia como o recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre as suas liberdades (de escolha e de ação), mas também da miséria e do desamparo. “Ser autônomo nesse sentido consiste em possuir capacidades de eleger opções informadas sobre o que se tem que fazer e de como levá-lo a cabo” (DOYAL; GOUGH, 1991, p. 53). Este é um atributo típico dos seres humanos que tem de ser valorizado. Portanto, ter autonomia não é só *ser livre para agir* como bem se entender, mas, acima de tudo, é *ser capaz de eleger objetivos e crenças, valorá-los e sentir-se responsável* por suas decisões e seus atos (PEREIRA, 2000, p. 70-71).

Em sua obra, Pereira (2000) faz diversos comentários sobre a importância da cultura na organização das necessidades humanas básicas. Segundo a autora, a experiência cultural de cada nação estabelece como as necessidades serão garantidas. Um exemplo está na necessidade intermediária “habitação”, que variará consideravelmente entre os vários modos de viver, associados às possibilidades espaciais.

Compreende-se que, quando Pereira (2000) usa a palavra cultura, está buscando se referir à prática política de cada país, compondo um sistema coletivo consciente e inconsciente de práticas entendidas como comuns a seus pares. Essa condição nem sempre é favorável, e demonstra, às vezes, a incompatibilidade com organizações sociais voltadas para a emancipação humana. Esse preceito, observando os trabalhos no campo da política social, são os que têm aproximado o debate com o campo da cultura, de maneira mais precisa, com a cultura política. A cultura política, sobretudo no caso brasileiro, demonstra como o sistema político, marcado por costumes personalistas, torna-se um agravante para a formulação das políticas sociais:

[...] a relação social e política conservadora presente nestas práticas [clientelistas] não é uma exclusividade do processo de execução das políticas sociais. É algo que conforma a cultura política brasileira e é inerente à história política, econômica e social do país, conformando uma

certa **cultura política do atraso** [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 113) (*grifo nosso*).

No entanto, não se pode deixar de levar em consideração a dimensão da contradição, na qual o conservadorismo caminha com os avanços das lutas sociais, que, embora estejam em correlação de força desfavorável, demonstram a possibilidade de vivenciar uma outra prática política, “[...] de se forjar uma cultura de direitos a partir das lutas por políticas sociais universais, como direito do cidadão e dever do Estado” (OLIVEIRA, 2008, p. 114).

Não obstante, compreende-se a cultura como um termo que designa de maneira genérica as mais diversas práticas humanas. Para além da cultura política, a cultura expressa a sistematização do trabalho humano, o qual, na sociedade atual, é desprovido de uma relação consciente, fazendo com que a produção humana, de maneira hegemônica, seja articulada para a manutenção da exploração do ser humano. A valorização da cultura, na perspectiva deste trabalho, é inerente às relações de classe, e sua defesa tem como horizonte as possibilidades ilimitadas que se fazem na relação consciente entre o homem e seu trabalho. Nessa medida, a cultura, como uma dimensão de interesse público, como tem revelado as tendências contemporâneas das ações governamentais, deve se direcionar, em nossa percepção, da esfera das necessidades humanas e, por conseguinte, consolidar-se como uma dimensão dos direitos sociais.

Sabe-se que a valorização da cultura como uma perspectiva ampliada da prática humana, por si só, coloca-se diante de imprecisões. Conforme mencionado, a sociedade do capital interfere diretamente na realização da cultura, bem como ela própria se organiza sobre suas práticas culturais hegemônicas. Adentrar no campo da cultura compreendendo-a como esfera dos direitos sociais garantidos por políticas sociais não deixa de envolver as tensões sinalizadas entre capital e trabalho. Nesse sentido, a importância das políticas culturais também se dá em fornecer elementos que se voltem não mais para as necessidades do capital, mas para as necessidades humanas.

Entende-se, como salientado, que a concepção de cultura para a formulação de políticas públicas deve ser problematizada, para uma abrangência de seu conceito, pensando-se a democratização e a valoração das produções artísticas, a valoração de práticas e bens que conferem identidade a comunidades e revelam a riqueza e a diversidade do trabalho humano, contrapondo-se à visão reducionista, focada na arte (erudita) e em um apêndice de outras pastas e sendo uma estratégia meramente ideológico-nacionalista, como foi convencional ao

longo dos séculos XIX e XX.<sup>25</sup> Em meio a essa condição, compreende-se que a cultura, como política, tenha uma interferência significativa para a construção da autonomia dos indivíduos, pois fornece os elementos para o processo de desenvolvimento dos seres humanos com base no acúmulo do conhecimento produzido pela humanidade.<sup>26</sup> Compreende-se que a democratização de acesso às manifestações, à valorização de locais, a práticas, formas de saber, ao ensino da importância que amplie a dimensão da diversidade cultural tanto em nível mundial quanto nacional e regional direcione a construção de um universo de conhecimento, solidariedade, exploração das potencialidades e formação crítica dos seres humanos.

### 1.3 Cultura, políticas culturais como política social garantidora de direitos sociais

*A gente não quer só comida  
A gente quer comida  
Diversão e arte  
A gente não quer só comida  
A gente quer saída  
Para qualquer parte...*

(Titãs)

A compreensão do conceito de cultura na contemporaneidade, em seus diversos entendimentos do que ela seja, leva-nos a uma multiplicidade infinita de atribuições. Esse processo, longe de representar uma adesão científica de seu conceito, não fica longe de ser atribuição estrita do senso comum. A cultura se faz presente na vida de todos os seres humanos, o que permite, por parte de cada um de seus membros, interpretar os seus comportamentos e os dos outros.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Entende-se a relevância da utilização da cultura para forjar os símbolos nacionais, os quais seriam pensados de forma arbitrária de acordo com os interesses do pensamento dominante. Seria assim com a educação, na qual forjaram-se escolhas da língua, da história (heroica), dos conteúdos que seriam ensinados na escola como elementos da identificação nacional dos Estados nacionais europeus, na segunda metade do século XIX. Nos regimes ditatoriais, no decorrer do século XX, forjaram-se as experiências mais evidentes em torno das dimensões artísticas, como a música, que, no Brasil, no período Vargas, teria promovido o samba à condição de música popular brasileira.

<sup>26</sup> O fato de considerar a potencialidade das políticas culturais não significa que todo o universo das práticas culturais será contemplado, bem como não deixará de oferecer regulações. Como exemplo, é sabido que algumas práticas da cultura popular limitam ou limitaram o acesso das mulheres, vide a capoeira. Em circunstâncias como essas, considera-se importante que sejam criados mecanismos de regulação democrática que avaliem a história de determinadas práticas, verificando se elas também manifestam espaços de opressão ao seu livre acesso.

<sup>27</sup> Ressalta-se como outros aspectos que tratam de maneira prejudicial o fenômeno da cultura: quando ela se torna justificativa de determinismos genéticos, geográficos, ou então como modelo de comparação entre os povos para distinguir uma evolução, diferenciando grupos (nações) civilizados dos não civilizados (LARAIA, 2009).

Entende-se que a cultura, a partir de sua conceituação moderna, torna-se uma das designações para identificar a ontogênese da humanidade. Ela seria um dos principais fatores de diferenciação de outros animais dos seres humanos, cujo desenvolvimento intelectual o permitem dissociar-se da condição estritamente biológica e desenvolverem uma capacidade de criação, o que fornece elementos para se autodeterminarem infinitamente.

Compreende-se que a cultura esteja em íntima relação com a categoria trabalho, o qual, a partir da dimensão marxiana, é a categoria central para a compreensão do ser humano em sua singularidade. Por meio do trabalho o homem se relaciona com a natureza, modificando-a e sendo modificado, já não sendo mais o mesmo a partir das novas possibilidades criadas. Nas palavras de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1971, p. 202).

Compreende-se que, a partir do trabalho, associado à herança adquirida pela sua prática, bem como da sua transmissão, o ser humano produz cultura, a qual relaciona-se, portanto, a toda prática humana passível de cultivo e sistematização, estando em íntima relação com toda forma de conhecimento produzido pela humanidade.

Nota-se que a cultura não haveria de deixar de ter uma dimensão histórica, ou seja, em determinadas épocas e locais, a cultura se materializa e se recria mediante imperativos sociais, fazendo com que a dinamicidade e a provisoriedade também sejam suas características. Essa análise não deixa de conviver com o aspecto da preservação e manutenção de certas práticas com condição milenar; não obstante, entende-se que uma mesma manifestação, com séculos de prática, dificilmente obedecerá aos mesmos rituais, ou terá os mesmo significados do passado. Nessa perspectiva, permanência e mudança conformam uma relação dialética da cultura, na qual os sujeitos históricos intervêm nessa realidade.

Outro par dialético da cultura é refletido pela diferença. Se, por um lado, a cultura é uma dimensão que advém da singularidade humana, em ligação com o trabalho, principal categoria humana na perspectiva marxista, por outro, ela não deixa de representar a diversidade das práticas sociais de diferentes povos. Os costumes diferentes constroem um mosaico ilimitado de práticas, revelando a condição humana de responder de maneira variada às suas demandas vitais.<sup>28</sup>

O contato entre as culturas e as novas sínteses que proporcionam esses contatos é outro fator que faz parte do universo da cultura. Na atualidade, são raríssimos os casos em que um determinado grupo viva isolado e sem nenhuma comunicação ou influência de práticas de outras comunidades ou sociedades. Compreendendo-se que a cultura é também materializada pela dinamicidade e pela mudança, sabe-se que o contexto contemporâneo de inúmeras apropriações e fusões não deixa de ser singular. Diante de uma sociedade global “Ao mesmo tempo em que se formam bolsões, enclaves ou guetos, também multiplicam-se os contatos, intercâmbios, mesclas, hibridações, mestiçagem ou transculturações” (IANNI, 1996, p. 218). Esse processo não seria novo, mas é potencializado pela mundialização do capital, que por meio da necessidade de ampliar mercados e mercadorias fomenta os intercâmbios culturais.<sup>29</sup>

Comparece agora a mercantilização da cultura, intimamente associada ao desenvolvimento do capitalismo e da chamada “indústria cultural”. Tal

---

<sup>28</sup> Apesar dessa consideração, é preciso analisar que existem estruturas comuns, que se assemelham nos diversos grupos, como a cultura em torno da alimentação, da economia, da organização política, do corpo, da arte, entre outras.

<sup>29</sup> Esse tema é extremamente rico do ponto de vista acadêmico, tendo grande interferência na vida de todos os seres humanos. Observando, nessa perspectiva, a grande influência do mercado, sabe-se que existem tanto a padronização de práticas culturais, na qual prevalecem os valores da classe dominante, e, sobretudo, das grandes corporações das economias dominantes, quanto a reificação do marginal, do exótico, que poderia ser relegado em circunstâncias anteriores, e alçado à condição de mercadoria. Como exemplos dessas duas manifestações pode-se identificar a massificação do padrão alimentar por meio das redes de *fast food*; de outra maneira, observando as práticas corporais, percebe-se como práticas locais são reconfiguradas e catapultadas ao gosto da novidade, para seu consumo.



processo indica, antes de tudo, o avanço do capitalismo sobre os bens simbólicos e, sem dúvida, é uma das premissas mais essenciais da noção de indústria cultural desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Os bens simbólicos estavam preservados até aquele momento de serem produzidos através de uma dinâmica submetida ao capital. A emergência da lógica de produção da indústria cultural faz com que eles não sejam assumidos apenas como também mercadorias, porque capturados e transformados em mercadorias na esfera da circulação, mas que já sejam concebidos como mercadorias, desde o momento de sua produção, como afirma perspicazmente Adorno. Nesta perspectiva, o dado mais significativo da noção de indústria cultural, em sua feição adorniana, é exatamente a constatação que o capital agora avança não só sobre a circulação, mas também sobre a própria produção da cultura (RUBIM, 2007, p.142-143).

Essa ponderação desencadeia reflexões acerca do processo de construção das práticas culturais. Buscando afastar-se de uma perspectiva essencialista da preservação das práticas culturais sob os preceitos da preservação do passado, compreende-se a vitalidade das práticas culturais a partir das suas mudanças; cabe a ponderação em saber sobre quais condições são promovidas as mudanças e quem é beneficiado por elas.

Compreende-se que esse cenário, potencializado com a interferência do mercado, que interliga um sem-número de práticas, instituições e sujeitos, que antes seriam vistos como distantes, faz construir, em meio ao debate acadêmico, conceitos em torno dessa nova configuração. Com base nesse contexto complexo de possibilidades, adentram as políticas culturais.

A história das ações culturais faz parte da civilização humana, embora sua formação como política cultural seja recente e tardia à formação do Estado moderno. Conforme aponta Calabre (2009), “A relação entre o Estado e cultura é milenar, entretanto é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas” (p. 9).

Apesar de serem identificadas ações do Estado, apenas na metade do século XX que serão identificadas as políticas culturais, tendo como marco a criação do Ministério das Ações Culturais na França, em 1959. Tal afirmativa se constrói com o entendimento de que, até então, as ações do Estado eram iniciativas pontuais e não representavam a busca de um sistema nacional no qual estivesse em jogo uma arena de disputas em torno do atendimento das necessidades culturais. “Até então, o que se verificava eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados. A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais” (CALABRE, 2007, p. 88)

As políticas culturais vêm apontando, em seus caminhos, muitas possibilidades de intervenção, fato que é corroborado pelo seu ambiente, construído por diversos agentes, que vão desde produtores de uma manifestação cultural local passível de extinção até o mercado, o Estado e os organismos internacionais, como a Unesco (órgão que pode ser considerado o principal agente mundial para a formulação de políticas culturais), entre inúmeros outros. Esse contexto, que não é composto por consensos, mas, sobretudo, por disputas e interesses, tendo o Estado como regulador dessa arena, faz com que as políticas culturais se direcionem para as necessidades humanas, ou as necessidades do capital.

Em meio a essa dinâmica, contudo, um ponto que representa um primeiro avanço no sentido de compreender a cultura como um direito social é sinalizado a partir da concepção de cultura para a formulação de suas políticas. A compreensão da amplitude do conceito de cultura, já colocada, fez parte do amadurecimento dos estudos advindos das Ciências Sociais (em especial da Antropologia), na década de 50 do século XX (CHAUI, 2008), e nem sempre correspondeu à formulação de políticas culturais, convivendo, ainda, com embates contemporâneos. Menciona-se, por exemplo, no caso brasileiro, que a cultura em sua perspectiva ampliada, como conceito antropológico, teria sido melhor sinalizada a partir da gestão de Gilberto Gil (BOTELHO, 2007a). Ainda segundo Botelho (2007b):

Dentro do quadro ainda dominante, costuma-se tomar a cultura erudita como o paradigma que ilumina a reiterada preocupação em avaliar as desigualdades de acesso à Cultura, aqui com letra maiúscula, e que vem sendo o alvo principal da maioria das políticas culturais engendradas pelos poderes públicos (BOTELHO, 2007b, p. 172).

As tensões no campo da cultura não terminam com essa discussão conceitual, mas se iniciam e vão envolver não só a concepção do Estado e dos governos sobre cultura, mas seus programas, ações, o orçamento destinado à formulação das políticas e, sobretudo, os usuários da política, quais sejam: artistas das mais diversas áreas, com grande e pequeno reconhecimento, trabalhadores da cultura, grupos que exercem práticas no campo da cultura popular, financiadores privados da cultura, apreciadores e, de maneira geral, toda a população, por se referir a um direito social.

Entende-se que o amadurecimento das políticas culturais como um ramo das políticas sociais se faz necessário na medida em que a cultura não seja privilégio de poucos, tanto na sua realização quanto na sua apreciação. Nesse sentido, considera-se relevante que as políticas culturais estejam atentas à diversidade cultural; à preservação de patrimônios culturais

materiais e imateriais, com a oportunização do acesso a esses bens por toda a população; e à ampliação de oportunidades para as mais diversas dimensões artísticas (música, dança, artes cênicas, artes visuais, literatura, cinema etc.), fato que envolve a aproximação da cultura com a educação e não deixa de se relacionar à potencialidade criativa do ser humano, que tem seus limites na constituição da sociedade do capital. Construir condições envolve as disputas na sociedade civil que direcionam o Estado para uma nova direção política, bem como sinaliza a história do Estado moderno:

O Estado-Nação moderno e seus governos têm uma legitimação secular e uma predisposição para uma atuação social laica. Com o declínio da religiosidade como eixo de legitimação da política, a cultura passa a ser uma fonte significativa desta legitimidade. Tal dispositivo secular, inicialmente associado às elites e aos interesses dominantes, paulatinamente, através da luta de diferentes segmentos oprimidos, passa a ser conformado por expedientes democráticos, que implicam na construção de hegemonia e o colocam na cena política como condição vital para a direção da sociedade. Ou seja, o consenso toma o lugar de mera coerção, típica das anteriores situações autoritárias, vivenciadas durante os reinados absolutistas ou mesmo nos governos iniciais da burguesia, que excluía da vida política todos aqueles não pertencentes à elite, através de procedimentos como o voto censitário etc. Ao incorporar a lógica da construção e competição de hegemonias, a política necessariamente se articula com a cultura, posto que se trata da elaboração de direções intelectuais e morais, como diria Antonio Gramsci, e da disputa de visões de mundo, nas quais política e cultura sempre estão imbricadas (RUBIM, 2007, p. 142)

Entende-se que a capoeira faz parte dessa dinâmica de disputas de hegemonia como alvo das políticas culturais, refletindo as tensões no campo da cultura. Sua história, que conviveu com a criminalização ou esquecimento por parte do Estado, agora passa a receber a sua interferência na busca de sua valorização. Contudo, em sua dinamicidade, mais do que representar a diversidade cultural de uma prática tradicional, a capoeira se torna um dos ícones da cultura mundializada, sujeita a apropriações diversas, que podem privilegiar determinados setores, relegar saberes que se situam fora dos interesses de sua mundialização, como também resistências.

Compreende-se que essas questões se somam às demais colocadas ao longo deste capítulo na formulação de políticas sociais. As especificidades da capoeira como campo de intervenção social, contudo, revela uma multiplicidade de possibilidades e sujeitos. Entende-se que o mapeamento do mundo capoeirano e a elaboração de ações e programas para o setor não sejam tarefas simples. Longe de representar uma estrutura homogênea, o campo da capoeira é permeado de disputas, visões de mundo que explicam, em parte, a existência de

inúmeras tentativas de criação e a própria existência de entidades associativas sem o sucesso pretendido, bem como os milhares de grupos pelos quais se estrutura o ensino e os saberes da capoeira. Ainda como expressão de sua heterogeneidade, compreende-se que sua realidade não deixa de perpassar as condições de classe, sendo que, para uns, a capoeira se torna um importante produto a ser comercializado, e para outros, torna-se uma alternativa de “ganha pão” – a *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>30</sup>, oneroso e de difícil rentabilidade. O Estado, então, entendendo sua omissão quanto à valorização desse legado cultural durante décadas, entra em cena tendo de lidar com essa problemática; cabe analisar de que forma conseguiu administrar todos esses temas e se os programas contribuíram para a efetivação dos direitos sociais no atendimento das necessidades humanas básicas.

Compreende-se que a criação de uma agenda pública para a capoeira fortaleça o entendimento do acesso à cultura como um direito social – entendendo que a cultura, ao ser concebida como tal, não busca uma homogeneidade das práticas culturais –, ou define uma cultura nacional que tenha de ser praticada por toda a sua população, garantindo o exercício das mais variadas manifestações culturais. Nessa perspectiva, a capoeira, como as demais manifestações culturais, tornam-se expressão dos direitos culturais e, conseqüentemente, dos direitos sociais, implicando, por parte do Estado, a elaboração de políticas públicas que garantam condições básicas para a realização dessas práticas. Assim, faz-se necessário compreender a construção social desse fenômeno a fim de fornecer melhores elementos para entender suas possibilidades de expressar os direitos sociais.

---

<sup>30</sup> Categoria desenvolvida por Antunes (2008), utilizada para compreender as condições da classe trabalhadora na contemporaneidade visando problematizar análises que buscam descaracterizar a categoria trabalho como dimensão ontológica dos seres humanos, tendo em vista o cenário conjuntural de mudanças proporcionado pela reestruturação produtiva que gera uma crise da oferta de trabalho, o desemprego em massa. Nesse sentido, mais do que inferir uma redução do labor na conjuntura pós-década de 1970, a venda da força de trabalho acaba por ser ampliar em uma condição precarizada diante do aumento da informalidade de empregos precarizados etc. “Essa heterogeneização, complexificação e fragmentação da *classe-que-vive-do-trabalho* não caminha no sentido de sua extinção; ao contrário de um *adeus ao trabalho* ou à *classe trabalhadora*, a discussão que nos parece pertinente é aquela que reconhece, de um lado, a *possibilidade* de emancipação *do e pelo* trabalho, como um *ponto de partida* decisivo para a busca da omnilateralidade humana” (ANTUNES, 2008, p. 91).

## **CAPÍTULO 2 – A CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA CAPOEIRA**

A capoeira como fruto das relações da sociedade recebe influências das mais diversas instituições sociais. Em um primeiro momento, a escravidão negra em terras até então portuguesas fomentou o reconhecimento da prática marcial realizada pelos negros. Contudo, inúmeras interferências auxiliaram na conformação do que na atualidade se entende por capoeira.

Sabe-se que a capoeira fora desenvolvida a partir da rivalidade e ludicidade entre os negros, pelas disputas políticas no Brasil Imperial, pelo Estado que a recriminava, pela imprensa, por romancistas, por folcloristas, por Bimba, Pastinha e seus discípulos, pelos acadêmicos, pelo mercado e pelos seus agentes contemporâneos. Dentro desse emaranhado de influências, que conformam a capoeira na dinâmica das relações sociais, cabe ponderar uma sistemática com intuito de compreender a condição atual da capoeira, com o Estado entrando novamente em cena em ações mais assertivas e duradouras, como sinalizaram as ações do Ministério da Cultura durante o governo Lula. Buscando uma metodologia para adentrar ao mundo da capoeira, recorre-se à sua materialização histórica.

### **2.1 Percursos históricos**

Investigar a capoeira, sob os mais diversos aspectos, implica buscar a explicação de sua lógica. A tentativa de apreender esse fenômeno instiga reconhecê-lo a partir de múltiplas causalidades que direcionem uma impressão de sua materialidade. Considera-se que um ponto de partida para este estudo é o conhecimento histórico e da significativa contribuição historiográfica sobre capoeira. Será importante, para fins deste estudo, observar como a capoeira realiza interfaces com a História do Brasil colonial, imperial e republicano, não deixando de se articular com expressões das questões sociais.

Considera-se relevante adentrar o universo de origem que possibilita o desenvolvimento dessa luta, bem como perceber os sujeitos desse processo. O momento atual de mundialização desse fenômeno se coloca bastante díspar das primeiras identificações dos capoeiras e de sua capoeiragem, quando o poder oficial reprimiu e, em determinadas circunstâncias, também buscou extinguir a prática no final do século XIX e início do século

XX. As diferentes condições em diferentes épocas formam os movimentos que fazem parte dos caminhos que a capoeira realizou, inserindo-se na realidade.

Sabe-se que a capoeira tem sido permeada por discursos identitários, nos quais o passado tem papel fundamental na condição de garantir legitimidade perante a sociedade de maneira geral. O processo histórico que, pela ação dos seres humanos, é mediado por continuidades e rupturas tem a possibilidade de ser reinterpretado de diferentes formas. Entre diversas abordagens, compreende-se que no meio capoeirano são colocadas tradições que absorvem uma leitura do passado, sem uma necessária vinculação com a discussão acadêmica.

Compreendendo que muitas dessas abordagens se encaixam em um universo popular, que é deveras pautado pela história oral, tornando-se, por vezes, a principal fonte, haja vista a própria negação do acesso de boa parte da população à educação institucionalizada, prevista desde o surgimento do Estado Brasileiro,<sup>31</sup> grande parte das lógicas estabelecidas são fontes documentais ricas para o conhecimento histórico, a fim de preencher lacunas no campo da história da capoeira. Vide depoimentos dos mestres Pastinha, Waldemar, Bimba, entre inúmeros outros relatos que já se tornaram conhecidos publicamente, por meio de filmes e vídeos que circulam na *internet*. Entende-se também que muitas das reconstruções, que não são próprias nem dos capoeiras nem da cultura popular e se inserem na própria intelectualidade são permeadas por uma dimensão romântica do passado, associada a certas justificativas do presente. Para além de disputas acadêmicas, ou surgimento de novas fontes que podem redimensionar a interpretação do passado, convive-se com interpretações pouco atentas às ponderações acadêmicas, com o intento de privilegiar determinados interesses.<sup>32</sup>

Conforme salientado por Vieira e Assunção (1998), a história da capoeira é permeada por “mitos, controvérsias e fatos” que buscam transformar o passado para justificar o presente de determinados atores. Estando atento a essas questões, embora não deixe de salientar que foram feitas opções na construção deste texto, esta pesquisa dialogará com as produções

---

<sup>31</sup> Em que pesem polêmicas quanto ao episódio, considera-se como fundantes para a formação do Estado brasileiro o processo que leva à Independência de 1822 e à Constituição outorgada em 1824. Pondera-se, contudo, que não será o fato de existir uma educação estatal (da qual o texto constituinte de 1824 garantia a instrução pública – art. 179), que ela será possibilitada a todos.

<sup>32</sup> Como exemplo, pode-se citar a apropriação da indústria do turismo na Bahia, que cria um imaginário de que a capoeira apresenta um local de surgimento, e este seria em território baiano. Contudo, não é isso que apontam as fontes; partilha-se do posicionamento de Vieira e Assunção (1998), a compreensão “heterodoxa” de que, se existe uma origem para a capoeira, esta seria carioca. Outro exemplo se constrói em torno dos grandes símbolos identitários para os capoeiras na contemporaneidade: os grupos, nos quais seus nomes muitas vezes remetem a personagens, locais, insígnias que se articulam com a capoeira de maneira controversa.

acerca da história da capoeira para uma melhor identificação de como ela se desenvolve dentro da dinâmica Estado-sociedade ao longo da história.

## 2.2 As primeiras pernadas... ou cabeçadas

*Os negros têm ainda um outro folguedo guerreiro, muito mais violento, a “capoeira”:* dois campeões se precipitam um contra o outro, procurando dar com a cabeça no peito do adversário que desejam derrubar. Evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis; mas lançando-se um contra o outro mais ou menos como bodes, acontece-lhes chocarem-se fortemente cabeça contra cabeça, o que faz com que a brincadeira não raro degenerem em briga e que as facas entrem em jogo ensanguentando-a (Rugendas. Viagem pitoresca através do Brasil)

O relato de Rugendas [s.d.], postulado em seu livro com primeira publicação de 1835, traz ricos relatos sobre a sociedade brasileira no período imperial, bem como as paisagens, por meio das descrições e, principalmente, por suas pinturas. Em um dos quadros publicados no seu trabalho, com o título *Jogar capoeira, ou dança da guerra*, podem-se inferir algumas ações que remetem à prática da capoeira, como um grupo de negros, com dois homens se movimentando, a presença de pessoas observando, um instrumento de percussão sendo tocado. No livro também há outra imagem *São Salvador*, que remete a uma situação em que um grupo de negros está reunido, sendo que alguns se movimentam (são quatro se movimentando, mas não é possível definir se há um jogo entre dois, três ou entre os quatro), e sem referências claras acerca de um jogo entre capoeiras.

Segundo o relato da epígrafe deste tópico, Rugendas, em seu livro, faz observações interessantes sobre a capoeira, apresentando desde então seu caráter multifacetado, já que seria um folguedo guerreiro “violento”, que tem seus golpes (cabeçadas) e esquivo (saltos de lado), mas também é lembrado como uma brincadeira, que se transforma em briga quando chocam “cabeça contra cabeça”, dando a possibilidade de utilizarem armas (facas), ensanguentando a luta. Essa descrição apresenta detalhes não percebidos ao analisar as figuras, o que pode levar a encará-las como momentos diferentes da capoeira. Em que pesem diversas conjecturas e as limitações para a análise da obra de arte, pondera-se que a exposição

de Rugendas, que vivera no Brasil de maneira itinerante ao longo da década de 1820, revela de maneira genérica a capoeira como um dos costumes dos negros no Brasil Imperial.

Pouco antes de Rugendas, outros pintores estrangeiros como August Earle e Debret retrataram situações (com homens negros) que sugerem uma prática corporal relacionada à capoeira (uso do berimbau, luta entre negros, negros em movimentos acrobáticos);<sup>33</sup> embora também permeadas por conjecturas, vão conformando um ambiente que consolida, por meio da representação artística, a presença de uma cultura marcial, que vai sendo reconhecida por observadores da época.

Compreende-se que esse debate permeia os trabalhos de história quanto à problemática das fontes. É preciso observar com cautela as fontes primárias, buscando interpretar o que se queria retratar naquele momento, observar quem fala e de qual lugar (físico e social) se fala; quando possível, faz-se necessário cruzar informações, evitando projeções que “vejam demais”, além do que o contexto permite inferir. Buscando estar atento quanto a essas questões e, enquanto não aparecem novas fontes, observa-se “Jogar capoeira, ou dança da guerra” como uma das primeiras representações artísticas para a retratação da capoeira.

A fim de compreender melhor o processo do desenvolvimento da capoeira, volta-se para um pouco antes do começo do século XIX, em que se cogita pela primeira vez a utilização da palavra capoeira como uma luta. Tal proposição foi aventada por Nireu Cavalcanti, em uma publicação do *Jornal do Brasil*, em 1999 (ARAÚJO, 2008), quando em um julgamento o escravo Adão seria condenado por uma morte ocasionada por um grupo de capoeiras ao qual ele faria parte. Tal documento é lembrado 11 anos mais tarde pelo próprio Nireu Cavalcanti em um pequeno texto da revista *Educação em Linha*, da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro:

Em 25 de abril de 1789, mês da Quaresma, era sempre usado para os presos implorarem perdões ao rei e soltura da cadeia. Como fez Manoel Cardoso Fontes, senhor do escravo mulato Adão, que fora condenado a levar 500 chibatadas e ao trabalho forçado nas obras públicas pelo período de dois anos. Tudo isso porque estava num grupo de capoeiras em que fora morto um dos participantes. O seu senhor pediu à rainha D. Maria I, “em louvor da Sagrada Paixão”, perdão dos anos de galés e que Adão sofresse apenas a punição dos 500 açoites. Pedido concedido, para alegria de Manoel Cardoso Fontes (ANRJ – Relação do RJ: código 24, livro 10).

<sup>33</sup> Carlos Eugênio Líbano Soares faz ricas observações sobre as obras desses autores e outras, para identificar as origens da capoeira; as análises podem ser vistas no sítio de vídeos “youtube”, disponíveis em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PL9982A94648529F6E>>.



O documento do capoeira Adão é a primeira referência que encontramos sobre essa atividade no Rio de Janeiro. Antecede às citações feitas pelos diversos trabalhos sobre capoeira, que datam o termo a partir da década de 1820 (CAVALCANTI, 2010, p. 57-58).

Embora tal afirmativa possa “encher os olhos” e, de fato, é relevante como descoberta relativamente recente, objetiva-se não disputar o primeiro documento que evidencia a prática da capoeira; interessa utilizá-lo para compreender melhor o ambiente que constrói o universo da capoeiragem, que é anterior ao período imperial. A obtenção dessa fonte permite avançar além dela, ou melhor, recuar um pouco antes dela. Se a capoeira foi objeto de um processo judicial, não é demais aventar que sua prática já faria parte do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, sendo, portanto, motivo de brigas, mortes e, possivelmente, brincadeiras. Conforme aponta Cavalcanti (2010): “Evidentemente que, se em um processo judicial do Tribunal da Relação aparece o termo *capoeira*, é porque ele já era de domínio público e representava a luta-dança praticada há mais tempo na cidade” (p. 58).

Com essa perspectiva, entende-se a relevância em buscar elementos para compreender as relações sociais nos anos 1700, observando, sobretudo, o modo de vida dos negros escravizados, que, nesse primeiro momento, são os sujeitos exclusivos da prática da capoeiragem.

### **2.3 Escravizados nos setecentos: explosão demográfica negra**

O século XVIII, no Brasil, apresenta um contexto um tanto diversificado quanto à ocupação territorial, à economia e à organização da escravidão. O sistema escravista, bem como a sociedade colonial na América portuguesa, passa a ser marcado por uma crescente povoação, para além da grande região litorânea, bem como para o interior. Tal situação em muito se deve à busca de ouro, que acabou por representar o principal produto da economia da colônia portuguesa, superando a cana-de-açúcar, que desde o século XVI seria a principal fonte de riqueza para a coroa e para a elite dos engenhos. A cana-de-açúcar seria o pilar da organização social: ocupação do território, desenvolvimento da cultura agrícola, organização do trabalho e política se desenvolveram em função da cultura da cana. “O cultivo da cana-de-açúcar foi a base material que propiciou o estabelecimento dos europeus nos trópicos” (LOPEZ; MOTA, 2009, p. 109).

A economia, baseada no açúcar, que deixaria como eixo de ocupação da colônia o Nordeste, com o advento da descoberta do ouro, passa a transferir para a Região Sudeste a

centralidade da economia. A demanda de mão de obra escrava, que era grande com o empreendimento hegemonicamente monocultor, com o ouro,<sup>34</sup> auxilia em tornar a demanda uma curva exponencial ao longo do século XVIII.

O aumento da demanda eleva o preço do escravo em torno de 400%, e acaba por favorecer o porto do Rio de Janeiro, que, a fim de abastecer as minas, tinha maior agilidade no fornecimento com a menor distância (FLORENTINO et al., 2004). A maior necessidade de escravos também exigiu outras rotas atlânticas, que se antes (com a hegemonia dos traficantes baianos) era centrada na Costa da Mina, com a ascensão do porto fluminense durante o século XVIII priorizou o tráfico na região de Angola.

Compreende-se que esse panorama tenha influenciado o contexto político, uma vez que Marquês de Pombal, que governara a colônia entre 1750 e 1777 (imbuído de grandes tarefas para recuperar a altivez da coroa portuguesa no cenário europeu), embora se organizasse em reerguer a economia no Nordeste (e a economia colonial), legitimou o Rio de Janeiro como o centro político em 1763, com a transferência da capital.

Os caminhos traçados na sociedade colonial fazem entender um universo bastante diversificado de sujeitos. Observa-se a presença de um incipiente poder oficial, senhores de engenho, fazendeiros, traficantes de escravos, trabalhadores livres, comerciantes de toda ordem, bandeirantes, representantes do clero, condenados da coroa (degredados), índios, negros, entre diversas outras identificações que se entremeavam nos percursos coloniais.

Nesse universo, a população negra seria o principal grupo produtor de riqueza na colônia e o grande contingente populacional leva o Brasil à condição hegemônica de escravista durante todo o período colonial e imperial. Ao final do século XVIII, algumas estimativas apontam que o número de escravos estaria em torno da metade da população do Brasil colônia (REIS; SILVA, 1989).

O tráfico de escravos da África aportou na América entre sete e oito milhões de africanos, aproximadamente, sendo que em terras portuguesas na América esse número representou mais de 50% do montante, cerca de metade (número próximo a dois milhões e meio de pessoas) desembarcada ao longo do século XVIII,<sup>35</sup> o que trouxe à região uma enormidade de modos de ser dos que aqui chegaram, ainda que sob o jugo da escravidão. A África, muito longe de representar uma unidade social e política, ao longo do desenvolvimento do capitalismo comercial, foi sendo apropriada como principal centro de

---

<sup>34</sup> Sabe-se que a dinâmica da expansão do tráfico de escravo não se formou exclusivamente em torno da busca por ouro na Região Sudeste, mas na própria economia açucareira do Rio de Janeiro e para outros diversos fins econômicos nas regiões Sudeste e Sul.

<sup>35</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.face>>.

oferta de mão de obra para a América, beneficiando a corte portuguesa, traficantes portugueses e “brasileiros”, elites africanas, e incitando as disputas entre as diversas etnias africanas.

Os que aqui chegaram, em meio à grande mortandade, desde a captura, traslado, os primeiros anos no Brasil e própria expectativa de vida (menor em relação ao homem livre), não deixaram de desenvolver seus costumes, práticas religiosas, culinária, múltiplas dimensões artísticas... Evidentemente, isso não aconteceu sem fusões (entre etnias africanas, cultura europeia e indígena) e sem novas sínteses, das quais a capoeira é herdeira. Sabe-se que esses encontros, ainda que de maneira hostil, foram constituídos desde o aprisionamento dos africanos em seu continente, quando muito dos portos de saída, embora tratados como identificadores de uma etnia,<sup>36</sup> reuniam diversos escravos capturados de diferentes regiões. Aportando na América, e com o desenrolar das relações sociais entre escravizados e negros, em determinadas condições, seria possível construir unidade entre os negros, o que não era possível naquele momento no continente africano. Utilizando Florentino et al. (2004), em seus dados estatísticos, pode-se observar que os escravizados africanos saíram de vinte e quatro portos, envolvendo três grandes regiões do continente: África Ocidental, África Central Atlântica e África Oriental.

A vida do negro na América portuguesa não se resumia à condição de escravo, nem a uma forma de trabalho compulsório. Compreende-se uma gama de possibilidades, tipificação dos negros, regimes escravistas, bem como a liberdade possibilitada desde o início da colonização em ações mediadas entre a “negociação e o conflito” (REIS; SILVA, 1989).

Em meio a um desenvolvimento de vilas e cidades fomentando um espaço urbano, considera-se que teria sido possível o desenvolvimento de outras estruturas de exploração de mão de obra dentro do escravismo. Entre diversos afazeres possíveis, entende-se a existência de uma forma de trabalho que garantia ao escravizado maior fruição e tempo para seus afazeres no diálogo entre o urbano e o rural. A esses escravos, que viviam com maior liberdade no espaço urbano, teria sido possível visualizar, bem como incomodar, a ordem portuguesa no que tange ao universo marcial a partir do que se denominou capoeira. Os escravos de ganho, que se organizavam nessa condição, podem ser um dos elementos que teriam exercitado os primeiros golpes.

---

<sup>36</sup> Segundo Soares (2004) “As ‘nações’ africanas que encontramos nos documentos, são, na maioria das vezes, invenções, interpretações, oriundas da práxis de séculos de tráfico de negros através do Atlântico. Em outras palavras, cabindas, minas, benguelas e outros correspondem muito mais aos portos de origem das peças e a macrorregiões genéricas do que a etnias ou ‘nações’ criadas pela experiência histórica dos próprios africanos.” (p. 141). Aqui no Brasil, contudo, as etnias não deixaram de se tornar elementos de formação de identidades entre a população negra.

A literatura tem indicado que o termo capoeira foi um nome atribuído por quem observava a prática. Em uma sociedade conformada pelo sistema escravista, as preocupações se colocavam diante de qualquer levante com um contingente populacional que, em meados do século XVIII, parecia ocupar as normas e ações da elite colonizadora. Imagina-se que em um universo de múltiplos encontros não deixariam de existir conflitos entre negros,<sup>37</sup> bem como atividades brincantes, e a partir daí se reuniriam elementos para a identificação da luta capoeira.

Conforme mencionado anteriormente, a palavra, para a designação da luta, teria sido cunhada de maneira pioneira no Rio de Janeiro, o que não significa a inexistência de experiências semelhantes no âmbito dos espaços coloniais, o desenvolvimento de um conjunto de elementos da cultura africana, que promoveria um ambiente marcial. Contudo, com a relevância da cidade do Rio de Janeiro para a colônia portuguesa, seria aceitável a generalização da descrição capoeira para as outras experiências no território. Isso seria possível ao longo do século XIX, à medida que a experiência da capoeiragem se desenvolvia de maneira assustadora a partir de seu crescimento e de sua aceitação do nome entre seus praticantes. O ambiente das cidades, nem sempre tranquilo, principalmente à noite, é um elemento relevante para a valorização de um sistema de defesa pessoal, principalmente entre aqueles que não detêm o poder legítimo da força. Se os então denominados capoeiras não fossem o perigo, poderiam ser o antídoto para ele.

Por que capoeira? A palavra capoeira já seria utilizada com outros significados, com registros antigos e origens distintas (as quais organizam alguns mitos sobre a capoeira). Entre as diversas assertivas sobre o estudo etimológico do texto, observando as fontes e seu contexto, o termo teria sido utilizado como uma extensão da condição laboriosa dos escravizados, bem como serem vistos em momentos de ação de defesa pessoal e/ou brincante. Antes da fama da luta, eram os escravos carregadores de mercadoria em cestos, que seriam identificados como capoeiras. Figuras do comércio urbano da cidade, seria possível que esses sujeitos, entre várias formas de saber, fossem portadores de um conhecimento marcial, (fato que também não exclui que demais sujeitos fossem hábeis nesse quesito), o qual poderia ser utilizado como forma lúdica, bem como maneira de defender a mercadoria e a si próprios.

Esse seria um dos caminhos para entender a utilização do termo para o “folgado guerreiro”. A palavra que teria sido registrada em um dicionário desde 1712 (REGO, 1968)

---

<sup>37</sup> A pintura de Rugendas *Carregadores de água*, embora de 1821, evidencia a possibilidade de um contexto conflitivo em torno de um chafariz, importante local de encontro entre negros desde 1700 (LOPES; MOTA, 2008), sobretudo pela manhã. Na representação, é evidenciada uma briga envolvendo dois negros.

apresentava um significado que a relacionava a cesto de galinhas e outro a fosso de fortificação. Também haveria no dicionário o termo “capoeiro”, que seria o significado para ladrão de galinha (BLUTEAU, 1712, p. 128-129).<sup>38</sup> Entre os vários caminhos para a raiz da palavra, existem algumas sincronias que reforçam o uso do termo para identificar a prática negra. Se por um lado, a etimologia tem origem europeia, por outro, existe a explicação da formação a partir da união de vocábulo tupi “capo” (buraco, cesto de mato) com o luso “-eiro” (carregador). Tal análise, lembrada no trabalho de Soares (2004), teria sido feita por Adolfo Filho, um entusiasta da capoeira no início do século XX, cujo trabalho seria um importante divisor sobre a percepção de que a capoeira teria se desenvolvido no meio rural, por intermédio do refúgio e combate nas matas. A falta de evidências da prática no meio rural faz o autor dos artigos na revista *Rio Sportivo*, na década de 1920, levantar a condição de fenômeno urbano para capoeira. Do antigo termo, do qual muitos etimólogos discutiam a origem da palavra (REGO, 1968), até a “nova explicação” de Adolfo Filho, pode-se delinear que a luta “pegou emprestado” o termo que designava a função de determinados escravos carregadores de cestos. Sugerindo uma possibilidade, Cavalcanti aponta:

Juntando os fragmentos conceituais de que a capoeira, luta-dança, era praticada por escravos e ex-escravos, ou forros; os praticantes desrespeitavam as normas da “boa polícia” urbana, ou *urbanidade* como se dizia na época, praticando o bailar de terreiro; e o capoeiro era sinônimo de ladrão de galinha, podemos aventar a hipótese de que, na origem, o termo se relacionava ao balaio de carregar animais ou aves (CAVALCANTI, 2004, p. 58).

## 2.4 Capoeira: sinônimo de subversão

Do final do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, como uma das mais populosas na América, convivia com uma população negra que superava a população europeia e indígena. Os negros, em sua imensa maioria escravizados, tomavam os espaços urbanos da cidade de diversas maneiras, e não deixavam de exercer suas manifestações culturais publicamente.

É um momento em que a repressão para com esta população passa a ganhar grande proporção, dando a impressão, na lógica do poder oficial, de que era preciso conter a forma

---

<sup>38</sup> Obra digitalizada disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/capoeira> >.

como ocupavam a cidade. O haitianismo,<sup>39</sup> em 1791, dava um sinal de que os oprimidos pela lógica colonial poderiam ser capazes de subverter a ordem e o sinal de alerta já seria acionado contra os negros.

O aumento da repressão teria ganhado maiores contornos a partir da vinda da família real para o Brasil. Com a guarda da família real, criada em 1809, seria mais presente a polícia nas ruas a fim de conter qualquer princípio de ultraje à ordem. E esta se voltaria contra o grande contingente populacional da cidade.

A capoeira seria um dos alvos da polícia. Conforme evidenciam os registros a partir do Códice 403 (SOARES, 2004), documento que contém o arquivo das prisões de 1810-1821, o relato de algumas prisões estava relacionado a jogar capoeira. Sugere que a prática realizada de maneira espontânea já seria motivo para a prisão dos capoeiras. Mas ainda haveria outros motivos, que seriam evidenciados entre brigas de rua, ações ligadas a furtos e resistência corporal com a força policial.

Os registros policiais seriam, ao longo da primeira metade dos anos 1900, a principal evidência da existência da luta. É interessante notar que a caracterização oficial da capoeira como crime viria cem anos depois do primeiro registro de uma prisão devida à capoeira. Antes disso, muitos teriam sido presos pelo uso da luta, e os castigos para os infratores estariam entre os mais cruéis (SOARES, 2004).

A perseguição não se restringia aos capoeiras, mas parece estar atrelada à contenção de todo tipo de aglomeração. Os relatos parecem evidenciar uma dinâmica que, fora da condição de trabalho, qualquer transeunte, sobretudo negro e com os pés descalços,<sup>40</sup> seria suspeito. Essa organização penal recaiu sobre práticas como o batuque. Tais estratégias, nas quais imagina-se uma criminalização da população negra, revelam também os custos para a coroa portuguesa, bem como para o recém-fundado Estado brasileiro, da escravidão. Se o aumento constante da população escrava gerava maior lucro para a economia, também favorecia um ambiente em que a população negra se organizava com lógica própria, com seus códigos, suas redes de solidariedade e com desavenças, independentemente do poder oficial.

Essa certa independência, da qual se compartilhava no espaço urbano, gerava suas próprias referências, entre elas a tipificação do sujeitos que seriam lideranças. Conforme sugere Karasch (2000), os curandeiros seriam os negros com maior prestígio na cidade do Rio de Janeiro. Compreende-se que os capoeiras, pelo que representavam, seriam outro grupo de

---

<sup>39</sup> Movimento insurrecional liderado pelos negros no Haiti, que acabou por proclamar a independência da então colônia francesa.

<sup>40</sup> Uma das maneiras de reconhecer os escravizados no Brasil Império é o fato de não usarem sapatos.

sujeitos sociais com grande respaldo no universo negro, o que desfaz, inclusive, a visão de que a capoeira teve os primeiros sinais perto do fim da escravidão. Segundo Soares (2004), não existe nenhum relato no Códice 403 que relacione fuga com a capoeira. Permite-se a análise de que os capoeiras gozavam de um reconhecimento, bem como de um trânsito tal, que suas ações não encontravam grandes limites dentro da ordem escravista. Nos códigos dos negros, imagina-se que eles instituíssem formas de poder simbólico entre os dominados, que causariam na cidade maior prestígio.

Como sugere Soares (2004), as prisões feitas na segunda década do século XIX demonstram como a capoeira já era algo disseminado por toda a cidade do Rio de Janeiro, onde as autuações também se faziam em lugares arredados da cidade. A esse momento também, com a popularização do nome, sugeria-se que os praticantes poderiam ser presos sem saber que eram jogadores de capoeira, bem como manifestações genéricas de lutas/brigas na cidade acabaram se tornando capoeira. O mundo da capoeiragem, portanto, construía-se não só pelo protagonismo do negro, mas também pelo próprio aparelho legítimo da força.

A prática da capoeira deveria incomodar bastante a ordem. Pelos registros que constam no Códice 403, mais da metade das prisões envolviam penas máxima de trezentos açoites; “possivelmente o rigor executado com os capoeiras era bem mais severo do que com outras modalidades” (SOARES, 2004, p. 88). As penas também incluíam o trabalho forçado e a própria prisão. Um fato interessante é que as prisões, em sua maioria, eram feitas em pequenos grupos de duas ou mais pessoas, o que, segundo Soares (2004), revela uma estratégia escrava de se dividir para diminuir a possibilidade de captura pelos policiais.

Ao longo de todo o período imperial, a capoeira foi mudando de roupagem sua organização e disseminação, fazendo aumentar a repressão, sobretudo no período regencial, quando esse grupo de praticantes se alastrava nas ruas da cidade, transcendendo de vez a condição de cultura escrava e adentrando à cultura dos subalternos, na qual a população livre, forros, crioulos, boçais e imigrantes portugueses se jogariam à sorte, utilizando a capoeira como atividade lúdica, defesa pessoal, bem como ferramenta de trabalho e instrumento de manifestação política.

## **2.5 Ocupando a cidade: maltas de capoeira**

Ao longo do século XIX, as ações em torno do fim da escravidão africana vão ganhando força e o comércio de escravos vai se reduzindo em perspectiva mundial. A

economia brasileira, necessitada desse universo, respondeu de maneira mais lenta a essa iniciativa, e mesmo com a edição da Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que proibia a importação de escravos para o Brasil, não se deixou de registrar a chegada de navios negreiros ao país.

O tráfico externo arrefeceu e, de maneira inversa, o tráfico interno aumentou significativamente. Com a proibição da importação e com a necessidade premente do uso do trabalho escravo para a economia brasileira, ocorria uma grande circulação da mercadoria escravo em todo o Brasil, dirigindo-se, sobretudo, à Região Sudeste para abastecer a pujante produção cafeeira.

A população escrava, que chegou a despontar entre o fim do século XVIII e início do XIX metade da população, vinha decaindo consideravelmente. Em virtude do fim do tráfico (que também fez subir o preço do escravo), e da estratégia dos escravizados, que iam desde a fuga, da compra da liberdade e do caminho da justiça institucional para a conquista da alforria (MATTOS, 1997), a população ia se constituindo como majoritariamente negra e minoritariamente escrava. Esse quadro, que ganhou novas análises com o racismo científico, em meados desse século, incomodava parcela da elite política, que buscou sua alteração com o trabalho do imigrante europeu, que, entre outros fins, teria a possibilidade de “branquear” a população.<sup>41</sup>

O território brasileiro, nesse universo de diversificação da população, multiplicando modos viver, trocas culturais, fez promover na capoeira uma experiência que ganhou grande relevância na segunda metade do século XIX: a organização das maltas.

As maltas, grupos de capoeiras, foram relatadas desde as primeiras prisões do século XIX. Ao longo de 1800 a designação foi conferindo identidade a seus praticantes, conformando legiões a partir de associações de pequenos grupos, que formariam, posteriormente, dois grandes grupos de capoeiras. A constituição dessas maltas, para além de representarem a resistência subalterna na cidade do Rio de Janeiro, também evidenciava seus conflitos internos diante de uma dinâmica que identificaria cisões entre eles. As maltas não deixavam de ascender divisões entre os escravos africanos e os crioulos, bem como traduziam as disputas políticas do Brasil imperial de D. Pedro II.

Contudo, conforme aponta Soares (1993), em meados de década de 1870, muito da divisão geográfica da cidade, que teria maior presença de escravizados crioulos na região

---

<sup>41</sup> O Estado brasileiro, no final do seu período imperial, chega a utilizar 10% de seu orçamento com o objetivo de financiar a imigração dos povos europeus (KLUG, 2009).



central e africanos nas margens, antes da metade do século, seria alterado profundamente, pela própria diminuição do número de escravos. As diversas maltas que se juntavam formando dois grandes grupos rivalizar-se-iam sob os nomes de Nagoas e Guaiamuns, resgatando terminologias em torno de uma tradição, “se legitimando enquanto mantenedora de um patrimônio ancestral” (p. 79). A disputa entre as duas grandes maltas já não representaria estritamente uma dimensão escrava, mas compreenderia um universo de sujeitos herdeiros desse processo, em grande parte trabalhadores: escravos, livres, mestiços, estrangeiros, repressores e até os mais abastados, à sorte da capoeiragem.

Os relatos sobre a atuação das maltas, intensificados a partir da década de 1870, retratam um universo violento de disputas entre os grupos. Os conflitos, que geralmente eram pré-organizados, envolviam os dias de festas nas freguesias, domingos e o tempo fora do trabalho; observava-se uma ritualística do confronto, que, por vezes, tinha final trágico. As maltas aterrorizavam a cidade do Rio de Janeiro, de modo que a repressão durante o período imperial não conseguiria dar conta de sua extinção.

As principais vítimas dos conflitos seriam os próprios capoeiras. As rivalidades entre os grupos ganhavam contornos históricos, consolidando a região mais importante da corte dominada pelos Guaiamuns (herdeiros dos escravos crioulos, identificados com cor vermelha) e as áreas novas marginais aos Nagoas (herdeiros dos escravos africanos, identificados com a cor branca). As denominações das maltas que conformavam os dois grandes grupos sugerem a influência cultural de cada uma: enquanto Guaiamuns tinham nomes voltados às igrejas, demonstrando maior assimilação da cultura portuguesa e de participantes portugueses, Nagoas utilizavam nomes com o espaço geográfico da cidade, demonstrando maior atenção sobre outros signos de identidade.

Por meio das maltas, os capoeiras ainda se lançariam à disputa política. Se ao longo da década de 1870 foram acionados para prejudicar eleições como capangas, essa situação não deixou de demonstrar suas preferências. Gozando de certa representatividade, também ousaram se posicionar politicamente, sendo famoso o tumulto causado nas eleições de 1872, onde a malta “Flôr da Gente”, responsável pelos transtornos, atuava em apoio ao Partido Conservador.<sup>42</sup> Tal situação mostrava a preferência de uma malta da região da Glória, identificada com o grande grupo Nagoa, em se pronunciar favorável aos gabinetes conservadores. Ainda que não minimizasse os conflitos entre as maltas, os momentos nos

---

<sup>42</sup> O que poderia parecer contraditório, o apoio dos capoeiras ao Partido Conservador, na realidade evidenciava, na prática, o apoio ao partido que encampou durante sua estada no poder as mínimas mudanças que auxiliariam na abolição da escravatura (Lei Eusébio de Queiroz, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários). Não seria demais salientar a certa simpatia da comunidade escrava para com o monarca D. Pedro II (SOARES, 1993).

quais o Partido Conservador seria a hegemonia executiva do poder seriam os períodos em que os capoeiras menos sofreriam com a repressão policial (SOARES, 1993).

O interessante desse período reside no fato de que os capoeiras estabeleciam uma forma autônoma de poder nas ruas da cidade, condição relacionada com as consequências da Guerra do Paraguai, da qual muitos capoeiras foram combatentes. A experiência da guerra mudaria as percepções sobre a instituição e sobre os subalternos. Os ex-combatentes, como o exército, voltariam da guerra com mais prestígio, possibilitando, por parte da elite, um horizonte, que se consolidaria no início do século XX, de reconhecer o mestiço, o negro e os capoeiras como símbolos de nacionalidade. A repressão aos capoeiras, não coincidentemente, inexistiu durante o período da guerra (SOARES, 1993).

O fato de muitos capoeiras entrarem para os quadros do exército traduzia a condição dúbia de sua ação, transitando entre os atos criminosos e a institucionalidade. A busca pela fileira militar, uma forma de acobertar as ações de rua, seria comum a partir da década de 1870.

Mas não necessariamente seria preciso fazer parte do exército para fugir da repressão policial. O *status* atingido pelos capoeiras somar-se-ia à camaradagem entre os soldados, à ação dos políticos conservadores mais permissivos, além da ação dos donos de escravos, que se esforçariam para livrar, quando preciso, seus escravos capoeiras. A situação mais permissiva só se alteraria com a formação dos gabinetes liberais e de maneira definitiva com a chegada da República, com a ação do chefe de polícia Sampaio Ferraz.

A capoeira despertava sentimentos diversos por parte da sociedade carioca. Se, de um lado, favorecia a aceitação, por outro, causava repulsa e terror, situação permeada pelo embate político. Aparentemente contraditório, não se deixaram de travar embates entre republicanos e abolicionistas (em muito atrelados às posições liberais) e capoeiras. A repressão, em muito direcionada por parte dos liberais, acirrava a ação dos capoeiras contra seus filiados. Muito embora sobrepondo as rivalidades, seria possível a adesão dos capoeiras aos ideais que seriam encampados, em tese, pelos liberais,<sup>43</sup> assim como ações interpessoais com os membros do partido, perspectiva do clientelismo comum à época.

O que Soares (1993) salienta dessa conjuntura ao final do Brasil Imperial seria a existência de um “Partido Capoeira”, que, sem a institucionalidade, agiria de forma autônoma,

---

<sup>43</sup> Embora em um contexto no qual não se consumariam grandes cisões entre os partidos, sabe-se que nas fileiras liberais é que se construíram as bandeiras republicanas e abolicionistas. Na prática, como salientado, no gabinete conservador efetivavam-se as leis mais avançadas em relação ao fim da escravidão.

O pensamento abolicionista não era de exclusividade dos liberais, assim como o medo quanto à ação da população negra na cidade era mais relevante para os membros do partido separarem o abolicionismo da participação popular na vida política da capital do Império.

conforme seus interesses. Mais tarde, ao final do Império, essa manifestação política traduzir-se-ia, nos componentes da Guarda Negra, organização política que reunia os negros interessados na dura tarefa de se manifestarem frente à nova ordem republicana.

## 2.6 A capoeira não é só aqui... ou ali

A cidade do Rio de Janeiro seria um palco privilegiado da prática da capoeira, e esse ambiente é possível ser reconstituído devido a maior possibilidade de fontes. Como já salientado, essa condição não inviabilizou a ocorrência de uma cultura marcial por parte dos negros, sobretudo nas regiões mais povoadas e litorâneas.

Os africanos já espalhavam sua cultura pelo território brasileiro ao longo dos 1900, sendo algumas regiões “privilegiadas” por assim dizer. Os relatos de uma cultura marcial africana já seriam comuns em diversas regiões do Brasil, bem como em outras regiões do mundo.<sup>44</sup>

O foco das análises em torno da capoeira e de suas origens tem se concentrado nas três regiões com maior presença africana. O próprio documento feito para fundamentar o registro da capoeira como patrimônio cultural levou em conta as três regiões portuárias, onde seria possível observar folgedos guerreiros: Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

No caso de Recife, os caminhos da capoeira teriam sido revelados em trabalhos acadêmicos datados do início do século XX, os quais mencionavam a capoeira no Recife desde os idos do século XVIII (IPHAN, 2007). Sabe-se que essa citação lança possibilidades que necessitam de maior investigação. É mais relevante a consideração acerca da proximidade de elementos de eventos festivos e ação de libertos, escravos e, sobretudo, trabalhadores. Haveria certa organização social em tornos dos grupos musicais no Recife, que desfilariam em festas, principalmente religiosas. Bandas militares, como as de corporações de trabalhadores, lançavam-se à festividade. O propósito de sair às ruas demonstrava o caráter divertido das festas e também possibilitava a rivalidade entre as diversas companhias musicais, que exacerbariam publicamente nessas ocasiões. À frente das bandas, de maneira espontânea ou propositada, grupos de valentes se lançavam a passos de dança, com

---

<sup>44</sup> Já são deveras conhecidas várias lutas semelhantes à capoeira, desenvolvidas em regiões com escravidão africana. Entre as mais conhecidas estaria a Ladjá, praticada na ilha de Martinica, na América Central. “[...] como pesquisas dos últimos anos têm mostrado, existiram e ainda existem lutas / danças / jogos de escravos africanos nas Américas, alguns dos quais continuam existindo até hoje, embora tenham sofrido transformações similares às da capoeira brasileira” (VIERA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 95). Tal perspectiva reforça a ideia de que a capoeira não veio “pronta” do continente africano, tendo, sim, uma herança africana que influenciou de maneira diferente a “criação” de outras lutas, em diferentes locais.

possibilidades marciais. Esse seria, na virada do século XIX para o século XX, um estilo que evidenciaria o frevo, manifestação genuinamente pernambucana.

A ação dos capoeiras se dava, sobretudo a partir das bandas da época, o 4º (Quarto Batalhão da Artilharia) ou Banha Cheirosa e o Hespanha ou Cabeças Secas (Corpo da Guarda Nacional, tendo como músico o espanhol Pedro Francisco Garrido, o qual posteriormente foi assassinado por Pedro Batista, mestre da Banda do 9º de linha), as quais permaneceram até a metade do século XIX (1856 a 1865, permaneceu até 1865 devido à ida de alguns para a Guerra do Paraguai). Estas duas bandas rivais incitaram a divisão dos capoeiras em dois partidos e, a partir de tal rivalidade entre as bandas, os capoeiras demonstravam suas habilidades e artes, batizando coreografias, bordoadas e piruetas aliadas aos usos das bengalas e cacetes de madeira de quirí, ou até mesmo facas de ponta e navalhas escolhidas à cintura de suas roupagens. Num descuido dos músicos, furavam os instrumentos das bandas rivais com seus guarda-chuvas a mão ou os usavam para evitar a prisão (BELTRÃO, 2011, p. 17-18).

A ação desses valentes e, posteriormente, brabos (denominação recorrente da Recife republicana) nem sempre seria identificada imediatamente com a capoeira. As semelhanças entre o ambiente lúdico e a ação em meio a ambientes festivos, aglomerados de gente, assemelham-se ao contexto vivenciado pelos capoeiras no Rio de Janeiro. Em regiões diferentes, a mesma categoria social de sujeitos realizavam ações semelhantes, o que fez as leituras posteriores entenderem como ação de capoeiras. Contudo, na segunda metade do século XIX, a ação dos capoeiras já seria por devido reconhecida, sendo relevante o registro no Diário de Pernambuco, em 15 de dezembro de 1864, sobre o mal causado por desordeiros frente às festividades (BELTRÃO, 2011).

O último terço do século XIX, época do registro no periódico, evidencia um momento de ações crescentes desses desordeiros capoeiras. Compreende-se que seria uma situação que se somaria a diversas experiências marciais negras do Brasil imperial, intensificadas com o tráfico interno e, posteriormente, com a experiência da guerra do Paraguai. A volta dos combatentes subalternos trazia mais experiências ao mundo vivido nas ruas das importantes cidades, onde a capoeiragem ganharia mais fama e relevância no início do século. Compreende-se que a cultura da capoeiragem aglutinou esses valentes pernambucanos, que já se tornariam famosas figuras do carnaval, bem como da cidade, podendo estes ser perseguidos pela polícia, protegidos pelos senhores e conhecidos pela desenvoltura técnica e pelas brigas.

Com relação à Bahia, os apontamentos referentes à capoeira ao longo do século XIX parecem se construir de maneira semelhante à de Pernambuco, porém não há sinalizações

claras sobre o termo capoeira, mas indícios da ação marcial dos menos abastados, que seriam, sobretudo, negros.

[...] não sabemos da existência, até hoje, de nenhum documento do Brasil Colônia ou Império referindo-se explicitamente à capoeira na Bahia. E não é por falta de procurar. João Reis, reputado especialista da história da Bahia no século XIX e um dos melhores conhecedores dos fundos oitocentistas dos arquivos baianos, nos garantiu que nunca viu uma referência à capoeira ou mesmo a outra dança marcial nas suas pesquisas sobre a Bahia do século XIX, a não ser a citada gravura de Rugendas. Por isso, aventura a hipótese heterodoxa de que a capoeira teria sido trazida do Rio de Janeiro para a Bahia (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 97).

Em um aspecto que não se dissocia em nenhum dos casos já apontados, o conhecimento da capoeira era tido como um requisito para conseguir serviços, relacionados à segurança e capangagem, bem como a disputas de postos de trabalhos e brigas envolvendo postos informais da cidade. A cidade também estaria permeada dos valentes, valentões, capadócios, que serviriam à lógica da nova conjuntura política republicana, embora sem tanta desenvoltura do regime imperial. Os valentes não deixariam de ter seus serviços oferecidos, embora a prisão fosse uma constante nessa nova etapa. Conforme Pires (2001), sem encontrar nenhum registro de prisão em Salvador pelo artigo 402, foram encontradas 92 prisões envolvendo ações de capoeiras.<sup>45</sup>

Sabe-se que com o interesse crescente em torno da capoeira tem sido possibilitada a busca de novas fontes históricas. O trabalho de Leal (2005), que retrata sua dissertação de Mestrado, lança o olhar para a ação dos capoeiras na Belém imperial. Tal prática evidenciaria não só os passos citados, mas também o caráter multifacetado da capoeira, bem como suas diversas apropriações possíveis. O autor centra suas análises no final do século XIX e início do XX, com o advento da República e a insurgência dos capoeiras mediante as disputas políticas da região e a incorporação da capoeira às manifestações do Boi-Bumbá, uma associação que remete à realidade recifense, fato que pode ter sido corroborado pela “importação” de capoeiras pernambucanos para prestar o serviço de capangagem.

A Guarda Pretoriana ou Negra, como também era conhecida, era um grupo de capangas (possivelmente capoeiras) comandado por Marcelino [capoeira famoso contratado pelo intendente municipal da época Antonio Lemos]. Teriam sido “importados” de Pernambuco por ele mesmo. Contudo, a

---

<sup>45</sup> O autor relata a pesquisa em mais de 800 processos, levantando 92 casos relativos à capoeira e outros 150 com maior necessidade de análise.

“melhor” contribuição de Antônio Marcelino para a capital paraense foi a sua influência no campo cultural. Trouxe consigo a experiência dos cordões “carnavalescos à pernambucana”, e, com o dinheiro obtido com seus serviços de capanga, criou diversos clubes inspirados em sua terra natal. Nesses clubes, como no boi-bumbá, o conhecimento da capoeira era fundamental [...]. (LEAL, 2005, p. 255).

As evidências da existência da capoeira em Belém se tornam mais clara nesse período. Contudo, Leal não deixa de revelar a preocupação da sociedade paraense com os capoeiras, fato que já seria exteriorizado no jornal *O Publicador Paraense*, em 1849.

No final dos anos 1800, a capoeira já demonstra sua capacidade de ampliação, sendo encontrada substancialmente em cidades com importante comércio de escravos e posteriormente, comércio de trabalhadores com alcunha bélica, da qual muito dos ex-escravos seriam reconhecidos por tal capacidade. Contudo, chegara o advento penal, que buscou formalizar a perseguição da capoeira. Contraditoriamente, talvez tenha sido uma das condições que puderam favorecer em divulgar essa manifestação.

## **2.6 Primeira República: fim da linha?**

O Brasil, como último país americano a adotar o regime republicano, não deixa de realizar uma “reforma pelo alto”, preservando muito das estruturas de um país que recém-aboliu a escravidão. Contudo, em um período com forte crítica à centralização proporcionada pelo regime imperial, as elites regionais se “emanciparam”, criando um contexto de descentralização política, que manteria o desequilíbrio regional, principalmente no que tange ao desenvolvimento econômico e à ocupação territorial.

[...] o poder estava na mão daquelas [oligarquias] de estados que detinham o poder econômico e um número de eleitores maior do que o dos estados do Norte e Nordeste juntos. Essas oligarquias mais poderosas passam a alternar-se no comando do governo federal, promovendo seus interesses. As principais medidas do governo federal eram tomadas no sentido de beneficiar tais oligarquias regionais (LOPEZ; MOTA, 2008, p. 572)

Se teria sido possível uma descentralização, não deixaram de existir normas gerais nas quais o Código Penal legitimou o que já estava acontecendo como capoeira. A repressão era legítima, já que estava prevista no Código Penal, Cap. XIII, artigos 402 a 404. Contudo, será entre a Proclamação da República e a promulgação do Código, em novembro de 1890, que as perseguições atingiram seu melhor resultado. Nos lugares citados, diversas foram as prisões

dos capoeiras, e não era difícil perceber que pairava sobre parcela das autoridades a estratégia da erradicação da prática nas cidades.

No Rio de Janeiro, com o chefe de polícia Sampaio Ferraz, os capoeiras teriam encontro contra seu perseguidor implacável, que em um ano no cargo de chefe de polícia (de novembro de 1889 a outubro de 1890) deportou cerca de 1300 capoeiras para a ilha de Fernando de Noronha (DIAS, 2001). Em Salvador, o período mais intenso seria encontrado na década de 20 do século XX, sendo Pedro Gordilho no cargo de delegado auxiliar, a figura que ganharia fama de repressor.

As ações iniciais da polícia revelam a priori uma ação normativa, o cumprimento da lei. A lei contudo, revestida de historicidade, revela através das ações dos sujeitos da época, que a criminalização da capoeira, assim como do candomblé, se traduzia criminalizar o lado mais fraco da situação: a população pobre. Os capoeiras, que habitavam os espaços da rua, utilizavam da malandragem como forma de sobrevivência, utilizavam seus recursos como maneira de exteriorizar suas demandas, não deixavam de servir, de serem contratados pela elite econômica e política das cidades citadas anteriormente. Se a capoeira seria um ato criminoso, a estratégia utilizada não daria conta de erradicá-la, pois havia um sistema, nos marcos da instituição que necessitava dos serviços dos subalternos beligerantes.

A criminalização da capoeira faz parte de um entendimento ancorado pelo higienismo, como do racismo, incomodado com as cidades negras. A ideia de branqueamento, urbanizar e “civilizar” as cidades, tinham como um problema a ser resolvido a pobreza com cor encravada nas principais cidades do país. A este respeito, Dias (2004), observando a cidade de Salvador, comenta:

Na realidade, para os reformadores de então, a redefinição de ordem urbana passava necessariamente por uma transformação do modo de vida de toda uma população acostumada e obrigada a viver nas ruas. A modificação da estrutura da cidade visava especialmente impedir os “usos e abusos” daqueles que não se vestiam, não falavam e nem se comportavam de acordo com o modelo de civilização almejado. O ideal era que a presença popular juntamente com suas práticas sociais fossem varridas da nova cidade que se queria construir. Para os higienistas, considerados os “primeiros urbanistas”, de nada valeria o embelezamento da cidade se nela permanecessem seus velhos habitantes, vistos como feios sujos, indisciplinados e viciosos (DIAS, 2004, p. 18).

A capoeira, ao longo de sua história, nunca deixou sua perspectiva contraditória, evidenciada, por exemplo, com a permissividade das instituições em certas situações em um ambiente de brigas e homicídios e fraudes eleitorais causados pelos capoeiras. A repressão

massiva que deu o tom da Primeira República contou com o contraponto, ao qual não estava acostumada. Os olhos da classe média também se despertavam para a capoeira e uma parcela da intelectualidade, em meio aos projetos de modernidade “à brasileira”, teorizavam-na, como outras manifestações, com o olhar da identidade nacional. O caminho traçado, que envolveu a própria construção de materiais didáticos sobre a capoeira, a chegada da capoeira à zona sul carioca, fez também despertar no seio da capoeiragem a sua “atualização” aos novos tempos.

## **2.7 A fase moderna da capoeira**

Na história da capoeira, as décadas de 1920 e 1930 se tornaram um dos períodos mais significativos, em que se desenvolveram duas das mais importantes tradições, com grandes repercussões até hoje. Nesse período a capoeira, para além das experiências vividas na cidade do Rio de Janeiro, encontra na Bahia os determinantes para sua segunda grande popularização.

Essa popularização se deve, sobretudo, à experimentação da docência de capoeira da qual mestre Bimba, pela Capoeira Regional, e mestre Pastinha, pela Capoeira Angola, tornar-se-iam os grandes pilares desse processo. Tal assertiva dos mestres reconfigurou a maneira de como se praticava capoeira. O universo da capoeira baiana, também ligado às experimentações da rua e fusões com diversas manifestações da cultura popular, reconhecia um novo local para sua prática: quatro paredes e um teto. Essa configuração alterou toda a estrutura do aprendizado do jogo. Se antes o jogo seria articulado nas rodas de rua, agora estaria vinculado ao docente, ao mestre, que estruturaria um estilo, um ensino e uma metodologia.

Longe de representar devaneios individuais, as ações dos dois mestres se inserem em uma lógica social e política no país, assim como na esfera regional, que confere a Salvador essa nova síntese em torno da capoeira.

Compreende-se que ao fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX ambientava-se, por parte de políticos e de intelectuais, a discussão em torno da “modernidade”. Tal discussão recaía em diversas esferas da sociedade, como a estrutura administrativa do Estado, organização física da cidade, bem como os costumes da sociedade.

Além de representar um conceito ligado a uma realidade concreta, que envolvia a organização social em torno da assimilação dos países ao sistema capitalista, a palavra “modernidade” faz parte de um universo de retórica que observa rupturas do passado em torno de um futuro promissor. Esses discursos estariam entremeados em projetos amplos,



revestidos de cosmopolitismo para as principais cidades, envolvendo caminhos para o país e, por que não dizer, para a nação, já que, em muitas posições, estariam entremeadas pelo ufanismo nacionalista. Não obstante, salienta-se que tratar da modernidade implicava um discurso de disputas políticas da classe dominante no horizonte do capitalismo, mediado pelas dimensões da ciência, da tecnologia, da civilização, do progresso, da urbanização. Sevcenko (1999), ao estudar o Rio de Janeiro do período, retrata as ações e anseios nos novos protagonistas da política pós-República, formados no seio da burguesia urbana

Sem mais delongas, o novo grupo social hegemônico poderá exibir os primeiros monumentos voltados a sagração de seu triunfo e de seus ideais. O primeiro deles se revela em 1904 com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da Lei da Vacina Obrigatória. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana da cidade do Rio de Janeiro. Era a “regeneração” da cidade, e por extensão, do país, na linguagem dos cronistas de época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, a fim de que as ruelas acanhadas se transformassem em grandes avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. A nova classe conservadora ergue um *decor* urbano a altura de sua empáfia. O segundo grande marco da sua vitória é a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, que trouxe a glorificação dos novos ideais da indústria, do progresso e da riqueza ilimitados (SEVCENKO, 1999, p. 30).

Compreende-se que a “regeneração” tratada pelo autor está diretamente relacionada à busca da inserção da cidade nos preceitos da modernidade. O período, que também é retratado como “belle époque”, representa, portanto, a pujança de um novo tipo de sociedade, que com seus novos valores e instituições “seduzia” tanto as nações com maior desenvolvimento quanto as “atrasadas”. No Brasil, as aspirações à modernidade revelaram o continente europeu e as conquistas da burguesia como referência, mas não se deixou de pensar um projeto com identificação nacional. Esses projetos nacionais até então teriam de lidar com inúmeras questões – com uma estrutura administrativa do Estado durante a Primeira República em torno de uma estrutura liberal descentralizada e, do ponto de vista da organização social, com um país que se concentrava no meio rural, além da inexistência, na sociedade brasileira, de uma identidade nacional.

As problemáticas para adentrar à modernidade recaíam também sobre condições peculiares da sociedade brasileira na virada do século. A escravidão, bem como a presença dos negros na população, em um momento influenciado pelo racismo científico, era uma cara coexistência do ponto de vista de parcela da intelectualidade e de políticos. Como já

salientado anteriormente, percebe-se que, no final do Brasil Império, alguns discursos para o fim da escravidão tinham por base a liberdade como fator para a diminuição da população negra, assim como a imigração europeia teria a função de “branquear” a população em construção.

A organização das cidades também seria alvo de mudanças, e haveria de garantir a limitação de acesso, principalmente no que tangia ao tráfego de automóveis; e eliminar a convivência desarmônica de habitações pobres no centro da cidade. A *haussmanização* seria um modelo de modernização para a arquitetura e urbanização das cidades que implicava a reforma de prédios nos centros da cidade, construção de grandes avenidas, destruição de cortiços e expulsão da população pobre. Recorrendo novamente a realidade carioca da época:

O resultado mais concreto deste processo de arbuguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos “argentários”. A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira “crise de habitação”, conforme expressão de Bilac, que elevou brutalmente os aluguéis, pressionando as classes populares todas para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade. Desencadeia-se simultaneamente pela imprensa uma campanha, que se prolonga por todo esse período, de “caça aos mendigos”, visando à eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade. Há mesmo uma pressão para o confinamento de cerimônias populares tradicionais em áreas isoladas do centro, para evitar o contato entre duas sociedades que ninguém admitia mais ver juntas, embora fossem uma e a mesma (SEVCENKO, 1999, p. 33-34).

No âmbito dos costumes e do lazer, nota-se que ganha grande relevância o fenômeno esportivo. Um dos principais expoentes da modernidade, o esporte, representava a mudança em torno de práticas voluntaristas, desorganizadas em instituições regidas pela eficiência, competição, racionalidade, em que os seus praticantes se revestiam de requisitos e *status* de homens em consonância com o seu tempo.

A prática esportiva estava diretamente articulada com os sentidos e significados de um novo *modus vivendi* que incluía o desafio, o movimento, a exposição corporal, a velocidade, a busca do prazer e da excitação, a crença na ciência e no progresso, a idéia de multidão, a formação de uma cultura urbana que também dialoga com o gosto das camadas médias e populares (MELO, 2007, p. 202).

Nessa condição, o esporte chega ao Brasil inculcando os novos valores que formariam o cidadão. Não obstante, observar-se-ia o surgimento de instituições voltadas para uma sociabilidade da elite e da prática esportiva: os clubes. Em meio a adaptações e assimilações do modelo europeu ao fenômeno esportivo, bem como a prática da cultura física, a cultura corporal devidamente organizada nos quadros da modernidade ganha relevância no período.

Contudo, nota-se nesse período uma tentativa de modernidade que irá disputar o espaço da prática esportiva. A modernidade também seria revestida de identidade nacional e não faltariam elementos que buscassem a valorização do genuinamente brasileiro, não só na esfera esportiva, mas também na esfera econômica e artística. Essas premissas são amadurecidas de maneira concomitante a essa lógica de adaptação aos novos tempos: a unificação política de território, cultura, povo para a constituição de nações fortes do ponto de vista político, econômico e bélico também se tornariam referências com condições de adentrar à modernidade com soberania. Compreende-se que esse projeto, distante de representar alternativas à ação liberal, adaptava os preceitos liberais a consolidações das burguesias nacionais a frente de seus países.

Compreende-se que esse projeto nacional teria repercussões no campo político institucional com a vitória da Aliança Liberal no conturbado período da Revolução de 1930, ascendendo ao poder o presidente Vargas. Os projetos (a partir dos quais surgiu uma grande aliança de filiações políticas bastante distintas) voltados para uma centralização política, um Estado forte, para o fim das oligarquias regionais demonstravam a busca em torno da construção de um país e também de uma nação, elencando, para isso, tradições que seriam mais convenientes a esse movimento político.

Notam-se, nesse período, publicações com a assertiva em torno da identidade nacional. Não obstante, essas produções se transformaram em símbolos na busca de uma unidade social que seria trabalhada pelo poder oficial ao longo da era Vargas. A aproximação dos intelectuais com Vargas seria um feito singular, uma vez que significativa parcela desses estudiosos, das mais diversas convicções, aproximavam-se do poder institucional, interessados em um governo disposto a construir uma identidade brasileira.

É a partir de 1930 que eles passam sistematicamente a direcionar sua atuação para o âmbito do Estado, tendendo a identificá-lo como a representação superior da ideia de nação. Percebendo a sociedade civil como corpo conflituoso, indefeso e fragmentado, os intelectuais corporificam no Estado a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social (VELLOSO, 2003, p. 148).

Sabe-se que, desse período, amadureceram conclusões em torno da raça brasileira, sob a figura do mestiço; se num passado a mistura de raças era abominada, passa-se a figurar como solução e modelo de brasilidade. O samba, depois de sua adequação aos interesses do regime, seria outra síntese construída como representante da música popular, assim como a capoeira, que passa a ser compreendida como genuinamente brasileira (pormenorizando sua dimensão africana ou afro-brasileira).

Morais Filho, caracterizando a capoeira como uma “herança da mestiçagem” (1979, p. 257, 263), foi o precursor de toda uma linha de pensamento que identifica a capoeira com a miscigenação, tendo no “mulato” o seu representante típico. Esse discurso, que visava instrumentalizar a capoeira para o reforço do sentimento nacionalista no Brasil, virou hegemônico depois da Revolução de 30, sobretudo com o advento do Estado Novo, em 1937. Foi o contexto para a legalização e mesmo o apoio oficial para a capoeira, para os quais foram importantes as famosas apresentações da capoeira de Mestre Bimba às autoridades, primeiro no palácio do governador Juracy Magalhães (*na Bahia, na década de 1930*) e depois para o próprio Getúlio Vargas (*no Rio, em 1953*). Esta hegemonia se prorrogou durante a ditadura militar de 1964-85, e, portanto, não é de se estranhar que acabou se sedimentando na mente de muitos capoeiristas até o dia de hoje. No discurso nacionalista, a origem remota e brasileira da capoeira, assim como a sua unidade e difusão por vários estados (*sempre com as mesmas características*), são fundamentais para legitimar a qualificação da capoeira como luta ou esporte “nacional” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 88).

Essa construção representa a mudança que a capoeira sofreria garantindo sua aceitação na sociedade, construída pelos intelectuais folcloristas que fatalmente já saberiam da sua eficiência como luta diante dos embates públicos entre capoeiras e demais lutadores de outras artes marciais.<sup>46</sup>

Pode-se considerar como uma das heranças desse período o trabalho de Anníbal Burlamaqui, de 1928, interessado na organização da capoeira, buscando entendê-la como ginástica nacional, formalizando-a diante de um método de aprendizagem com a dos códigos esportivos, com a definição de regras, formas de competição e definição de espaço para o jogo. A iniciativa de Burlamaqui é relevante por registrar a síntese dos caminhos de inserção da capoeira na modernidade brasileira: trata-se de um esporte com regras específicas em compatibilidade com as práticas do novo modelo de sociedade, que é genuinamente brasileiro, demonstrando que o país pode adentrar a modernidade por “pernas próprias”.

---

<sup>46</sup> No início do século XX era comum o enfrentamento de lutadores das mais diversas artes marciais em desafios públicos. Seria relevante, para a popularização positiva da capoeira, o combate vencido pelo capoeira Círiaco e o jiu-jitsuca Sado Miako, em 1909.

A essa altura, já seriam desenvolvidas experiências práticas voltadas para o ensino da capoeira. Agenor Sampaio, conhecido como Sinhozinho, que desde a década de 1920 seria proprietário de uma academia na zona sul carioca, com seu enfoque nas artes marciais e no treinamento de força, incorporou a utilização da capoeira tendo em vista sua repercussão e possibilidade de eficiência técnica. De maneira paralela aos feitos de Bimba, Sinhozinho seria um dos sujeitos que “adentraram” à capoeira a sua modernização.

Aproximadamente na mesma época em que Bimba criava na Bahia a Luta Regional, no Rio de Janeiro, se tem notícias de Agenor Moreira Sampaio, conhecido como Sinhozinho de Ipanema. Sinhozinho nasceu em 1891, em Santos, filho de um tenente-coronel e chefe político local, e descendente de Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro. Esses dados nos permitem perceber que Sinhozinho, como seu próprio apelido sugere, não provinha das classes baixas, fazendo parte das camadas mais favorecidas. Sua clientela também era composta por rapazes de classe média, em geral jovens de Ipanema e Copacabana. Segundo André Lacé Lopes (2005), ele aprendeu capoeira nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, para onde se mudara com sua família. Aprendeu boxe e luta greco-romana, e achando que a capoeira se mostrava pobre para a luta, principalmente a “agarrada”, resolveu aplicar alguns dos golpes aprendidos nas outras lutas à capoeira. Em sua Escola, a capoeira era praticada sem a utilização de qualquer instrumento musical, ressaltando-se apenas os golpes da capoeira. O treinamento em sua Academia era auxiliado por levantamento de peso, além do uso de golpes de outras modalidades de luta. Sinhozinho também atuou como preparador físico, tendo trabalhado, por exemplo, para o América Futebol Clube (FONSECA, 2008, p. 46).

Como colocado, Sinhozinho seria um entusiasta das lutas e do culturismo, fato que o fez utilizar a capoeira sem pretensões de compreender sua história, de forjar uma tradição e assimilar outros elementos da cultura nacional. A iniciativa de Sinhozinho, assim como a de Bimba, embora com diferenças que serão apontadas em seguida, confirmam a adesão de novos estratos da sociedade à capoeira, não só no campo da produção intelectual como também no prático. A capoeira começa a ser adaptada aos costumes dos mais abastados da sociedade em um momento em que a repressão da capoeira perderia um pouco de sua força e começa a se produzir um contexto de maior aceitação e aumento dos interessados em praticá-la. Nessa conjuntura, fortalece-se um ambiente favorável em inspirar Manuel dos Reis Machado, capoeira oriundo das classes subalternas de Salvador, em se lançar como professor de capoeira.

Há que se pensar nesse momento que a cidade de Salvador, como um dos principais locais de prática da capoeira, apresentava peculiaridades que permitiram a materialização do projeto de mestre Bimba. Ainda que como um dos principais focos de repressão, mesmo que

as prisões de capoeira não envolvessem os artigos do Código Penal referentes à capoeira, Salvador e a região do recôncavo baiano presenciariam um tratamento diferente no desenvolvimento da capoeira, de certa forma mais associada aos momentos de fruição e ludicidade, com a existência de diversas rodas e a presença de instrumentos musicais – fato que não excluía seu componente bélico, fomentando desavenças entre sujeitos envolvidos com acerto de contas, serviços de capangagens, confrontos com a polícia, entre outros (PIRES, 2001).

A capoeira viveria um momento de transição, passando a incorporar os discursos de intelectuais, em especial dos folcloristas, interessados em catalogar as manifestações culturais brasileiras. Bimba, negro, capoeira, trabalhador de diversos ofícios, filho de um mestre do batuque, mais do que uma síntese desse processo, seria a proposição desse período peculiar para o Brasil e para a capoeira.

Bimba, que teria passado boa parte da sua juventude trabalhando no cais do porto, local propício à prática da capoeira, passara a ensinar capoeira no decorrer da década de 1920. Sua formação intelectual, advinda principalmente da apropriação da cultura popular, aliada à sua condição física, fê-lo tornar-se um exímio capoeira, o que, com a condição de estar no “eixo das transformações”, como salientaria Abreu (1999), também tornou possível se lançar como educador no ensino da capoeira.

Mestre Bimba não deixa de ser reflexo do interesse despertado em torno do universo das artes marciais. A partir da pujança do fenômeno esportivo, as lutas também embarcavam “nessa onda” e não demoraria para que a capoeira entrasse nesse bloco, com seus representantes. Mestre Bimba não se furtou de participar dessas disputas após ter sua academia consolidada, fator que corroborava ao seu favor, atraindo mais interessados para o aprendizado de sua prática, sobretudo os que não viviam nos espaços subalternos da cidade, e que vislumbravam a capoeira não apenas como expressão da cultura popular, mas como uma luta eficiente e brasileira. Seriam significativos, nessa condição, estudantes universitários da Faculdade de Medicina, oriundos da elite nordestina, que estariam dispostos a aprender; precisariam do mestre pra ensinar.

A partir da experiência da docência ao final da década de 1920, que traz significativas mudanças para o jogo da capoeira, mestre Bimba cria o Centro de Cultura Física e Regional, em 1928, recebendo a autorização do estado da Bahia em 1932. Mais tarde, em 1937, recebe o título de professor de educação física pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública do estado da Bahia.

O nome Regional seria uma forma de disfarce para a capoeira, até então criminalizada, demarcando um novo estilo de jogo, praticado por meio de um método didático e que envolvia uma atualização, junção de elementos de outras lutas a fim de conseguir uma capoeira mais eficiente, segundo próprio mestre Bimba: “[...] o mestre diz que criou a modalidade regional para o ‘fraco se defender do forte’, porque considerava que a capoeira Angola na qual se desenvolvera, ‘deixa muito a desejar’, pois ‘só mostra danças e acrobacias’” (REIS, 2002, p. 195).<sup>47</sup> O sucesso do mestre, com seu novo estilo, não advinha da sua proposição inédita até então, mas a partir da constituição de um grupo de apoiadores de seu projeto, que respondia, em muito, às novas demandas da modernidade. Acerca do processo em que Bimba se torna professor, existe o relato de José Cisnando, aluno de Medicina interessado no conhecimento do mestre, narrado por Decanio Filho *apud* Araújo (2008):

Tudo começou com ele! [...] Cisnando encontrou Bimba no Curuzu – bairro da Liberdade [...] Bimba ensinou o jogo de capoeira a Cisnando [...] Cisnando ensinou a Bimba a nomenclatura acadêmica e a pedagogia da capoeira [...] Bimba aprovou a sistematização do ensino da capoeira... Cisnando sugeriu a Bimba a criação da Luta Regional Baiana [...] um passo adiante do jogo da capoeira [...] no rumo da defesa pessoal [...] Cisnando levou Bimba ao Palácio [...] para mostrar a luta regional baiana ao Ten. Juracy Magalhães [...] Juracy facilitou o ensino da capoeira sob o rótulo de luta regional... autorizou o funcionamento do “Clube de União em Apuros” [...] na Roça do Lobo [...] a primeira academia de capoeira do mundo! Juracy conduziu Cisnando e Bimba ao Presidente Getúlio Vargas [...] Getúlio acreditou na Luta Regional Brasileira como esporte e cultura [...] (ARAÚJO, 2008, p. 30).

Dessa maneira, a capoeira “encheria os olhos” de “gente influente”, do poder oficial e deixaria de fazer parte do código penal republicano, atualizado em 1934. A essa altura, mestre Bimba já se apresentaria no Palácio do Governo estadual (1932), formaria seus discípulos, definiria uma hierarquia, redefiniria uma tradição quanto à forma de jogo, instrumentalização e remodelaria o tipo social do jogador. Seria um dos pilares da transição da capoeira como prática criminal para a capoeira enquanto manifestação da cultura nacional.

O movimento de mestre Bimba, contudo, não teve completa adesão no meio capoeirano baiano. Sua ação, desvinculada da representação legítima da capoeira, encontrou adesões e divergências. Começaram a aparecer discordâncias quanto às modificações trazidas pelo mestre, afirmando que estas mudavam a essência do jogo, descaracterizando-o.

<sup>47</sup> Relato extraído do jornal *Diário de Notícias*, por Reis (2002), entre 31 de outubro e 1º de novembro de 1965.

Conforme mencionado por um relato de Edison Carneiro, folclorista que analisa esse processo:

o capoeira Bimba, virtuoso do berimbau, tornou-se famoso desde que, nos anos 30, criou uma escola em que tem treinado atletas no que apelidou de luta regional baiana, mistura de capoeira com jiu-jitsu, boxe e catch. A capoeira popular, folclórica, legado de Angola, pouco, quase nada tem a ver com a escola de Bimba (CARNEIRO apud VASSALO, 2003, p. 119).

Começa a surgir a reposta da tradição da qual Vicente Ferreira, mestre Pastinha, seria o principal expoente.

Pastinha, nascido em 1889, filho de um comerciante espanhol e de uma ex-escrava, a exemplo de Bimba, lançou-se à capoeira ainda menino. Após oito anos na escola da marinha (dos 12 aos 20 anos de idade), Pastinha já era reconhecido como hábil capoeira e quando “deu baixa”, se lançou à docência durante a segunda década do século XX. Pastinha estabeleceu sua primeira escola em um salão de uma oficina de bicicletas situado no Mirante do Campo da Pólvora em Salvador para um público que se ampliava de trabalhadores (boa parte artesãos) para os setores abastados da sociedade, quando da mudança de sua escola para o Cruzeiro próximo de pensões de moradia de estudantes (REIS, 2004). Com o término de suas atividades no início da década de 20, após um período de cerca de 20 anos de afastamento da capoeira, no início da década de 1940 Pastinha, portador de um grande conhecimento sobre a prática, retorna para ser consolidado como o representante de resgate da capoeira tradicional: a Capoeira Angola.

Tal movimento atraía setores da intelectualidade baiana (mais ligados ao campo da esquerda) e recaía também na disputa entre folcloristas, que em uma leitura acerca da essência da manifestação, tomariam partido em torno da Capoeira Angola. Pontuados por alguns momentos de busca para criar um movimento mais organizado para a capoeira tradicional (vide II Congresso Afro-brasileiro em 1937), em 1941, a roda em Gengibirra coordenada por Amorzinho, foi entregue às responsabilidades de mestre Pastinha (para sua surpresa), que na ocasião teria sido levado ao espaço por seu aluno Aberrê. Pode-se dizer que, de maneira concomitante, iniciava sua academia de capoeira, o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), com sede no Pelourinho.

A partir da criação do Centro se estabeleceu uma maior fundamentação teórica e prática da Capoeira Angola. Inicia-se uma maior compreensão do estilo do jogo, do método de ensino, das formalizações para a realização do jogo e do próprio termo Angola. No fomento da identificação dessa realidade na capoeira se constroem continuidades e rupturas



que vão auxiliando a materialidade da Capoeira Angola. Nesse sentido é possível mencionar que “Mestre Pastinha esforçou-se por imprimir à prática da capoeira angola ali ensinada um caráter esportivo, ainda que a ludicidade estivesse lado a lado com a combatividade” (idem, 2004, p. 207).

Os projetos de Bimba e de Pastinha ganharam grande relevância, de modo que, passados cerca de 80 anos, ainda são percebidos como referência de prática para muitos grupos de capoeira, assim como se tornaram os maiores símbolos da capoeira na contemporaneidade. Representam também os reflexos de uma nova conformação social, marcada pela modernidade, ainda que o discurso dos defensores da Capoeira Angola, bem como de boa parcela dos capoeiras da época, seja construído como resistência cultural. Em que pese as diferenças do estilo de jogo, compreende-se que as duas escolas não deixaram de se mostrar como respostas semelhantes a uma mesma realidade. “As duas modalidades de capoeira – Angola e Regional – constituíram no fundo, duas estratégias possíveis e distintas para a inserção dos negros naquele momento histórico” (REIS, 2002, p. 215). Há que se considerar que a rivalidade entre as duas vertentes acabou por pormenorizar e esvaziar diversas tradições e mestres contemporâneos a Bimba e Pastinha, provocando não só adesões “forçadas” diante da sobrevivência de algumas manifestações, mas também fazendo insurgir, por conta dessa divisão, respostas contrárias a esse processo (ARAÚJO, 2008).

Araújo (idem) confere importante análise acerca das novas conformações da capoeira. Em meio a diversos personagens e transformações sociais, a capoeira vive uma mudança significativa, deixando de ser compreendida enquanto crime para se tornar luta, brasileira, símbolo de identidade nacional. Esta já conta com um corpo prático e teórico, com hábeis jogadores e docentes, e também com defensores (nem sempre jogadores) no campo da intelectualidade, dando legitimidade aos capoeiras.

Contudo, a popularização da capoeira é marcada pela dimensão da docência, por meio da qual a prática da capoeira passaria do ambiente público para o privado. Conforme salienta Araújo (2008), seria o momento que a capoeira deixaria de ser uma atividade do campo da vadiagem, do lazer de trabalhadores, para a condição de mercadoria. Nessa perspectiva, os projetos Regional e Angola se tornam mais próximos do que divergentes.

A docência assume, assim, um papel de destaque na reorganização da capoeira após 1940, abrindo novas possibilidades de remuneração para o mestre (docente).

Nessas circunstâncias, a capoeira se insere na imensa coleção de mercadorias da sociedade capitalista e, como tal, passa a ter de se submeter aos interesses daqueles que viriam a consumi-la. Mestre Bimba e Mestre Pastinha, por sua

vez, seriam os precursores na produção do saber sobre capoeira, ensejando prioritariamente a troca.

O valor social da capoeira foi construído e definido a partir de dois formatos: o de *Angola-Gengibirra* (tradição da capoeira de Mestre Pastinha), sob a perspectiva do consumo da identidade cultural e da tradição; ou o da *Regional*, como “... defesa pessoal – virar homem...”. Mas por que apenas essas duas abordagens se consolidam? O que aconteceu com as outras tradições de capoeira? (ARAÚJO, 2008, p. 36).

### E mais adiante

Com a estruturação das primeiras academias de capoeira nas décadas de 1930 e 1940, e a conseqüente saída dos grandes mestres das ruas de Salvador, criavam-se as condições para a *profissionalização da capoeira* de um modo geral, caracterizam esse processo a restrição da prática da capoeira ao espaço privado, a formação de turmas de alunos pagantes, com horários pré-definidos e sistematização do ensino. Nessas circunstâncias, a experiência pública da capoeira passa a ser regulamentada pelos órgãos de turismo, e o espaço público, que ora se constituirá em espaço de auto-realização do capoeira, se consolida como um espaço privilegiado do consumo alheio (ARAÚJO, 2008, p. 54-55).

Discorda-se da compreensão de que o ensino da capoeira enquanto uma ação na qual os mestres seriam sujeitos da exploração do ser humano, vinculando a educação ao ambiente privado; entende-se que estes seriam um dos caminhos possíveis da sobrevivência em uma realidade marcada pela privação de direitos, em que grande parte da população, sem poder esperar as ações do Estado, buscariam as alternativas para fugir das mínimas condições de vida. Em um primeiro momento, a janela de oportunidade que lançou Bimba e Pastinha, como expoentes da capoeira e detentores do saber, sob a condição de mestres, possibilitou a eles viverem da capoeira; contudo, o final da vida para os dois e tantos outros demonstrou que estes estariam tão vulneráveis quanto a maioria da população aos imperativos da sociedade do capital: morreram pobres e privados de acesso aos direitos sociais.

Compreende-se que a capoeira, a partir dessas disputas de estilos, de sua transformação em mercadoria, das suas diversas apropriações, foi criando elementos que favorecem sua popularização. Ainda na década de 1940, novos trabalhos vêm conferindo importância à manifestação, sendo o trabalho de Inezil Penna Marinho,<sup>48</sup> autor que se tornou um dos principais teóricos da Educação Física no período, uma das referências acadêmicas

---

<sup>48</sup> Penna Marinho pode ser considerado um intelectual orgânico da ditadura Vargas, trazendo em seus trabalhos postulados que reforçavam o regime. Sua vinculação com o poder não se restringira às produções acadêmicas, tendo participado da Polícia Especial durante o Estado Novo, local onde ministrava aulas de capoeira voltadas para a contenção de manifestações populares (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998).

para a compreensão do aprendizado da capoeira. Sua obra seria produzida na esteira do trabalho de Burlamaqui, e estaria permeada de preceitos higienistas e raciais. Tal perspectiva contribuía com os valores inculcados pela ditadura do regime varguista, o Estado Novo, a ponto de sua obra ganhar o concurso de monografia da Divisão da Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, em 1944 (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998).

Compreende-se que do ponto de vista do Estado, a gestão de Vargas, que perdurou de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, seria assertiva com relação à capoeira.<sup>49</sup> Ainda que restrita a uma norma, sabe-se que a atenção das práticas populares aos interesses dos regimes traria uma valorização conservadora de sua prática, dimensão que já fazia parte do ambiente de desenvolvimento da capoeira. Dentro desse desenvolvimento, o governo Vargas não deixou de privilegiar determinadas manifestações, como o trabalho de Marinho e a capoeira de Bimba, a qual fora apresentada ao presidente em 1953.

A capoeira, já próximo da metade do século XX, ganha popularidade e “[...] neste momento, esta manifestação não é mais vista como marca do atraso e da barbárie, mas sim como símbolo da cultura baiana e brasileira” (IPHAN, 2007, p. 42). Começa a se consolidar a Bahia, mais precisamente Salvador, como a referência do aprendizado da capoeira, tendo mestre Bimba e Pastinha suas academias estabelecidas, assim como outros mestres baianos, que vão ganhando representatividade com suas academias e rodas de capoeira.

A popularização da capoeira, contudo, estaria atrelada à sua aceitação na sociedade, ainda não marcada pelo número de praticantes. Seu entendimento como cultura brasileira favorece sua utilização em espetáculos associados a outras manifestações da cultura afro-brasileira, o que faz importante parcela de capoeiras investirem em apresentações artísticas como fonte de renda. Tais ações seriam fomentadas pela indústria do turismo, articulada com o Estado, mais precisamente o governo da Bahia.

Nesse período, os capoeiras também realizariam suas primeiras apresentações internacionais, que teriam sido feitas pelo mestre Arthur Emídio (IPHAN, 2007), um importante personagem, uma vez que representou muitas das hibridações que a capoeira sofreu nesse período. Como uma ampliação do contexto que provocava nas duas “escolas” baianas o distanciamento entre os estilos de jogo,<sup>50</sup> começaram a surgir discípulos de Bimba e

---

<sup>49</sup> Durante o Estado Novo, Vargas promulga o Decreto nº 3.199/41, que criava o Departamento Nacional de Luta Brasileira (Capoeiragem), o qual estaria vinculado à Confederação Brasileira de Pugilismo.

<sup>50</sup> “Como a capoeira Regional conseguiu muito maior projeção no período 1950-1970, a Angola teve que se definir largamente em oposição a esta para justificar a sua existência. Assim, investiu em todos os aspectos que estavam perdendo importância na Regional, ou seja, a teatralidade, a espiritualidade, o ritual e a tradição. Acreditamos que mesmo os movimentos foram estilizados numa determinada direção com o intuito de se distanciar nitidamente do estilo Regional” (VIEIRA; ASSUNÇÃO, 1998, p. 107-108).

de Pastinha, bem como de outros capoeiras com uma formação que se desvinculava da polarização entre Regional e Angola, que não se definia por nenhuma das duas (com possibilidade de criar e reivindicar estilos próprios), ou, quando identificada sua “linhagem”, não deixava de buscar maior intercâmbio no mundo capoeirano. Outra dimensão da qual viveria o mestre seria na busca de alternativas de melhores condições de sobrevivência – muitos deles se deslocariam do Nordeste para a região Centro-Sul do país a fim de estabelecerem suas próprias academias.

Os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo seriam o foco da migração dos capoeiras. Nesse movimento, muitos se articularam com a esportivização da capoeira, vivenciada por meio da disputa de campeonatos, sistema de graduação, criação de organismos nos moldes esportivos.

A inclusão da capoeira sob a responsabilidade da Confederação Brasileira de Pugilismo (CBP), em 1972, e também a capoeira Senavox, um novo estilo criado por um aluno de Bimba, Carlos Sena, que estaria interessado em definir com maior rigor a formalização da capoeira enquanto esporte são reflexos dessa crescente esportivização. Sena seria um crítico do processo de folclorização da capoeira, reivindicando um quadro de regras, hierarquia e uma organização da conduta dos capoeiristas, os quais teriam até uma forma específica de se cumprimentar, por meio da saudação “Salve!” (IPHAN, 2007). A capoeira de Carlos Sena pode ser entendida, para além de sua dimensão esportivizante, pela influência do pensamento militar, que já balizava a organização social diante da ditadura civil-militar instalada no país. Talvez pela sua perspectiva militarizada e aproximada de valores ditatoriais, sua obra acabaria sendo desacreditada, quando o desgaste do regime já se avolumava na sociedade.

O modelo baiano das academias se tornaria a referência para o acesso à capoeira, e com o tempo se disseminaria para outros locais do país. Os discípulos dos velhos mestres, a partir de suas linhagens, lançavam-se a construir seus centros de capoeira, buscando sua profissionalização na área sob a condição de mestres ou futuros mestres. Compreende-se que esta seria uma das opções possíveis para os praticantes, uma vez que nem todos buscavam essa finalidade. A capoeira acabava por se tornar uma possibilidade de sustento por meio do amadurecimento de um mercado em expansão.

## **2.8 Capoeira e os desígnios da contemporaneidade: momentos de síntese e contradição**

*Por que vocês não sabem do lixo ocidental?  
Não precisam mais temer*

*Não precisam da solidão*  
*Todo dia é dia de viver*  
*[...]*  
*Eu sou da América do Sul*  
*Eu sei, vocês não vão saber*  
*Mas agora sou cowboy*  
*Sou do ouro, eu sou vocês [...]*  
 (Para Lennon e McCartney -  
 Lô Borges, Fernando Brant e Márcio Borges)

O tempo histórico foge a qualquer expectativa cronológica de uma sucessão de fatos. Na construção da história de determinado fenômeno, observa-se ao longo do tempo, momentos mais imperativos que outros quando se observa a conjuntura contemporânea de determinado fenômeno, os quais promovem alterações significativas que conduzem a uma nova perspectiva de determinada realidade.

A capoeira, concomitantemente às experiências já relatadas, viveria outros importantes momentos nas décadas 1960 e 1970. Nesses momentos, realizaram-se dois processos, que se somariam à exponencial expansão da capoeira, que agora ultrapassaria as fronteiras nacionais.

Um primeiro episódio é possibilitado pela experiência de jovens capoeiras de classe média do Rio de Janeiro, os quais, na década 1960 lançar-se-iam à especialização da prática. Esses jovens, buscando maior conhecimento, deslocaram-se para Salvador, a fim de receber os ensinamentos de Bimba. A esse momento, a ação desses sujeitos, somadas à realidade da capoeira carioca, proporcionou uma nova síntese para a organização da capoeira, que viria a se sobrepôr às demais experiências recentes da capoeira.

Enquanto Mestre Arthur Emídio ensinava capoeira na Zona Norte do Rio de Janeiro, um outro movimento de capoeiristas surgiu na Zona Sul carioca. Em 1964, os irmãos Rafael e Paulo Flores retornaram de uma viagem à Bahia, onde treinaram capoeira durante alguns meses com Mestre Bimba. Resolveram continuar com os treinos no terraço do prédio em que moravam em Laranjeiras. Outros jovens chegaram, como Gato e Gil Velho, que tinham tido experiência de capoeira com alunos de Mestre Sinhozinho. Em 1966, Mestre Bimba esteve no Rio para realizar o show folclórico *Vem Camará* e visitou os jovens, que haviam se auto-intitulado Grupo Senzala. (IPHAN, 2007, p. 45).

O grupo Senzala ainda ganharia fama com o sucesso na participação da competição “Berimbau de ouro” no final dos anos 1960. A essa altura, os jovens se lançavam à atividade docente em uma organização, fugindo das prerrogativas centralizadoras na figura de um mestre. Eles se arranjavam em uma estrutura em que os professores, de maneira menos

hierarquizada (entre os docentes), formavam núcleos de ensino em diferentes locais,<sup>51</sup> estruturando uma instituição da capoeira mais organizada para o ensino. Seria a estrutura a qual se formariam os grupos de capoeira, da qual o “Senzala” seria um dos precursores.

O grupo Senzala recriou a maneira de ensino, assimilando o conhecimento técnico da educação física para o ensino da capoeira. Tal movimento, realizado em meio à Ditadura Militar no Brasil, não deixou de receber a influência do pensamento da educação tecnicista, que na educação física seria marcada pelas aulas pautadas no treinamento desportivo, iniciadas com sessão de alongamentos, aquecimento, desenvolvimento de habilidades motoras, repetição de movimentos, busca da eficiência técnica. Além disso, centrava o processo de ensino-aprendizagem no professor.

A iniciativa do grupo Senzala, também ficaria conhecida como uma maneira de jogar, identificada como o “Regional-Senzala”, pois somava as experiências da capoeira de Bimba às suas modificações organizacionais e técnicas. Mais do que uma oposição, a iniciativa do grupo Senzala realiza uma sinergia, agregando novos elementos à prática da capoeira e à sua organização social.<sup>52</sup>

A experiência dos jovens sem a atuação de um mestre permitiu uma nova forma de popularização da capoeira, dentro dos moldes da docência da época. Com o sucesso do grupo, uma legião de capoeiras se organizou, tendo como referência a experiência do Senzala.

Os grupos de capoeira trariam consigo, ainda que não de maneira obrigatória, a possibilidade mais adaptada às conformações da sociedade capitalista. Araujo (2008) compreende que essa nova conformação da organização da docência e da prática da capoeira representa um aprofundamento das relações comerciais da capoeira.

[...]o estilo *Regional-Senzala* criava a possibilidade de novos tipos de relações comerciais, intensificadas após 1974, na ocasião do cisma interno do *Senzala*, com o surgimento de núcleos com uma autonomia relativa. Nesse contexto, instituem-se as práticas de filiações e franquias, e a essa nova estrutura Capoeira (2002) denomina “*megagrupos*”.

A esses megagrupos atribuímos a responsabilidade de incorporar gradativamente as relações produtivas “*de modo de produção capitalista*” no universo da capoeira (ARAÚJO, 2008, p. 60-61) (*grifos do autor*).

Os grupos deram maior formalidade às perspectivas liberais da livre iniciativa, da pesquisa de mercado para averiguar custos de oportunidades, formação de franquias. Esse

<sup>51</sup> Conforme aponta Araújo (2008), a formação desses núcleos não teria sido intencional, mas seria construída diante de um “cisma” entre seus participantes, que não desarticulou o grupo.

<sup>52</sup> É válido mencionar que, embora tenha influência da capoeira Regional, o grupo também se envolveria com a capoeira Angola e demais referências da capoeira baiana, fato que faz salientar que o Senzala não se definia por nenhum dos dois estilos (ASSUNÇÃO, apud IPHAN, 2007).

contexto fomentou cisões no universo capoeirano, não deixando de promover rivalidades que, para além das disputas entre estilos,<sup>53</sup> também se efetivaram entre os grupos. A capoeira passou não só a ganhar *status*, mas também passou por um processo de “fetichização”, alçando cada vez mais a condição de mercadoria.

Compreende-se que essa conjuntura nem sempre possibilitou o eldorado para os capoeiras. Aqueles que se lançaram à capoeira como principal fonte de sustento, sendo possivelmente uma das poucas alternativas que restavam para atingir condições básicas de sobrevivência, estavam em uma tarefa delicada, a fim de encontrar a demanda, estabelecer um valor, qualificar-se como um bom professor, ter vigor físico para dar seguidas aulas durante o dia e durante a semana. A lógica do mercado diante da livre concorrência acaba por não ter em sua estrutura garantia alguma de que os investimentos serão recompensados, sobretudo os oriundos da *classe-que-vive-do-trabalho*, desprovida dos instrumentais na busca de serem empreendedores. Diante das dificuldades em fazer o próprio negócio, para muitos, restou a condição de vender sua força de trabalho fora da profissionalização com a capoeira, onde os rendimentos poderiam ser mais vantajosos.

Salienta-se que os grupos de capoeira teriam formalizado e auxiliado a expansão da condição da capoeira à esfera do mercado. Embora se considere que os grupos também convivam com disputas de uma nova sociabilidade, perspectiva da democratização da cultura e experiências desvinculadas da esfera produtiva do capital, encontram-se não poucas experiências que visam associar a capoeira aos códigos do esporte de alto rendimento, busca da espetacularização do jogo para atrair o interesse de novos olhares de praticantes e consumidores em potencial, preservação de mitos que favoreceram reservar mercado aos portadores do saber capoeirano, exaltar a marca que associa a capoeira ao grupo, sobretudo aos megagrupos,<sup>54</sup> formando experiências sucedidas no que tange aos valores do mercado.

---

<sup>53</sup>A essa altura dos acontecimentos e com certa correlação, as mudanças que a capoeira vinha sofrendo não enquadraram muitos mestres antigos, sendo que a capoeira Angola viveria seus piores momentos sendo relegada ao esquecimento. “Depois da criação da capoeira Regional por mestre Bimba, na Bahia, na década de 1930, e do grande sucesso do Grupo Senzala, no Rio, nos anos 1960 e 1970, paralelamente à criação das federações de capoeira e à realização de campeonatos, parecia que a capoeira Angola vivia melancolicamente seus últimos dias. Alguns mestres da velha-guarda da Angola continuavam em atividade, e havia até um ou outro jovem angoleiro ensinando, mas completamente obscurecidos pelo sucesso do novo estilo regional-senzala” (CAPOEIRA, apud ARAÚJO, 2008, p. 65). A rearticulação da capoeira Angola só aconteceria a partir da década de 1980, com mestre Moraes, que fora aluno de Pastinha, e João Grande, e teria fundado o Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP). Pode-se inferir que a iniciativa de mestre Moraes não deixa de ser tributária da rearticulação dos movimentos sociais no Brasil e, sobretudo, do movimento negro.

<sup>54</sup> Compreende-se a expressão “megagrupos”, na perspectiva de Capoeira (2002). O termo refere-se aos grupos com dimensões mundiais, tendo sobre sua redoma centenas de docentes e milhares de praticantes e, mais do que isso, estariam organizados em bases empresariais, sendo também portadores de um capital simbólico que promove o interesse por parte de outros capoeiras, os quais, por vezes, são adensados ao grupo no intuito de obter maior respaldo no mundo capoeirano.

Não de maneira dissociada, trata-se de um mecanismo que também se aproxima da perspectiva da padronização técnica, encarando a capoeira diante de organizações, associações (federações) nos moldes esportivos, organizando competições e, nos dias atuais, pleiteando a condição de esporte olímpico.

Tratando do segundo determinante colocado neste tópico, de maneira imbricada, observa-se que no final da década de 1970, somadas ao provável interesse que a capoeira já despertava entre estrangeiros em muito devido à indústria do turismo, que fomentava a expansão dos capoeiras, as dificuldades que se materializavam à classe trabalhadora, mediante a crise econômica mundial que afetou a economia brasileira, seria um dos elementos que forçaram a saída de muitos capoeiras (nesse contexto, a utilização do termo capoeirista, de forma a entender como especialistas seria muito mais significativo) na tentativa de se lançar à docência no exterior. A partir da década de 1970, de maneira bem-sucedida ou não por parte dos docentes, a capoeira se internacionalizou, vindo a se tornar uma das principais manifestações da cultura brasileira ao redor do mundo.

Nesse período, muitos capoeiras “tentaram a sorte”, sendo que para alguns os resultados não foram satisfatórios, fazendo com que retornassem ao Brasil, ou então deixassem a capoeira como atividade profissional, buscando empregos mais rentáveis.

A temática da internacionalização da capoeira tem significativa análise no trabalho de Falcão (2004). O autor se atenta a essa conjuntura, verificando como a capoeira deixa de se manifestar como cultura local, adentrando a uma condição transnacional, sendo permeada por inúmeras relações conflituosas, que demonstram as tensões nesse mundo. Tais tensões não são explicadas por si só, mas fazem parte de uma realidade maior, em que a capoeira e toda a prática humana está inserida.

A capoeira não está incólume a toda essa avalanche destrutiva e, mesmo que suas influências não se verifiquem de forma imediata nas experiências concretas dos capoeiras na roda, elas incidem, de forma mediata, determinando suas condições de vida, sua prática social, seus desejos e necessidades. Daí a exigência de tratá-la pedagogicamente em sintonia com o conjunto de forças confrontacionais que possam resistir e transformar essa perversa realidade levada a cabo pelo processo de reestruturação capitalista e de mundialização do capital. Caso contrário, as iniciativas particulares, ou de pequenos grupos, mesmo que “inovadoras”, serão meras ilusões, facilmente diluídas e cooptadas pela poderosa manipulação do sistema hegemônico (FALCÃO, 2004, p. 60).

Compreende-se que a obra do autor evidencia as contradições da expansão da capoeira sob as determinações da sociedade do capital, sobretudo atento às relações do mundo do



trabalho que são centrais para a compreensão da expansão da capoeira. A inserção dos capoeiras no mundo do trabalho é construída em um momento adverso, onde o sistema do capital em crise busca sua mundialização exponencial, adentrando nas mais variadas práticas, promovendo uma crescente mercadorização da vida humana como forma de garantir sua sobrevivência. De maneira tácita, as mudanças sociais colocam em xeque o Estado de Bem-Estar Social, assim como organização do trabalho, gerando transformações significativas na organização, e, conseqüentemente, na perda dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

A condição do desemprego estrutural é um dos fatores que promovem a expansão da capoeira. A oferta escassa de trabalho faz com que muitos capoeiras tenham uma inserção precária no processo produtivo. Contudo, a existência do interesse mundial em torno da capoeira pode ser entendida diante de suas possibilidades comerciais. Nessa perspectiva, não seria inoportuno compreender que a expansão da capoeira é concebida mediante sua adequação às “regras do jogo”, fato ao qual seus sujeitos, sobretudo os que desenvolvem trabalho no exterior, tenham de se adaptar, ainda não garantindo sua possibilidade de viver da capoeira.

Nesse sentido, as estratégias mais bem-sucedidas, bem como os inseridos em uma didática de ensino aproximada a um projeto educacional próprio da escola capitalista, geralmente se constroem a partir do trabalho de sujeitos inseridos em grupos de capoeira mais adaptados ao sistema empresarial. Ainda, como mais um elemento, nesse contexto há a “courage” de que muitos trabalhadores da capoeira se revestem por serem portadores de algum componente simbólico que o destaca perante a comunidade capoeirana. Entende-se que uma primeira diferenciação seria a condição de ser brasileiro, que pretensamente lhe daria os pré-requisitos para ser um bom capoeira, condição que se aproxima das visões da capoeira como uma essência a qual poucos tem acesso.

Na Europa, os capoeiras brasileiros “querem ser mais brasileiros do que são”. Assim afirmou uma capoeira italiana que fez intercâmbio no Brasil, “apaixonou-se” pela arte e está, atualmente, fazendo uma tese no campo da Antropologia, sobre o “espírito” da Capoeira Angola. É bem verdade que no exterior, os professores brasileiros terminam essencializando o Brasil a partir da supervalorização de “fundamentos brasileiros” da capoeira, contribuindo, dessa forma, para promover, além das clássicas hierarquias já presentes no universo da capoeira (gradações), uma hierarquia entre os praticantes não brasileiros, baseada no domínio dos nossos símbolos. Em busca desses fundamentos, alguns são criticados por se arvorarem a falar sua língua nativa com sotaque abasileirado (FALCÃO, 2004, p. 271).

Compreende-se que esse discurso, que não se restringe à condição de ser brasileiro, mas se soma à condição de ser mestre, de portar uma habilidade técnica, dos anos dedicados à capoeira, faz parte de uma estratégia de mercado que propicia a alguns trabalhadores da capoeira terem rendimentos mais vantajosos a partir do preço de seu “axé”, evidenciado no valor do cachê de certos ícones da capoeira. Essa condição acaba por mobilizar o interesse de muitos capoeiras quando da possibilidade de participar de uma atividade ministrada por mestres reconhecidos no mundo capoeirano, como também um dia participar desse grupo portador de capital simbólico.

Sabendo, no entanto, que esse discurso é formado em premissas nem sempre válidas, compreende-se a existência de reações quanto à necessidade de sujeição a um professor brasileiro, a um grupo e até mesmo a um mestre. Nesse sentido é ilustrativo o trabalho de Vassalo (2003) acerca de um grupo de capoeira anarquista na França, que não permite a participação de brasileiros considerados opressores a uma prática autônoma, não tem mestre e se baseia na transmissão do conhecimento fundamentado na horizontalidade, sem hierarquização de seus praticantes. Esse é um exemplo, dentre muitos outros, que pode questionar todo o processo pelo qual a capoeira se desenvolveu, ora buscando uma (pretensa) dimensão mais autônoma para sua prática, ora acirrando para o viés mercadológico.

A capoeira vive conjunturalmente uma popularização exponencial. Sabe-se de uma série de mecanismos que tenham contribuído para esse processo para além da condição mencionada estritamente. Internet, filmes, jogos e até mesmo o *Mixed Marcial Arts* (MMA), que talvez tenha sido o esporte com maior aumento de sua projeção midiática mundial nos últimos anos, ajudam a promover a capoeira diante de seus lutadores e golpes passíveis de nocaute.

Compreende-se que a conjuntura está estruturada em uma rede complexa, na qual se observa uma infinidade de sujeitos que buscam construir os determinantes dessa prática social. A própria atuação de seus estudiosos, docentes que lecionam no Brasil, no exterior, docentes estrangeiros que atuam em terras estrangeiras, como também no Brasil, a ação das instituições que compõem a sociedade civil da capoeira, grupos, associações de capoeiras, federações, grandes empresas do ramo do *fitness*, conselhos profissionais e Estado interferem nos caminhos que a capoeira vem tomando.

Atualmente, com uma infinidade de grupos, milhares de docentes e milhões de praticantes, verificam-se tentativas de busca de unidade entre os capoeiras, que não têm alcançado o êxito esperado, bem como a busca de cisões. Associações, confederações, ligas,

congressos, lei que regulamenta a profissão<sup>55</sup> não têm alcançado êxito, sendo mais fortuito o caminho “cada um por si”, ou melhor, cada grupo por si, até que ocorra sua próxima divisão. Atenta-se que a infinidade de grupos de capoeira é uma consideração importante para se pensar a divisão entre os capoeiras.<sup>56</sup>

Convém considerar além do já mencionado mercado, a ocorrência de apropriações de campos “externos” à capoeira; nota-se a iniciativa no campo legislativo federal, que tem criado, recentemente, acompanhando as iniciativas do Ministério da Cultura, proposições das mais variadas, como a criação de Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira (Dep. Márcio Marinho – PRB/BA, Requerimento 651/2011), a regulamentação da profissão (Dep. Carlos Zarattini – PT/SP, PL 2.858/2008 e Dep. Arnaldo de Sá – PTB/SP, PL 7.150/2002 ), escolha de mestre Bimba como patrono da capoeira (Dep. Lídice da Mata – PSB/BA, PL 5.222/2009 – projeto apensado ao PL 2.858) e até o Dia do Capoeirista<sup>57</sup>. Percebe-se que tais iniciativas carecem de maior respaldo diante da sociedade civil, esbarrando na falta de diálogo entre seus propositores e a comunidade capoeirana, não deixando de se ligar as práticas ao clientelismo político com a disputa da preferência dos capoeiras como seus representantes. Tal cenário indica como a capoeira tem sido permeada por conflitos, nos quais, a cada momento, é possível insurgências arbitrárias, que buscam sua unidade ou sua divisão. O Estado, ao formular políticas para o setor, entra em um arena delicada de sujeitos heterogêneos, com

---

<sup>55</sup> A ingerência baseada na reserva de mercado do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), por meio da alcinha de regulamentar, não só os professores de educação física, mas também “**todo o exercício das atividades físicas**” (Lei 9.696/98), afetou diversas áreas de saberes tradicionais como a capoeira. Talvez tenha sido um dos poucos momentos que mais evidenciaram uma unidade (ainda que relativa) entre os capoeiras contra a ação do conselho. As alternativas, contudo, já não proporcionariam o mesmo êxito, sendo que, se não ocorreram, acabaram por recair na lei de regulamentação da profissão de capoeira, a qual entre as diversas iniciativas, recai atualmente sobre o PL 7.150/2002 (atualmente PLC 31/2009), que elege a Confederação Brasileira de Capoeira como órgão responsável pelo registro dos docentes da capoeira.

<sup>56</sup> Sabe-se das inúmeras possibilidades para o aprendizado da capoeira, sendo possibilitada desde brincadeiras mambembes de rua a incipiente utilização como conteúdo nas aulas de educação física, utilização da internet... Compreende-se que os grupos de capoeira ainda são os principais canais para seu aprendizado, podendo, não de maneira fortuita, definir as experiências anteriores citadas. Mais do que isso, são instituições que comportam determinado *status* no mundo capoeirano, sobretudo os pertencentes aos denominados “megagrupos”. É sabido também que a convivência entre os grupos de capoeira não são marcadas somente pelas rivalidades, ocorrendo iniciativas da busca pela “camaradagem” entre seus membros, sendo convencional em algumas experiências se tratarem como “grupos-irmãos” ou denominação semelhante. Contudo, verificam-se, de maneira corriqueira, cisões de ordenamentos variados, sobretudo políticas e pessoais por parte de seus docentes, que, além da possibilidade de migrarem para outro grupo, acabam por criar uma nova instituição, gerando a busca de seu espaço no mundo capoeirano.

<sup>57</sup> É interessante perceber como ocorre certa disputa ou falta de diálogo entre os parlamentares em “defender” a capoeira. Da base aliada do governo existem projetos de leis e requerimentos da legislatura passada, que observam três datas para a comemoração da capoeira ou do capoeirista: 20 de novembro (Dep. Marcio Marinho – PRB/BA, PL 7.536/2010 – em tramitação); 12 de setembro (Dep. Carlos Zarattini – PT/SP, PL 2.858/2008 – em tramitação); 3 de outubro (Dep. Alice Portugal – PC do B, Requerimento 2.169/2008 – sessão solene para homenagear os capoeiristas).

interesses distintos para a capoeira. Será possível agradar a todos, ou beneficiar parcelas desses sujeitos?

Neste capítulo, buscou-se traçar um pequeno caminho bastante aligeirado sobre a história da capoeira a fim de perceber suas possíveis condições determinantes. Sem a pretensão de trazer dados novos, foram abordados temas que fazem parte de leituras sobre a historiografia da capoeira, bem como sua conjuntura recente. A intenção está em fornecer uma guia de reflexões que auxiliem no entendimento da conjuntura recente da capoeira, da qual o Estado se torna um dos principais atores, verificando que em todo esse devenir, sua ação, se não fora repressiva, praticamente inexistiu, sendo que, quando da possibilidade de seu aparecimento na agenda pública, esta se fez de maneira estanque e formulada a partir de ações pontuais, que indicam mais um empenho pessoal do que uma ação de governo.<sup>58</sup> Contudo, vale ponderar que, embora não participando ativamente, o Estado, campo de tensões que tem expressado hegemonicamente por meio do pensamento da classe dominante, influenciou muitas experiências de capoeiras na formulação de sua compreensão sobre a capoeira, o que, por vezes, poderia se tratar de uma busca legitimadora, aproximando do poder oficial. No intento de cruzar informações a fim de verificar o “terreno” da capoeira no Estado, dirige-se agora a compreender a organização da pasta cultural durante a gestão do Governo Federal do presidente Lula.

---

<sup>58</sup> Como ações do Governo Federal, encontram-se duas iniciativas mais significativas na história recente. Trata-se da inclusão da capoeira nos Jogos Escolares Brasileiros dos anos de 1985 a 1990, 1994 e 1995 (Jogos da Juventude) e o Programa Nacional de Capoeira, programa voltado para o incentivo de produção de materiais com iniciativas realizadas pelo Ministério da Educação.

## CAPÍTULO 3 – A CAPOEIRA NO GOVERNO LULA: NOS CAMINHOS DA CULTURA

O retorno da capoeira à atenção do Estado se deu pelo campo da cultura. Contudo, mais do que entendê-la como atribuição desse campo de intervenção das políticas sociais, cabe compreender seu “ressurgimento” no bojo de um projeto maior, aqui entendido a partir da eleição de Lula, pela coligação PT/aliados. O presidente Lula, eleito duas vezes com grande clamor popular, exerceu seus mandatos com articulação política que gerava uma ampla coligação e superioridade na esfera legislativa por meio de sua base aliada.

A partir dessa conjuntura, a implementação do plano de seu governo foi realizada com grande respaldo político-institucional e da sociedade, sendo os limites de sua gestão restritos à disposição orçamentária (consentido durante todo o governo, destinando mais de 40% do orçamento ao gerenciamento da dívida pública da União), aos escândalos públicos, que com grande exposição dos meios de comunicação de massa forçava uma pequena readequação das ações do governo, além da oposição de parcela dos movimentos sociais pautados pelas reivindicações em torno da esquerda radical.

### 3.1 A vitória do projeto PT/aliados e a era Lula: um governo pra chamar de seu?

*Para alcançar o resultado de ontem, foi fundamental que o PT, um partido de esquerda, tenha sabido construir uma ampla aliança com outras forças partidárias. O PL, o PCdoB, o PMN e o PCB deram uma contribuição inestimável desde o primeiro turno. A eles vieram somar-se, no segundo turno, o PSB, o PPS, o PDT, o PV, o PTB, o PHS, o PSDC e o PGT. Além disso, ao longo da campanha, contamos com o apoio de setores importantes de outros partidos identificados com o nosso programa de mudanças para o Brasil. Em especial, quero destacar o apoio dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco e, no segundo turno, o precioso apoio que recebi de Anthony Garotinho e Ciro Gomes.*

[...]

*Vivemos um momento decisivo e único para as mudanças que todos desejamos. Elas virão sem surpresas e sobressaltos. Meu governo terá a marca do entendimento e da negociação. Da firmeza e da paciência. Temos plena consciência que a grandeza dessa tarefa supera os limites de um partido. Esse foi o sentido do esforço que fizemos desde a campanha para reunir sindicalistas, ONGs e empresários de todos os segmentos numa ação comum pelo país.*

*Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir*

*uma Nação que beneficie o conjunto do povo. Vamos promover um Pacto Nacional pelo Brasil, formalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e escolher os melhores quadros do Brasil para fazer parte de um governo amplo, que permita iniciar o resgate das dívidas sociais seculares. Isso não se fará sem a ativa participação de todas as forças vivas do Brasil, trabalhadores e empresários, homens e mulheres de bem. (Compromisso com a mudança – texto assinado por Lula divulgado em 28 de outubro de 2002 após sua eleição)*

*O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.*

(Carta de princípios – Comissão Nacional Provisória – 1º de maio de 1979)

A gestão do presidente Lula terminara com índice de aprovação recorde, como revela pesquisa realizada pelo Ibope,<sup>59</sup> divulgada dia 16 de dezembro de 2010, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI): aprovação pessoal de 87%, aprovação do governo de 81% dos entrevistados (duas mil e duas pessoas de todo o país) que avaliaram o governo como “ótimo ou bom”. Em que pese o universo reduzido de entrevistados, a última pesquisa de opinião sobre o governo confirmava uma tendência ao longo de toda a gestão do presidente, que em pesquisas periódicas desde 2003 revelavam a concordância da população com o governo, mesmo nos períodos críticos de crise política por qual seu governo passara.

Além do respaldo popular, o setor empresarial também demonstrava sua satisfação com o governo Lula. Em diversos momentos de sua trajetória na presidência, muitos dos grandes empresários tornaram-se seus aliados, defensores e, por vezes, porta-vozes de seu governo. Um exemplo de sua boa relação foi ao final de seu mandato, em um evento realizado pela revista *Carta Capital*<sup>60</sup>, destinado à premiação das “empresas mais admiradas no Brasil”,

<sup>59</sup> Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística criado em 1942, destinado a realizar pesquisas de opinião, sendo as pesquisas relativas ao cecontextonário político (intenções de voto, aprovação de mandato de gestores) com maior repercussão. Nas palavras próprias da empresa, o Ibope é uma “Multinacional brasileira de capital privado, o Ibope é uma das maiores empresas de pesquisa de mercado da América Latina. Há 69 anos fornece um amplo conjunto de informações e estudos sobre mídia, opinião pública, intenção de voto, consumo, marca, comportamento e mercado.” Disponível em:

<<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&comp=Grupo+IBOPE&db=cald&docid=8D60A353BFE2430783256E60006C4316>>.

<sup>60</sup> Revista de tiragem semanal, criada pelo ítalo-brasileiro, Mino Carta, com informações sobre política, sociedade, cultura, economia, saúde, tecnologia. Adota um editorial diferente de suas principais concorrentes (*Veja*, *Época* e *Istoé*), afastando-se de uma postura neutra dos acontecimentos e chegando a assumir posições ligadas ao campo da esquerda e dos movimentos sociais. Durante as três últimas eleições, posicionou-se a favor de Dilma e de Lula.

laureando as maiores empresas nacionais e multinacionais (Itaú, TAM, Vale, Grupo Pão de Açúcar, Votorantim, Nokia, Nike, Microsoft, Mc'Donalds, Coca-Cola, entre outras), que teve como convidado especial o presidente Lula. Na ocasião, o presidente do Banco Itaú<sup>61</sup>, Roberto Setúbal, falando em nome dos empresários (cerca de 700 presentes), exaltou os feitos do presidente Lula ao longo de seus oito anos:

[...] o Brasil vive hoje um momento absolutamente extraordinário após 16 anos de estabilidade. Senhor presidente, ao final de oito anos de seu mandato presidencial o país se reencontrou. O Brasil hoje está feliz e há muitas razões para isso, pois as conquistas obtidas em seu governo não têm precedentes em nossa história. Nesse período que conseguimos um grande crescimento econômico, os benefícios gerados foram distribuídos por todas as classes sociais. Não só as empresas cresceram e se fortaleceram, mas também 30 milhões de brasileiros saíram do nível de pobreza e ascenderam à classe média. Isso significou reduzir de 25 para menos de 15% o percentual de pobres na nossa população. Nesses últimos 8 anos foram criados 7 milhões de empregos formais, a produção de veículos subiu de 1,8 para 3,2 milhões de unidades/ano, a produção de petróleo subiu de um e meio para 2,1 milhões de barris/dia e a produção de grãos subiu de 97 para 147 milhões de toneladas. As melhorias podem também ser percebidas em todos os campos sociais. Por exemplo, a expectativa de vida subiu de 70 para 73 anos, saímos de 11 mil para 21 mil leitos de UTI em nossos hospitais, e a quantidade de anos de estudos da população subiu de 6 e meio para 7 e meio anos. Hoje 99% dos domicílios tem luz elétrica e 93% dos municípios no Brasil tem água encanada. Enfim senhor presidente, esses exemplos, ao lado de muitos outros aqui não mencionados atestam a evolução que tivemos nos últimos anos. Porém, o mais importante é observar a melhoria significativa da distribuição de renda no Brasil nesse período que é a melhor prova de que os benefícios gerados pelo crescimento têm sido distribuídos mais favoravelmente às classes mais necessitadas. Essa é uma conquista que fortalece nossa democracia e torna sustentável nosso modelo de crescimento, não apenas nos fundamentos econômicos, mas também nos aspectos políticos e sociais. Esse delicado balanço, na adequada distribuição dos benefícios oriundos do crescimento entre as classes sociais é que tornou o senhor presidente, merecidamente, o mais popular de nossa história [...] (SETÚBAL, 2010, em discurso em evento da Revista *Carta Capital*)<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> Maior banco privado do país e da América do Sul. Criado em 1945 com o nome de Itaú América, foi participando de fusões ao longo de sua história, que incluem a compra de bancos estaduais ao longo da era FHC (1995-2002) e a última grande fusão, em 2008, com o Unibanco, que permitiu alcançar o *status* atual de uma das 10 maiores instituições financeiras do mundo. “Mais de 39 milhões de clientes, com R\$ 792,5 bilhões em ativos administrados por nossos 107 mil colaboradores. Presente em 19 países das Américas, Europa, Oriente Médio e Ásia e em mais de 1.000 municípios brasileiros” (Disponível em: <[http://www.itaubank.com.br/bem\\_vindo/index.htm](http://www.itaubank.com.br/bem_vindo/index.htm)>). O banco tem grande intervenção no campo da cultura por meio da instituição Itaú Cultural e do benefício de isenção fiscal da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), sendo uma das empresas privadas que mais financiam a cultura no país.

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=dwLok48ZPnk>>.

Setúbal usaria seu discurso para valorizar a ação de Lula e lembrar os desafios de seu sucessor. Em suma, as considerações culminaram para outra assertiva em relação ao presidente, divulgada no blog do jornalista Guilherme Barros, no dia 29 de dezembro de 2011. Para o presidente do Itaú, “Lula foi o maior presidente da História do Brasil”.<sup>63</sup> A notícia ainda divulgara o papel de Setúbal em tranquilizar o mercado financeiro ao se pronunciar antes da eleição de Lula no segundo semestre de 2002. “Em setembro de 2002, durante a tradicional reunião anual do FMI, o banqueiro Roberto Setúbal, presidente do Itaú, surpreendeu a toda a plateia, formada pelos maiores financistas do mundo, quando disse que Lula não só iria ganhar a eleição, como não seria nenhum problema para o Brasil”.

Partindo das declarações de Setúbal, o que não faz excluir posicionamentos contrários no campo do grande empresariado, percebe-se a confiança de um dos principais representantes das grandes corporações brasileiras e, sobretudo, do mercado financeiro, na governabilidade de Lula e sua comprovação ao final de seu mandato.

A divulgação e o aparecimento de ideias e personagens do setor mencionado contribuíram para a eleição de Lula, pois ajudaram a inculcar nos setores mais conservadores, bem como no conjunto da população, certa reversão na rejeição à candidatura do presidente Lula.

Considera-se que a falta de confiança em Lula, bem como na ascensão do Partido dos Trabalhadores, tinha suas razões historicamente construídas. Sabe-se que a aversão a Lula, em muito reforçada pelos meios de comunicação de massa, surgiu desde o preconceito social à sua origem pobre e nordestina, como também de suas convicções políticas e de sua capacidade de liderança proletária, evidenciada a partir da reorganização do movimento sindical em plena Ditadura Militar.

Lula era operário do Parque Industrial do ABC desde meados da década de 1960. Foi participando do movimento sindical e, aos poucos, sua habilidade na participação política o fizeram chegar a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema em 1975, sendo reeleito em 1978. Lula liderou algumas das maiores greves de operários no Brasil ao final da década de 1970 e no ano de 1980. A repercussão do movimento, que resultou em sua repressão, incluindo a prisão de seus líderes, inseriam-se em um contexto de rearticulação dos movimentos sociais na luta pela democracia, por direitos sociais e pelo fim da ditadura. A partir dessa mobilização foi amadurecida a organização de um partido de massas, voltado para a defesa dos interesses dos trabalhadores, bem como sua

---

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/guilhermearros/2010/12/29/lula-foi-o-maior-presidente-da-historia-do-brasil-diz-roberto-setubal/>>.



emancipação política e social. Desse cenário que reunira operários, intelectuais ligados ao campo da esquerda e membros da Teologia da Libertação, grupo ligado à Igreja Católica, é fundado o Partido dos Trabalhadores, em 10 de fevereiro de 1980, e anos depois (1983), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), principal central sindical do país.



**Figura 1:** Reunião de fundação do Partido dos Trabalhadores.

Fonte: Foto de Benedito Salgado/AE. Disponível em: <http://vereadoraltamiropt.ning.com/m/blogpost?id=2403718%3ABlogPost%3A37271>

A ocasião de fundação gerou um manifesto onde se notam as evidências da construção de um partido voltado à organização dos trabalhadores para a superação da opressão capitalista.<sup>64</sup>

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política

<sup>64</sup> Antes da fundação, foi escrita, em 1979, uma carta de princípios, a qual realiza uma análise de conjuntura da política e dos partidos, faz-se uma ponderação como um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática.

de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias (PT, 1980, p. 2).

Como um partido do campo da esquerda, o manifesto não aponta a via revolucionária para chegar ao poder. Contudo, demonstra sua estratégia a partir da luta de classes, a defesa da classe trabalhadora e de explorados pelo sistema capitalista e a constituição de uma democracia das maiorias, método que também faria parte das decisões do partido.

Da fundação do PT à participação em disputas eleitorais presidenciais levariam cerca de nove anos. Até 1989, primeira disputa de Lula e de um candidato petista à presidência, seria preciso conquistar esse direito. O PT participara ativamente das manifestações em torno do fim da Ditadura Militar, do movimento “Diretas Já”, que reivindicara o direito de voto para presidente, conseguira a primeira vitória de um gestor, em 1985, com a eleição da prefeita Maria Fontenele na cidade de Fortaleza (primeira prefeita de uma capital no Brasil) e a participação crítica na discussão e construção da Constituição Federal de 1988, a ponto de 15 dos seus 16 deputados federais (entre eles Lula) terem votado contra a Carta Magna por considerarem “elitista e conservadora” (VILLA, 2011).

Na eleição presidencial de 1989, o PT e a coligação Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB) apresentavam um programa em muito ligado ao seu manifesto inicial. O programa definido com “as bases do Plano de Ação de Governo” (PAG) tinha como referência a garantia de direitos sociais e a construção de uma democracia participativa.

Esse programa apresentou a defesa incondicional da reforma agrária, do não pagamento da dívida externa, da estatização dos bancos, da expansão do ensino público de qualidade, da implantação de uma política de saúde e de transporte públicos, da adoção de uma política habitacional direcionada, principalmente, às camadas populares, da reforma democrática do Estado e seu conseqüente fortalecimento econômico através das desprivatizações, da criação de canais que possibilitassem o desenvolvimento de uma democracia direta – os “conselhos populares” – e do fortalecimento dos canais já existentes (LAZAGNA; ZARPELON, 2007, p. 1).

O PAG seria um programa com uma plataforma progressista com base nas reivindicações dos movimentos sociais. Segundo Lazagna e Zarpelon (2007), a partir da

derrota de Collor, o PT foi se direcionando a uma flexibilização significativa na estratégia e na tática de almejar o poder. Na condição de oposição ao governo Collor, o partido passaria a uma condição menos combativa no campo programático, buscando ações mais pontuais. Assim, com o processo de *impeachment*, só após as denúncias do irmão do presidente à revista *Veja* que o PT defenderia a realização de uma investigação por meio da CPI, sem, contudo, ampliar a oposição à adoção do modelo neoliberal na gestão federal (LAZAGNA; ZARPELON, 2007).<sup>65</sup>

Ao longo da década de 1990, as ações do Partido, mais do que se interessarem pelo fortalecimento dos espaços reivindicatórios dos movimentos sociais, do tensionamento da relação entre capital e trabalho, Estado e sociedade, parecem se voltar para construir uma estratégia vitoriosa nas eleições, muito embora suas resoluções ainda reivindicassem a construção de superação do capitalismo e construção do socialismo.<sup>66</sup> Em meio a um contexto mundial, que repercutira diretamente no Brasil, de fortalecimento do ideário neoliberal, da reestruturação produtiva que acentua a perda dos direitos conquistados pelos trabalhadores, bem como o descrédito que o movimento socialista sofria diante de experiências malsucedidas (e mal interpretadas como socialistas) no Leste Europeu, o Partido, de maneira hegemônica, organiza, de maneira mais pragmática, as conquistas eleitorais, mesmo que a alternativa implicasse revisões programáticas. No ano de 1994, com novas eleições e nova candidatura, o PT apresentava um novo programa.

Já o programa de 1994, intitulado “Uma Revolução Democrática no Brasil”, apesar de enfatizar as questões práticas de governo através do detalhamento do seu plano de ação em várias frentes, não enfatiza a discussão sobre as vias de participação popular, que passa a ser vista como resultado da auto-organização da sociedade, bem como as vias de um combate frontal ao

<sup>65</sup> A essa altura, a composição do partido, que aglutinava diversas tendências do campo da esquerda, gerava grandes acirramentos e as primeiras grandes cisões entre dissidentes e o “núcleo duro” do partido comandado pela tendência Articulação, a qual pertencia Lula. Em 1991, a partir de divergências entre os posicionamentos da direção nacional e a atuação das tendências, seria expulsa a corrente “Causa Operária” (atual Partido da Causa Operária), e em 1992 seria desligada a corrente Convergência Socialista (grupo que origina o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

<sup>66</sup> Menciona-se desse período o documento *O socialismo petista*, aprovado no 7º encontro Nacional do PT em 1990 e reafirmado em seu 2º Congresso Nacional, realizado em 1999. No documento, apesar de constar que o partido não possui uma filosofia oficial, apresenta-se uma clara demarcação da construção do projeto socialista pela conscientização das massas, processo entendido como “socialismo democrático”. “No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos” (PT, 1999, p. 6).

projeto neoliberal. Sobre esse ponto, verifica-se a existência da adesão passiva a esse projeto quando o programa aponta como inevitáveis as “transformações estruturais” do processo produtivo, propondo, em contrapartida, medidas paliativas de combate aos prejuízos decorrentes dessas transformações (LAZAGNA; ZARPELON, 2007, p. 1.).

Com a primeira derrota para Fernando Henrique, em primeiro turno, o PT adquiriu mais experiência e se organizou novamente na oposição. Apesar da derrota, o partido já demonstrava sua força a partir de sua crescente militância e o aumento de sua representatividade na esfera executiva, governando capitais, estados municípios, e na esfera legislativa, com a eleição de vereadores, deputados e senadores. A essa altura, o partido já amadurecia uma maneira de governar por meio de suas gestões – concebida pela própria organização ancorada na concepção do “governo democrático e popular”.<sup>67</sup>

A construção do projeto democrático e popular para o Brasil marcou a trajetória do Partido dos Trabalhadores, foi o fundamento dos programas nacionais de Lula à presidência desde 1989 por meio dos quais discutimos com o país o seu destino. O programa democrático e popular do PT foi se construindo a partir do debate teórico, nas lutas populares e na ação institucional em três direções: social, nacional e democrática.

[...]

O programa democrático-popular se construiu também a partir das experiências do PT nos Executivos e Legislativos (parlamentos) dos vários níveis de governos (municipal, estadual e federal) e têm configurado o modo petista de governar e modo petista de atuação parlamentar.

O compromisso com a participação cidadã, com o controle social sobre as políticas e uma cultura democrática e transformadora na vida pública; com o desenvolvimento local sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social; com a construção e desenvolvimento de políticas sociais universais de qualidade e a garantia de direitos; com uma gestão ética, democrática e eficiente; com a gestão democrática do território e a afirmação dos direitos: raça, gênero e orientação sexual foram se constituindo como eixos de nossa ação nos governos locais e referências em vários lugares do mundo (PT, 2012, p. 1.)<sup>68</sup>

A participação política petista vivia conjunturas diferentes. Se por um lado seria situação, ocupando os espaços do Estado em administrações estaduais e municipais, na esfera federal sua condição seria de oposição. Se a conjuntura nacional conduzia o partido à postura firme contra a política neoliberal do governo FHC, por meio do parlamento ou pela via dos

<sup>67</sup> Talvez uma das principais marcas e inovações a qual o Partido dos Trabalhadores tem como trunfo é o “Orçamento Participativo” desenvolvido durante a primeira gestão petista da prefeitura de Porto Alegre (1989-1993). O Programa visa desenvolver, por meio da mobilização da participação política da população e a definição de suas demandas prioritárias, a destinação dos recursos públicos.

<sup>68</sup> Disponível em: <<http://www.enfpt.org.br/node/80>>.

movimentos sociais,<sup>69</sup> a condição de governo gerava posturas mais flexíveis, com alianças com partidos fora do campo da esquerda, consentimentos com financiamento de campanhas advindos do setor empresarial e a aproximação com políticas de privatizações,<sup>70</sup> evidenciando as contradições entre as resoluções fundantes do partido e a prática política como governantes.



**Figura 2:** Marcha dos 100 mil a Brasília

Fonte: <<http://memoria.quimicosunificados.com.br/3018/passeata-dos-100-mil-contra-fhc-em-brasilia-agosto/>>.

Contudo, no que tange ao horizonte presidenciável, o programa de 1998 já assimilara as práticas petistas de governar, amadurecendo os posicionamentos de 1994.

Outra característica do programa de 1994 – e também do programa de 1998 – é a ausência de uma proposta alternativa ao Plano Real, que foi implantado durante o governo Itamar Franco pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Talvez não seja forçoso pensar na possibilidade dessa ausência formalizar a adesão passiva – mesmo que crítica em alguns aspectos – às propostas de aprofundamento de uma política-econômica neoliberal.

<sup>69</sup> Recordar-se desse período combativo, o qual teria participação petista, a realização da marcha dos 100 mil a Brasília, realizada no dia 26 de agosto de 1999. O ato se tornou a principal manifestação contra o governo FHC, sua política neoliberal e os escândalos de corrupção. Na ocasião, foi entregue ao Congresso um abaixo-assinado com 1,3 milhão de assinaturas para abertura de uma CPI que investigasse o presidente na privatização do Sistema Telebrás. Contou com as principais organizações de esquerda do país e suas principais lideranças.

<sup>70</sup> Como exemplo dessas iniciativas, menciona-se a experiência da gestão petista do município de Ribeirão Preto-SP (1993-1996), governada por Antonio Palocci. Em 1995, a companhia pública telefônica da cidade – Ceterp, teria 49% de suas ações vendidas a iniciativa privada.

Essa hipótese pode ser reforçada por outras características do programa de 1998: a substituição da discussão das vias de desenvolvimento da democracia representativa e direta pelas propostas da bolsa-escola e do Orçamento Participativo, a oposição propositiva ao governo FHC, através da ênfase da capacidade administrativa petista, da sua experiência e credibilidade para governar o Brasil, em substituição a uma proposta de contraposição ao modelo neoliberal vigente no país e o desaparecimento da proposta de suspensão imediata do pagamento da dívida externa (LAZAGNA; ZARPELON, 2007, p. 1).

Na nova disputa, há terceira derrota, sendo a segunda para FHC (segunda derrota em primeiro turno). Entre 1998 e o próximo pleito, que consagrou Lula à presidência, ocorreram mudanças nas estratégias que seriam fundamentais para a vitória petista. Para além de uma gestão federal de FHC, desgastada por denúncias de corrupção nas privatizações, pela crise econômica em 1999 e pela crise energética ao final do mandato, que enfraqueciam a candidatura de seu ministro da Saúde, José Serra, Lula (novamente escolhido pelo PT e sob a alcunha de principal candidato de oposição), seu partido e sua coligação são vistos com menos rejeição pública, forjada pelos meios de comunicação, fator em muito devido às ações do marketing político<sup>71</sup> e à própria plataforma de governo, que evidenciava uma grande preocupação em tranquilizar o setor empresarial e o mercado internacional.

A fórmula “Lulinha paz e amor”, que ganhou elogios até de FHC após a eleição, expressou com precisão e sintetizou este empreendimento. A construção dessa imagem não foi um mero produto de marketing. O próprio Duda Mendonça, em entrevista, reconheceu: “*Na verdade, o Lula mudou porque o PT mudou*”. A conversão da política do Partido dos Trabalhadores e da imagem de Lula foi, em verdade, um processo longamente vivenciado, formulado e construído, em termos políticos e de mídia, nos últimos anos pelas experiências políticas e administrativas do partido e pela liderança do grupo hegemônico no PT. Não foi algo meramente eleitoral ou mesmo alguma invenção genial de marketing de Duda Mendonça. A política petista governou claramente esta reconversão eleitoral midiática.

O empreendimento de mudança de Lula e do PT, além de estar alicerçado em um longo processo político, também significou um maior investimento do partido no campo da comunicação. Uma das exigências de Lula para ser novamente candidato foi contar com uma estrutura de comunicação mais profissionalizada. O desempenho desta equipe certamente está presente em um uso mais estratégico dos horários partidários não eleitorais, em campanhas publicitárias como “No fundo, no fundo você é um pouco PT” e na (re)significação das anteriores derrotas de Lula agora olhadas como signo de persistência e não mais como perdas inevitáveis (RUBIM, 2003, p. 10).

---

<sup>71</sup> A campanha de Lula em 2002 contou com um dos principais publicitários de campanhas políticas no Brasil: Duda Mendonça. Duda, que já teria trabalhado na campanha de Paulo Maluf à Prefeitura de São Paulo, em 1982, encarrega-se da campanha publicitária de Lula. Segundo dados do TSE, ocorreu um investimento milionário em que, para a vitória de Lula, foram declarados R\$ 39,3 milhões, quase cinco milhões a mais que seu principal oponente.

Compreende-se que, não de maneira coincidente, a vitória de Lula combina com a formação de uma aliança ampla na perspectiva ideológica,<sup>72</sup> que possibilitou a presença de José Alencar como vice-presidente, grande empresário da indústria têxtil, recém-chegado membro do Partido Liberal (PL) a compor a proposta de governo liderada pelo Partido dos Trabalhadores. O PT, criado das experiências do movimento operário e das organizações populares dos movimentos sociais em defesa do socialismo, consentia com uma aliança eleitoral com o empresariado. Consentia também com uma estrutura partidária hegemonicamente<sup>73</sup> organizada, sobretudo no âmbito nacional, em torno da disputa eleitoral e da governabilidade em detrimento da organização das lutas sociais.<sup>74</sup>

E esse procedimento teria seu êxito já repetido pela terceira vez consecutiva com as vitórias nas eleições de 2002, 2006 e 2010. A flexibilização de seu programa, a composição com partidos ligados ao campo da direita e o empresariado e o respaldo de grande parcela do campo da esquerda, movimento sindical e dos setores menos abastados garantem o êxito petista.

Voltando ao ano eleitoral de 2002, nota-se a consolidação de convergência de interesses. Se o mercado de antemão se assustara com a candidatura de Lula, as mudanças do PT, as estratégias do marketing de campanha buscavam convencer o eleitorado da validade da candidatura, que teria o reforço do empresariado. Ainda em um grupo pequeno de representantes do mundo corporativo do estado de São Paulo,<sup>75</sup> divulgam um manifesto de

---

<sup>72</sup> A aliança para eleições presidenciais contou com o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, o Partido da Mobilização Nacional e o Partido Liberal, além do PT.

<sup>73</sup> Há que se lembrar que o PT é um partido que comporta diversas tendências e disputas internas. Entre as disputas, a crítica contra a ligação do PT com setores da burguesia, pela defesa de um partido de massas revolucionário e em defesa do socialismo ainda ecoam no partido, sendo as tendências mais radicais a corrente “Trabalho” e “Esquerda Marxista”. A tendência hegemônica, da qual participam Lula, a presidenta Dilma, José Dirceu, Aloízio Mercadante, entre outros, atualmente se define como “Construindo um Novo Brasil” (CNB).

<sup>74</sup> Perspectiva diferente do evidenciado pelo Manifesto de fundação: “O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. [...] O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos” (PT, 1980, p. 2).

<sup>75</sup> Compreende-se que a própria dinâmica do sistema capitalista, baseado nas leis de mercado, livre concorrência produz na burguesia um ambiente de disputas que dificulta a convergência de interesses entre as corporações, sendo o “ponto pacífico” a concordância da defesa do lucro. Embora haja instituições organizadas como federações e os sindicatos patronais, entende-se que uma posição política unificada que envolva parcela significativa da classe burguesa seja uma tarefa de difícil possibilidade, sobretudo em disputa eleitoral em que há outras opções voltadas a garantir os interesses da burguesia. Ressalta-se aqui uma situação que revela um pequeno consenso do setor empresarial em torno de uma candidatura cuja história se ligava ao campo da esquerda.

apoio à candidatura petista, colocando-se contrários ao modelo econômico do país de baixo crescimento, juros altos, baixa proteção à indústria nacional, creditando a Lula a reversão desse quadro. “Entendemos que Lula é a única alternativa capaz de implementar um programa de governo voltado ao crescimento econômico com geração de empregos, redução das desigualdades, fortalecimento do mercado interno e de apoio às empresas nacionais” (MANIFESTO DE APOIO A LULA, 2002).

O manifesto, que foi lançado em julho, assinado por dez representantes, vai ganhando adesões. Esse documento reforça a “Carta ao povo brasileiro”, do dia 22 de junho, na qual Lula compromete sua gestão a fomentar o agronegócio, a cumprir os contratos de seu antecessor, a manter a política de superávit primário, entre outras medidas que demonstram que o mercado e os credores internacionais não precisariam se preocupar com qualquer mudança radical nos rumos da gestão federal. Mais do que mudanças, sobretudo na política econômica, o futuro governo seria de continuidade a partir de um novo partido no poder, com mais respaldo popular.

A convivência com os interesses entre capital e trabalho, que seriam o alicerce do Estado de Bem-Estar, produziu experiências bastante avançadas na consolidação de direitos sociais aos países desenvolvidos que aderiram a essa perspectiva. Contudo, o ciclo de crises iniciado na década de 1970, o qual sinalizou uma única crise estrutural inacabável, interrompeu esse “bem-estar” e todos os avanços possíveis ao atendimento das necessidades humanas no capital. O governo PT/aliados, embora não tratasse nos termos do Welfare State, discursava em torno desse pacto, com uma significativa diferença – garantir direitos clamados pelos movimentos sociais e pela população mais pobre do país em tempos de neoliberalismo, sem alteração significativa da política econômica do governo antecessor.

### **3.2 Contra os fatos... o neoliberalismo limitante**

Findo o governo Lula, o seu legado seria objeto de grande satisfação, sendo a campanha de sua sucessora em muito baseada nos resultados alcançados pelo governo no que tange à redução de desigualdade, à ampliação da renda, à retirada de milhões da miséria.

Em trabalho de 2011, Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela esses dados. Evidencia uma ruptura entre o governo Lula e a agenda neoliberal de FHC a partir da “economia social”, em que, passados os oito anos, o Brasil retomara o desenvolvimento econômico com a redução de desigualdades.



A recuperação do papel do Estado a partir do governo Lula se mostrou essencial para que o Brasil pudesse retornar à luta pela superação do subdesenvolvimento, cujos resultados positivos começaram rapidamente a aparecer com o crescimento econômico duas vezes maiores que na década de 1990 (com a conseqüente volta ao posto do 8º PIB mundial), combinado com a redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, e elevação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional (44% em 2010) (POCHMANN, 2001, p. 17).

Segundo Pochmann (2001), verifica-se o aumento do salário mínimo em 54%, redução do desemprego, redução da pobreza em 30%, aumento da inclusão bancária, aumento da ascensão social, redução das desigualdades de renda, aumento da escolaridade. Embora poucos dados não sejam positivos (redução do percentual de moradias próprias para a classe baixa e aumento na classe alta, diminuição dos ocupados na classe baixa em comparação com os anos de 1998-2008), as comparações com o período analisado suscitam as mudanças decorrentes da chegada de Lula ao poder.

Os dados explicitados pelo autor, a partir de pesquisa realizada pelo IBGE e pelo o Ipea, concentram-se sobre a dimensão financeira que as políticas implementadas proporcionaram aos seus usuários, sobretudo à parcela menos favorecida da população, compreendida a partir do conceito “classe baixa” utilizado nas estatísticas. No intuito de não questionar as alterações promovidas em 10 anos, cabe compreender se as melhorias significam alguma alteração na ação neoliberal que tem sido o mote da gestão federal desde meados da década de 1990 e ampliam a dimensão da consolidação dos direitos sociais.

O governo Lula em muito se pautou por reduzir as desigualdades sociais, oportunizar melhores condições de vida ao conjunto dos brasileiros, principalmente à parcela mais pobre da população. Ao mesmo tempo em que a atenção aos menos abastados se coloca como uma das bandeiras da gestão, a política econômica na busca da estabilidade e respaldo dos credores internacionais guiava-se pela preservação de medidas anteriores pautadas pelas garantias de manutenção da economia capitalista com o contingenciamento de gastos nas áreas sociais, a financeirização e o crescimento da economia com o aumento das taxas de lucro.

O pensamento neoliberal que ganhara terreno a partir da crise da década de 1970 passou a ser assimilado nos países centrais em um primeiro momento<sup>76</sup> até chegar às regiões periféricas do capitalismo. Sua adoção apresentava-se como alternativa viável para salvar a

---

<sup>76</sup> Cabe também reconhecer o Chile como um dos primeiros Estados a realizarem experiências de gestão neoliberal.

economia, em que, apesar da proclamação do Estado mínimo, só a partir dele que o projeto será viável.

A materialização dessas crenças implicou a adoção de políticas governamentais que se fundamentaram na hipótese de que a economia só poderia funcionar em regime de competição perfeita se ficasse livre das políticas de redistribuição de renda (consideradas confiscos); das organizações sindicais, que funcionavam como um contrapoder ao poder empresarial; dos gastos sociais, que oneravam os cofres públicos; dos elevados impostos sobre as classes mais abastadas e do controle do Estado sobre o mercado. Ou seja, o mercado deveria voltar a ser o centro da vida econômica e social.

Para tanto, passou-se a privilegiar:

- a) A liberalização e flexibilização do mercado;
- b) A redistribuição da renda em favor do lucro;
- c) A desoneração dos governos com a proteção social;
- d) A adoção de políticas monetárias como reguladoras do equilíbrio macroeconômico, elegendo-se como principais medidas: o controle da inflação e da alta dos preços; a oferta limitada da quantidade de dinheiro; e a diminuição da atividade laboral e dos salários. Isso redundou no aumento do desemprego que se converteu em solução ao invés de problema;
- e) A redução da carga de impostos incidentes sobre as classes de rendas mais altas, sob a justificativa de que, se esta carga ultrapassasse um determinado limite, ela poderia desestimular o capital de investir e os trabalhadores de trabalhar. Esta redução era acompanhada da diminuição do gasto público.
- f) A organização pós-fordista (ou toyotista) do trabalho, em substituição à organização fordista da era keynesiana, a qual se assentava em uma nova base tecnológica para atender aos novos requerimentos do mercado: flexibilidade, eliminação de tempos mortos na produção e diferenciação de produtos – tudo coordenado por sistemas informáticos e telemáticos (PEREIRA, 2010, p. 6).

A designação governamental de Pereira (2010) mostra uma perspectiva ortodoxa da agenda neoliberal e sua abrangência. Considera-se no entanto que, em diferentes épocas e locais, o neoliberalismo vai se “metamorfoseando” assumindo, em maior e menor grau essas facetas.

Observando o programa de governo da gestão PT/aliados, nota-se a plataforma do atendimento das demandas sociais como também a adoção de preceitos neoliberais já identificados a partir das primeiras medidas econômicas do governo, fato que, inclusive, colocava o principal partido da gestão em contradição com seus posicionamentos antigos e recentes.

O governo Lula (2003-2006), por sua vez, não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento – caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira – nem, tampouco, a política

macroeconômica que herdou do governo anterior. Ao contrário; deu continuidade às reformas liberais – através da implementação de uma reforma da previdência dos servidores públicos que abriu espaço para o capital financeiro. Na mesma direção, iniciou um processo para reformar a legislação sindical e sinalizou para uma reforma das leis trabalhistas, com o intuito de aprofundar a flexibilização já em curso. Além disso, logo no início do governo, alterou a Constituição, para facilitar, posteriormente, o encaminhamento da proposta de independência do Banco Central. Posteriormente, aprovou a lei de falências e a lei das chamadas parcerias público-privado (PPP), com o intuito de desencadear uma nova fase das privatizações, agora abarcando a infra-estrutura futura do país – uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado.

Na política macroeconômica, o governo Lula elevou os superávits fiscais primários para mais de 4,25% do PIB. Por isso, juntos, [...], o segundo governo Cardoso e o governo Lula (até julho de 2006) propiciaram ao capital financeiro um montante de mais de um trilhão de reais de juros da dívida pública e pagaram, com os superávits primários, R\$ 468,5 bilhões (correspondendo a 8% e 8,2% do PIB, respectivamente, no segundo governo Cardoso e no governo Lula). Apesar disso, a dívida pública foi acrescida, entre 1995 e julho de 2006, em mais R\$ 817,1 bilhões – condicionando, decisivamente, os gastos sociais [...] (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007 p. 27-28).

A opção da política econômica do governo, como não poderia ser diferente, é um imperativo e um limitador para todas as outras. Segundo dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2006), com referência ao ano de 2005 (em semelhança aos anos anteriores), além da destinação de cerca de metade do orçamento público destinado ao refinanciamento da dívida pública, uma parcela significativa do orçamento destinado ao Executivo é economizada para garantir o superávit primário; no referido ano, foram economizados R\$ 93,5 bilhões (4,87% do PIB).

Além do contingenciamento, é verificada outra dimensão acerca dos gastos sociais. Nota-se a preferência por políticas focalizadas em detrimento das universais. A focalização surge no âmbito da perspectiva liberal de política social e ganha o reforço contemporâneo a partir de organismos internacionais, como o Banco Mundial, interessado na utilização racional dos gastos públicos e no gerenciamento da pobreza. No governo Lula, o programa Bolsa Família se destinaria a essa função com o intuito de fornecer uma complementação da renda à parcela mais pobre do país.

Observando o primeiro mandato do governo Lula, ao mesmo tempo em que as políticas de austeridade econômica resultam na estagnação dos investimentos como saúde, educação e cultura, a assistência social a qual o programa Bolsa Família é vinculado teve

aumento na sua dotação de quase 100% (INESC, 2006), revelando a preocupação do governo com ações focalizadas e emergenciais.

As políticas focalizadas acabam por se constituir um mecanismo integrado à lógica do Estado mínimo para os direitos sociais, visando a uma intervenção cirúrgica na parcela mais desapropriada da sociedade em dimensões estritamente financeiras, sem levar em consideração programas de habitação, saúde, educação, entre outros. Estigmatiza seus beneficiários por meio das condicionalidades para o acesso ao benefício, além de os direcionarem à lógica do consumo, a partir do dinheiro recebido. Não obstante, é exercido no limiar do clientelismo na medida em que se personificam gestores responsáveis pela ação e os resultados se tornam objetos de campanhas políticas.

*A focalização* afigura-se, assim, como um princípio antagônico ao da *universalização* – ao contrário da seletividade, que poderá manter relações dinâmicas com este – não só no plano operacional, mas também teórico e ideológico. Trata-se, a focalização, de uma tradução dos vocábulos ingleses *targeting* ou *target-oriented*, oriundos dos Estados Unidos e adotados pelos governos conservadores europeus, principalmente o da ex-primeira ministra inglesa Margareth Thatcher – que concebem a pobreza como um fenômeno *absoluto*, e não relativo, com todas as implicações políticas que tal concepção acarreta, dentre as quais ressaltam: a restrição do papel do Estado na proteção social; o apelo à generosidade dos ricos e afortunados para ajudarem os mais pobres; a ênfase na família e no mercado, como principais agentes de provisão de bem-estar; a proclamação da desigualdade social como um fato natural. E mais: significa desviar a atenção pública da satisfação das necessidades sociais – dado o seu caráter complexo e multi determinado – para a adoção de soluções técnicas focalizadas, tidas como inovadoras, neutras e facilmente controláveis (PEREIRA, S.d., p. 3).

O Programa Bolsa Família (PBF), que abarcou outros programas da gestão anterior (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás), visa complementar a renda familiar. Utilizando os parâmetros para a inclusão no programa, que se assemelham às resolução do Banco Mundial acerca da pobreza (menos de dois dólares diários para a pobreza e menos de um dólar diário para pobreza extrema), o programa oferece atualmente benefício que vai de 32 a 306 reais, variando do “grau” de pobreza, do número de filhos e da idade destes. Atendendo atualmente a cerca de 13 milhões de famílias (MDS, 2012), o PBF chega a atingir mais de 50 milhões de pessoas, quase 1/4 da população brasileira.

Sabe-se que não só do Bolsa Família viveu a política social do governo Lula. Contudo, considera-se o programa uma função exemplar da gestão em resultado, a política econômica forjada sob os interesses do mercado. Há que se ponderar que a focalização recaiu também

sobre outras esferas, como educação, trabalho, cultura, a partir de programas que se voltavam a atender à parcela pobre da população sob os preceitos liberais das políticas sociais.

Cabe levantar no âmbito das políticas sociais uma reorientação do Estado como executor para um Estado que transfere suas funções para a iniciativa privada e para o chamado terceiro setor. Nessa perspectiva, os exemplos são múltiplos e advêm de inovações e permanências a gestões passadas: Programa Universidade para Todos (ProUni),<sup>77</sup> políticas de renúncia fiscal, como a Lei nº 11.438/06, referente ao esporte, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>78</sup>, Lei Rouanet (8.313/91), utilização complementar dos serviços ofertados pelo setor privado da saúde quando o setor público for insuficiente (Lei nº 8.080/90), entre outros.

Nesse sentido, o que se observa é o cumprimento do que fora estabelecido antes da gestão de um governo compartilhado por meio de um pacto social em que o Estado divide suas responsabilidades com a iniciativa privada e o terceiro setor. No âmbito das análises das políticas sociais, o que se tem verificado é a adoção de um modelo de bem-estar adaptado aos condicionantes neoliberais que, diante de um contexto de crise estrutural do capital, tenta financiar o setor produtivo com uma terceirização do papel do Estado. Trata-se de um “pluralismo de bem-estar”, que, sob a premissa de exercer uma intervenção mais pragmática na diminuição das desigualdades sociais, mantém a estrutura produtiva da sociedade por meio de uma combinação tripartite.

Para operacionalizarem com eficiência essas política, o Estado compareceria com o seu recurso de *poder*, o mercado com o *dinheiro* e o terceiro setor com a *solidariedade*, criando-se, desse modo uma coalizão de forças capazes de enfrentar com maior eficácia e abrangência dois principais problemas que afligem a ordem capitalista contemporânea: os crescentes níveis de desemprego estrutural e conseqüentemente de pobreza – e a ameaça que isso representa para a coesão social (ABRAHAMSON, 1995, p. 118) (PEREIRA, 2004, p. 136).

<sup>77</sup> Programa instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, que visa oportunizar à população de baixa renda o ingresso no ensino superior, por meio de concessão de bolsas parciais e integrais em instituições privadas de ensino. O ProUni faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), plano do segundo mandato do governo Lula, divulgado em abril de 2007, que tem como objetivo a melhoria da qualidade da educação no país.

<sup>78</sup> Programa anunciado em janeiro de 2007 como política de governo da segunda gestão Lula, destinado ao crescimento econômico por meio do investimento em infraestrutura nos setores de energia, saneamento, habitação, mobilidade urbana etc. O programa é uma síntese da política econômica do país, em que o crescimento será mediado pelas parcerias público-privadas, o estímulo ao crédito, a facilitação de investimentos em infraestrutura, a desoneração tributária de empresas envolvidas, a política de austeridade fiscal com controle dos gastos públicos. Para além do evidente beneficiamento do setor produtivo e da perda de direitos com flexibilizações na estrutura da Seguridade Social, o PAC, que vem se tornando uma importante estratégia de *marketing* para o governo, tem suas obras frequentemente envolvidas em irregularidades, como superfaturamento, trabalho escravo, danos ao meio ambiente.

Compreende-se que as opções da gestão PT/aliados produzem outros desdobramentos. Na tentativa de incorporar as demandas dos movimentos sociais, novos debates foram construídos e instituídos pelo Estado, formando a agenda de políticas para setores historicamente destituídos de direitos: negros, mulheres, idosos, entre outros. De maneira concomitante, a gestão também buscou construir sua administração a partir do fomento de conferências nacionais em diversas áreas, a fim de dar voz à sociedade e, não obstante, conceder legitimidade ao governo. Nessa dimensão

As novas políticas sociais do Estado globalizados priorizam processos de inclusão social de setores e camadas tidas como “vulneráveis ou excluídas” de condições socioeconômicas ou direitos culturais [...]. Esse papel é realizado de forma contraditória. Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformam-se as identidades políticas desses sujeitos [...] em políticas de identidade, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. [...]. A inversão da ordem dos termos: identidade política para políticas de identidade, muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais. [...]. A dimensão política – entendida como o espaço possível de construção histórica, de análise da tensão existente entre os diferentes sujeitos e agentes sociopolíticos em cena – desaparece da ação coletiva justamente por estruturas políticas – de cima pra baixo, na busca de coesão e controle social (GOHN, 2009, p. 13).

Nesse sentido, a busca do consenso, do pacto social, seria um dos motes da gestão federal, consubstanciada pela adesão dos movimentos sociais e a perda da sua capacidade reivindicatória. De maneira substancial, esse é um dos reflexos da gestão PT/aliados, de maneira que, se os movimentos sociais se enfraquecem com sua “entrada” no governo, as ações de governo com feições muitas vezes antagônicas as lutas de garantia de direitos sociais, são consentidas sem grandes oposições.

Os aspectos financeiros que demonstram os avanços do governo Lula observados no início do tópico acabam por gerar uma impressão distorcida quando se observa a luta por direitos sociais para o atendimento das necessidades humanas. Acaba por ocorrer direitos tutelados pelos limites orçamentários ou responsabilizados pelo terceiro setor. Não obstante, acaba por inculcar a cidadania por meio da inserção dos então desfavorecidos ao mercado

consumidor, dimensão abertamente exaltada pelo já ex-presidente.<sup>79</sup> Nessa perspectiva, o que esperar da cultura?

### 3.3 A pasta cultural: refazendo tudo?

*Nos barracos da cidade  
Ninguém mais tem ilusão  
No poder da autoridade  
De tomar a decisão  
E o poder da autoridade  
Se pode, não fez questão  
Se faz questão, não consegue  
Enfrentar o tubarão*

(Gilberto Gil e Liminha – Nos barracos da cidade)

A pasta cultural foi ocupada por Gilberto Gil, um dos músicos brasileiros mais reconhecidos dentro e fora do país. A designação de Gil, repleta de simbolismo, por ser um sujeito do campo da cultura, também auxiliava na organização da base aliada do governo, deixando o Ministério da Cultura a cargo do Partido Verde (PV). Apesar da busca de colocar alguém deveras expressivo no Ministério, pondera-se a condição de um dos ministérios de menor prestígio entre as disputas da base aliada do governo, haja vista seu orçamento, um dos menores da gestão federal. A limitação de recursos traz os primeiros limites de ações universais para atenderem ao conjunto da sociedade, o que faz produzir alternativas para o cumprimento da agenda ministerial.

A gestão de Gil seria antecedida pelo ministro Francisco Weffort, cientista político e professor universitário, que ficara os oito anos do governo FHC no cargo. Durante o período FHC, houve poucas realizações no âmbito de um programa de governo para cultura e pouca ação na institucionalização das políticas culturais. A gestão parece ter se restringido a uma condição meramente burocrática e sem dimensões inovadoras. A gestão seria funcional para a iniciativa privada por meio das leis de renúncia fiscal, em que, diante da escassez de recursos, uma outra via se consolidava. Conforme aponta Calabre (2007):

A gestão do Ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento da consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de

<sup>79</sup> Segundo palavras do ex-presidente, referindo-se às mudanças proporcionadas pelo seu governo: “Vocês não sabem o prazer que eu sinto em ver pobre andando de avião. Eu sei que tem gente que reclama, diz que pobre tem que andar de ônibus [...]. Eles [os pobres] não sabem nem como sentar, não sabem nem qual botão apertar, mas estão lá.” Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/sinto-prazer-em-ver-pobre-andando-de-aviao-afirma-lula-20110210.html>>.

decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Ao longo da gestão Weffort, a Lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras. A Lei foi sofrendo algumas alterações que foram subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceira da iniciativa privada em investimentos na área da cultura. As alterações ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago como impostos. O resultado final é a aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do ministério na gestão Weffort (CALABRE, 2007, p. 95).

No âmbito da gestão Weffort, uma ação de relevância da organização administrativa seria o Decreto nº 3.551/2000 que institui o Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, que ratificou a ampliação da noção de patrimônio cultural, em observância às discussões internacionais mediadas pela Unesco em torno do patrimônio imaterial. Em 2002, registravam-se os primeiros bens: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (estado do Espírito Santo) e Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (estado do Amapá).

A herança deixada à nova gestão tinha as marcas das limitações neoliberais, com a falta de recursos, poucos projetos de políticas culturais e financiamento privado da cultura. Soma-se a esse contexto a desigualdade de acesso aos equipamentos culturais (seja em termos regionais, seja em termos econômicos) e a dimensão salientada por Rubim (2010) considerando que a história das políticas culturais vem sendo permeada por três tristes tradições: ausências, autoritarismos e instabilidades, que podem ser identificadas, de modo resumido, a partir da inexistência de políticas culturais e do pouco interesse na sua institucionalização; na dimensão restrita da concepção de cultura e o viés ideológico utilizado para legitimar ações do Estado; a vulnerabilidade de uma pasta com orçamento baixíssimo e vulnerável a desmandos, trocas incessantes de gestores e mudanças organizacionais.

A nova gestão parece ter ficado atenta aos limites tradicionais, e se organizara para tratar a cultura em novas dimensões. O Ministério da Cultura (MinC) buscou organizar suas ações compreendendo o conceito de cultura em sua dimensão ampliada, “antropológica”, atenta a valorizar as mais diversas manifestações culturais e seus sujeitos. A gestão realizou uma reorganização do Ministério, criando novas secretarias destinadas a formular políticas culturais no âmbito da identidade, diversidade, cidadania cultural, da articulação com outros ministérios. No âmbito legal, as ações consolidam o campo das políticas culturais como ação do Estado. São emitidos decretos e leis, organizam-se encontros e conselhos que vão



redesenhando o papel da Cultura como política de Estado, em uma direção que parece se distanciar de gestões com políticas sem marcos regulatórios e direcionadas a ações personalistas. Dentre os atos normativos mais significativos estão: Decreto nº 4.805/03 (cria a nova estrutura do ministério com novas secretarias); Decreto nº 5.520/05 (institui o Sistema Federal de Cultura e cria o Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC – órgão destinado à formulação de políticas culturais a partir do diálogo com a sociedade civil), Decreto nº 6.844/09 (aprova a estrutura regimental do IPHAN); Lei nº 12.343/10 (institui o Plano Nacional de Cultura e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais). Como espaços de discussão com a sociedade, tem-se a realização de duas Conferências Nacionais de Cultura, além da criação do CNPC.

Uma das principais políticas formulada pela gestão de Gil seria o programa Cultura Viva, voltado ao fomento das manifestações culturais por meio de editais públicos. Dentro do Cultura Viva, diversos programas se inseriam, sendo o principal deles o Ponto de Cultura.<sup>80</sup> A inovação do MinC estaria na valorização da cultura popular, de grupos e mestres da cultura pouco amparados pelo Estado, seja na esfera dos direitos relativos à seguridade social, seja com relação aos próprios direitos culturais. O objetivo e o público seriam definidos da seguinte maneira:

#### **Objetivos do Programa Cultura Viva**

- Ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural.
- Identificar parceiros e promover pactos com atores sociais governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, no qual a cultura seja forma de construção e expressão da identidade nacional.
- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira.
- Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora.
- Fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos”.
- Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem

<sup>80</sup> Nas palavras do Ministério: “São entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministro da Cultura que desenvolvem ações de impacto sócio-cultural em suas comunidades. Somam, em abril de 2010, 2,5 mil em 1122 cidades brasileiras, atuando em redes sociais, estéticas e políticas. [...] Quando firmado o convênio com o MinC, o Ponto de Cultura recebe a quantia de R\$ 185 mil, em cinco parcelas semestrais, para investir conforme projeto apresentado. Parte do incentivo recebido na primeira parcela, no valor mínimo de R\$ 20 mil, para aquisição de equipamento multimídia em software livre (os programas serão oferecidos pela coordenação), composto por microcomputador, ministúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição e o que mais for importante para o Ponto de Cultura”.

como a utilização de museus , centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem.

- Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia.

### **Qual o público prioritário do Programa Cultura Viva?**

- Populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios.
- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social.
- Estudantes da rede básica de ensino público.
- Professores e coordenadores pedagógicos da educação básica.
- Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro
- Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos
- Agentes culturais, artistas e produtores, pesquisadores, acadêmicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural. (MINC, 2009, p.1).

O Cultura Viva seria viabilizado por meio de editais de fomento com recursos advindos do Fundo Nacional de Cultura. No caso do Ponto de Cultura, o valor destinado aos projetos estaria em torno de 180 mil reais, repassados em cinco parcelas.

Em documento de balanço da primeira gestão e estratégias para a próxima, o MinC esclarece suas dimensões norteadoras para a elaboração de suas políticas. Tendo como um dos seus paradigmas a cultura como um “direito básico do cidadão, tão importante quanto o direito ao voto, à moradia, à alimentação, à saúde e à educação” (MINC, 2006, p. 8), o Ministério pautou sua gestão em três dimensões: cultura como expressão simbólica (estética e antropológica); cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros; e cultura como economia e produção de desenvolvimento.

Os princípios do documento foram formalizados e ratificados no final do ano de 2007, com o anúncio do Programa “Mais Cultura” se consumando como o planejamento da próxima gestão do Ministério. Esse programa pautava-se pelo diagnóstico da exclusão cultural<sup>81</sup> e as estratégias de ampliação da cidadania cultural.

---

<sup>81</sup> Os dados mencionados pelo documento revelam a crítica condição de acesso da população brasileira aos bens culturais. “Apenas 13% dos brasileiros freqüentam cinema alguma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca freqüentaram museus; 93,4% dos brasileiros jamais freqüentaram alguma exposição de arte; 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar; Mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso; O brasileiro lê em média 1,8 livros per capita/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo); 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população; O preço médio do livro de leitura corrente é de R\$ 25,00, elevadíssimo quando se compara com a renda do brasileiro nas classes C/D/E; Dos cerca de 600 municípios brasileiros que nunca receberam uma biblioteca, 405 ficam no Nordeste, e apenas dois no Sudeste; 82% dos brasileiros não possuem computador em casa, destes, e 70% não tem qualquer acesso a internet (nem no

A gestão de Gil/Juca Ferreira colocou-se como uma das mais estáveis e mais propositivas desde o início do Ministério (1985). Tal assertiva se demonstrou a partir das ações já comentadas, bem como pela política de patrimônio material e imaterial, em que novos tipos de manifestações são contemplados pelo governo e novos sujeitos são levados a maior participação política, mostrando as tentativas de construir uma dimensão mais democrática das medidas realizadas.

Levantam-se, contudo, algumas ponderações. A última dimensão colocada pelo MinC, compreendendo cultura como economia e produção de desenvolvimento, traz à tona a discussão da cultura como produto a ser comercializado e aos interesses do mercado. O próprio documento do MinC compreende essa dimensão levando em conta a dinamicidade e as potencialidades desse mercado que cresce em ritmo acelerado.

As atividades de criação, produção, circulação, difusão e o consumo de bens e serviços culturais – envolvidos aí a comercialização, o financiamento e a regulação de mercados – representam hoje o setor mais dinâmico da economia mundial. Tem registrado crescimento médio de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7%. O setor já é responsável por 7% do PIB do planeta, segundo estimativa do Banco Mundial. Graças a esse desempenho, a Economia da Cultura já é entendida por diversos países como um vetor privilegiado de desenvolvimento sustentável. Essa economia que tem na cultura um de seus centros propulsores estabelece um novo modo de reprodução capitalista que já se convencionou chamar de “Economia Nova”. Seu modo de produção e de circulação de bens e serviços é baseado na criação e na propriedade intelectual, e é altamente impactado pelas novas tecnologias, não se amoldando mais aos paradigmas da economia industrial clássica. Se as novas tecnologias criaram novos produtos, também estabeleceram novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados. Tudo isso exige outras formas de fomento e de administração de recursos (MINC, 2006, p. 33-34).

Segundo consta na página virtual do Programa Cultura Viva, as iniciativas nessa temática ocorreram ao final do segundo mandato da gestão, a partir do Programa Economia Viva, destinado a fomentar (com editais de premiação) iniciativas que se convertem em

empreendimentos culturais economicamente viáveis e autônomos. É intenção da ação pensar a cultura como uma atividade econômica fruto de

---

trabalho, nem na escola); 56,7 % da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada ou trabalha por conta própria; A média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total de rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a 6ª posição dos gastos mensais da família brasileira.” (MINC, 2007).

relações sociais e coletivas e dar subsídios aos Pontos de Cultura para que eles mesmos possam comercializar seus serviços e/ou produtos com acompanhamento técnico necessário para a promoção da sonhada “sustentabilidade financeira”. Eliminando assim, uma cadeia de poder econômico que beneficia uma cultura homogênea de massa (MINC, 2009, p.1).

Compreendendo a expressividade da “economia da cultura”, entendida sobre os preceitos da “economia criativa” na construção da riqueza nacional e mundial, é conveniente a discussão acerca da garantia do pleno acesso aos bens culturais, bem como a condição de produzir determinada manifestação cultural. Se a economia da cultura é guiada pela lógica do mercado e essa dimensão é consentida pelo Estado, qual espaço resta para a outra dimensão da “cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros”? (MINC, 2006.) Todos têm condições de consumir e vender cultura? Tratam-se de aspectos compatíveis? Considera-se que a perspectiva do MinC a partir de seu ponto de partida organizador, gera campos de tensões dentro de sua gestão. Depreende-se que a cultura como política cultural ganha seus limites advindos de seus escassos recursos orçamentários, mas também advém do próprio pensamento gestor que consente com a interferência do setor privado, com as ações de incentivo por meio da renúncia fiscal e com o “deixar fazer” do mercado cultural.

Compreende-se que o programa Economia Viva, do MinC, englobado pelo Cultura Viva, seja um programa pequeno frente às realizações do Ministério, sendo seus editais realizados apenas no ano 2010. Embora sua condição seja diminuta na ação do Ministério, além de se voltar para ações que se pautam pelo desenvolvimento sustentável, comércio justo, oposição à cultura de massa, salienta-se a legitimação que atualmente vai ganhando mais representatividade com a criação da Secretaria de Econômica Criativa na nova gestão do Ministério. Pondera-se também que sua organização fomenta uma lógica de mercado da cultura e o aspecto premiativo de iniciativas empreendedoras, que possibilita o entendimento de que os Pontos de Cultura e demais iniciativas que não trabalham sob esta perspectiva sejam levadas a desenvolver tal atividade para adquirirem o mesmo incentivo e prestígio.

Não é objetivo desconsiderar o legado da gestão Gil/Juca, nem condenar milhares de trabalhadores autônomos que sobrevivem por meio do comércio cultural. Contudo, acha-se plausível a construção de alternativas que avancem nas condições básicas de garantias sociais em que a cultura, junto com lazer, educação, saúde, entre outros, sejam oferecidos sem nenhuma restrição.

Atentando a estas dimensões da garantia dos direitos sociais, adentra-se agora as formulações feitas pelo MinC para a capoeira na gestão Gil/Juca em uma dimensão mais descritiva de suas ações.

## CAPÍTULO 4 – CAPOEIRA, EXPRESSÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: POSSIBILIDADES DO SEU AGENDAMENTO

Tem sido verificada na produção recente acerca da capoeira atenção dada a esta conjuntura também recente de seu agendamento público; mais precisamente, a sua condição de patrimônio cultural. Nota-se com frequência, sobretudo em artigos,<sup>82</sup> a abordagem do tema em forma de título ou tópicos dos trabalhos o termo “de crime a patrimônio”, nos quais se tem procurado evidenciar a trajetória da capoeira, bem como verificar quais sinalizações são feitas a partir do registro. O registro da capoeira como patrimônio imaterial definitivamente tem-se mostrado como um importante fato histórico que marcara seus sujeitos, gerando também expectativas variadas quanto a essa ação governamental.

Compreendendo o registro como epicentro das ações do governo Lula com a capoeira, verifica-se a importância de investigar, no que tange às ações governamentais e os objetivos deste trabalho, seus antecedentes, bem como sua sequência de ações realizadas pelo Ministério da Cultura. Valendo-se das considerações da cultura como um direito social e as políticas voltadas para capoeira como uma expressão desses direitos, buscou-se compreender as ações do Ministério a partir dos parâmetros observados por Boschetti (2009) para análise de políticas sociais como forma de perceber os vários determinantes que compõem a elaboração das políticas sociais. Segundo a autora, sua abordagem não visa esgotar as possibilidades de análise sobre determinada política, mas busca estabelecer uma direção que oriente seus estudos

como caminho profícuo no sentido de: 1) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; 2) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; em outros termos, verificar até que ponto os conceitos fundantes das normas legais são estruturadores da política social; 3) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução (BOSCHETTI, 2009, p.10-11).

---

<sup>82</sup> Compreende-se a existência de poucos trabalhos *stricto sensu* abordando o tema, mas esse é um quadro que deve ser revertido com estudos que estão sendo realizados abordando o agendamento público da capoeira, fato que deve contribuir para o debate acadêmico e suscitar novos trabalhos. Como ação que corrobora para esta objeção, lembra-se da oferta pelo mestre Luiz Renato como uma das etapas de seu pós-doutoramento da disciplina: “Capoeira: cultura, patrimônio e identidade”, realizada no 2º semestre de 2011 pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Departamento de História da UFRJ, que reuniu “pesquisadores-praticantes”, de diversas localidades e programas de pós-graduação envolvidos em trabalhos com a temática.

Na perspectiva de Boschetti (2009), três aspectos são essenciais para a análise. O primeiro, “Configuração e abrangência dos direitos e benefícios”, subdivide-se em quatro indicadores: natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; abrangência; critérios de acesso e permanência; formas e mecanismo de articulação com outras políticas sociais. Esse aspecto tem como objetivo “delinear um quadro dos direitos e/ou benefícios previstos e/ou implementados pelas políticas e/ou programas sociais, de modo a chegar o mais próximo possível do estabelecimento de suas características essenciais” (p. 11).

O segundo aspecto, “Configuração do financiamento e gasto” está organizado em três indicadores: fontes de financiamento; direção dos gastos; magnitude dos gastos. Segundo a autora, “Esse aspecto contempla a análise e avaliação das fontes dos recursos, bem como o montante dos gastos na política e/ou programa avaliado, de modo a verificar se possui caráter regressivo ou progressivo e quais são as implicações na abrangência e concepção dos direitos” (p. 13).

Por último, “Gestão e controle social democrático”, também permeada por três indicadores: relação entre esferas governamentais; relação entre estado e organizações não governamentais; participação e controle social democrático. Essa dimensão está interessada em perceber como se organiza determinada política e/ou programa “[...] tendo como parâmetro os princípios contemporâneos de gestão federada estabelecidos na Constituição Federal e como ocorre a participação e controle popular” (p. 15).

Este estudo não se centrou em uma ação ou programa realizado pelo MinC. Compreende-se que, dessa maneira, pode-se estar sujeito a leituras não tão profundas sobre determinadas ações. Levou-se em consideração, contudo, findada a gestão do presidente Lula, a possibilidade ímpar de observar as ações do Estado para a capoeira de maneira mais sistemática, fato que faz sugerir a ideia de um agendamento público para a capoeira, uma sequência de ações organizadas pela pasta da Cultura. Diante dessa perspectiva, que encara um período de oito anos, com ações diversas, adaptou-se o suporte metodológico da análise à realidade apresentada: nem sempre foi possível observar os diversos indicadores ou mesmo os diversos aspectos em uma ação determinada. Contudo, observando toda a agenda, percebeu-se a possibilidade de olhar as políticas para a capoeira sobre os parâmetros utilizados pela autora.

#### **4.1 Ações e programas do MinC para a capoeira**

As ações voltadas para a capoeira transparecem no ano de 2004, segundo ano da nova gestão federal. Compreende-se, de acordo com a organização da administração pública do

país, que o segundo ano de mandato do presidente, estendendo-se para as demais ações do Executivo, seja o período em que se inicia, de fato, seu governo, pois é partir dele que se executa o Plano Plurianual (PPA). Regido pelo art. 165 da Constituição Federal, o PPA tem por função demonstrar os compromissos do novo governo com o planejamento de suas ações em consonância com a previsão orçamentária. Com duração de quatro anos, começa no segundo ano de mandato e termina no primeiro ano do mandato seguinte.

Tem-se, portanto, a partir do segundo ano de mandato, “a cara” do novo governo, e é dessa maneira que se tem o lançamento das ações para a capoeira a partir do Ministério. Não por acaso, identificaram-se desde então, por parte do MinC, as atividades mais relevantes relacionadas com a capoeira. As características dessas ações seriam variadas, de editais de fomento, conferências, premiações.

#### Quadro 1: Programas, ações e atividades

Ano	Programas/ações/atividades	Órgão responsável
2004	Homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello	MinC; Embaixadas da Bélgica e Suíça – MRE
	Lançamento do Programa Nacional e Mundial para a Capoeira	MinC
2005	Ponto de Cultura	Sec. de Programas e Projetos Culturais – SPPC – MinC
2006	Capoeira Viva	MinC, Museu da República – RJ, Petrobras
2007	Capoeira Viva	MinC, Fundação Gregório de Mattos – Sec. Cultura da Pref. Salvador, Petrobras
	Documentário <i>Capoeira Paz no Mundo</i>	MinC
2008	Registro da Capoeira como patrimônio imaterial	MinC, IPHAN
2009	Lançamento selo comemorativo	MinC, Correios
	Grupo de Trabalho Pro-Capoeira (GTPC)	MinC, IPHAN
	Encontro de mestres no 21º aniversário da Fundação Cultural Palmares	Fundação Cultural Palmares (FCP) – MinC
2010	Cadastro Nacional da Capoeira	IPHAN - MinC
	Viva Meu Mestre	IPHAN – MinC
	Encontros Pro-Capoeira	IPHAN – MinC, GTPC, FCP

Fonte: Notícias extraídas do portal virtual do Ministério da Cultura.



#### 4.1.1 O Programa Nacional e Mundial para a Capoeira: promessas e expectativas

*O nosso país celebra a arte do encontro, da resistência cultural e da fraternidade. É por isso que trago hoje à ONU capoeiristas de todo o mundo para homenagear a Sérgio Vieira e seus companheiros e companheiras. Afinal, ninguém luta só, ninguém dança só.*

(Gilberto Gil, Genebra, 2004).

No dia 19 de agosto de 2004, o ministro Gilberto Gil anunciou o “Programa Nacional e Mundial para a Capoeira”. Tal situação localiza a nova perspectiva do Ministério sobre a sua compreensão de cultura, além de sinalizar o pioneirismo da gestão em revelar sua intenção com a capoeira.

A data e o local para o pronunciamento do ministro foram escolhidos com bastante atenção e repletos de simbolismo. Sua ação faria parte da homenagem ao aniversário de morte do diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, assassinado em um atentado quando em missão pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Guerra do Iraque.<sup>83</sup> Tal ato representa tanto a proatividade do Ministro, em que a homenagem não era dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), embora fosse apoiada pelas embaixadas brasileiras da Bélgica e da Suíça, como revela na perspectiva da gestão as possibilidades da capoeira como elemento de confraternização entre os povos.

Em seu discurso, ao lamentar a perda do diplomata brasileiro “um dos maiores militantes e defensores da paz mundial [...]” (GIL, 2004), Gilberto Gil utilizou sua fala para discursar a favor da paz, da convivência harmônica entre os povos. Ao construir seus argumentos, evidencia a busca desse objetivo, tendo como referência a nação brasileira, “Uma nação plural, plurirracial e multicultural. Potência pacífica e cordial por natureza, que substitui o desejo de dominação pela vontade de inclusão e convivência” (GIL, 2004).

E a experiência brasileira, marcada pela “arte do encontro, da resistência cultural e da fraternidade”, teria a capoeira como um de seus principais elementos, fato que a creditara

---

<sup>83</sup> Na ocasião morreram mais 22 pessoas, sendo que 19 faziam parte da missão da ONU. A guerra do Iraque iniciada em 2002 pelo governo norte-americano faria parte da chamada da política “antiterror” como resposta os ataques sofridos no dia 11 de setembro de 2001, tendo sido motivada pela comprovação dos EUA de existirem armas de destruição em massa no país. Passados quase 10 anos de ocupação estadunidense, tal fato não foi comprovado, e a guerra, além de se tornar um flagelo para o povo iraquiano, tornou-se onerosa aos EUA, não conseguindo vencer seu inimigo, mantendo gasto bilionário com a manutenção de seus combatentes, perda do apoio de seus aliados com a retirada de suas tropas e perda de apoio da comunidade internacional diante dos inúmeros crimes de guerra e desrespeito aos direitos humanos, com a morte de civis, execução de prisioneiros de guerra, entre demais atrocidades.

como um importante exemplo para homenagear a vida dos que militavam em favor da paz mundial. Criada pelos negros para servir tanto à brincadeira quanto a recurso bélico, “os afro-brasileiros souberam transformar a violência em camaradagem [...]”. Refletindo ainda sobre a essência dessa manifestação Gil faz as seguintes considerações: “O humanismo é a raiz da capoeira. Ela educa, ensina o respeito, dá sentido à mente e ao corpo, cria auto-estima nos seus praticantes – dá sentido à vida do seu povo” (GIL, 2004).

O Ministro revela, contudo, que a trajetória da capoeira foi traçada diante de muitas adversidades: até sua aceitação mundial, teria passado por preconceitos raciais, falta de reconhecimento que levava muitos mestres à morte, em condições de carestia. A construção de uma nova conjuntura dependeu muito da luta de capoeiristas que buscaram superar as dificuldades a partir de sua criatividade na busca de sua sobrevivência, “Sobre(viveram!)” (GIL, 2004). O contexto atual demonstraria a volta por cima dos capoeiristas, em que, além de sua expansão, seria notado o potencial da capoeira intervindo no fortalecimento de vínculos em projetos relacionados à inclusão social, socialização e ressocialização.

Passado esse panorama, o ministro Gilberto Gil passou para a parte principal de seu discurso, quando reconhece a necessidade de intervir nesse espaço, ainda que muito tenha sido conquistado pelos capoeiras sem qualquer amparo, revelando, assim, os propósitos do Estado brasileiro com a capoeira. O Ministro também não deixa de assumir a ausência de ações mais sistematizadas dos governos anteriores, fato explicado pela origem social da capoeira; não deixa de exaltar também a proatividade do governo em dar atenção à capoeira. O Estado brasileiro agora dá sua “volta por cima”. Reproduz-se, na sequência, o que se entende como a parte principal do discurso do Ministro:

Não poderia ter data mais significativa do que esta – um tributo à paz mundial – para fazermos uma reparação histórica a esta manifestação dos africanos escravizados no Brasil.

Anunciamos aqui, neste palco da Organização das Nações Unidas, as bases de um futuro Programa Brasileiro e Mundial da Capoeira.

Agora, quem dá a ‘volta por cima’ é o Estado brasileiro, que vem ao mundo reconhecer a capoeira como uma das mais nobres manifestações culturais. O Ministério da Cultura do governo do presidente Lula passa a reconhecer essa prática como um ícone da representatividade do Brasil perante os demais povos.

Realizaremos ainda este ano uma reunião com os capoeiristas brasileiros e estrangeiros para delinear uma grande ação para a capoeira. Queremos ouvir e assimilar as necessidades e demandas dos diversos capoeiristas: do Brasil e do mundo.

Já temos algumas propostas desenhadas. Queremos construir um calendário anual, nacional e internacional da capoeira. Criar um Centro de Referência no Pelourinho, em Salvador, que servirá não só de acervo de pesquisas,

livros, adornos e imagens, mas também de espaço para atividades. A Bahia, assim, deve se afirmar como uma espécie de ‘Meca da Capoeira’.

Entre as outras medidas previstas, está a criação de um programa a ser implementado em escolas de todo o Brasil pelo nosso Ministério da Educação – considerando, assim, a capoeira como prática cultural e artística, e não apenas tão somente como prática desportiva. Também propomos a criação de uma previdência específica para artistas e, dentro desse plano, atenção especial aos capoeiristas.

Pretendemos dar apoio diplomático aos capoeiras que hoje vivem no exterior – que podem ser considerados verdadeiros embaixadores da Cultura Brasileira, assim como efetivar o reconhecimento do notório saber dos mestres. Por fim, também lançaremos editais de fomento para projetos que usem a capoeira como instrumento de cidadania e inclusão social.

Esta é a primeira manifestação do Estado brasileiro em reconhecimento da autenticidade cultural da capoeira. E digo mais: a dificuldade histórica deste reconhecimento pelo Estado se explica justamente pelas origens da capoeira serem parte do contexto sócio-cultural dos negros na sociedade. A capoeira deixa entrever em cada gesto o jogo de lendas e histórias heróicas do martírio do povo negro no Brasil. Chegou o momento de potencializar essa prática cultural milenar, vista apenas como esporte. Que possamos nós, em vez de desapropriar, valorizar essa base cultural imensurável (GIL, 2004).

Há comprometimento, como evidenciado no discurso, com uma série de iniciativas que, de fato, demonstravam um novo patamar de empenho do Estado, revelando também certa ousadia em traçar algumas metas que representariam ganhos significativos para a capoeira, e, sobretudo, aos capoeiras. A partir de seu discurso, Gil profere uma sequência de atividades a serem realizadas por sua pasta cuja realização será verificada no decorrer deste trabalho. Tem-se, então: 1º: reunião com os capoeiristas para saber suas demandas; 2º: construção de um calendário anual, nacional e internacional para a capoeira; 3º criar um centro de referência em Salvador; 4º implementação de um programa de capoeiras em escolas de todo o Brasil; 5º proposição de uma previdência para artistas que incluiriam os capoeiristas; 6º apoio diplomático aos capoeiras que vivem no exterior; 7º reconhecimento do notório saber dos mestres; 8º lançamento de editais de fomento.

Verifica-se que a ação do Ministro em prol da capoeira revela, além de seu comprometimento “inédito” com a série de ações por realizar, sua localização definitiva no âmbito da cultura, sendo sua dimensão como esporte uma visão reduzida, a qual as ações do Ministério pretende superar. Tal posição se insere em mais uma das conceituações sobre capoeira: prática cultural, brasileira, negra, integradora de diversas linguagens, instrumento de confraternização, humanista, e também se insere na demarcação do Ministério da Cultura como responsável pela realização de políticas para o setor, fato que minimizaria uma possível atenção do Ministério do Esporte.

Na apresentação, que contou com a presença de Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, Gil terminou a homenagem com a presença de um grupo seletivo de capoeiras diversos, compostos de diversas categorias: mestres, alunos, angoleiros, brasileiros, estrangeiros, deficientes físicos, grupos variados, homens, mulheres, jovens, idosos.<sup>84</sup> Tal escolha, de maneira oportuna, revelava como a capoeira poderia unir os diferentes, seja pela sua cor, seu estilo, seu gênero e diferentes nacionalidades. A capoeira teria produzido, por meio de sua história, uma função “diplomática”, e caberia compreendê-la também como um importante elemento de construção da paz no mundo, “Peace in the world, camará!”<sup>85</sup>

No palco onde a capoeira foi apresentada, foi feita um semirroda,<sup>86</sup> e ao toque dos berimbaus foram feitos vários jogos entre os capoeiras, além de pequenas apresentações individuais, que evidenciavam a performance dos capoeiras, sobretudo pelos seus floreios.<sup>87</sup> Por último uma apresentação de capoeira Angola, em um jogo realizado entre mestre Curió e mestre Moraes. Com a apresentação da capoeira, a comitiva mostrou “a que veio” para o corpo diplomático e principalmente para os capoeiras com o lançamento do Programa.

Segundo Luis Turiba, então chefe da assessoria de comunicação do MinC, Gil receberia uma espécie de orientação de três ideólogos da capoeira: Muniz Sodré (aluno de Bimba e autor de uma biografia do mestre, professor universitário que participara da gestão do Ministro como presidente da Biblioteca Nacional), Frederico Abreu (mais conhecido como “Fred” Abreu, um dos pesquisadores mais renomados, responsável por um dos mais importantes acervos sobre capoeira) e mestre Camisa (presidente-fundador do grupo Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira – ABADA – Capoeira, um dos maiores grupos de capoeira do mundo), além do comprometimento de, seu então secretário-executivo, Juca Ferreira. Segundo Turiba, a ação de Gil, adjetivada de um “do-in planetário”, construída com empenho dos embaixadores brasileiros na Suíça e na Bélgica, repercutira positivamente entre os envolvidos na apresentação, recebendo apoio de mestre Curió e mestre Camisa, que fariam as seguintes considerações:

---

<sup>84</sup> Seriam eles: mestres Moraes e Curió (representando a capoeira Angola de Salvador-BA); mestre Duende (Abadá – Salvador); mestre Luisinho (filho de mestre Bimba); a belga “Abelha” e mestre Dendê, brasileiro que leciona em Bruxelas; de Amsterdã, o mestre brasileiro Samara; de Israel, os alunos do grupo Abadá Gato Branco e Sapio; de Genebra, o mestre brasileiro Júlio Pedra e seus alunos suíços Alex e Lelê; e, por fim, mais dois alunos do grupo Abadá residentes no Brasil: “Espoleta” e “Bracinho”.

<sup>85</sup> Cântico entoado ao som dos berimbaus pelo ministro, respondido pela plateia que assistia à apresentação.

<sup>86</sup> A roda, feita por capoeiras que observam e dão ritmo ao jogo, é o formato usual para a realização do jogo, contudo em momentos de apresentação para um público maior, é comumente realizada uma semirroda, que permite à plateia visualizar e participar do jogo realizado.

<sup>87</sup> Movimentos da capoeira com grande feição estética, em que se realizam acrobacias que podem ou não se associar/combinar a outros movimentos como golpes, esquivas, ginga etc.

Foi um evento histórico, importante para a capoeira e para a cultura brasileira. Vale destacar o papel social que a capoeira vem prestando em todo o mundo. Iniciativas como essa só vem engrandecer a nossa arte que segue ocupando novos espaços. As pessoas, a cada dia, têm mais respeito e mais carinho por nossa arte. A capoeira surgiu de um movimento social e continua prestando um serviço social à humanidade. Onde ela chega, as pessoas se identificam. Atraídas pela música, pelos movimentos. Símbolo da liberdade, mostra que os homens podem viver em harmonia. É uma arte de inclusão, não exclui ninguém. Agora, depois da apresentação na ONU, a capoeira está oficializada como movimento. Foi o que mostrou a Roda Internacional do MinC da ONU (mestre Camisa, apud TURIBA, 2004, s.n.)

Com as novas possibilidades que despertaram expectativas positivas ao menos pelos participantes envolvidos, restaria a execução do Programa, atingindo a comunidade capoeirana.

#### **4.1.2 Edital para a capoeira: na esteira do programa Cultura Viva**

As ações do MinC com a capoeira ganharam materialidade em 2005, com o lançamento de seu primeiro edital. No dia 29 de março, data não menos significativa, sobretudo para a cidade de Salvador, o secretário-executivo do MinC, Juca Ferreira, lança no aniversário de 456 anos da referida cidade o Edital nº 2 do Programa Cultura Viva.

O edital faz parte do Programa Cultura Viva, uma das principais iniciativas da gestão do Ministro Gil na busca da construção da cidadania cultural, sendo de responsabilidade da Secretaria de Programas e Projetos Culturais. “A idéia é que cada projeto se transforme em um Ponto de Cultura, do Programa Cultura Viva, que está sendo implementado pelo Ministério da Cultura em todo o Brasil” (CATALÃO, 2005, p. 1).

Por abranger apenas o estado da Bahia e apenas dez projetos, o edital transparece sua condição experimental para as ações futuras do Ministério. O orçamento previsto para essa primeira iniciativa foi de R\$ 1 milhão e 850 mil reais, que seriam distribuídos entre os dez projetos selecionados, em cinco parcelas semestrais. Embora a primeira iniciativa tenha aspirações modestas, não deixava de animar a gestão do Ministério com o feito:

Esse edital inaugura a contribuição do MinC no desenvolvimento do programa de apoio à capoeira, reconhecendo e valorizando essa prática *milénar* de grande importância nacional e mundial ‘, declarou o secretário Juca Ferreira, que acompanhou as festividades na III Caminhada da Cidade e na realização de uma roda gigante de capoeira, com mais de 400 capoeiristas e mestres reconhecidos da Bahia (CATALÃO, idem) (*grifo nosso*).

O resultado dos contemplados pelo programa foi divulgado no dia 18 de julho, no Diário Oficial da União. Do dia 29 de março ao dia 8 de julho (consta no edital que seriam recebidos projetos até o dia 15 de maio) foram recebidos 56 projetos. Foram aprovados quinze projetos, mas como consta no edital, só dez seriam contemplados, podendo receber até R\$ 185 mil reais. Os critérios para aprovação dos projetos se baseavam no público que seria atendido (que deveria ser voltado para sujeitos em privação de direitos: crianças e jovens estudantes de escolas públicas, população pobre, trabalhadores sindicalizados, comunidades LGBT etc.); propostas inovadoras e/ou que abarcassem temas relacionados à capoeira, com a valorização da autoestima, tradições culturais, construção de seu acervo e memória, com a educação ambiental, cultura digital, fomento à geração de renda por meio da cultura etc.; projetos que se articulassem na busca de parceiros (na esfera pública ou privada) que pudessem viabilizar a sustentabilidade futura do projeto; projetos que se comprometessem em formar Pontos de Cultura de Capoeira na Bahia. Como divulgado pelo Ministério em notícia divulgada por Galvão (2005), os projetos conveniados foram:

**Quadro 2:** Projetos conveniados

<b>Classificação</b>	<b>Nº SPPC</b>	<b>Título</b>	<b>Proponente</b>	<b>Cidade</b>
1º	045	Capoeira Instrumento de Educação	Grupo de Capoeira Ginga e Malícia	Salvador
2º	042	Acervo Audiovisual da Capoeira Angola	Instituto Internacional de Capoeira Angola	Salvador
3º	007	Capoeira Angola: Instrumento de Cidadania, Educação e Identidade Cultural	Escola de Capoeira Angola Irmãos Gêmeos de Mestre Curió	Salvador
4º	014	Projeto Cultural Bankoma Capoeira	Associação São Jorge Filho da Goméia	Lauro de Freitas
5º	033	Capoeira Cidadã, Arte e Cultura	Oficinas de Artes de Araci	Araci
6º	015	Grupo Afro-Cultural Nativos da Bahia	Nativos da Bahia	Salvador
7º	003	Capoeira Viva Meu Mestre	Associação de Capoeira Corda Bamba	Lençóis

8º	018	Vadeia Menino Vadeia	Projeto Mandinga Associação Integrada de Educação, Artes e Esportes	Salvador
9º	041	Cidade Cidadã	Associação Lapense de Capoeira	Bom Jesus da Lapa
10º	009	Capoeira	Associação Grupo de Capoeira Dobrão de Ouro	Salvador

Fonte: GALVÃO, 2005 (com adaptações). Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2005/07/17/pontos-de-cultura-capoeira/>.

É válido lembrar a interface do edital com o Programa Primeiro Emprego do Ministério do trabalho, que visava à inserção de jovens no “mercado de trabalho”. Cada projeto poderia selecionar até 50 jovens para o recebimento de uma bolsa de R\$ 150 durante o período de seis meses. Contudo, para o recebimento, seria preciso estar de acordo com as condicionalidades do Programa Primeiro Emprego.<sup>88</sup>

#### 4.1.3 Agora vai? Duas edições para o Capoeira Viva

No ano de 2006, último ano do primeiro mandato do presidente Lula, o Ministério da Cultura lançaria o edital do programa Capoeira Viva, que, com semelhanças ao edital Pontos de Cultura – Capoeira, dava continuidade à política de fomento a projetos de capoeira, sendo agora, portanto, realizado em âmbito nacional. Talvez pelo sucesso alcançado na perspectiva ministerial, pelo compromisso do agendamento público, e, sobretudo, pela vitória do governo PT/aliados nas eleições presidenciais de 2006, o programa seria reeditado em 2007.

<sup>88</sup> As condicionalidades para a participação seriam: ter entre 16 e 24 anos; possuir renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo; cursar o ensino fundamental ou médio; 25% dos auxílios poderão ser para os jovens que já concluíram o ensino médio; não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal ou estar desempregado; dá-se prioridade aos quilombolas e afrodescendentes, indígenas, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais, egressos de unidades prisionais ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas (MinC, 2005).

Considera-se relevante perceber os antecedentes que determinam a realização desses dois editais. Menciona-se o evento realizado no dia 22 de dezembro de 2005<sup>89</sup> na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), onde o MinC, o BNDES e a Petrobras anunciam “pacotes de investimento históricos para a cultura” (CATALÃO, 2005).

Em seu discurso, o ministro Gil relata a parceria produtiva do MinC com a Petrobras, a maior empresa brasileira e também a empresa que mais investiria em cultura no país. Desde 2003, a Petrobras realiza o Programa Petrobras Cultural (PPC), que destinou, até a data, mais de R\$ 90 milhões em recursos para a cultura. Na ocasião, o pacote de recursos destinados à cultura para o biênio 2005/2006 foi de 43,4 milhões de reais.

O discurso do Ministro teria certo tom de defesa das ações não só de sua pasta, mas também do Governo Federal. Tal fato poderia ter sido potencializado diante da proximidade do primeiro escândalo de corrupção que afetara a alta cúpula do governo Lula: o mensalão.<sup>90</sup> Gil falaria da falta de cobertura da imprensa sobre as ações positivas do governo e, sobretudo, da falta de critério em evidenciar a diferença entre as gestões anteriores.

O governo do qual faço parte está sob fogo cerrado, e uma das acusações reiteradas é a de que se trata de um governo ruim, ineficiente, desarticulado, que de positivo teria, apenas, o que herdou e manteve da gestão anterior.

---

<sup>89</sup> Coincidentemente, o dia 22 de dezembro marca o protagonismo político da vida pública de Gilberto Gil. Em outra condição, na mesma data do ano de 1968, Gil e seu amigo e também artista Caetano Veloso foram presos, acusados de protestar contra a Ditadura Militar em seus shows.

<sup>90</sup> O “mensalão” foi o nome atribuído ao esquema de corrupção que envolveu o alto escalão do governo PT/aliados e empresas prestadoras de serviços ao Estado. O esquema seria descoberto a partir da divulgação pela imprensa, no dia 14 de maio de 2005, de um vídeo feito por Joel Santos Filho (advogado interessado em desvendar um suposto esquema de corrupção) em que o próprio, passando-se por empresário, conversa com o funcionário dos Correios, Maurício Marinho, que, não sabendo da gravação, revelou o esquema de favorecimento de empresas em licitações mediante o pagamento de propina. Na ocasião, o servidor revelou que o então dep. federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), da base aliada do governo, participava do esquema. Indagado sobre sua participação, Jefferson agiu, revelando um esquema ainda maior. Denunciava que membros do alto escalão do Governo Federal e do Partido dos Trabalhadores organizavam um pagamento de propina a deputados da base aliada em troca de seu apoio político. O dinheiro advinha de empresas que prestavam serviços ao Governo Federal. O escândalo resultou em uma grande batalha política e judicial que gerou a realização de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (uma segunda foi criada com o intento de investigar atos de corrupção de parlamentares em momentos anteriores), demissões de servidores envolvidos, sendo mais significativo o de José Dirceu – ministro da Casa Civil, cassações de mandatos (Roberto Jefferson e José Dirceu – cassado após ter retornado ao mandato de deputado após sua demissão), inúmeras renúncias de deputados da base aliada, temendo uma possível cassação e perda da elegibilidade, expulsão do tesoureiro nacional do PT (Delúbio Soares), revelação de inúmeras empresas financiadoras da corrupção, onde se destacam as empresas do publicitário Marcos Valério (primeira condenação judicial do esquema, importante financiador de propina a políticos, tendo participado de experiências anteriores que incluem o estado de Minas Gerais no governo liderado pelo PSDB do ano 1995 a 1998), entre outros desdobramentos. Na esfera judicial, após poucas condenações, o processo instaurado sobre o mensalão no Supremo Tribunal Federal para julgar os 40 indiciados tem previsão de julgamento para o segundo semestre de 2012. Embora com grande repercussão na mídia, que colocou em dúvida a administração do governo do presidente Lula, bem como seu próprio consentimento com o esquema, o fato não evidenciado e que não prejudicou sua reeleição para o próximo mandato (2007-2010).



Nada mais falso, nada mais distante da realidade. O fato de as pessoas não conhecerem as coisas não significa que elas não existam. O fato de a mídia não informar a população sobre as realizações do governo Lula não significa que não haja o que informar. Ao contrário, aliás. Há o que informar, e muito. Tome-se, a propósito, o caso da cultura. Nenhum governo na história deste país investiu tanto na cultura brasileira quanto este, seja através do orçamento do MinC, seja através de incentivos fiscais, de linhas de crédito, de desoneração tributária e de ações transversais, como a articulação entre o MinC e as estatais. Jamais a Petrobras, e as demais empresas públicas, como o BNDES, onde estávamos há pouco, a Caixa e tantas outras, jamais estas empresas investiram tanto em cultura como nos três anos de Lula (GIL, 2005, p. 1).

Gil aproveita o evento e não se prende somente ao significativo patrocínio da Petrobras. Ressalta o ganho que a cultura teve em seu orçamento, sendo, em sua gestão, o orçamento federal para a cultura em 2006 o dobro do gasto em 2002. Para além do montante, observa como os recursos são empregados.

Houve um avanço significativo em termos de quantidade e em termos de qualidade, como os editais anunciados hoje exemplarmente simbolizam. Os investimentos são coordenados. Inscrevem-se em políticas públicas. São destinados por intermédio de processos democráticos, transparentes e inclusivos. Beneficiam mais pessoas, de mais lugares, de mais segmentos da cultura (GIL, 2005, p. 1).

O apoio da Petrobras é possível mediante a Lei nº 8.313/91, a Lei Rouanet, que permite o financiamento das atividades culturais de pessoas físicas e jurídicas mediante dedução do imposto de renda. No bojo das estratégias do Estado em garantir financiamento de setores com orçamento público reduzido, a Lei Rouanet possibilita a interferência do mercado, do interesse privado sobre a pasta cultural. A justificativa do financiamento privado como alavanca do fomento à cultura recebeu duras críticas por parte da sociedade civil, sobretudo na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando o mecenato seria a principal via de financiamento da política cultural, chegando a representar metade do orçamento para a cultura (CALABRE, 2009).

A suposta ampliação de recursos, na realidade, era ação estritamente localizada sobre os interesses voltados para a rentabilidade das grandes empresas: focalizados em determinados setores da cultura, como o teatro, shows musicais e música erudita, e em determinadas regiões do país, mais precisamente Rio de Janeiro e São Paulo, tal perspectiva demonstra a adoção da perspectiva neoliberal na gestão pública, quando desobriga o Estado

em assumir sua responsabilidade de garantir direitos sociais, transferir para a esfera privada o financiamento de projetos e isentar de impostos os setores mais abastados da sociedade.

A parceria do Ministério com a Petrobras (que se lançaria ao patrocínio de eventos culturais desde os anos 1980), sociedade de natureza mista, teria o interesse de, utilizando o mecanismo do financiamento privado da cultura, utilizar os recursos da empresa em que o governo brasileiro é o maior acionista para ampliar a ação da lei para todo o Brasil e para contemplar de maneira mais coerente a diversidade cultural. Essa perspectiva seria exemplificada pelo ministro, já finalizando seu discurso do dia 22 de dezembro de 2005:

Temos muito o que comemorar. Com esta parceria entre MinC, Secom e Petrobras, vamos financiar a capoeira, a música clássica, as expressões dos índios, um importante acervo bibliográfico, vamos continuar a recuperação do Museu de Belas Artes, vamos dar a esta Biblioteca uma segurança digna do seu acervo, e tantas outras ações importantes. Parabéns à Petrobras, à Secom, ao MinC. E vamos em frente, que ainda há muito para fazer. A cultura brasileira é vital para o desenvolvimento pleno do Brasil. Tudo o que falamos aqui... É disso que se trata (GIL, 2005, p. 1).

Como notado, a parceria garantiria o financiamento de áreas diversas e novas para a pasta cultural. A capoeira entraria no bloco dessa iniciativa, como relatou o Ministro. Em notícia publicada no mesmo dia no portal virtual do MinC, seria melhor especificada a destinação de recursos, que, ao todo (destinação da Petrobras e BNDES), somaria R\$ 56 milhões, sendo R\$ 20 milhões para a política de patrimônio cultural e R\$ 36 milhões voltados para editais públicos e ações emergenciais. “Trata-se do maior investimento da história do país em segmentos como o Teatro, Dança e Música Erudita e também em áreas historicamente desassistidas pelo Estado, como a Capoeira, Cultura Indígena e manifestações de Arte-Educação” (CATALÃO, 2005).

Um dos editais divulgados seria destinado à capoeira. Segundo a notícia, os recursos seriam de R\$ 2 milhões e teriam como objetivo a valorização da capoeira como patrimônio imaterial e o desenvolvimento da cidadania e da inclusão sociocultural. Ainda segundo a notícia “Serão beneficiados 86 projetos para as seguintes linhas de ação: estudos e pesquisas; oficinas com mestres tradicionais; centros de referência sobre o tema; seminários, simpósios ou conferências e ações sócio-educativos” (CATALÃO, 2005, p. 1)

A capoeira, nos discursos institucionais, teria seu “caminho aberto” como objeto de política nacional, sendo anunciada em 2004, passando por um edital “experimental” em 2005 e agora como uma ação mais estruturada em caráter nacional para o ano seguinte, além das

primeiras considerações da sua condição de patrimônio cultural. Na perspectiva da gestão ministerial, o ano de 2005 seria um dos mais significativos em consolidar a cultura como objeto de política de Estado, institucionalizando suas ações por normas, conferências e otimização de seu orçamento. Podem ser destacados como feitos relevantes: realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura, o Decreto nº 5.520/05, que institui o Sistema Federal de Cultura (SFC) e o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e a Emenda Constitucional nº 48/05, que acrescenta ao art. 215 da Constituição Federal o §3º, que institui o Plano Nacional de Cultura, a ser estabelecido por lei futura, e o aumento do orçamento, que passara de pouco mais de R\$ 300 milhões para R\$ 542 milhões em 2005.

No ano de 2006, portanto, seria lançado o projeto Capoeira Viva. O lançamento da atividade foi realizado no Museu da República, no Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto, pelo secretário-executivo do MinC, Juca Ferreira. O projeto destinaria R\$ 930 mil a iniciativas da sociedade civil voltadas para três linhas de ação: fomento à produção de pesquisa, inventários e documentação histórico-etnográfica sobre a capoeira (R\$ 360 mil, sendo R\$ 20 mil para cada projeto); em ações socioeducativas (R\$ 300 mil sendo R\$ 5 mil para 15 experiências individuais e R\$ 15 mil para 15 experiências institucionais), e no apoio a acervos documentais (R\$ 270 mil, sendo possível o apoio de até R\$ 90 mil por núcleo). Haveria ainda a destinação, durante seis meses, de 50 bolsas, no valor de R\$ 900 reais para 50 mestres escolhidos por sua história e relevância no mundo da capoeira. Essa iniciativa capta o conhecimento dos mestres onde “através de oficinas e palestras, possam dar seus depoimentos e publicações futuras sobre a capoeira” (NAHUM, 2006, p. 1).

O edital previa a criação de um “Conselho de Mestres” responsável pela escolha dos mestres bolsistas e pela premiação com certificação (sem remuneração) de 15 experiências governamentais na linha das ações socioeducativas. A avaliação dos projetos ficaria a cargo de uma Comissão de Seleção formada por dez especialistas e estudiosos da capoeira.

O Capoeira Viva previa ainda a realização de três seminários nacionais, com a função de divulgar o conhecimento da capoeira, articulação do saber dos mestres e pesquisadores e fomentar a elaboração de projetos para a capoeira. Também seria feita a página virtual <[www.capoeiraviva.org.br](http://www.capoeiraviva.org.br)>, destinada à divulgação dos projetos inscritos e dos seminários realizados, e a constituição de um acervo virtual da capoeira.

A inscrição no Capoeira Viva poderia ser feita pela página virtual ou pelo envio postal, sendo aberta a indivíduos não organizados sob a forma jurídica, instituições privadas sem fins lucrativos e instituições vinculadas ao poder público. O Capoeira Viva, em 2006, seria uma ação do MinC em convênio com o Museu da República, coordenação técnica da

Associação de Apoio ao Museu da República que, para execução do projeto, celebrou um convênio com a Fundação José Pelúcio Ferreira, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo notícia divulgada pelo Minc no dia 9 de novembro, já com o resultado do projeto, foram realizadas 627 inscrições (55% da Região Sudeste, 28,4% da Região Nordeste, 10% da Região Sul, 4,4% da Região Centro-Oeste e 2,2% da Região Norte), com 73 iniciativas contempladas. Dos três seminários previstos, foram relatados por meio da página do MinC e da página <www.portalcapoeira.com> dois, sendo um realizado no Rio de Janeiro no dia 21 de novembro, no Museu da República,<sup>91</sup> e outro realizado no dia 12 de dezembro em Salvador, no teatro Gregório de Mattos.<sup>92</sup>

Ao final do ano de 2006, no dia 19 de dezembro, à semelhança do ocorrido no ano de 2005, o ministro Gil, no Museu Nacional de Belas Artes,<sup>93</sup> no Rio de Janeiro (com estrutura física recém-reformada), realizaria mais um discurso referente ao patrocínio da Petrobras para as ações do MinC. Dentro de um contexto político de continuidade, tendo em vista a recente reeleição do presidente Lula no dia 29 de outubro, Gil, em um discurso que não buscava responder aos questionamentos públicos da gestão cultural e do Governo Federal, utilizou sua fala para novamente exaltar a ação da empresa e sua parceria, demonstrar a inovação de sua gestão atenta a áreas relegadas pelo Estado brasileiro no âmbito da cultura, prometendo a continuidade de sua gestão.

Tenho orgulho de termos realizado ano passado e estar aqui hoje aprofundando linhas inéditas para a cultura que reconhecem setores historicamente deixados de lado e mudam o jeito de ser e de fazer do Estado brasileiro. Como, por exemplo, o financiamento de expressões culturais de povos indígenas – a primeira da história brasileira. Ou a capoeira,

<sup>91</sup> Tendo como mediador o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Muniz Sodré, o seminário teve a palestra *A formação do mestre, ontem e hoje*, tendo como debatedores mestre Camisa – Grupo Abadá; mestre Moraes – Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP); e mestre Suíno – grupo Candeias; e a palestra *De arma da vadiagem a instrumento de educação*, que teve a presença de mestra Janja – Grupo Nzinga de Capoeira Angola; mestre Luiz Renato – Grupo Beribazu; e mestre Zulu – fundador do grupo Beribazu e atualmente no Grupo Idiopraxis Capoeira.

<sup>92</sup> Evento que teve a mediação de Rui Pereira, coordenador do Capoeira Viva, contou com a presença na mesa de abertura de Marco Faria, presidente da Fundação José Pelúcio Ferreira, e na palestra *Capoeira que é bom, não cai...*, os palestrantes mestre Cobrinha Verde – presidente da Fundação Internacional de Capoeira Angola (Fica); mestre Itapoan – discípulo de mestre Bimba e um dos principais pesquisadores da obra de seu mestre; mestre Decânio – discípulo de mestre Bimba e membro do Conselho de Mestres do Capoeira Viva; Fred Abreu – pesquisador da capoeira, responsável por um dos maiores acervos de capoeira existentes no mundo; mestre Moraes – GCAP; e Wallace de Deus – coordenador do Projeto Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira.

<sup>93</sup> Museu que reúne um dos principais acervos relativo às artes visuais no Brasil, teve a estrutura física recém-reformada (reforma elétrica, fachada principal e cúpulas laterais) por iniciativa do MinC em parceria com a Petrobras, Caixa Econômica Federal e BNDES, por meio da política de isenção fiscal, sendo reinaugurado no dia anterior em evento que também teve a presença do ministro.

manifestação profundamente brasileira, que de corpo e alma ganhou o mundo. E, em um passado recente, sem qualquer apoio do Estado e de suas instituições (GIL, 2006).

O ano de 2007 se inicia e no primeiro semestre não ocorre nenhuma atividade relativa à capoeira. No segundo semestre, a capoeira volta à tona com uma nova edição do projeto Capoeira Viva. Antes dela, podem-se mencionar três ações que vão consolidando o espaço institucional da capoeira. Uma primeira atividade seria o filme *Mestre Bimba – A capoeira iluminada*, de Luiz Fernando Goulart, realizado pela Lumen Produções. Sem uma intervenção direta da gestão do MinC na sua realização, mas financiado pela Petrobras e pelo BNDES por meio da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual,<sup>94</sup> o filme teve o apoio do ministério em sua pré-estreia realizada em Brasília no dia 9 de agosto, e em Salvador no dia 16 de agosto, sendo a presença do secretário-executivo, Juca Ferreira, confirmada nas duas atividades (SALDANHA, 2007). Ainda como parte da programação da pré-estreia do documentário sobre mestre Bimba, haveria uma mesa-redonda, que contou com a presença de Juca Ferreira, dos mestres Luizinho e Nenél (filhos de mestre Bimba), de mestre Camisa (ABADA) e do diretor do filme, Luiz Fernando Goulart, além de uma vivência de “Capoterapia”,<sup>95</sup> com mestre Gilvan.

---

<sup>94</sup> Lei 8685/93. Lei específica para o financiamento do cinema através da isenção fiscal.

<sup>95</sup> Método de ensino da capoeira voltado para idosos formulado por mestre Gilvan – Associação de Capoeira Ladainha. A iniciativa do mestre dispõe de uma estrutura deveras organizada, com página virtual exclusiva para a Capoterapia, realização de Congressos Brasileiros de Capoterapia, Programa Nacional de Capoterapia, (que ofereceu no ano de 2011 30 mil vagas em todo o Brasil para a população acima dos cinquenta anos), Associação Brasileira de Capoterapia e até realização de cursos a distancia da metodologia. Disponível em <[www.capoterapia.com.br](http://www.capoterapia.com.br)>.



**Figura 3:** Documentário Mestre Bimba

Fonte: Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/08/08/mestre-bimba-a-capoeira-iluminada/>>.

Na esteira do audiovisual, sendo agora uma ação estrita do MinC, é divulgado, por meio de notícia publicada no portal do MinC do dia 17 de agosto, o documentário *Brasil Paz no mundo*, um relato da homenagem realizada ao diplomata Sérgio Vieira de Mello, que marcou as ações do Ministério para a capoeira. No documentário, é possível ver o discurso do secretário-geral da ONU exaltando a iniciativa do ministro, trecho da fala de Gil, além da demonstração de sua performance carismática perante a plateia, depoimentos dos capoeiras participantes do evento (falas voltadas para a importância da atividade e a possibilidade de superar as diferenças para realizá-la),<sup>96</sup> bastidores da apresentação, a apresentação de capoeira e a descontração posterior dos capoeiras. Há também um depoimento de Juca Ferreira, que faz uma breve fala da representatividade da capoeira, atentando, sobretudo, à sociedade baiana, e também uma fala reconhecendo a dívida que o Estado brasileiro tem com a capoeira e como a nova gestão do ministério buscou superar essa questão. Reproduz-se a seguir um trecho da fala do então secretário-executivo do MinC:

<sup>96</sup> Haveria um relato mais atento às diferenças existentes na capoeira. Em duas pequenas falas, mestre Curió não deixa de refletir sobre as especificidades da capoeira Angola. Em sua primeira fala, registra o entendimento que a capoeira não é uma só, existindo a capoeira Angola e a capoeira Regional. Em um segundo momento, desenvolve um raciocínio sobre as várias dimensões da capoeira Angola, definindo-a também COMO cultura e como a “capoeira mãe”.

Desde que o ministro Gilberto Gil foi escolhido pelo presidente Lula, desde a primeira reunião, nós tomamos uma posição no ministério de que nós iríamos fazer alguma coisa pela capoeira, ou seja, o Estado brasileiro, o governo, o Ministério da Cultura tem a obrigação de reconhecer a capoeira como uma das principais manifestações do Brasil. O Estado alterna indiferença com, em alguns momentos, uma tentativa de desapropriar, ou seja, de ao reconhecê-la retirá-la da mão dos mestres da capoeira. Então a posição nossa é que, além de reconhecermos como uma das principais manifestações do Brasil, a gente acha que a capoeira esta indissolúvelmente ligada ao saber de seus mestres. Então não se trata, de desapropriar, mas muito pelo contrário, de fortalecer esse saber, de reconhecer a importância cultural da capoeira. (Depoimento de Juca Ferreira em BRASIL PAZ NO MUNDO, s.d.)

Já no final do documentário e de maneira mais específica, Juca Ferreira explicita o que já está sendo realizado a partir de uma nova concepção de gestão da cultura da qual a capoeira se inclui, evidenciando o que ainda esta por vir:

O ministro Gilberto Gil, desde a primeira semana que esteve no ministério, vem trabalhando no sentido exatamente dessa mudança de postura. Em Genebra nós lançamos a ideia e a partir de agora nós estamos trabalhando. O Iphan já está com um processo de tombamento/reconhecimento da capoeira como manifestação cultural importante (já está em processo).

Estamos conversando com o Ministério da Educação, no sentido de reconhecimento do saber dos mestres da capoeira, para que eles possam ensinar livremente (sem nenhuma restrição) seja nas universidades, seja nas escolas secundárias.

Estamos procurando financiar e fomentar projetos de recuperação de cidadania e de construção de autoestima de seguimentos da sociedade brasileira que não tem acesso pleno a direitos e oportunidades. Então, nós estamos procurando desenvolver uma série de linhas.

Vamos estimular jogos eletrônicos que tem a capoeira como tema principal; vamos estimular também produções cinematográficas e estudos/pesquisas na área da capoeira.

O Estado Brasileiro vai procurar, a partir de agora, ter uma importância/um papel de fomento/de apoio dessa manifestação cultural tão importante (idem).

O documentário foi realizado pela Olho de Vidro, que faz parte da Sertão Filmes, produtora de TV e cinema, e foi exibido em rede nacional pela Radiobras no dia 19 de agosto, quatro anos após a morte do diplomata.



**Figura 4:** Documentário Brasil Paz no Mundo

Fonte: Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/08/17/brasil-paz-no-mundo/>>.

Uma terceira ação antes da segunda edição do Capoeira Viva se realizaria em âmbito mais amplo das ações culturais. Trata-se da parceria realizada entre Minc e IBGE a partir de um Acordo de Cooperação Técnica que possibilitou o maior diagnóstico estatístico da cultura enquanto manifestação social e política no Brasil e, conseqüentemente, observando os delineamentos da gestão, para a capoeira. Como resultado, foram produzidos alguns produtos<sup>97</sup> como o Perfil de Informações Básicas Municipais (Munic) – 2006 (edição voltada exclusivamente para a cultura), lançada no dia 17 de setembro pelo ministro, conforme notícia publicada na página do Ministério também no referido dia.

Com a Munic, foi possível mapear um universo ainda não investigado no âmbito da capoeira. De acordo com a pesquisa, verificou-se que a capoeira, em um universo de 16 manifestações culturais<sup>98</sup> dos municípios é a quarta mais recorrente no que se refere à existência de grupos artísticos, estando presente em 48,8% (2.716) dos municípios. Outro dado é o fato de que 46,7% dos municípios oferecem algum tipo de incentivo a pelo menos um grupo de capoeira, o que a faz ser a nona manifestação nessa condição (o teatro é a principal atividade recebedora de incentivos municipais, com 80,5%). No que tange à existência de grupos de capoeira por municípios de uma região, o Nordeste registra o índice

<sup>97</sup> Um documento produzido pela cooperação técnica entre os dois órgãos foi o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) – 2003-2005, lançado em dezembro de 2007, abordando o assunto da economia da cultura, orçamento federal, estadual e municipal, financiamento por meio de isenções fiscais, empresas e trabalhadores da área cultural.

<sup>98</sup> Seriam elas: teatro, manifestação popular tradicional, cineclube, dança, Musical, orquestra, banda coral, associação literária, capoeira, circo, escola de samba, bloco carnavalesco, desenho e pintura, artes plásticas e visuais, artesanato.



mais alto, com a presença em 59,3%, sendo seguido pelo Centro-Oeste, com 53,2% (IBGE, 2007).

Os dados fornecidos pela pesquisa do IBGE seriam relevantes para subsidiar a elaboração de políticas culturais. Com a capoeira não seria diferente, sendo seus dados utilizados no segundo edital Capoeira Viva. Em material produzido em formato PowerPoint pelo Ministério e parceiros, destinado a explicar o novo edital, faz-se uso de mais dados além dos já tratados, como os estados com maior número de grupos em relação a todos os grupos artísticos.<sup>99</sup>

O edital de 2007 apresentou algumas mudanças em relação ao edital superior, revelando maior preparo da gestão para lidar com a comunidade capoeirana. O edital teve aumento de recursos em 30%, destinando agora 1,2 milhão de reais para projetos promotores da capoeira como patrimônio cultural. Além da Munic, o resultado do edital anterior também possibilitava verificar alguns dados, como a realização de incentivo do Capoeira Viva em 19 estados (Pará, Rondônia, Amazonas, Amapá, Roraima, Ceará, Sergipe, Mato Grosso do Sul não tiveram projetos contemplados), sendo a Bahia e o Rio de Janeiro os estados com mais projetos contemplados, somando mais da metade dos projetos (Bahia – 27,20%, Rio de Janeiro – 25,16%).

Outra mudança refere-se a uma quarta linha de fomento além das três definidas no edital anterior. Além de apoio a projetos socioeducativos, estudo pesquisa e documentação e centros de referência, haveria o apoio a “mídias e suportes digitais, eletrônicos e audiovisuais”. O novo edital, diante do diagnóstico, previa a realização de uma “Estratégia Nacional de **Comunicação e Oficinas** de Capacitação com ênfase nos **Estados não contemplados** no Edital 2006” (MINC, 2007).

O novo edital, também financiado com recursos da Petrobras por meio da Lei Rouanet seria agora promovido pela Fundação Gregório de Mattos, instituição ligada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Salvador. Os objetivos e os critérios de avaliação permaneciam com poucas alterações. O lançamento foi realizado no dia 9 de outubro, no Palácio Rio Branco, contando com a presença de Juca Ferreira na condição de ministro interino. Em notícia do *Correio da Bahia* do dia 10 de outubro, reproduzida no portal

---

<sup>99</sup> Segundo o documento do Ministério, o Estado com mais grupos de capoeira é Minas Gerais, com 387 grupos (13,99%), seguido por São Paulo (343 grupos – 12,63%), Bahia (293 – 79%), Paraná (141 – 5,19%) e Pernambuco (134 – 4,93%). Quanto à representatividade dos grupos de capoeira em relação ao número total de grupos, a capoeira, com 2.716 (9,18%) grupos, ficou na quinta posição, atrás do artesanato (3.580 – 12,10%), manifestação tradicional popular (3.149 – 10,64%), dança (3.123 – 10,55%), banda (2.962 – 10,01%) (IBGE apud Minc, 2007). A pesquisa não considerou o Distrito Federal.

do MinC, revela que o evento era aproveitado para prestar uma homenagem a João Pequeno, mestre de capoeira mais antigo ainda vivo. Revela também que, na oportunidade “O Ministro interino Juca Ferreira anunciou ainda que Salvador sediará, em 2008, a Bienal Mundial da Capoeira, além de ser palco da festa de tombamento da arte como patrimônio cultural brasileiro” (COSTA, 2007, p. 1). Por último, ressalta a iminência do registro da capoeira como patrimônio cultural: “Ferreira informou que o processo de tombamento da capoeira como patrimônio cultural brasileiro estará concluído até o fim do ano. ‘Nós devemos esperar o fim do Carnaval para fazermos o anúncio oficial que ocorrerá em Salvador’, explicou Ferreira” (p. 1).

O edital esteve aberto para inscrições do dia 22 de outubro a 17 de dezembro. Durante esse período, o MinC, por meio de suas representações regionais, buscou realizar eventos para divulgação e capacitação da comunidade capoeirana para participação nos editais. Notícia do dia 18 de outubro do portal divulga a realização de uma oficina de capacitação e estímulo à participação do edital. A atividade seria realizada em Recife, no Forte das Cinco Pontas, no dia 22 de outubro pela representação regional do MinC no Nordeste. No dia 30 seria realizada uma videoconferência de explicação do projeto nas salas do Banco Nordeste do Brasil nas capitais da região, além de Brasília, conformando dez locais de transmissão.

As oficinas tiveram continuidade, sendo realizadas em todo o restante das capitais nordestinas. Seriam relatadas ainda por meio das notícias do Ministério, oficinas em todas as demais regiões do país, sendo contempladas no Sul as três capitais, no Centro-Oeste, a capital Campo Grande, no Sudeste, Belo Horizonte e no Norte, Rio Branco.

O resultado foi divulgado no dia 4 de abril de 2008, também em Salvador, no Palácio Rio Branco. A iniciativa do MinC das oficinas e videoconferência parecem ter tido o retorno esperado, pois o envio de projetos mais que dobrou em relação ao edital anterior. Ao todo, foram enviados 1.289 projetos, sendo 44% do Nordeste, 30% do Sudeste, 11% do Centro-Oeste, 10% do Sul e 5% da Região Norte. Desses, em virtude das limitações financeiras e do mérito na classificação, puderam ser contemplados 122 projetos.

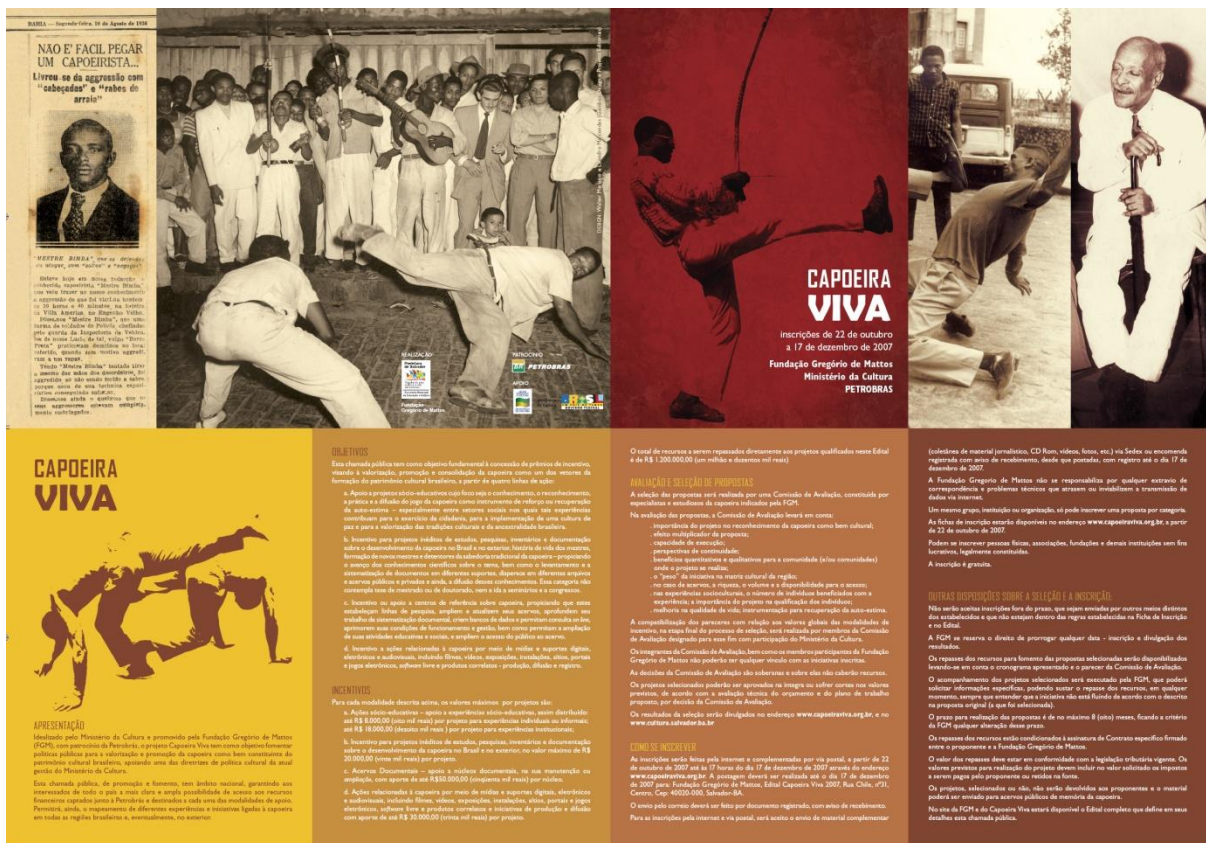


Figura 5: Edital Capoeira Viva

Fonte: Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/upload/Edital%20Capoeira%20Viva%202007%20folder\\_1191851833.jpg](http://www.cultura.gov.br/upload/Edital%20Capoeira%20Viva%202007%20folder_1191851833.jpg)>.

### 4.1.4 Capoeira: patrimônio cultural brasileiro

O ano de 2008, no âmbito do interesse do Estado com a capoeira, começaria agitado em virtude da anúncio dos contemplados pelo Capoeira Viva. Contudo, ainda estava por fazer uma das ações mais almeçadas pela gestão do então Ministro Gil com a capoeira: o registro como patrimônio cultural imaterial. A intenção do registro, que já seria divulgada em algumas ações do MinC, ganha materialidade na reunião realizada pelo Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural, em julho de 2008.

Antes ainda, como uma espécie de atividade preliminar, seria realizada por iniciativa do MinC, do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN), por meio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNPFCP), a exposição *Na roda da Capoeira*, do dia 24 de abril a 6 de junho, no Museu do Folclore no Rio de Janeiro.

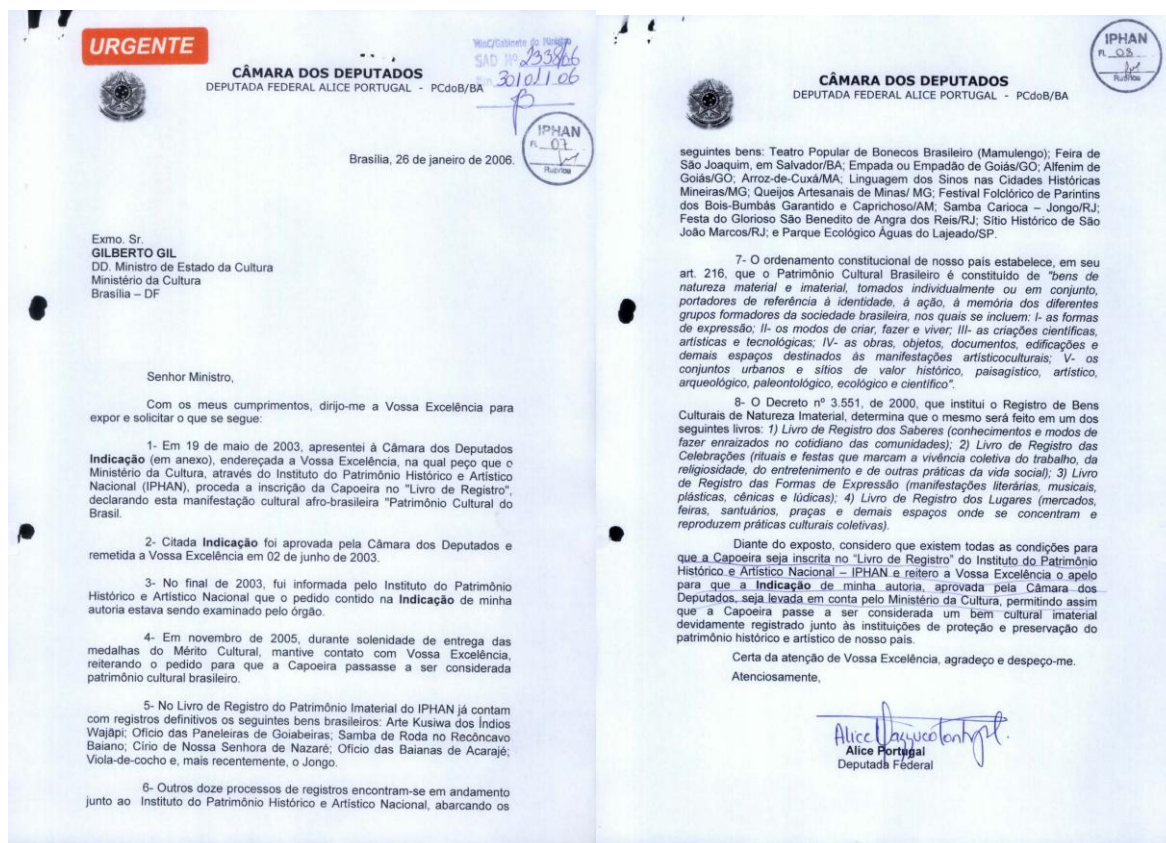
Após a exposição, portanto, um clima de expectativa ronda a cidade de Salvador, mais precisamente a Praça Tomé de Souza, onde milhares de capoeiras de todo o Brasil aguardavam o parecer da reunião do Conselho Consultivo do IPHAN no Palácio Rio Branco. Sem maiores ressalvas, no dia 15 de julho foi aprovada. Restaria saber o que se realizaria pra além de seu registro.

O processo de registro de um bem cultural é uma atividade que demanda um período institucional longo, normalmente atravessando gestões ministeriais. Com a capoeira não seria diferente. Conforme depoimentos de gestores, retirados de ações anteriores, sobretudo do secretário-executivo do Ministério e posteriormente Ministro da Cultura, Juca Ferreira,<sup>100</sup> nota-se que a capoeira foi uma das manifestações culturais de maior atenção do Ministério desde o início da gestão de Gil, sendo o registro como patrimônio cultural uma das primeiras ações pensadas para a capoeira.

Um documento divulgado no portal virtual do IPHAN na página <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/foIProcessoRegistroE.jsf>>, de autoria da então deputada federal Alice Portugal (PC do B da Bahia) que se encontra atualmente em seu terceiro mandato consecutivo, retrata os primórdios da implementação da ação, não deixando de revelar o protagonismo da deputada em solicitar ao ministro Gil o registro da capoeira como patrimônio imaterial:

---

<sup>100</sup> Após cinco anos e meio à frente do MinC, o ministro Gil anuncia sua saída no dia 30 de julho de 2008, sendo exonerado no dia seguinte, ao mesmo tempo em que Juca Ferreira é empossado como ministro interinamente. A posse definitiva seria realizada no dia 28 de agosto de 2008 e, com isso, além de garantir a continuidade das políticas implementadas anteriormente, garantia a coalização do Partido Verde (PV) no governo. Ferreira ficaria à frente do MinC até o fim do mandato do presidente Lula.



**Figura 6:** Documento de autoria da deputada federal Alice Portugal

Fonte: Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folProcessoRegistroE.jsf>>.

Como notado, desde o ano de 2003 foi organizado o processo do registro da capoeira. Por interesses combinados de sujeitos inseridos na política, institucional e federal, iniciou-se a patrimonialização da capoeira. O documento do início do ano de 2006 reivindica, contudo, certa agilidade para a inscrição no "livro de registro", conforme determina o Decreto nº 3.551/2000, que por sua vez está em consonância com o art. 216 da Constituição Federal.

Os marcos mais recentes no Brasil, sobretudo no âmbito do patrimônio imaterial, inserem-se em um longo processo de ações de preservação no âmbito do patrimônio cultural. Saindo do âmbito privado, quando em um período de grandes mudanças e intercâmbios culturais construía o exótico e o interesse de colecionadores nos séculos XVIII/XIX, ao âmbito público e nacionalista, quando da ocorrência da preocupação com a evasão de obras artísticas nacionais, reivindicação de uma arquitetura nacional e a ação de folcloristas e da vanguarda modernista no início do século XX, começa-se a emergir a discussão em torno da preservação de monumentos com marcos legais e a criação de um sistema nacional voltado à catalogação, valorização e preservação de um patrimônio nacional. As proposições ganhariam

materialidade em meados do século XX, e têm como marco a ação do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, que solicitara ao modernista Mário de Andrade, então secretário do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, a elaboração do anteprojeto do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (SPHAN), entregue em 1936. No ano seguinte, por meio da Lei nº 378/37 e do Decreto-lei nº 25/37 foi criado e organizado o SPHAN<sup>101</sup> (CALABRE, 2009).

Segundo Calabre (2009), o documento seria aprovado com poucas alterações. A perspectiva do projeto seria ampla ao compreender oito categorias de arte que seriam registradas em quatro Livros de Tombo:<sup>102</sup> arquitetônico, etnográfico e paisagístico (registro das artes arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular); histórico (obras de arte histórica); belas artes (arte erudita nacional ou estrangeira); artes aplicadas (artes aplicadas nacionais ou estrangeiras). Contudo, não haveria uma melhor definição do que seriam essas categorias. Na prática, a política de tombamento se restringiu “em salvar do abandono os exemplares arquitetônicos considerados de valor estético significativo para uma história das formas e dos estilos da classe dirigente brasileira” (MICELI apud BOTELHO, 2007, p. 117).

Apesar das críticas posteriores, compreende-se que as ações do SPHAN, dirigidas por Rodrigo Melo Franco Andrade durante 30 anos (da criação do órgão em 1937 a sua aposentadoria em 1967) refletem uma ampliação contexto maior do cenário político institucional com a ditadura do governo Vargas no início do Estado Novo e com o modelo maior de políticas de conservação de bens culturais. Segundo Diniz (2004), uma mudança cabal do anteprojeto determinava essa compreensão voltada para conservação de monumentos e prédios:

Diferente do projeto elaborado por Mário de Andrade, que concebia o patrimônio como a totalidade dos bens representativos da nossa cultura, o artigo 1º do Decreto-lei n.º 25/37, refere-se às obras de interesse público e aos bens relacionados a fatos da história do Brasil, o que mantém o patrimônio restrito às delimitações do poder público. Em função dessa definição, por muito tempo a expressão patrimônio histórico. Foi associada a prédios, monumentos e outras edificações de valor histórico-arquitetônico [...] (DINIZ, 2004, p. 76).

---

<sup>101</sup> Botelho ressalta a visão avançada de Mário de Andrade para a época “O anteprojeto apresentado é reconhecidamente inovador para a época, antecipando preocupações que só mais tarde foram incorporadas por instrumentos internacionais como a Carta de Veneza de 1964.” (2007, p. 116).

<sup>102</sup> Tombo, termo que também da origem a palavra tombamento, é uma palavra que se torna referência a partir da utilização de uma das torres do castelo de São Jorge em Portugal, a Torre do Tombo, destinada a reunir os documentos da coroa portuguesa. A Torre do Tombo seria utilizada desde o fim da Idade Média para a organização do arquivo nacional português.



No âmbito mundial, os primeiros documentos internacionais referentes à preservação cultural aparecem no início do século XX, sendo referência para situações de guerra, em que certa “ética do combate” determinava os locais não poderiam ser atacados os quais incluíam os hospitais e os locais referentes aos bens culturais. Conforme Pellegrini (2008):

Até meados do século XX constava da doutrina relativa ao “Direito Internacional” que a proteção dos bens culturais adotasse os seguintes preceitos: evitar o saque dos bens culturais e conservá-los durante os conflitos armados, e ainda, definir normas visando à proteção de tais bens em tempos de paz, por meio de políticas permanentes de “seleção, classificação, conservação e restauração” (PELLEGRINI, 2008, p. 160).

A temática do conflito armado e do patrimônio cultural perpassam os documentos internacionais por todo o século XX, perspectiva que corrobora com o entendimento de preservação de bens culturais referentes a prédios com valor histórico-arquitetônico. As resoluções internacionais ganham peso após a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, após a Segunda Guerra Mundial.<sup>103</sup> As resoluções no âmbito da cultura são realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (Unesco), também criada no ano de 1945.

A Unesco passa a ter um papel central na política de patrimonialização dos bens culturais. Entre reuniões e discussões ao longo do século XX e início do século XXI, a Unesco e seus signatários assinam documentos que vão oferecer diretrizes na elaboração de políticas de preservação de bens culturais. Em meio ao um processo que envolve a década de 1960, de grande participação política, com ação de movimentos sociais, de questionamentos à ordem hegemônica, o aparecimento das minorias influencia novos entendimentos sobre as identidades culturais, corroborando com uma ampliação do conceito de cultura bem como sua preservação.

A experiência dos países signatários, sobretudo dos países periféricos, a economia capitalista e países do Oriente em valorizar bens culturais para além das edificações vão sendo alvos de encontros internacionais (organizados por entidades paralelas à Unesco), como

---

<sup>103</sup> Com o fim da Segunda Guerra Mundial, inicia-se o período da Guerra Fria a partir dos tensionamentos criados em torno da disputa entre capitalismo e socialismo, representados nas duas grandes potências econômicas mundiais, Estados Unidos e União Soviética. Nesse contexto, é criada a ONU, entidade voltada para a cooperação e a paz mundial e a defesa dos direitos humanos. Apesar da pretensa construção de um governo mundial interessado em interesses universais, não é por demais lembrar a influência norte-americana na organização da instituição. A definição do nome, as primeiras reuniões, os princípios iniciam-se com base nas definições da principal potência da economia mundial.

também reivindicações. As orientações preservacionistas, bem como o tombamento de patrimônios culturais da humanidade, em sua maioria, concentravam-se nos países ricos do Ocidente, chegando a representar 60% dos bens listados (PELEGRINI; FUNARI, 2008).<sup>104</sup> A partir da década de 1980, novas considerações são colocadas em torno da proteção de bens culturais, abrindo possibilidades para a valorização de culturas tradicionais, e, posteriormente, englobados na perspectiva ampla do patrimônio cultural imaterial, conceito desenvolvido em torno da preservação de manifestações culturais intangíveis, para além dos bens de “pedra e cal”.

A experiência institucional brasileira quanto às normatizações para a política de preservação do patrimônio cultural imaterial acompanhou as resoluções da Unesco como também precedeu algumas considerações. A Constituição Federal de 1988, no art. 216, estabelece como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial<sup>105</sup> além de incumbir o poder público, apoiado pela comunidade, em preservar seus bens culturais. A regulamentação, por assim dizer, do art. 216 estaria estabelecida do ainda em vigor Decreto-lei nº 25/37. Com a não contemplação acerca dos bens de natureza imaterial, surge a “complementação” da regulamentação com o Decreto nº 3.551/2000, que institui o “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro” e cria o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”.

Com semelhanças na estrutura de classificação dos bens materiais, o decreto estabelece o registro do patrimônio imaterial em quatro livros, quais sejam: Livro de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. A partir do decreto, já foram registrados 25 bens, sendo os primeiros registros o Ofício das Paneleiras da cidade de Goiabeiras-ES (Saberes) e Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica dos Índios Wajãpi (Formas de Expressão) no dia 20 de dezembro de 2002. A capoeira, entendida a partir de suas possibilidades, foi compreendida em dois registros, o Ofício dos Mestres (Saberes) e a Roda de Capoeira (Formas de Expressão), respectivamente 14º e 15º bens registrados.

---

<sup>104</sup> Uma das ações da Unesco sobre a política de patrimonialização dos bens culturais incide sobre a escolha de patrimônios culturais da humanidade, ação iniciada a partir da Convenção da Unesco de 1972. A hegemonia dos bens registrados a partir da porcentagem colocada só passa a se alterar para uma dimensão mais “democrática” a partir de 2001, com a Declaração Universal da Diversidade Cultural da Unesco e a primeira lista de Obras Mestras do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade (PELEGRINI; FUNARI, 2008).

<sup>105</sup> Pela Constituição, os bens culturais seriam identificados em cinco categorias: “I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.” (BRASIL, 2007, p. 59).



Da solicitação inicial ao registro, compreende-se um período de mais de cinco anos. A partir dos dados obtidos, entende-se que a trajetória da capoeira tomou os seguintes delineamentos: inclusão na agenda ministerial na tentativa de valorizar a expressão cultural esquecida; reforço/solicitação da deputada Alice Portugal para o registro da capoeira; encaminhamento ao IPHAN, o qual deveria constituir uma comissão para realizar o inventário do bem; escolha da comissão por intermédio do Conselho Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNCFP), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN, e Laboratório de Pesquisas em Etnicidade e Desenvolvimento (Laced), da UFRJ; realização do inventário; encaminhamento do inventário para apreciação do IPHAN, por meio de seu conselho consultivo, e elaboração de pareceres; aprovação do registro.

Em trabalho realizado por Cid (2010), compreendem-se os bastidores para a formação da coordenação do inventário. Segundo o autor, por meio de depoimentos dos coordenadores do projeto, havia certa dificuldade em organizar a equipe para a realização da pesquisa do inventário. Depois de algumas tentativas, buscou-se um grupo de trabalho por pesquisadores que não se vinculassem ao mundo da capoeira, de forma a obter uma leitura mais isenta de determinadas concepções diante da multiplicidade da capoeira. Após discussões entre representantes dos órgãos responsáveis, foi estabelecido um grupo de trabalho que teria à frente Wallace de Deus Barbosa, professor universitário com experiência em pesquisa etnográfica sobre culturas tradicionais. Wallace não seria praticante nem pesquisador da capoeira, mas teria proximidade com o mestre de capoeira Carlão (Carlo Alexandre Teixeira) pelo meio acadêmico. Seu contato com o mestre auxiliara no convite de Antonio Lima, professor que fazia parte do Laced, laboratório de pesquisas que atua em colaboração com o IPHAN. Após a definição de Wallace, seria montada uma equipe de pesquisadores agora com maior inserção no mundo da capoeira.

Em termos institucionais, o processo do Inventário foi alocado no Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) do Museu Nacional-UFRJ, por meio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB-UFRJ). A coordenação do projeto também contou com a supervisão da Diretoria de Patrimônio Imaterial do Iphan, das Superintendências Regionais do Iphan da Bahia e de Pernambuco e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP). (IPHAN, 2007, p. 10).

O grupo de pesquisa se formaria de acordo com a metodologia empregada. Conforme relatado no dossiê, foram identificadas três cidades principais para o desenvolvimento da

capoeira: Rio de Janeiro, Salvador e Recife. A partir delas, foram organizados pesquisadores que auxiliariam na construção do inventário. A pesquisa seria realizada tendo em vista o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia de pesquisa formulada pelo IPHAN para produzir conhecimento sobre bens culturais. Com a utilização da metodologia a “pesquisa se concentrou em três eixos principais: 1) pesquisa historiográfica; 2) trabalho de campo; 3) abordagem de temas relacionados à capoeira, como a reflexão sobre o aprendizado e a descrição das rodas” (IPHAN, 2007, p. 8).

O inventário, que também resultaria na produção de um produto audiovisual, teria caráter propósito, apontaria as necessidades para salvaguardar o bem, além de indicar sobre qual condição deveria ser registrado. Reproduz-se as principais conclusões realizadas pelo dossiê:

Os principais pontos levantados nestes encontros foram: 1) a necessidade de aposentadoria especial para os velhos mestres de capoeira; 2) A importância dos mestres de capoeira como divulgadores da cultura brasileira no cenário internacional, o que torna necessário pensar alternativas para facilitar seu trânsito por outros países; 3) a necessidade de criar mecanismos que facilitarão o ensino da capoeira em espaços públicos; 4) o reconhecimento do ofício e do saber do mestre de capoeira, para que ele possa ensinar em escolas e universidades; 5) a criação de um Centro de Referências da Capoeira que centralizasse toda a produção acadêmica sobre a capoeira, realizada por estudiosos espalhados em diversas disciplinas; 6) um plano de manejo da biriba, madeira usada para confeccionar o berimbau e que pode ser extinta no correr dos anos.

Trata-se de um conjunto de encaminhamentos que baseou as “Recomendações do Plano de Salvaguarda da Capoeira”. Além disso, norteou a indicação de que seria necessário reconhecer como Patrimônio Cultural do Brasil o saber do mestre de capoeira, como ofício, e a roda de capoeira, como forma de expressão (idem, p. 10).

Toda a atividade do inventário, em termos institucionais seria alocada no Laced-UFRJ, por meio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB-UFRJ), com a supervisão do DPI, superintendências regionais do IPHAN e do CNCFP (IPHAN, 2007).



**Figura 7:** Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil

Fonte: Disponível em: <<http://bibliotecadacapoeira.blogspot.com.br/2011/02/dossie-da-capoeira-iphan.html>>.

A partir do documento produzido seguiram os trâmites burocráticos e formulação de documentos seguintes: Parecer nº 31/08 da Superintendência Regional do IPHAN-BA (07 de fevereiro de 2008); Parecer Técnico da Gerente de Registro do DPI (09 de abril de 2008); Parecer Jurídico da Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Procuradoria-Geral Federal (PGF) (12 de junho de 2008); publicação de aviso pelo IPHAN no Diário Oficial da União, a fim de garantir a publicidade do ato pretendido (13 de junho de 2008); Parecer favorável ao Registro pelo conselheiro consultivo do IPHAN, Arno Wheling, relator do processo e aprovação do Conselho Consultivo do IPHAN (15 de julho de 2008). Após a aprovação, de acordo com a solicitação do dossiê, o Registro do Ofício dos Mestres de

Capoeira no Livro dos Saberes e o Registro da Roda de Capoeira no Livro de Registro das Formas de Expressão seria realizado no dia 21 de outubro de 2008.

O dia 15 de julho de 2008 se tornou um dia de festa para a comunidade capoeirana. Milhares de capoeiras de todo o Brasil se reuniram na Praça Tomé de Souza, em Salvador, em frente ao Palácio Rio Branco, onde o Conselho Consultivo do IPHAN se reunira. A aprovação teve grande repercussão na imprensa nacional, sendo divulgada em inúmeros jornais impressos, portais de notícias e jornais televisivos. Também produzia grandes expectativas e questionamentos a partir do plano de salvaguarda sobre a possibilidade de execução das sugestões diante de promessas já recorrentes e a falta de consulta da comunidade capoeirana. Na matéria *Capoeira dá volta por cima*, realizada pelo jornal *Correio da Bahia*, do dia 14 de julho, republicada pelo portal do MinC no mesmo dia revela algumas insatisfações quanto à implementação das ações sugeridas:

Com a homologação, o Ministério da Cultura e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsáveis pelo registro, devem iniciar o processo de definição na Previdência Social. “Esta é uma ação emergencial, mas que não depende apenas do Iphan. Iremos começar o mais rápido possível o levantamento para identificar os antigos mestres em todo o país. Para a pesquisa que fundamentou o pedido de registro identificamos antigos mestres em Salvador, Recife e Rio de Janeiro”, afirmou a diretora de Patrimônio Imaterial do Iphan, Márcia Sant’Anna, que não pôde precisar o número de antigos mestres localizados em Salvador, pois não estava com o processo em mãos durante a entrevista.

Segundo Márcia, o plano especial de previdência será voltado para mestres acima de 60 anos, formados na tradição oral, e que tenham tido dificuldades de contribuir com a Previdência ao longo dos anos. O pesquisador Frede Abreu explica que apesar da fama da capoeira em todo o mundo – estima-se que esteja em mais de 150 países – antigos mestres estão à mingua. “Toda esta expansão foi possível ao custo de grande sacrifício. A capoeira não tinha condição de dar retorno àquela época e hoje traz dividendos culturais e também econômicos para a Bahia”, disse Abreu, que se mostrou descrente com a proposta do plano previdenciário.

“A ação envolve outras instâncias governamentais, e não sei quando será fechada a articulação. Só para o processo de registro da capoeira foram mais de cinco anos”, completou Abreu. Segundo ele, a mesma proposta foi feita também para os antigos do samba-de-roda do recôncavo que, depois de ter o registro em 2004, ainda esperam a aposentadoria. Mas o anúncio da possibilidade já foi motivo para que antigos mestres, como Gigante, ou melhor Francisco de Assis, 84 anos, fizesse planos. “Meu telhado está para cair, preciso desse auxílio. Sou homenageado, mas *no have money*”, brincou Gigante, com seu pouco mais de 1,57m.

Veteranos queriam opinar

Mas afinal quem são os velhos mestres? Para o historiador e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Carlos Eugênio Líbano Soares, esta é a questão. “Não há consenso. Em 2007, pelo Programa Capoeira Viva, foi paga uma bolsa para 20 grandes mestres apenas (por seis meses) mas não houve continuidade”, contou Soares.

Nomes que hoje são referência na capoeira alegaram que não foram consultados para a definição do plano de salvaguarda, que reúne uma série de recomendações para preservação da tradição cultural. Mestres como Curió, Boca Rica e Moraes afirmam que ficaram de fora das discussões, embora a representante do Iphan tenha dito que houve um trabalho compartilhado.

“Não fui consultado para contribuir com minha experiência. Não vejo com surpresa. Sou crítico e com condição de criticar. Mas receio que seja beneficiado apenas quem contribuiu para o projeto e não pelo verdadeiro legado”, lamentou Pedro Moraes Trindade, 58 anos, o mestre Moraes (CORREIO DA BAHIA apud MINC, 2008).

Conforme salienta o IPHAN (2010), o processo de preservação de um patrimônio cultural imaterial segue algumas orientações para a construção de sua salvaguarda. Os instrumentos são organizados basicamente em três etapas: mapeamento e inventários de referências culturais; o Registro, conforme formalizado no Decreto nº 3.551/2000; e planos e ações de salvaguarda. A última etapa referida tem fundamental importância, pois se efetiva em ações que garantam condições para produção e reprodução do bem registrado. Tem natureza mais complexa comparando com os bens culturais materiais pelas singularidades e dinâmicas de cada bem registrado.

Parte-se do pressuposto de que cada bem cultural imaterial registrado terá um Plano de Salvaguarda específico, adequado às suas particularidades e necessidades. Um Plano de Salvaguarda geralmente envolve ações tais como: a) apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural; b) promoção e divulgação do bem cultural; c) valorização de mestres e executantes; d) melhoria das condições de produção, reprodução e circulação; e) organização dos detentores e de atividades comunitárias (IPHAN, 2010, p. 24).

O plano de salvaguarda remete a uma interlocução maior entre Estado e sociedade, uma vez que a perpetuação de um bem cultural depende das políticas governamentais e, sobretudo, aos sujeitos que produzem determinada manifestação. Não obstante, compreende-se o momento em que transparecem maiores tensões sobre os desejos dos sujeitos (podendo se manifestar de maneira individual e coletiva) e as decisões do Estado, permeada por interesses políticos, disponibilidade orçamentária, entre outros. A partir do Registro da capoeira, já é mais evidente a desconfiança dos capoeiras quanto às sugestões de salvaguarda e a sua efetivação, como demonstra a matéria citada.

É válido mencionar a especificidade da capoeira quanto sua salvaguarda. Diferente de todos os outros bens registrados, que revelam a singularidade e a diversidade das

manifestações culturais a partir de lugares específicos e a identificação dos estados federativos onde se inserem as práticas, a capoeira foi o único bem imaterial de caráter nacional, fato que contribui para maior dificuldade de debate em torno de milhões de praticantes com compreensão e prática das mais diversas.

O Registro da capoeira, almejado desde o início da gestão Gil seria alcançado, contudo compreende-se que a sequência de ações seria de fundamental importância para demonstrar o real compromisso do Estado com a capoeira. Caberia aguardar qual a postura da gestão e o interesse que se efetivaria com a elaboração do plano de salvaguarda.

#### **4.1.5 Responsabilidade definida: agora é com o IPHAN**

Antes do término do ano de 2008, a capoeira ainda seria mencionada em ações do MinC como área a ser contemplada no Programa Petrobras Cultural, que nesta edição destinaria 28 milhões de reais para a cultura e no campo legislativo a tramitação na Câmara dos Deputados do PL 7.150/02, que trata da regulamentação da profissão; aprovado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça, em dezembro, o projeto seria remetido para análise no Senado. O movimentado ano de 2008 deixara claro aos afetados pelas ações do MinC para a capoeira que muito estaria por ser feito. O ano de 2008 parece ter demarcado a esfera responsável em formular ações para a capoeira. Se antes, de maneira inédita, a capoeira seria colocada em pauta a partir dos anseios de uma pasta ministerial, agora ela se localizaria aos cuidados do IPHAN, órgão com a competência devida para formular políticas sobre o patrimônio cultural imaterial.

Antes da delegação ao IPHAN, uma primeira medida pós-Registro, na qual, pela última vez, estaria à frente o Ministro Juca Ferreira, seria o lançamento do selo comemorativo editado pelos Correios “Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira” em alusão ao seu registro como patrimônio cultural imaterial. O lançamento seria feito no dia 25 de maio, Dia da África,<sup>106</sup> e faria parte de um evento maior; além da comemoração do Dia da África, a ocasião se destinou ao lançamento da participação do Brasil (país convidado de honra) do III Festival Mundial das Artes Negras<sup>107</sup> a ser realizado em Dacar, Senegal, do dia 1º a 14 de

---

<sup>106</sup> Data definida a partir da fundação da Organização da Unidade Africana em 1963 por iniciativa do Imperador da Etiópia Haile Selassie. A entidade criada com a intenção de criar mecanismos de solidariedade e cooperação entre os países africanos em consonância com os princípios definidos pela ONU. Teve adesão inicial de 32 países.

<sup>107</sup> Festival destinado a valorização e divulgação da cultura negra foi realizado pela primeira vez em 1966 (contou com a presença de mestre Pastinha) no Senegal, pela segunda vez em 1977 na Nigéria, e uma terceira novamente no Senegal. A 3ª edição seria no entanto adiada para o final do ano de 2010.

novembro de 2009, e também a entrega de prédio histórico à Universidade Federal do Recôncavo Baiano (SALDANHA, 2009). O evento seria realizado no Teatro Castro Alves, em Salvador, e contaria com a presença do Presidente do Senegal Abdoulaye Wade, do Presidente Lula, do Governador da Bahia Jaques Wagner, entre outras autoridades.



**Figura 8:** Selo comemorativo “Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira”

Fonte: Disponível em: <[http://www.correios.com.br/selos/selos\\_postais/selos\\_2009/selos2009\\_12.cfm](http://www.correios.com.br/selos/selos_postais/selos_2009/selos2009_12.cfm)>.

O selo, representação de uma obra de Carybé, artista plástico argentino com talvez o maior acervo de representação plásticas da capoeira, teve tiragem de 10 milhões e 200 mil selos ao preço de R\$ 0,65.

Dois meses depois do evento, tem-se definido o novo desenho das formulações para as políticas para a capoeira. Edita-se criação do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC), grupo que seria responsável por viabilizar a elaboração do programa de salvaguarda da capoeira por meio da organização de encontros, debates com a sociedade civil para a validação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pronsic).

O GTPC seria formalizado pela publicação pelo Diário Oficial da União do dia 28 de julho, pela Portaria Ministerial nº 48, do ano de 2009. A Portaria estabeleceria a composição contando com Luiz Fernando Almeida, presidente do IPHAN; Edvaldo Mendes Araújo, presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP – MinC); Américo José Córdula Teixeira, secretário da Identidade e Diversidade Cultural (SID – MinC); José Luiz Herência, secretário de Políticas Culturais (SPC – MinC). A portaria ainda previa a possibilidade de convocação de técnicos do MinC e de instituições vinculadas e especialistas do campo da capoeira para

participar das reuniões e prestar consultoria ao GTPC. O prazo para encerrar os trabalhos do grupo seria de um ano, podendo ser prorrogado por mais três meses mediante justificativa.

Dada a competência ao grupo criado e o tempo estipulado para a existência do grupo, compreende-se que a gestão do MinC, que se encerraria no ano seguinte (situação que só se definiria após o resultado eleitoral e, no caso da vitória da situação, saber se o novo presidente manteria a equipe do Ministério) tinha a intenção de solucionar suas pendências institucionais com a capoeira, colocadas num horizonte próximo. O grupo de trabalho até o fim de 2009 não teria realizado nenhuma atividade externa, restando o ano de 2010 para ser verificada a relevância para seu devenir.

A coordenação do GTPC ficaria a cargo do IPHAN. A composição mobilizara setores distintos do Ministério, de modo a produzir um comprometimento intraministerial com a capoeira. No bojo da ampliação do debate com mais esferas institucionais se apropriando do tema, compreende-se a realização do Encontro de Mestres, realizado pela Fundação Cultural Palmares, no 21º aniversário da Fundação. A FCP, criada em 1988, sobre o reflexo de ascensão dos movimentos sociais e, sobretudo, do movimento negro é um órgão vinculado ao Ministério da Cultura que tem como função promover e preservar a cultura brasileira. “Fruto do movimento negro brasileiro, a Fundação Cultural Palmares foi o primeiro órgão federal criado para promover a preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra” (FCP, 2010). Ao longo dos anos, a Fundação vem buscando, em seus aniversários, promover eventos que publicizam suas ações, celebram a cultura negra, homenageiam personalidades que divulgam a cultura negra e afro-brasileira e lutam contra a discriminação racial, bem como promovem espaço de discussão que auxiliem na elaboração de políticas públicas na sua área de atuação.

Na programação do aniversário, foi realizado um encontro de mestres de capoeira no dia 20 de agosto. Em material da FCP relativo à programação não há uma explicação sobre os motivos do encontro. Contudo, em matéria publicada pelo portal virtual da FCP do dia 11 de agosto de 2009, é apresentada uma justificativa da inclusão da capoeira no evento:

Luta, dança, brincadeira, arte. Na festa de exaltação da cultura afro-brasileira, com certeza não poderia faltar a maior e mais popular manifestação cultural descendente dos escravos: a Capoeira.

No aniversário de 21 anos da Fundação Cultural Palmares (FCP) a capoeira terá um dia de destaque na programação.

Já pela manhã do dia 20, às 9h, acontece no auditório da FCP o encontro de mestres de capoeira. Logo mais à noite, às 18h, o grande encontro vai virar uma imensa roda de capoeiristas. Os mestres irão se juntar a um grupo alagoano especialmente convidado para se apresentar em Brasília, a Escola



de Capoeira Pôr do Sol dos Palmares, fundada por mestre Cláudio, reconhecido capoeirista em Alagoas, que desenvolve importantes atividades na formação de crianças e jovens estudantes de escolas públicas.

[...]

Ano passado, a capoeira foi reconhecida e tombada pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial. Ela é hoje um dos esportes mais praticados no mundo, sendo, no Brasil, implementada em quase todas as instituições de ensino público como atividade de educação física. O registro de patrimônio imaterial também valoriza o ofício dos mestres nesse saber que mistura luta, música e dança. Responsáveis pela divulgação dessa atividade em mais de 150 países, os mestres tiveram, finalmente, sua habilidade de ensino reconhecida (BENNET, 2009).

Não foi possível saber quais mestres foram convidados e os critérios do convite. Sabe-se que vieram mestres de várias partes do país, financiados pela Fundação. No entanto, foi possível ter acesso ao documento produzido no encontro, onde os mestres deliberam uma agenda reivindicatória:

### **"Capoeira: 300 anos: Da Escravidão à Profissão"**

A Capoeira surgida das lutas dos escravos na busca de sua libertação completa quase três séculos de existência. Este instrumento de luta contra a opressão dos senhores de escravos foi ao longo de sua história perseguida, criminalizada, discriminada e relegada, assim como a maior parte das atividades culturais que tiveram origem no negro escravo. A perseguição continuou na República que a tornou crime, mas tarde os Capoeiristas sensibilizaram Getúlio Vargas que a resgatou como um símbolo nacional e único esporte até então nascido no país. Quando virou moda desacreditar todo o feito do período getulista no Brasil, a Capoeira foi novamente relegada pelo poder público. A ditadura militar tornou-a parte de uma Confederação Brasileira de Boxe. Mas a luta continuou!! Ela além das ruas, onde popularizou-se, ganhou academias, setores médios, chegou a Universidade e hoje é Patrimônio Imaterial Cultural de nosso povo, praticada em cerca de 152 países é reconhecida internacionalmente como arte/luta brasileira. Cantada em versos, contada em livros e apresentada em filmes, ganhou e ganha adeptos a todo o momento.

Ela venceu a luta contra a ingerência, indevida, do sistema CREF/CONFED e caminha intrépida por entre as ações públicas e governamentais.

Neste sentido nós Capoeirista reunidos no Encontro de Mestres promovidos pela Fundação Palmares, por ocasião do seu 21º aniversário, após intenso profícuo debate resolvemos o seguinte:

a) Apoiar, participar, contribuir, envolver-se inclusive na concepção, dos encontros regionais que serão realizados pelo Ministério da Cultura, através do Iphan, entendendo-os como fase preparatória do Encontro Nacional ou Congresso a ser realizado em 2010 na Capital Federal;

Envidar esforços para que estes encontros sejam partilhados do ponto de vista do Poder Público com os Ministérios da Educação, Trabalho, Esporte, Previdência e Cultura;

Realizar um cadastramento imediato dos Mestres antigos com o objetivo de dar-lhes condições de vida compatíveis com suas contribuições ao desenvolvimento desta importante manifestação cultural brasileira;

Apoiar o PL 031/09 em tramitação no Senado, onde apresentaremos inclusive um substitutivo melhorando a sua redação de acordo com a nossa necessidade;

Lutar para que a Lei 10.639/03 contemple a prática e o ensino da Capoeira nas escolas

Estas resoluções partem da constatação unânime que sob o governo do Presidente Lula obtivemos conquistas importantes. Mas estas ainda são insuficientes para resgatar o legado de nossa participação na formação da nação brasileira.

Nós queremos a profissão reconhecida, queremos Capoeira na escola!!!!

Queremos acima tudo que a Capoeira tenha um lugar que merece no cenário nacional compondo políticas públicas do estado brasileiro para que possamos utilizar plenamente o seu potencial enquanto instrumento de inclusão Social.

Por esta razão vimos a público dizer que seguiremos lutando para conquistar as condições necessárias para o desenvolvimento e fortalecimento da Capoeira.

Brasília, 20 de agosto de 2009.

O evento, talvez sem a pretensão arremetida, acabara por se tornar um ato político e reivindicatório, com pautas em consonância com as recomendações de salvaguarda do dossiê, sendo o primeiro evento institucional desde a primeira ação do agendamento com essa natureza, onde a sociedade seria ouvida em um espaço institucional sobre seus anseios.

#### **4.1.6 IPHAN e GTPC: mãos à obra**

Logo no início do ano de 2010, o GTPC realiza, por meio de uma página na internet, o Cadastro Nacional da Capoeira, com o intento de construir uma base de dados sobre os sujeitos da capoeira. Em notícia do dia 27 de janeiro de 2010 do portal do MinC, definem-se os intentos do cadastro:

O cadastro tem caráter preliminar, com o objetivo de mapear o universo da capoeira, identificando mestres, professores, instrutores, grupos, pesquisadores, instituições de pesquisa e entidades que agregam grupos de capoeira. Esta é uma iniciativa do Grupo de Trabalho Pró-Capoeira-GTPC, formado pelo Iphan, Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural,

Secretaria de Políticas Culturais e Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. Atualmente o GTPC está estruturando as bases do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira), com o propósito de, em 2010, implementar uma base de dados pública que será construída a partir desse cadastro, além de lançar editais de apoio à capoeira e realizar encontros em todo o Brasil. A finalidade dos encontros é formular, de modo participativo, uma ampla e abrangente política pública voltada para salvaguarda da capoeira. Sua proposta contribuirá para a definição das linhas de ação e dos critérios de prioridade desta política (MINC, 2010, p. 1).

O Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira) já previa, como menciona a notícia, a realização de encontros prováveis com a comunidade da capoeira para formular a política de salvaguarda. No dia 1º de março, seria divulgado (portal do MinC) o edital para selecionar uma Oscip responsável e também a entidade selecionada. O edital atribuía à Oscip a função de apoio a “Fase I” do Pró-Capoeira. Conforme o edital, seriam seis tarefas:

- a) Análise e sistematização dos dados existentes sobre grupos e praticantes de capoeira nos arquivos do Prêmio Capoeira Viva e do Programa Cultura Viva, bem como os resultantes do mapeamento preliminar realizado pelo Iphan com vistas a subsidiar a definição dos participantes e a organização dos encontros regionais.
- b) Mobilização e contratação de consultores especializados em capoeira para apoio ao Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 48/MinC, de 22 de julho de 2009.
- c) Produção de material para divulgação dos Encontros Regionais e distribuição junto ao campo da capoeira e aos meios de comunicação.
- d) Organização, divulgação e realização de 03 (três) encontros regionais
- e) Elaboração e alimentação da página WEB do Pró-Capoeira.
- f) Elaboração do sistema informatizado para implantação do Cadastro Nacional da Capoeira (CNC) (MinC, 2010, p. 1).

As funções, de certa forma, buscavam articular demandas novas às já realizadas, bem como aproveitar o cadastro produzido pelo projeto Capoeira Viva. A respeito dos encontros para o levantamento das demandas dos (as) capoeiras, seriam realizados três, sendo o público definido por dez consultores contratados (dois de cada região política do país) para a identificação do público representativo para o evento. Com relação à dotação dos recursos, advinha do programa de rubrica específica do MinC no Orçamento Público Monumenta (2009), no total estipulado de R\$ 1.599.284,91. A instituição vencedora foi a Intercult BSB.

No mês de julho, são divulgadas notícias referentes à contratação dos consultores. Em 30 de agosto, o MinC divulga as datas e os locais dos encontros a serem realizados em

setembro e outubro. Em Recife (Encontro da Região Nordeste), o encontro seria realizado nos dias 8, 9 e 10 de setembro; em Brasília (Encontro das regiões Norte e Centro-Oeste), nos dias 28, 29 e 30 de setembro; no Rio de Janeiro (Encontro das regiões Sul e Sudeste), nos dias 27, 28 e 29 de outubro (MinC 2010).

A grade do encontro se organizava basicamente em três espaços: uma mesa institucional (abertura), uma mesa técnica (políticas públicas realizadas para a capoeira) e, ocupando o maior espaço nos encontros, a discussão em grupos de trabalho (levantamento das demandas dos [as] capoeiras). Os GTs se dividiram em cinco grande áreas: Capoeira e Educação; Capoeira e Políticas de Desenvolvimento Sustentável; Capoeira e Políticas de Fomento; Capoeira, Identidades e Diversidade; Capoeira, Profissionalização, Organização Social e Internacionalização.

Os três encontros ocorreram, embora o Encontro de Brasília fosse adiado por “problemas administrativos, logísticos e operacionais” (SANT’ANNA, 2010) para os dias 3, 4 e 5 de novembro. O resultados dos três encontros foram divulgados publicamente em notícia do portal do IPHAN em maio de 2012. Com o formato de um encontro não deliberativo, mas a fim de realizar um levantamento, os diferentes GTs produziram proposições diferentes devido à especificidade de cada GT, mas também considerações politicamente divergentes.



**ENCONTROS PRÓ-CAPOEIRA**  
Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira

**Convite**

O Grupo de Trabalho Pró-Capoeira – GTPC, criado pelo Ministro da Cultura com a finalidade de estruturar as bases do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró - Capoeira), convida para os

**ENCONTROS PRÓ-CAPOEIRA**  
Recife de 8 a 10 de setembro  
Hotel Jangadeiro  
Av. Boa Viagem, 3114 - Boa Viagem - Recife/PE  
Telefone: 81 3086-5050 / 3465-3544

O GTPC é formado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - SID/MinC, Secretaria de Políticas Culturais - SPC/MinC, Fundação Cultural Palmares e coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.  
Para mais informações consulte o site [www.encontrosprocapoeira.org.br](http://www.encontrosprocapoeira.org.br)

PROGRAMA PRÓ-CAPOEIRA

Ministério do Esporte, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, IPHAN, Ministério da Cultura

**Figura 9:** Convite Encontros Pró-Capoeira

Fonte: Ascom – DPI-IPHAN.

Em meio aos encontros, é lançada a última ação da gestão Gil/Juca Ferreira. No dia 25 de outubro de 2010, é lançado o edital de premiação Prêmio Viva Meu Mestre. A fim de reconhecer o saber e a trajetória dos mestres antigos, o edital destinava uma premiação financeira de R\$ 15 mil reais (com a dedução e o recolhimento na fonte referente ao imposto de Renda, a premiação reduzira para R\$ 10,8 mil) para mestre e mestras com idade acima de 55 anos. As inscrições poderiam ser feitas do dia 29 de outubro a 17 de novembro (prazo posteriormente estendido para 12 de dezembro). Os critérios de classificação baseavam em uma pontuação de valor máximo de 50 pontos, distribuídas nos seguintes critérios:

- a) Tempo de reconhecimento como mestre na capoeira – 0 a 10 pontos; [...]
- b) Situação de vulnerabilidade socioeconômica do (a) mestre – 0 a 20 pontos; [...]
- c) Contribuição sociocultural da atuação do mestre na(s) comunidade(s) em que viveu e atuou – 0 a 10 pontos; [...]
- d) Contribuição da atuação do mestre para a manutenção de atividades, grupos, ou instituições vinculadas à prática ou à preservação da memória da Capoeira – 0 a 10 pontos (IPHAN, 2010).

Nota-se o peso que a dimensão da vulnerabilidade econômica recai sobre a pontuação. A iniciativa parece visar, em uma perspectiva mais imediata, amenizar a condição de pobreza que assola muitos mestres, como seria fato comum na história recente da capoeira. Conforme notícia divulgada no portal do IPHAN após o resultado final, a intenção da premiação

[...] surgiu para atender, em caráter de urgência, uma das principais demandas levantadas pelos mestres de capoeira durante a instrução de registro de mestre e da roda de capoeira e na “Carta Brasília” de 20 de agosto de 2009, elaborada no Encontro de Mestres de Capoeira promovido pela Fundação Palmares na ocasião do seu 21º aniversário. Trata-se de um primeiro passo nesse apoio emergencial aos mestres de capoeira que desempenham ou desempenharam papel fundamental em suas comunidades e que hoje se encontram em idade avançada e em situação de vulnerabilidade socioeconômica (IPHAN, 2011).

Seriam contempladas as 100 candidaturas com maior pontuação. A avaliação seria realizada por equipe composta por membros do MinC, FCP, IPHAN, capoeiristas com reconhecimento prático na capoeira, convidados com reconhecimento acadêmico na capoeira. A premiação contemplou vários mestres renomados no mundo capoeirano, por assim dizer: mestres Zulu, Brasília, Ananias, Arthur Emídio, Sabu, Bola Sete, Nestor Capoeira, Boca Rica, Peixinho, Curió, Lua Rasta, entre outros. A divulgação ocorreria no dia 6 de abril de 2011,

sendo o resultado definitivo dia 25 de agosto, já findada a gestão do presidente Lula e iniciada a da presidenta Dilma Roussef e a ministra Ana de Holanda. Até a entrega do prêmio, três mestres teriam falecido: mestre Peixinho, mestre Arthur Emídio, mestre Bigodinho, sendo a premiação entregue postumamente à família dos mestres.

Como último ato do Ministro, a fim de dar continuidade às ações, tendo o GTPC sua existência expirada, prorroga por mais 12 meses a sua atuação por meio da Portaria nº 121 de 10 de dezembro de 2010. O último ano da gestão do MinC no governo do presidente Lula tivera uma razoável atenção com a capoeira. O GTPC teria viabilizado ações variadas de sua incumbência. No entanto, apontava-se que a política de salvaguarda teria parado “no meio do caminho” sem ter conseguido realizar algumas tarefas projetadas para a capoeira no início da gestão de Gilberto Gil e a partir do registro como patrimônio imaterial. Se a vontade política teria pesado significativamente para o agendamento público da capoeira, essa mesma vontade, ou sua falta, poderia resultar no efeito contrário da próxima gestão; não obstante, a partir do começo do ano de 2012 novas ações foram divulgadas. Em fevereiro, o IPHAN divulgou notícia acerca da “Campanha de apoio à Candidatura da Roda de Capoeira à Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade” tendo como finalidade a inclusão da Roda de Capoeira entre os bens imateriais listados pela Unesco em reunião a ser realizada em 2013. Ainda em maio foi divulgada a descentralização das ações de salvaguarda do patrimônio imaterial, ficando a cargo da Fundação Cultural Palmares a discussão acerca da capoeira. A notícia informa que a coordenação do GTPC seria transferida para a Fundação. No dia 19 de setembro, em Brasília, foi realizada a primeira reunião da FCP buscando debater o processo da salvaguarda, discutindo o tema da regulamentação da profissão.

Passada a tentativa mais descritiva acerca das ações do MinC relativas ao agendamento público da capoeira, compreende-se a necessidade de investigar suas dimensões mais conjunturais que refletem as dimensões entre Estado, política social, cultura, sociedade civil, que possam se inserir num quadro de múltiplas determinações do objeto.

## CAPÍTULO 5 – AVANÇOS NOS LIMITES, LIMITES NOS AVANÇOS

*Quando surge um tempo de esperança  
 Não vá pensar, não vá pensar  
 Que ao virar a esquina haverá  
 mudança (...)  
 (Natiruts)  
 A capoeira de nada precisa. Quem  
 precisa sou eu.  
 (Mestre Pastinha)*

Buscou-se, ao longo deste trabalho, estabelecer referências para endossar a análise acerca do agendamento público da capoeira. Atentou-se quanto à relação entre a capoeira e as políticas sociais, passando pela compreensão das conformações das políticas sociais, os direitos culturais como campo dos direitos sociais que são garantidos por meio das políticas sociais, as políticas culturais como campo das políticas sociais e a capoeira como uma expressão dos direitos culturais. Não se deixou de isentar de um norte teórico, no qual se compreende o tenso campo das políticas sociais como ações que devem se voltar aos interesses das necessidades humanas, dimensão entendida como oposta aos interesses do capital.

Observaram-se as dimensões sócio-históricas da capoeira, as interferências do Estado nessa construção e sua condição contemporânea. Passou-se pelos marcos da ascensão do governo PT/aliados e a pasta da cultura por onde foi possível encampar o agendamento público da capoeira. Na sequência, atentou-se a todas as ações realizadas para a capoeira no âmbito do MinC. Busca-se agora maior reflexão na análise dos documentos coletados, além da aplicação dos questionários que envolvia três esferas: gestão (um questionário – G1), os participantes (quatro questionários P1, P2, P3, P4) e a sociedade civil (dois questionários – E1, E2).

Compreende-se em premissas iniciais que as ações do Estado para a capoeira passaram por um momento singular, no qual “nunca na história desse país” foi dada atenção estratégica com diversas atividades e por um período “longo” de duas gestões governamentais. Os caminhos dessa atenção se iniciaram com a chegada de Gilberto Gil ao Ministério, que no compasso do governo Lula busca absorver demandas dos movimentos sociais, de setores da sociedade e sujeitos esquecidos pelo Estado.

Embora o agendamento não apresente o caráter de um ciclo fechado, mas iniciado, almeja-se analisá-lo observando os oito anos de gestão, seus avanços e limites em tempos de neoliberalismo, tendo como base a elaboração de políticas sociais voltadas para o atendimento das necessidades humanas, buscando-se orientar a análise a partir de Boschetti (2009).

Compreende-se que a capoeira apareça como foco das ações do Estado como uma expressão dos direitos sociais, que transita do âmbito da democratização do acesso às práticas culturais a atenção dada a seus produtores a fim de prover condições necessárias de exercerem sua prática. Convém analisar dentro do agendamento como têm sido trabalhada essas questões.

### **5.1 Capoeira e capoeiras: portadores de direitos?**

O governo PT/aliados, com Lula na presidência, seria marcado no que se refere à gestão pela inclusão de diversas pautas dos Movimentos Sociais (MS). Baseada nas experiências anteriores da administração petista em municípios e estados, a atenção às pautas dos MS faz parte dos debates interno do partido, que desde seu surgimento revelava sua inserção no movimento sindical, no movimento estudantil, no movimento negro, no movimento feminista, entre outros.

Em uma dimensão imbricada, a pauta dos MS trazem as dos setores menos favorecidos e esquecidos pelas políticas sociais. A gestão federal no campo da cultura exemplifica bem essa dimensão a partir de seu principal programa para a pasta: Cultura Viva.<sup>108</sup> Por meio desse programa, buscou-se produzir um contraponto ao financiamento tradicional da cultura voltada para o que se conheceu como cultura erudita e os grandes ícones da “economia criativa”. O reconhecimento de grupos ligados à produção cultural, sobretudo à cultura popular, seria um dos objetivos e trunfos da pasta ministerial.

A gestão procurou dar legitimidade a partir dos canais de diálogo com a sociedade civil, partindo de duas Conferências Nacionais de Cultura realizadas, além da criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) pelo Decreto nº 5.520/2005, que tem em sua composição representantes do poder público, do setor produtivo, representantes do conhecimento científico, associações ligadas ao campo da cultura, entre outros.

A gestão de Gil e sua equipe buscava ampliar as dimensões das políticas culturais.<sup>109</sup> Nessa perspectiva, reaparece a capoeira, expressão cultural que não deveria ser invisível ao

---

<sup>108</sup> Conforme consta na Portaria nº 82/05, que dá nova redação à Portaria nº 156/04, que criou o Capoeira Viva: “Art. 3º O Programa CULTURA VIVA se destina à população de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais, quilombolas e gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural.” (BRASIL, 2005, p. 14).

<sup>109</sup> Segundo G1: “A partir da gestão Gilberto Gil, no governo Lula, o Ministério é simbolicamente recriado, tornando-se enfim, de fato, um órgão público formulador e gestor de políticas públicas. A política cultural deixa de ser pautada pela prática de atendimento pontual – o balcão – e pela concepção de Estado mínimo.”.



Ministro por ser um filho de Salvador e ter vivido a realidade da cidade a qual a capoeira certamente seria um dos componentes mais notados, exteriorizando-a em algumas de suas músicas e interpretações.<sup>110</sup>

As normatizações referentes à implementação da capoeira como partícipe da agenda cultural se colocam em patamares mais genéricos alicerçados pela Constituição Federal em seus arts. 215 e 216 (garantia ao exercício dos direitos culturais, proteção às manifestações culturais, constituição do patrimônio cultural e imaterial brasileiro); os decretos nº 3.551/00 e 6.226/07 (formaliza a gestão 2007-2010 do MinC), que estabelecem a política de registro de patrimônio cultural; as portarias nº 156/04 e 82/05, que regulamentam o programa Cultura Viva, o qual os editais de fomento da capoeira são tributários e Portaria nº 48/09, que cria o GTPC responsável por encaminhar a política de Salvaguarda da capoeira; e os pareceres realizados pelo IPHAN para o registro de patrimônio cultural.

Durante o período específico, nenhuma norma maior referindo-se à capoeira de maneira mais específica teria sido aprovada. Vale, contudo, lembrar a ação do deputado federal Márcio Marinho (PRB-BA), que buscou encampar a luta dos capoeiras por meio do PL nº 7150/02 (elaborado pelo deputado Arnaldo de Sá – PTB/SP), atualmente no Senado como PLC nº 31/09. O PL, com quatro artigos, visa garantir a regulamentação dos capoeiristas e a filiação dos mestres de capoeira à Confederação Brasileira de Capoeira.<sup>111</sup>

Durante o período, verifica-se que, no âmbito legal, a capoeira obteve pouca densidade, refletindo uma conjuntura instável para a realização de políticas para o setor. Nessa perspectiva, sem marcos regulatórios, o Estado ganha autonomia em realizar ou não alguma ação para a capoeira. O registro do patrimônio cultural parecia sinalizar, no entanto, outra dimensão, pois traz à tona a responsabilidade da salvaguarda do bem.

Dentro da esfera normativa federal, nota-se no Legislativo o esforço do deputado Márcio Marinho, que inclusive criara a Frente Parlamentar da Capoeira em 2010. A ação não deixa de demonstrar a instabilidade do campo e as apropriações diversas que são feitas pela capoeira. As iniciativas do deputado não encontram a capilaridade desejada no meio

---

<sup>110</sup> G1 concorda que a capoeira seria uma das manifestações culturais com maior atenção no Ministério considerando o peso da origem de seus principais gestões “[...] primeiramente, pela especificidade da capoeira: expressão originalmente brasileira, capacidade de inserção e inclusão sócio-cultural de seus mestres e praticantes, possibilidade de exportação do bem simbólico como “cara” de um Brasil plural, de seus costumes, dança, música e língua portuguesa, pela mistura étnica e simbólica que representa. Importante, também realçar a marca da ‘baianidade’ que conecta a capoeira com a origem dos dois ministros durante o governo Lula, Gil e Juca.”

<sup>111</sup> “A **Confederação Brasileira de Capoeira** é entidade nacional de administração desportiva. Foi fundada em 23 de outubro de 1992, e é hoje a única a ser reconhecida pelo **Comitê Olímpico Brasileiro (COB)**. Filia-se à recém-criada **Federação Internacional de Capoeira (FICA)**.”. Disponível em: <<http://www.capoeiradobrasil.com.br/confederacao.htm>>.

capoeirano uma vez que o PL nº 7.150/02 não produz consenso quando remete à regulamentação da profissão de capoeira, tema que surge como um dos reflexos da Lei nº 9.696/98, que institui os Conselhos Federais e Regionais de Educação Física, em que a reserva de mercado proporcionada pela lei promove uma “responsabilização” do Conselho com as demais esferas da atividade física paralelas à formação superior em Educação Física (COSTA, 2007). A submissão em que se encontravam os capoeiras promovem ações diversas, e o PL é uma delas, porém com a mesma lógica corporativa acompanhada da vinculação dos capoeiras à Confederação Brasileira de Capoeira.

Acaba por revelar práticas próximas da cultura política clientelista, quando da aproximação de uma pauta no intuito de tutorear as demandas, representar a comunidade capoeirana, sem amadurecer espaços de discussão e expor as contradições presentes no mundo capoeirano. A Frente Parlamentar, que seria relançada em fevereiro de 2011, seria composta por cinco membros<sup>112</sup>, sendo um do PTB, o deputado Arnaldo Sá, autor do PL nº 7.150/02, e quatro do PRB.<sup>113</sup> As discussões da frente, embora próximas às ações do MinC, não aparentam canais de interlocução, haja vista os empenhos realizados já no final da legislatura e da gestão Lula.

Voltando aos parâmetros norteadores do agendamento da capoeira, identifica-se o discurso do Ministro Gilberto Gil na homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello, o principal sinalizador do agendamento público da capoeira. No discurso, foram feitas as objeções, as quais já explicitadas: 1º: reunião com os capoeiristas para saber suas demandas; 2º: construção de um calendário anual, nacional e internacional para a capoeira; 3º: criação de um centro de referência em Salvador; 4º: implementação de um programa de capoeiras em

---

<sup>112</sup> A frente parlamentar tem uma relação dinâmica, em que sua composição se altera conforme os interesses dos parlamentares. Evidentemente, a composição demonstra o baixíssimo interesse por parte do Congresso Nacional com relação ao tema. Como curiosidade, a frente parlamentar da agropecuária, conhecida popularmente como a bancada ruralista, voltada à defesa dos interesses do agronegócio, tem em sua composição 268 membros entre deputados e senadores (aproximadamente 45% dos parlamentares) e conta, inclusive, com a presença dos deputados da frente da capoeira Arnaldo Sá e Márcio Marinho. (Disponível em: <<http://www.fpagropecuaria.com.br/composicao>>).

<sup>113</sup> Fundado em 2003 com o nome de Partido Municipalista Renovador, o Partido Republicano Brasileiro, que tem divulgado em sua página na internet o objetivo de “um projeto de sociedade para o Brasil baseado nos princípios republicanos da liberdade individual e de associação para fins pacíficos, da promoção do Estado do bem-estar social com base no desenvolvimento socioeconômico autossustentado segundo as potencialidades do País [...]” (<[www.prb.org.br](http://www.prb.org.br)>) é um partido que abarcou parcela dos políticos do extinto Partido Liberal (que teria se desestruturado após o escândalo do mensalão e o envolvimento de vários parlamentares ligados à legenda). Os parlamentares do PRB são vinculados à bancada evangélica e, de maneira mais precisa, à igreja neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que é tributária da “teologia da prosperidade”, pensamento que associa a fé com o desfrute do bem-estar econômico em consonância com os ditames liberais. Não obstante, o partido tem ligações próximas com uma das maiores empresas de comunicação do Brasil, a Rede Record (que tem como proprietário o bispo da IURD, Edir Macedo), em que vários de seus parlamentares executaram ou executam atividades na empresa. O presidente atual do PRB, Marcos Pereira, foi executivo da empresa, além de ser membro da IURD.

escolas de todo o Brasil; 5º: proposição de uma previdência para artistas que incluiriam os capoeiristas; 6º: apoio diplomático aos capoeiras que vivem no exterior; 7º: reconhecimento do notório saber dos mestres; e 8º: lançamento de editais de fomento.

Não obstante, é produzida uma concepção de capoeira que foi o mote para a homenagem ao diplomata. Fora apresentado uma realidade de dificuldades históricas e de luta pela sobrevivência dos capoeiras e negação do Estado e a busca de reversão desse quadro. Mais importante teria sido a utilização da capoeira como a metáfora e a prática da produção da paz no mundo, do encontro dos povos, aceitação das diferenças. Embora não negando essa dimensão, compreende-se que ela atua em dimensão menos abrangente a partir das experiências cotidianas, a partir das relações professor-aluno, intragrupos e intergrupos, e dos laços de amizade produzidos no mundo capoeirano. Contudo, quando o espectro se amplia, nota-se que as divergências se acirram e vão do âmbito pessoal ao político. Entende-se que as divisões (políticas) no campo da capoeira devem ser compreendidas como um processo que auxilia como espaço de luta política, inserindo na disputa da hegemonia da sociedade. Não se pode compreender que no universo de milhões de sujeitos das mais variadas inserções de identidade, de classe, haverá um posicionamento consensual. Tratar a capoeira nessa perspectiva acaba por favorecer uma compreensão romântica da capoeira, além de favorecer a gestão, pouco atenta em elaborar ações que visem um recorte de classe.

Compreende-se, ainda que de maneira incipiente, que o debate é polarizado entre a defesa da reserva de mercado, consentindo com a adequação dos capoeiras aos ditames liberais, e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Sabe-se que há um trânsito grande dos capoeiras entres esses dois polos, ora podendo estar voltados para a liberdade de mercado, ora atentos na construção da transformação social. Nesse contexto, proposições divergentes não podem gerar o entendimento de que os capoeiras sejam vistos como uma categoria com ideais unificados. “A capoeira muitas vezes é perturbadora da ordem. O capoeira, muitas vezes, é autêntico, agitador, invertendo a ordem. Mas também é passivo, acomodado, permissivo e, o pior: pensa que a capoeira resistirá a tudo e a todos” (COSTA, 2007, p. 213). A disposição do MinC em produzir políticas para o setor fatalmente teria de lidar com os dilemas presentes, e o pronunciamento de Gil direcionava a um caminho de avanços no campo dos direitos sociais.

Contudo, das objeções iniciais e as ações do MinC notam-se as distâncias das conquistas possíveis. Já na concepção de capoeira, é notada uma dimensão essencialista, onde a capoeira é vista como prática agregadora, sem conflitos, construtora da paz mundial. Quanto à reunião com os mestres de capoeira para atender a suas demandas, observa-se que ela se aproximaria de uma ação prevista no programa Capoeira Viva, de 2006, a partir da criação de

um “Conselho de Mestres”, muito embora não tenha sido divulgada qualquer iniciativa dessa atividade posteriormente, o que induz que o levantamento das demandas por parte dos capoeiras não tenha sido algo de grande repercussão e interesse pela gestão.

Com relação ao calendário nacional e internacional para a capoeira, pode ser compreendido, até por se tratar de uma proposição genérica, que este seria feito a partir das ações planejadas para a capoeira desde o ano de 2005, ao menos em âmbito nacional. A construção de um centro de referência em Salvador, tema polêmico que atribui a Salvador a centralidade das ações do MinC para capoeira,<sup>114</sup> não foi relatada, bem como não foi realizada a implementação de um programa de capoeira em escolas de todo o Brasil, ação que se entende de muita importância no âmbito educacional e substancial para a democratização da prática, acabou por se tornar deveras pretensiosa, não havendo por parte do MEC e MinC nenhuma iniciativa divulgada nesse sentido.

A proposição de previdência, apoio diplomático e reconhecimento de notório saber dos mestres foram assuntos abordados com o registro de patrimônio cultural, sendo o reconhecimento do saber dos mestres uma das formas de registro patrimonial da capoeira como bem imaterial, além do Viva meu Mestre, que premiou no valor de R\$ 15 mil 100 mestres com idade igual ou superior a 55 anos que participaram de edital específico. Com relação à previdência e auxílio diplomático, estes se tornaram sugestões para a elaboração do plano de salvaguarda da capoeira que está sendo aguardado desde 2008. Por último, a promessa de lançamento de editais de fomento seria a ação que mais se repetiria ao longo da gestão, com quatro ações nesse sentido voltadas para a comunidade capoeirana: Ponto de Cultura de Capoeira – 2005, Capoeira Viva 2006 e 2007, Viva Meu Mestre 2010.

A organização dos editais tinha como objetivo apoiar, por meio de financiamento, projetos relacionados ao ensino, à produção de conhecimento e à formação de acervo. Começando com um edital-piloto que se destinara apenas ao estado da Bahia, o MinC

---

<sup>114</sup> A relação estabelecida entre capoeira e Salvador durante a gestão Gil/Juca é por diversas vezes observada. Compreende-se que, para além da representatividade que a capoeira tem para Salvador, essa relação indica certa escolha da cidade em ser favorecida em detrimento de outras regiões. Nesse sentido não se nega que pudessem garantir ações para um dos principais locais da prática da capoeira no Brasil, mas cabe maiores esclarecimentos sobre qual a razão da escolha da cidade, entendida pelos gestores como a “Meca” da capoeira. Ao mesmo tempo em que Salvador pode representar um local histórico para o desenvolvimento e expansão da capoeira, é talvez o local onde a indústria do turismo mais se apropriou dessa prática, conduzindo a uma prática fetichizada, realizada em troca de esmolas e da condição de mendicância a qual muitos capoeiras se sujeitam nos pontos mais visitados da cidade. Essa condição acaba por possibilitar a compreensão demonstrada em P4: “Vale destacar também que o valor que capoeira passa a ter no governo do PT é também reflexo do impacto que a mesma tem no turismo e na conexão que esta possibilita entre o Brasil e os demais países onde a mesma tem significativo destaque, fator que garante a identidade que o governo PT tenciona vender para o exterior, um país Tropical e rico culturalmente.”

selecionou dez projetos para receberem R\$ 185 mil cada durante 36 meses, prevendo ainda a seleção de jovens para receberem bolsas desde que se enquadrassem nas condicionalidades previstas.

Considera-se que os editais se concebem em um universo bastante restrito quanto à garantia de direitos amplos à comunidade capoeirana, haja vista o número de contemplados, a demanda reprimida e sobretudo, os milhares que nem participaram do processo. O Ponto de Cultura de Capoeira – 2005 premiou dez entre 56 projetos enviados (18% dos projetos); o Capoeira Viva – 2006, 73 dos 627 projetos (11,6%); Capoeira Viva – 2007, 122 dos 1.289 enviados (9,46% dos projetos).<sup>115</sup> Compreende-se que as limitações perpassam os limites orçamentários, divulgação dos editais, demandas das associações organizativas e capacidade técnica. Sobre este último aspecto, entende-se uma dificuldade constante, que não se restringe aos capoeiras, mas a toda população oriunda da classe trabalhadora que não teve acesso aos meios de educação formal e, conseqüentemente, padece ao participar dos certames seletivos<sup>116</sup>. Considera-se que boa parte desse público participara dos editais nessas condições, fato que pode corroborar para uma avaliação e melhor organização por parte da gestão do Minc, ao possibilitar antes da abertura do edital Capoeira Viva – 2007 oficinas de capacitação aos capoeiras em todas as capitais do país. Como consequência, observa-se aumento em mais de 100% do número de inscrições em relação ao edital passado, o que não significa mais projetos contemplados – pelo contrário, em percentual foi diminuído o número de beneficiados.

A realização de editais que, a princípio, apontam para maior democratização de recursos e transparência da gestão pública visando, no caso da capoeira, desvincular-se de relações pessoais para aquisição de financiamento, não deixa de criar uma dependência das seleções para a realização das atividades das organizações participantes, além de se organizarem sobre a dimensão das condicionalidades nas políticas sociais, ou seja, para que determinado direito seja concedido, é necessária uma contrapartida do usuário da política realizada, observando-se, nesse caso, que os editais para capoeira remetem, entre outros, aos direito de renda, trabalho, produção e acesso a cultura.

---

<sup>115</sup> Não foi divulgado o número de mestres participantes que pleitearam o prêmio Viva Meu Mestre.

<sup>116</sup> Sobre essa realidade, P1 comenta: A capoeira é do povo, mas não são todos os praticantes, professores e mestres que são letrados. Por isso noto a exclusão do capoeirista dessas políticas. Não aprovo isso! Enquanto que alguma pessoa que fala bonito a respeito da capoeira, porém nunca praticou, apresenta o projeto, capta o recurso e por fim o praticante e sobrevivente da capoeira fica a ver navios. E2 também pondera da seguinte maneira: “O público está preparado para lidar com a burocracia, ler um edital, preencher seus formulários, prestar contas?”

As condicionalidades remontam às medidas mais antigas no âmbito das políticas sociais prescritas aos mais pobres, sob o desígnio de ações focalizadas.<sup>117</sup> O princípio não deixa de ser o mote da gestão PT/aliados, na qual se verifica um direcionamento às ações de transferência de renda (concedidas com contrapartidas), ao mesmo tempo em que se retrocedem percentualmente os recursos voltados para os direitos sociais universais (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007).

Além da contrapartida já estabelecida a partir da inscrição no edital e o consentimento político e financeiro, observa-se como exemplo no primeiro edital a possibilidade de concessão de bolsas a jovens desde que se encaixassem nas exigências do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho como já relatado no capítulo 4.

Cabe ponderar, no tocante à capoeira, o direcionamento ideológico, a organização da sociedade civil que muda a relação dos MS com o Estado, o qual auxilia na desorganização de qualquer possibilidade dos capoeiras enquanto sociedade civil, direcionando até para uma maior rivalidade em torno dos editais. Como exemplifica Gohn (2008), a realização de editais focalizados direciona a sociedade civil de um cenário reivindicatório para o consenso propositivo:

[...] a nova política de distribuição de gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, focalizados não em áreas sociais (como moradia, saúde, educação etc.), mas em projetos pontualizados, como crianças, jovens, mulheres etc., contribuiu para desorganizar as antigas formas dos movimentos fazerem suas demandas e reivindicações. A palavra de ordem destes projetos e programas é ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um ativo reivindicante. [...]. Criou-se uma nova gramática na qual a ideia de mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programa e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2008, p. 82-83).

As perspectivas levantadas pela autora exemplificam as possibilidades que a gestão PT/aliados legaram aos movimentos sociais, em que se concebe maior atenção a setores esquecidos pelo Estado, com a execução de políticas sociais para esses grupos. O que se

---

<sup>117</sup> Compreende-se como um direito negociado, em que “De acordo com Standing (2007), as condicionalidades ou contrapartidas partem do pressuposto que os atendidos pelas políticas focalizadas de transferência de renda são alienados e incapazes de conhecer suas necessidades duradouras – como saúde, educação e trabalho – ou desprovidos de qualquer tipo de informação vital. [...]. Isso sem mencionar o fato de que cobrar contrapartida de vítimas históricas de dívidas sociais acumuladas por governos negligentes é atentar contra a cidadania” (PEREIRA; SIQUEIRA, 2010, p. 222).

compreende, contudo, é que estas ações se aproximam mais de políticas focalizadas do que de universais. Não desconsiderando o cenário que, pela própria setorização, envolve ações restritas e específicas, compreende-se a possibilidade das iniciativas proporcionarem a seus usuários meios de acesso aos direitos sociais universais, bem como, referindo-se à capoeira enquanto manifestação cultural, de como ela poderia se democratizar, tornando-se de livre acesso a toda a população.

As ações do MinC vão sinalizando, contudo sua focalização. Com relação ao último edital, o Prêmio Viva Meu Mestre, destinado a reconhecer os saberes e a tradição dos mestres de capoeira com mais de 55 anos, foram selecionados 100 mestres para receberem a premiação de 15 mil reais (10 mil e 800 reais após a dedução e o recolhimento do imposto de renda). Os critérios diante da idade mínima dos mestres e a pontuação relacionada a partir do tempo de mestria e a condição socioeconômica (maior peso da pontuação) revelam que a intenção estaria em reparar de maneira emergencial a realidade pobre de boa parte dos mestres de capoeira mais antigos em alusão as reivindicações relatadas na Carta de Brasília e vários outros documentos solidários a condição de vida dos mestres. Apesar do empenho na ação relatada pelo IPHAN quando da divulgação do resultado quanto ao atendimento essas demandas, compreende-se que tanto o número de selecionados quanto a realização do prêmio em uma única edição e parcela colocam-se bastante aquém de solicitações recorrentes dos capoeiras. Como demonstra a Carta de Brasília: “Realizar um cadastramento imediato dos Mestres antigos com o objetivo de dar-lhes condições de vida compatíveis com suas contribuições ao desenvolvimento desta importante manifestação cultural brasileira” (2009, p. 1).

Aquém também do próprio dossiê realizado pelo IPHAN, que sugere um plano de previdência especial para os mestres de capoeira, entre outras ações para a salvaguarda do bem registrado. Pelas limitações constitucionais, compreende-se que o apoio aos mestres, paralelo à aposentadoria, garantida mediante contribuição previdenciária, seria um benefício financeiro aos mestres de capoeira que garantissem aos que já alcançaram a condição idosa condições básicas de sobrevivência. Tal perspectiva já seria possibilitada em algumas experiências estaduais que garantem um benefício financeiro aos mestres de cultura popular<sup>118</sup> e também na recente Lei Geral da Copa (Lei 12.663/12), que garante o auxílio a todos

---

<sup>118</sup> A Secretaria de Cultura do Estado do Ceará realizou, de 2004 a 2009, o prêmio Tesouros Vivos da Cultura, no qual a cada ano selecionou mestres da cultura popular ao reconhecimento com o título instituído pela Secretaria, além do benefício financeiro de um salário mínimo (com a possibilidade de revisão) condicionado mediante o ensino em atividades proporcionadas pela Secretaria de Cultura.

jogadores campeões das Copas de 1958, 1962 e 1970 que necessitem de complementação de renda.<sup>119</sup>

As ações governamentais no âmbito de grupos restritos acabam por evidenciar a própria desatenção do Estado diante das limitações das garantias legais previstas na Lei Orgânica da Assistência Social no que tange ao Benefício de Prestação Continuada aos idosos cuja renda *per capita* familiar não ultrapasse ¼ do salário mínimo para conseguir o benefício de um salário mínimo. Evidencia as limitações também das ações do MinC aos capoeiras mais velhos, que apesar de reconhecerem uma premiação aos mestres antigos, realizam para um grupo reduzido e de forma a não sanar as dificuldades de sobrevivência do mestres.

Observando o registro, ação que corre em paralelo a todas as demais ações do MinC, o feito trouxe expectativas e desconfianças. Diante da grande reunião de capoeiras que se formou na Praça Tomé de Souza em Salvador, no dia 15 de julho de 2008, e das promessas contida nas falas dos gestores, bem como as sugestões do inventário, o ato ganhou muita representatividade no meio capoeirano.

Contudo, a disseminação da capoeira por todo o Brasil e, sobretudo, por todo o mundo, traz algumas peculiaridades para o registro do bem. Enquanto todos os outros registros imateriais são estritamente localizados em cidades e regiões, a capoeira foi a única manifestação registrada no Brasil todo. Tal especificação traz maior complexidade em estabelecer um plano de salvaguarda do bem, além de revelar as dimensões mundializadas que a capoeira adquiriu. Compreendendo o conceito “referências culturais”<sup>120</sup> como uma das bases para elaboração de registros de bens da cultura imaterial (IPHAN, 2010) em que se busca uma formação de identidade local, de reconhecimento dos sujeitos e locais responsáveis

---

<sup>119</sup> A lei geral da copa, aprovada pela presidenta Dilma no dia 5 de junho de 2012, prevê a todos os jogadores das seleções brasileiras campeãs das copas mundiais masculinas da FIFA nos anos de 1958, 1962 e 1970 um prêmio pago em uma única vez no valor de cem mil reais, além de auxílio especial mensal para jogadores sem recursos ou com recursos limitados até que seja atingido o valor máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social, atualmente definido em três mil, novecentos e doze reais e vinte centavos. A lei que avança na constituição dos benefícios de renda não deixa de ser limitada em outras questões. Se por um lado a lei avança em oferecer uma renda aos ex-jogadores para provê-los de condições básicas de sobrevivência, por outro representa o compromisso do Estado com as grandes corporações financiadoras dos mega eventos esportivos, a ponto de respaldar a FIFA e seus patrocinadores, todo o direito de lucrar com o evento. Como aponta o art. 11: “A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso”.

<sup>120</sup> “Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetam à paisagem, às edificações e objetos, aos ‘fazeres’ e ‘saberes’, às crenças e hábitos” (FONSECA apud IPHAN, 2010).



pela preservação das práticas, a busca do singular, nota-se que a capoeira, prática disseminada pelo mundo em muito devido a sua alcunha de mercadoria, foge aos parâmetros definidos pelo IPHAN, trazendo à tona questões sobre como definir manifestações autênticas, quais locais e comunidades de referências,<sup>121</sup> bem como elaborar maneiras de limitar as interferências do mercado sobre o bem.

Compreende-se que o enveredar da gestão para o registro da capoeira como patrimônio cultural expõe as fragilidades da atenção do Estado para com os capoeiras, em que a formatação da política patrimonial adentra em temas polêmicos que vão do âmbito interno da capoeira às disputas de identidade a exposição dos conflitos de classe presentes no campo. Direciona o Estado a refletir quanto à garantia de direitos sociais aos produtores da expressão cultural e aos mecanismos de mundialização da capoeira. Nesse sentido, é interessante refletir se o registro da capoeira, entre outras implicações, não se constitui como um reforço à internacionalização da capoeira e suas consequências para seus trabalhadores.

Há que se considerar a ação do Estado relativa à política de patrimônio como um vetor decisivo para impor limites às influências do mercado. Contudo, compreendendo uma conjuntura contemporânea de mercadorização da cultura, em que a capoeira se insere assumindo ressignificações em universo contraditório mediado pela sua expansão mundial, busca de melhores condições de vida por muitos capoeiras além das fronteiras brasileiras, formatação de um produto direcionado aos interesses dos clientes, entre outros aspectos, faz com que a política tenha de se posicionar de maneira mais evidente quanto aos projetos possíveis de preservação de determinado bem cultural. Parafraseando mestre Pastinha “A capoeira de nada precisa”, compreendendo que para valorização da capoeira é preciso atender as demandas dos sujeitos que a produzem; sua produção e reprodução, seus produtores, seus locais e sua transmissão como manifestação cultural internacionalizada ficam mais do que garantidos. Compreende-se que, passados quatro anos, a falta de sinalizações quanto à busca de elementos garantidores de maior compreensão da capoeira enquanto um patrimônio acessível a toda a população reforçam o contexto acima colocado<sup>122</sup>. Nesse sentido, a reflexão

---

<sup>121</sup> Uma das ações do Iphan como parte da política de salvaguarda do patrimônio imaterial é a integração com o programa Cultura Viva formando um “pontão de cultura” para cada bem registrado buscando dar sustentabilidade ao plano de salvaguarda.

<sup>122</sup> Após um período sem qualquer sinalização de ações, foi divulgada reunião realizada no dia 19 de setembro do “Ciclo de Debates Pró-Capoeira: Regulamentação, Salvaguarda e Incentivo à Atividade da Capoeira”, sob a responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, agora responsável por dar continuidade ao processo de Salvaguarda da capoeira.

de Falcão (2004), mesmo anterior ao registro, se mostra atual e exemplifica as limitações da ação:

Hoje, o Estado brasileiro é agenciado pelo neoliberalismo – “manifestação da crise estrutural do capital” (Mészáros) – e propaga a democracia como sua forma de representação. Democracia esta que, segundo Therbom (1999), é de alcance limitado e tem traços e aspectos nitidamente publicitários, onde os meios de comunicações exercem papel estratégico fundamental. Por força das privatizações e pela debilidade no processo de fiscalização dos lucros do capital, o Estado neoliberal brasileiro apresenta eficiência extremamente limitada. A sacralização do mercado e o surgimento de bancos centrais independentes contribuem para incrementar essa deficiência. Certamente por isso, o papel regulador do Estado brasileiro tem alcance limitado em relação aos conflitos inerentes às manifestações culturais e também não consegue cumprir as prerrogativas constitucionais que o reconhece como defensor do patrimônio cultural da nação (FALCÃO, 2004, p. 293-294).

Se as ações do registro pouco avançaram em dimensões mais democratizantes, a condição colocada à capoeira acaba por favorecer as relações de mercado, proporcionando à capoeira uma selo de patrimônio cultural. Tal condição pode ser entendida sob a dimensão do fetiche, em que o bem cultural é transformado em produto a ser comercializado com um atributo valorativo diferente dos demais. Segundo Veloso (2008)

O perigo que se corre é o de transformar os bens culturais em meros objetos de consumo, em transformar o patrimônio material em expressão de uma história rasa; ou, ainda, transformar as manifestações culturais do patrimônio imaterial em fetiche, ou seja, privilegiar o produto transformado em objeto de consumo como qualquer outra mercadoria que circula na sociedade atual (VELOSO, 2008, p. 439).

O perigo referido pela autora remete à discussão sobre a necessidade do registro. Caso a política não modifique as condições de produção, não tenha o objetivo de preservar seus sujeitos e não gere a incorporação deste bem por toda a população, a constituição de um bem cultural atua em dimensão contrária, mais próxima dos interesses privados.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> Nota-se, contudo, que o debate em torno dos avanços e limites possibilitados com o registro ainda estão longe de um entendimento unívoco entre os capoeiras. Segundo E1: “Com relação às melhorias, percebo que na prática pouca coisa mudou com o registro”. Segundo E2: “Após o tombamento, não vimos mudanças em relação às políticas públicas, nem no mundo da capoeira. As condições de trabalho continuam as mesmas e a organização dos capoeiras também se mantém como estavam antes. Os recursos são insuficientes para atender à demanda.” P4 observa da seguinte maneira: “É fato que a capoeira ganha um destaque com o advento de se reconhecer como patrimônio imaterial a roda de capoeira e o ofício de mestres, porém isso não muda a realidade social de seus integrantes, que fazem ela subsistir com toda adversidade presente na sua realidade. Entendo do ponto de vista mais geral que a principal falha do programa é a mesma do projeto político do governo, ou seja, atuar no específico negando o geral, dessa forma mudar a capoeira pressupõe mudar a realidade da comunidade negra do Brasil e isso não é nem de perto alcançável com políticas públicas referidas”. Já P2 pondera o registro da

## 5.2 Financiamento público da capoeira

O orçamento do Ministério da Cultura durante o governo PT/aliados, bem como em governos anteriores, sempre esteve vinculado aos menores recursos entre as pastas. Como exemplo, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida (s.d.), observando as despesas discricionárias, foram destinados 0,09% do orçamento geral no ano de 2012 e 0,04% em 2011, porcentagem significativamente menor em relação a outras esferas como saúde (em torno de 4%), previdência social (em torno de 20%) e serviços de juros e amortização da dívida (em torno de 47%). Compreendendo a grande diferença entre as despesas discricionárias e a execução orçamentária, os gastos de todas as pastas são muito diferentes das porcentagens iniciais em virtude das estratégias de contingenciamento de recursos convenientes em descomprometer o Estado com os gastos em áreas sociais para favorecer situações de ocasião política que garantam a governabilidade e os compromissos financeiros com o capital internacional.

Compreendendo o orçamento executado, a porcentagem do MinC oscila ao longo dos anos entre 0,2% e 0,6% (VIEIRA; BONFIM, 2010). Apesar do orçamento limitado durante a gestão de Gil/Juca, foi aumentado em cerca de dez vezes, passando de 275 milhões, aproximadamente, para 2,2 bilhões (MINC, 2010). Apesar da significativa mudança, a proporção em relação à execução orçamentária geral não teve grande alteração, chegando a 0,7%. Com uma execução limitada, a inclusão de novas demandas gera uma grande “ginástica” por parte da gestão e, não obstante, evidência a busca de novas alternativas de financiamento, como acontece no âmbito cultural.

A capoeira, durante essa gestão, flerta com essa perspectiva. Se em 2005 o edital teria sido contemplado como parte do programa Cultura Viva e, a partir do registro da capoeira, as ações seriam possíveis via gestão orçamentária do IPHAN, nos editais do programa Capoeira Viva, o financiamento dos editais teria sido possível pelo Programa Petrobras Cultural (PPC), destinando 900 mil reais em 2006 e 1,2 milhão em 2007. A inclusão do setor produtivo no

---

seguinte maneira: “Avalio como um marco na história da capoeira, pois uma atividade já tida como ilegal pelo código penal de 1890 do Brasil foi reconhecida oficialmente como um patrimônio cultural brasileiro. A partir do processo de reconhecimento do Estado a capoeira obteve um respaldo social maior. No entanto ainda há uma visão preconceituosa de alguns em relação à capoeira, ainda há muitas portas fechadas para ela. Percebi o despertar de vários grupos de capoeira com intuito de se articularem para se beneficiarem enquanto associações civis do momento em que a capoeira é posta em evidência e se é discutida. As condições de trabalho ainda são precárias para a maioria dos capoeiristas”

financiamento da cultura, em observância à Lei Rouanet, gera a isenção fiscal e aumenta os recursos para a cultura. A iniciativa do MinC em se vincular à sociedade de economia mista Petrobras para o financiamento de suas ações buscava dar um perfil democrático da política de isenção fiscal, geralmente relacionado aos interesses empresariais privados pouco atentos aos princípios de equidade de recursos quanto às diversas manifestações culturais. A utilização dos recursos do PPC, maior programa privado de financiamento da cultura por parte do MinC, no entanto, demonstra seus limites quando o mercado financeiro mostra sua dimensão antidemocrática. Se no biênio 2006/2007 foram destinados 62,9 milhões ao PPC (maior repasse de recursos feito pela empresa), no biênio seguinte o montante foi de 2,5 milhões, sendo a drástica diminuição relacionada à grande crise financeira internacional do capital de 2008 (PETROBRAS, s/d.), fato que repercutira significativamente no financiamento conduzido pela parceria MinC/Petrobras, podendo inclusive ter afetado ações para a capoeira em 2008.

A redução de orçamento do programa, que se recuperou nos biênios posteriores, demonstra que o mecenato existe desde que ocorra um grande excedente de lucro para o investimento em cultura. Do contrário, as portas se fecham e os mecanismos da gestão compartilhada entre Estado, mercado e terceiro setor como forma de garantir um Estado de Bem-Estar Social em tempos neoliberais se esvaziam, por mais que se trate de uma empresa de economia mista controlada pela União.

Vale lembrar que os recursos destinados aos editais para a capoeira, oriundos desta parceria, foram sempre menores que outras iniciativas para a capoeira proporcionadas pelo MinC por meio da divulgação de sua execução orçamentária. Ainda que o financiamento público prevaleça e sobressaia a gestão das ações compartilhadas com organizações não governamentais, tanto na coordenação quanto na execução dos projetos, compreende-se que a atenção por parte do MinC acontece mediante um contingenciamento abrupto dos gastos públicos que afetam todas as políticas sociais e suas possíveis garantias às necessidades básicas de sobrevivência. Isso revela a condição de uma gestão neoliberal, em que, apesar do aumento nos gastos (observando a pasta cultural), que acabam por serem proporcionais ao aumento ao orçamento da União, os recursos são mínimos ou quase inexistentes quando se observa a conformação do orçamento geral comprometido em quase 50% com serviços de pagamento de juros e amortizações da dívida, além da prática do superávit primário, economia feita pelo governo para o mesmo fim, além da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que autoriza o governo a manipular 20% do orçamento retirando dos gastos sociais para ações que lhe forem mais convenientes (SALVADOR, 2010). Essa conjuntura permite

que a cultura, assim como demais áreas, conviva com a escassez de recursos diante de grandes possibilidades reprimidas pelo próprio Estado. Nesse sentido, novas demandas, novos sujeitos adentram ao espaço do Estado, só que diante de uma situação de administração da precariedade.

### **5.3 Sociedade civil capoeirana, controle social e as ações do MinC**

A composição dos capoeiras como grupo organizado da sociedade civil<sup>124</sup> mostra um campo deveras instável e heterogêneo. Organizações com fins corporativos, voltadas para a defesa dos interesses da classe trabalhadoras, defesa de determinada identidade, ligada aos códigos esportivos, além dos grupos de capoeira, que são sua forma de organização hegemônica, surgem e desaparecem com muita frequência. Apesar de um reconhecimento praticamente unânime no campo quanto à desatenção total do Estado na elaboração de políticas para a capoeira, os capoeiras como movimento organizado para reivindicar ações nunca exerceu pressão significativa a ponto de a gestão precisar se reorganizar em virtude de protestos.<sup>125</sup>

A maneira como os capoeiras se organizam, além de reforçar o agendamento público realizado pelo MinC pela falta de reivindicação, faz com que, em âmbito global da pasta cultural, sejam esquecidos. Uma realidade que pode corroborar para essa dimensão é o fato de a capoeira estar fora dos colegiados setoriais<sup>126</sup> do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e fora das reuniões do Conselho<sup>127</sup>. O CNPC, destinado a formular políticas públicas para a cultura, em observância às demandas da sociedade civil, tem o “plenário” como instância deliberativa e tem em sua composição membros do poder público, organizações acadêmicas, empresariais, personalidades com notório saber e representantes ligados às manifestações culturais. Nessa última categoria, são 20 “cadeiras”, para diversas áreas, excluída a capoeira. Compreende-se, diante das manifestações contempladas e da própria

<sup>124</sup> Vale lembrar entendimento de sociedade civil para este trabalho tendo como referência Gramsci, ao considerá-la como espaço ativo de disputa política da sociedade a fim de garantir sua direção intelectual (hegemonia) (GRAMSCI, 1978). Esta disputa é realizada por meio de aparelhos privados das classes e grupos sociais que se formam a partir da necessidade objetiva de defesa de seus interesses (COUTINHO, 1996).

<sup>125</sup> Segundo G1, a participação da sociedade civil capoeirana foi “Intermitente e irregular. Depende muito dos estímulos governamentais, como editais, organização de seminários, chamadas públicas etc. Falta uma maior e mais eficaz organização autônoma dos grupos e praticantes.”

<sup>126</sup> São colegiados setoriais do CNPC: Artes Visuais; Circo; Cultura Indígena; Culturas Populares; Dança; Literatura, Livro e Leitura; Moda; Música; Teatro.

<sup>127</sup> G1 explica o fato da capoeira não ter assento no conselho: “[...] os colegiados tem uma abrangência mais genérica, onde a capoeira poderia revezar-se com outras expressões, por exemplo, nos grupos de patrimônio imaterial ou culturas populares. Logicamente, se houvesse uma maior capacidade de organização e pressão, esse tema poderia ser colocado em discussão no Conselho, a partir, principalmente, da representatividade que o setor demonstrar nos processos das Conferências Nacionais de Cultura (a próxima deverá ocorrer em 2013)”.

atenção feita pela gestão durante o governo Lula, que seria pertinente uma vaga de representação dos capoeiras. Contudo, a composição definida por decreto federal parece não direcionar alterações, fato que pode ser contribuído por não haver uma presença mais organizada e reivindicatória.

Ressalta-se que a composição do CNPC pode representar um espaço interessado em direcionar um pacto social na formulação de políticas culturais, na perspectiva de apaziguar interesses divergentes, formando consensos possíveis. Há que se considerar, no entanto, a falta de elementos práticos para discutir seus avanços e limites diante da participação dos capoeiras no espaço, ou mesmos de suas críticas ao espaço. O que se nota, portanto, durante o agendamento da capoeira é a ausência de um mecanismo de controle democrático que vise dialogar com a comunidade capoeirana, suas demandas, sugestões e avaliações das ações implementadas.

O instrumento organizado pela gestão para ouvir os capoeiras apareceria no final do agendamento analisado. Já sob os cuidados do IPHAN e do Grupo de Trabalho Pro-Capoeira (GTPC), realizam as três reuniões do Encontros Pró-Capoeira. As reuniões seriam as ações que mais mobilizariam os capoeiras em torno do agendamento público, pois elas, a fim de levantar demandas dos capoeiras para a formulação de políticas públicas, foram organizadas em seis grupos de trabalho (Capoeira e políticas de desenvolvimento sustentável; Capoeira e educação; Capoeira e fomento; Capoeira, profissionalização, organização social e internacionalização; Capoeira esporte e lazer; e Capoeira, identidade e diversidade).

Analisando os três encontros realizados, nota-se uma diversidade de sugestões: democratização do ensino por meio das escolas; estabelecimento de um benefício vitalício para os mestres antigos; elaboração de programa de manejo sustentável da madeira e cabaça do berimbau; prática da capoeira em espaços turísticos e privados; criação de centros de referências locais; realização de programas de formação continuada; elaboração de editais com menos exigências e burocracias; padronização de regras esportivas para a capoeira; apoio a apresentação nas Olimpíadas de 2016 como esporte exibição etc.

Com demandas bem diversas, as reuniões terminaram sem uma deliberação das propostas debatidas, indicando a realização de uma nova atividade para a definição de ações para a capoeira, levando em conta os levantamentos dos três encontros realizados. Contudo, tal direcionamento parece não ter ficado bem definido no encontro nordestino, fato que, pela primeira vez, produzia um protesto organizado dos capoeiras em virtude das ações implementadas pelo agendamento do MinC. O protesto culminou com uma reunião em Salvador, no Forte da Capoeira, com a elaboração do Manifesto da Bahia:



**Figura 10:** Manifesto da Bahia

Fonte: Disponível em: <<http://militanciaecapoeira.blogspot.com.br/>>.

O manifesto evidencia o desacordo de boa parte dos participantes quanto aos critérios de escolha dos participantes, além da divergência quanto a propostas direcionadas a perspectivas influenciadas pelo mercado e da esportivização da capoeira. Atentando-se às reclamações do coletivo, considera-se como pior situação o fato do não prosseguimento das ações dos Encontros para problematizar os conflitos presentes no mundo capoeirano.

Apesar de este trabalho ter como foco o agendamento público durante o governo Lula, caberia investigar caso a nova gestão ministerial desse continuidade ao agendamento público, fato que recentemente foi reiniciado. Tal contexto evidencia as contradições dos arranjos político-estatais e os interesses da gestão em reforçar a capoeira Bahia como um campo de menor atenção do Estado. Ainda como forma de verificar a participação da sociedade civil, observa-se outro momento que propiciou uma organização em torno de reivindicações de políticas

para a capoeira. Trata-se do Encontro de Mestres de Capoeira por ocasião do 21º aniversário da Fundação Cultural Palmares (FCP). A reunião promovida sem uma pretensa vinculação com as demais ações realizadas pelo MinC/ IPHAN geraram a “Carta de Brasília” já exposta anteriormente, na qual se reivindica maior atenção aos mestres, o apoio ao PLC nº 31/09 e a inclusão da capoeira nas escolas.

Passados os oito anos de agendamento, o que se constata no âmbito da participação política e do controle democrático é a falta de instrumentos organizativos, sobretudo a perspectiva da defesa dos direitos dos trabalhadores, bem como a falta de reivindicações evidenciando a instabilidade do mundo capoeirano, favorecida pelos próprios capoeiras.<sup>128</sup> As dimensões heterogêneas dessa categoria social indica dificuldades e diversos interesses divergentes. Não obstante, é relevante um voto de confiança da comunidade capoeirana diante das inúmeras ações implementadas pela gestão, uma atenção nunca conferida antes para o setor, que culminou no reconhecimento da capoeira como patrimônio cultural<sup>129</sup>. Os capoeiras não deixam de refletir a aprovação que a maioria da população conferiu ao governo Lula, que também repercutem na esfera cultural.

#### **5.4 A capoeira: “menina dos olhos”?**

A capoeira fora uma das manifestações com maior atenção pelo Ministério da Cultura no governo Lula. Nesse período, não há como negar a visibilidade que a capoeira ganha sob a alcunha do patrimônio imaterial e como campo das políticas culturais. As ações sempre estiveram articuladas com a participação de importantes representantes da capoeira; em boa medida, o MinC soube articular suas ações, consultando importantes mestres e pesquisadores, seja em apresentações, palestras, pesquisas, seja como avaliadores em editais etc. O suporte possibilitado qualifica as ações realizadas, embora se tenha notado que a realização do agendamento público se constitui por meio de grandes limites externos e internos à pasta da cultura

---

<sup>128</sup> Segundo P3: “Penso que precisamos de mais organização e consciência política. Avançamos sem dúvida. Há um salto qualitativo mais ainda não conseguimos um engajamento da comunidade. Precisamos também de mais organicidade.”

<sup>129</sup> Conforme relato de P2: “[...] a meu ver são as ações mais consistentes elaboradas no esforço de formular políticas públicas no campo da capoeira como um segmento cultural da sociedade brasileira. A abertura do diálogo entre o MinC e as comunidades de capoeiristas é um caminho de fortalecimento e legitimação das ações tomadas nessa tentativa de criar uma base legal e institucional que represente os interesses dos atores envolvidos com a capoeira.”



O encerrar da gestão deixa um grande legado para o governo seguinte no tocante ao número e à diversidade de ações. A aparente “menina dos olhos” da gestão Gil/Juca foi por vezes utilizada em discursos dos ministros, sendo inclusive metáfora para a explicação da vida e do mundo, como os capoeiras já fazem a algum tempo. O Estado, contudo, em suas complexas e contraditórias relações, não tem demonstrado a mesma afeição sugerindo ainda um longo caminho para a capoeira se consolidar como universo das políticas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Esse tempo nunca passa  
 Não é de ontem nem de hoje  
 Mora no som da cabaça  
 Nem tá preso nem foge  
 No instante que tange o berimbau  
 Meu camará  
 Ê volta do mundo, camará  
 Ê, ê, mundo dá volta, camará  
 (Gilberto Gil - Parabolicamará)*

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender sob quais condições e possibilidades foi realizado o agendamento público da capoeira pela pasta da Cultura durante as duas gestões do governo Lula. No período em que o MinC fora coordenado pelo consagrado músico Gilberto Gil (2003-2008) e posteriormente por seu secretário executivo, Juca Ferreira (2008-2010), a capoeira recebeu uma atenção sistemática durante os oito anos, fato indicador de um agendamento público para a capoeira de modo a representar uma atenção nunca antes percebida, a não ser quando a capoeira esteve atrelada a uma condição criminosa, período que remonta ao Brasil Imperial e ao período ligado à Primeira República.

Considerando o agendamento como uma atenção estratégica à capoeira, este se inseriu com ações diversificadas, como editais de incentivo a projetos sociais, pesquisa, acervo, produções (digitais, audiovisuais e eletrônicas), editais premiativos, reuniões com os capoeiras, produção de filme, selo comemorativo e registro de bem cultural como patrimônio imaterial brasileiro. Pode-se perceber que as ações se colocam em uma estrutura organizativa da cultura aprimorada quando do aumento dos recursos para o setor, ações que constituem a cultura como política de Estado e o “mapeamento da cultura” traçando um universo estatístico que possibilitou à gestão maior clareza quanto à inserção da capoeira e demais manifestações em todo o país.

Não obstante, cabe compreender que a formulação de políticas para a capoeira está sujeita aos marcos estruturantes da sociedade organizada sob os interesses do capital. Sendo assim, a ascensão do governo PT/aliados gerou grande expectativa ao conjunto da população com relação à contraposição da gestão à lógica do capital e do neoliberalismo, direcionando o governo para atender às demandas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. Ao final da gestão do presidente Lula, pode-se observar que as ações do governo, muito embora contemplassem novos sujeitos, antigas pautas dos movimentos sociais, buscaram conciliar os interesses da classe dominante, promovendo, assim, garantias limitadas do acesso aos direitos

sociais. Pautadas pela ideia de governabilidade, garantia do crescimento econômico mediado pelo setor produtivo e aliança com setores políticos conservadores, as políticas sociais ficaram suscetíveis a essa trama, sendo agravadas nos momentos de crise política e econômica as quais o governo teve de enfrentar.

A capoeira, observada de maneira geral, é reflexo desse processo. Tendo a compreensão das limitações colocadas diante do não aprofundamento em determinados programas ou ações e observando-se o conjunto das ações, verifica-se que a atenção à capoeira foi diferente de outras épocas, voltando-se agora para maior atenção aos seus produtores, sobretudo os que se encontravam em condições de vida mais vulneráveis, bem como da democratização do acesso, como a própria gestão evidenciara por meio dos pronunciamentos de seus gestores.

Sem desmerecer o esforço da gestão, compreende-se que o agendamento se insere na pauta da cultura de maneira precarizada: os parâmetros legais são escassos e a proposição legal mais próxima de ser aprovada tem como base a reserva de mercado; o orçamento para as ações são restritos e “voláteis”, podendo ser negociado mediante as leis de incentivo fiscal; falta uma estrutura de controle social democrático para as críticas e sugestões da sociedade civil, isto é, ausência de ações de organizações para ouvir as demandas dos capoeiras (sem continuidade), falta de representação no Conselho Nacional de Política Cultural, principal estrutura de diálogo do MinC com a sociedade civil para formular políticas para o setor; falta de interligação com ações de outras pastas ministeriais, o que dificulta a resolução de demandas que transcendem a questão da democratização.

Há que se dizer que a frágil organização dos capoeiras, como expressão da sociedade civil, reforça esse quadro. Atendo-se basicamente a estruturas federativas (mais próximas da compreensão da reserva de mercado e da capoeira esportiva) como associações mais congregadoras, além dos grupos de capoeira, notam-se poucas organizações e poucas manifestações reivindicatórias dos capoeiras frente ao Estado, sobretudo quando se refere à defesa dos direitos sociais e aos direitos dos trabalhadores. Costa (2007), em seu trabalho, demonstra a organização em diversas esferas pautadas por esse entendimento e as lutas travadas por diversas organizações. Contudo, o que se observa conjuntamente é o esvaziamento das entidades, o fim de suas ações mediante a própria realidade da precarização do trabalho, que dificulta a organização dos trabalhadores. A capoeira não aglutina majoritariamente seus produtores em torno do trabalho, além de se desarticularem em função das considerações reveladas por Gohn (2008) que constatam que as mudanças proporcionadas pela gestão auxiliam na desmobilização do antigo militante, agora organizado

em se articular diante dos financiamentos de projetos, do apoio às novas iniciativas implementadas etc.

Ao construir este trabalho, muitas indagações permeavam a escrita. Compreende-se que, a partir dos objetivos traçados, das hipóteses e da metodologia empregada muitas questões puderam ser problematizadas, embora concorde-se com os limites da análise imposta pela complexidade do universo pesquisado.

A dimensão histórica consultada foi de grande valia para a percepção da relação contraditória entre capoeiras, Estado e sociedade; a partir dela avilta-se como a capoeira se apresenta na contemporaneidade e quais tensões compõem o mundo da capoeira. A compreensão da capoeira como uma expressão dos direitos sociais, tendo em vista os direitos culturais, tornou-se uma das referências para se pensar o seu agendamento público. O entendimento das políticas sociais como ações que visam garantir os direitos sociais universais em atendimento às necessidades humanas básicas se tornou outro alicerce. Compreendendo que a neutralidade científica é insatisfatória diante da investigação da realidade apresentada, propôs-se um olhar atento, tendo em vista as possibilidades e as necessidades dos sujeitos das políticas implementadas. Nesse sentido, observa-se que a capoeira convive, entre outros aspectos, com a dimensão da pobreza e com a sua expansão em muito garantida pelo mercado. Essas duas dimensões acabaram por se tornar as mais críticas para que a capoeira se constitua efetivamente como expressão dos direitos sociais. Se sua democratização garante o acesso aos direitos culturais, cabe compreender que sem as condições básicas elementares ela não pode ser concebida. De maneira oportuna, vale a reflexão:

somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda existência humana, e, portanto, de toda a história, ou seja, o de que todos os homens devem ter condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo, beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais (MARX; ENGELS, 1998, p. 21).

Compreende-se que os direitos culturais são direitos universais e fazem parte das necessidades humanas básicas, embora se reconheça a necessidade da garantia de “pré-requisitos” para o exercício de uma prática livre, desatrelada de dimensões financeiras e mercadológicas.

Nessa perspectiva, atentando a conjuntura estudada, as ações do Estado voltadas para a capoeira se tornam limitadas quanto às suas dimensões universalizantes e quanto à frágil

articulação com outras esferas de direitos. Esta contradição nos remete à complexidade do estudo da capoeira no campo das políticas sociais a partir do entendimento das relações existente entre os capoeiras e o Estado em um contexto onde se hegemoniza a lógica do neoliberalismo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, F. J. **Bimba é Bamba: a capoeira no ringue**. Salvador: Instituto Jair Moura 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- ARAÚJO, B. C. L. C. **A capoeira na sociedade do capital: a docência como mercadoria na transformação da capoeira no século XX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Os números da dívida**. [s.d.]
- BARROS, G. **Lula foi o maior presidente da História do Brasil, diz Roberto Setúbal**. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/guilhermebarros/2010/12/29/lula-foi-o-maior-presidente-da-historia-do-brasil-diz-roberto-setubal/>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- BARROS, J. M. A crise e a cultura. **Políticas Culturais em Revista**. Salvador: UFBA v. 1, n. 2, p. 130-139, 2009.
- BEAUD, M. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BASCHET, J. **A civilização medieval: do ano 1000 à colonização da América**. São Paulo: Globo, 2006.
- BELTRÃO, M. C. A. **A Capoeiragem no Recife Antigo: Os valentes de outrora**. 2. ed. Recife: Nossa Livraria, 2011.
- BENNETT, M. **Aniversário da Palmares: capoeira encontro de mestres e roda de capoeira agitam o aniversário**. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=3790&lang=fr>>. Acesso em: 14 de mai. 2012.
- BEHRING, E R. Políticas sociais: seus fundamentos lógicos e suas circunstâncias históricas. In: HÚNGARO, E. M. et al. **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André: Alpharrabio, 2008.
- BEHRING, E R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: no Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728**. - 10 v.(Obra digitalizada). Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/capoeira>>. Acesso em: 7 de nov. 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009, v. 1, p. 575-592.
- BOTELHO, I. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007a.

\_\_\_\_\_. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: MARCHIORI, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007b.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Lei Rouanet. Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998**. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Decreto 3551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Projeto de lei nº 7.150/2002**. Dispõe sobre o Reconhecimento da atividade de capoeira e dá outras providências. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012**. Lei Geral da Copa. Brasília, 2012.

BRASIL PAZ NO MUNDO. [s.i.]. Documentário produzido pela “Olho de vidro” com o apoio do Ministério da Cultura.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil**: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CAPELLATO, M. H. R. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPOTERAPIA: um novo estilo de vida. Disponível em: <http://www.capoterapia.com.br/>. Acesso em 10 de maio de 2012.

CATALÃO, N. **Programa Nacional e Mundial da Capoeira**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2005/03/29/programa-nacional-e-mundial-da-capoeira/>. Acesso em: 8 maio 2012.

CAVALCANTI, N. Capoeira no Rio Colonial. **Educação em linha**, Rio de Janeiro, Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, Ano IV, n. 12, abr.-jun. 2010.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. Crítica e emancipación. **Revista Latinoamericana de ciências sociais**. Buenos Aires, Ano 1, n. 1, jun. 2008.

CID, G. S. V. **O registro da capoeira como patrimônio cultural e imaterial do Brasil: um estudo de caso das políticas recentes de preservação do Iphan.** Monografia (Graduação). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CAPOEIRA. Disponível em: <http://www.capoeiradobrasil.com.br/confederacao.htm>. Acesso em 21 de junho de 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Banco de teses:** capoeira. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Pesquisa.do?autor=&tipoPesqAutor=T&assunto=capoeira&tipoPesqAssunto=T&ies=&tipoPesqIes=T&nivel=&anoBase=>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

COSTA, N. L. **Capoeira, trabalho e educação.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

COUTINHO, C. N. **Gramsci.** Porto alegre: L & PM, 1981.

COUTINHO, C. N. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

CURSO sobre história da Capoeira. Disponível em: <<http://www.youtube.com/playlist?list=PL9982A94648529F6E>>. Acesso em: 12 janeiro 2012.

DIAS, A. A. **A malandragem da mandinga:** o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

DINIZ, T. M. Considerações sobre o patrimônio cultural e os instrumentos legais para sua preservação. **Revista Analecta**, Paraná, v. 5, n.1, p. 73-85, jan./jun. 2004.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L. política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. **Rev. Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 24-34 jan./jun. 2007

FALCÃO, J. L. C. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

\_\_\_\_\_. **C. Quadro da produção científica sobre Capoeira.** Mimeografado.

FLORENTINO, M. et al. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX). **Afro-Ásia**, v. 31, p. 83-126, 2004.

FONSECA, V. L. **Capoeira sou eu:** memória, identidade, tradição e conflito. Dissertação (Mestrado em História) – Política e Bens Culturais – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA: Composição. Disponível em: <http://www.fpagropecuaria.com.br/composicao>. Acesso em 15 de junho de 2012.



FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional. In: Fazenda, I. (org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, G. **Ministro da Cultura, Gilberto Gil, na homenagem a Sergio Vieira de Mello**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2004/08/19/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello/>. Acesso em 2 de maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Discurso do ministro Gilberto Gil no lançamento dos editais da Petrobras**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2005/12/23/discorso-do-ministro-gilberto-gil-no-lancamento-dos-editais-da-petrobras/>. Acesso em: 8 de maio de 2012.

GONH, M. G. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 82-83.

\_\_\_\_\_. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 13.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HOBBSAWM, E. **Era do capital: 1848-1975**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 03, 2001.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos municípios brasileiros: cultura (2006)**. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Informação e Indicadores Culturais: 2003-2005**. Rio de Janeiro, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê: **Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Departamento do Patrimônio Imaterial. **Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois: Princípios, Ações e Resultados da Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial do Brasil – 2003-2010**. 2. ed. Brasília, dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Resultado final do prêmio Viva Meu Mestre (25/08/2011)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16165&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em: 16 Jun. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO E ESTATÍSTICA (IBOPE). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortalIBOPE&pub=T&comp=Grupo+IBOPE&db=caldb&docid=8D60A353BFE2430783256E60006C4316>. Acesso em: 15 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Encontros Pró Capoeira – Nordeste. **Contribuições do GT Capoeira, Esporte e lazer**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1566>>. Acesso em: 3 maio 2012.

ITAÚ: o banco feito para você. Disponível em: <[http://www.itau.com.br/bem\\_vindo/index.htm](http://www.itau.com.br/bem_vindo/index.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

KARASCH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLUG, J. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, K; SALLES, R. **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (v. III –1870-1889).

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LAZAGNA, A. ZARPELON, S. Da Social-Democracia ao Social Liberalismo: os programas do PT de 1989 a 2006. **Revista online do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo**, Ano IV, n. 19, jan-mar. 2007.

LEAL, L. A. P. Capoeira, boi-bumbá e política no Pará republicano (1889-1906). **Afro-Asia**, Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 32, p. 241-269, 2005.

LOPES, A; MOTA, C. G. **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Senac, 2008.

MANIFESTO de apoio a Lula (29/07/2002). Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=10235&cat=Artigos&vinda=S>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. I.

\_\_\_\_\_. Legislação fabril. Cláusulas sanitárias e educacionais e sua generalização na Inglaterra. In: \_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Cultural, 1984. v. I, tomo II.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Marins Fontes, 1998.

MATTOS, H. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, L. F. de. (Org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v., p. 337-384.

MELO, V. **Esporte, futurismo e modernidade**. História, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 201-225, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). **Edital de Divulgação nº 02, DE 29 de março de 2005**. Ponto de Cultura de Capoeira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005**. Dá nova redação aos artigos 3º, 4º e 5º da Portaria nº 156, de 6 de julho de 2004. Diário Oficial da União. 23 de maio de 2005; Seção 1:14.

\_\_\_\_\_. **Capoeira Viva: Edital 2007**. Documento em disponível em *software PowerPoint*.

\_\_\_\_\_. **Capoeira dá volta por cima.** Correio da Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/14/capoeira-da-a-volta-por-cima/>>. Acesso em: 22 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Cultura Viva: objetivos e público** (2009). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 48, de 22 de julho de 2009.** Cria Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar a implementação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Pró-Capoeira). Diário Oficial da União. 28 de julho de 2009; Seção 2:6.

\_\_\_\_\_. **Cadastro Nacional da Capoeira** (2010). Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/01/27/cadastro-nacional-da-capoeira/>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

NAHUM, G. NAHUM, S. **Projeto Capoeira Viva.** Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2006/08/13/projeto-capoeira-viva-2/>>. Acesso em: 7 maio 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Graflin, ano 2, n. 3, 2001.

OLIVEIRA, I. M. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, I. et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Manifesto.** 10 de fevereiro de 1980.

\_\_\_\_\_. **Modo petista.** Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/node/80>. Acesso em 16 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. **O socialismo petista.** Resolução aprovada no 7º Encontro Nacional, ocorrido entre 31 de maio e 3 junho de 1990, no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, e reafirmado no 2º Congresso, realizado em Belo Horizonte, entre 24 e 28 de novembro de 1999.

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO: Programa. Disponível em: <http://www.prb.org.br/>. Acesso em 20 de junho de 2012.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PELEGRINI, S. C. A. **A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade.** História, Unesp, v. 27, p. 145-173, 2008. (Impresso).

PELEGRINI, S. C. A; FUNARI, Pedro Paulo. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PEREIRA, C. P; SIQUEIRA, M. C. A. **As contradições da política de assistência social neoliberal**. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). *Capitalismo em crise: política, social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010. v. 1, p. 211-229.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas** – subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, I. et al. **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

\_\_\_\_\_. **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Política Social no Segundo Pós-Guerra: assensão e declínio**. Serviço Social & Saúde (UNICAMP), 2011.

\_\_\_\_\_. **Porque também sou contra a focalização das políticas sociais**. Disponível em: <[http://nrserver34.net/~unbonlin/neppos/publicacoes/contra\\_focal.pdf](http://nrserver34.net/~unbonlin/neppos/publicacoes/contra_focal.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

PETROBRAS. Gráficos do Programa Petrobras Cultural. [s.d.]

PIRES, A. L. C. S. **Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

POCHMANN, M. Políticas sociais e padrão de mudança no Brasil durante o governo Lula. **Ser Social: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 13, n. 28, jan.-jun. de 2011, p. 12-40.

REGO, W. **Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Ed. Itapuã, 1968.

REIS, J. J; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

REIS, L.V. S. **Mestre Bimba e Mestre Pastinha: A Capoeira em dois estilos**. In: SILVA, V. G. (Org.). *Artes do Corpo*. São Paulo: Selo Negro 2004.

RUBIM, A. A. C. **Cultura e política na eleição de 2002: as estratégias de Lula presidente**. En: XII Encontro da Compós, 2003, Recife.

\_\_\_\_\_. políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: MARCHIORI, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUGENDAS, J. M. **Viagem pitoresca ao Brasil**. São Paulo: Círculo do Livro, [S.d.].

SALDANHA, P. **Mestre Bimba- A Capoeira Iluminada**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2007/08/08/mestre-bimba-a-capoeira-iluminada/>>. Acesso em: 13 maio 2012.

\_\_\_\_\_. **Agenda na Bahia**: ministro estará em Salvador na segunda-feira (25) para eventos do Dia Internacional da África. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/05/21/agenda-na-bahia-2/>>. Acesso em: 16 maio 2012.

SALVADOR, E. **Desdobramentos da crise do Capital e ajustes econômicos e sociais no Brasil**. Instituto de Estudos Socioeconômicos. Brasília, 2010. (Nota técnica nº 163)

SANT'ANNA, M. **Pró- Capoeira**: Nota do Iphan sobre adiamento do encontro. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/09/28/pro-capoeira-4/>>. Acesso em: 15 maio 2012.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SETÚBAL, Roberto (Itaú): **Ao final de 8 anos de seu mandato, o País se reencontrou**. 2010. **Ao final de 8 anos de seu mandato, o País se reencontrou**. Acesso em: 2 jun. 2012. Proveniente da World Wide Web: <<http://www.youtube.com/watch?v=dwLok48ZPnk>>.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SOARES, C. E. L. **“A Negregada instituição”**: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

\_\_\_\_\_. **Capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 - 1850)**. 2. ed. Campinas: Ed. UniCamp, 2004.

THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE: Estimates. Disponível em: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates>. Acesso em: 30 de dezembro de 2011.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURIBA, L. **Capoeira na ONU**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2004/08/19/capoeira-na-onu-por-luis-turiba/>>. Acesso em 2 maio 2012.

VASSALO, S. P. Capoeira e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, p. 106-124.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Org.). **O Brasil republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 351-387.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio. *Revista Habitus*. Goiânia, v.4, n.1, p.437-454, jan./jun. 2006.

VIEIRA, L. R; ASSUNÇÃO, M. Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da capoeira. **Estudos Afro-asiáticos**, n. 34, set. 1999.

\_\_\_\_\_; ASSUNÇÃO, M. Os desafios contemporâneos da capoeira. In: ZETÓLA, B. M; SEIXAS, A. M. **Textos do Brasil, n. 14**: Capoeira. Brasil: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

\_\_\_\_\_; BONFIM, J. B. B. **Agenda legislativa para a Cultura**. In: Meneguim, F. B.(Org.). Agenda Legislativa para o desenvolvimento nacional. Brasília: Senado Federal, 2010.

VILLA, M. A. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Leya Brasil, 2011.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Questionário aplicado aos gestores

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Política Social

Prezado(a),

Este questionário faz parte da pesquisa “Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira” e tem como finalidade coletar informações que contribuam para uma melhor compreensão do último período em que a capoeira se tornou objeto do Estado na formulação de políticas. Solicita-se a possibilidade do envio do arquivo em formato PDF.

Fábio de Assis Gaspar

Questionário - gestores

- 1 Qual a avaliação sobre as mudanças realizadas na política cultural a partir de 2003 com o início do governo Lula?
- 2 Como a capoeira se insere neste processo e quais foram os motivos determinantes para a inclusão na agenda das políticas do Ministério?
- 3 A capoeira seria uma das manifestações culturais com maior atenção durante as gestões dos Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira?
- 4 Qual avaliação sobre o Programa Nacional e Mundial da Capoeira? O que pode ser realizado e quais possíveis limitações?
- 5 Quais setores do Ministério foram envolvidos para a realização das políticas? Ocorreram discussões interministeriais?
- 6 Como se organizou o orçamento para a execução das políticas?
- 7 Como avalia a participação sociedade civil durante todo este período?
- 8 O registro da capoeira como patrimônio imaterial estava previsto desde as primeiras ações referentes à capoeira?
- 9 Qual motivo para não ocorrerem mais editais do programa “Capoeira Viva”?
- 10 Com a criação do Conselho Nacional de Política Cultural em 2007 não foi aviltada a possibilidade de um colegiado setorial para a capoeira? Por quê?
- 11 Como avalia os ganhos para a comunidade capoeirana com as ações do Ministério no que tange a garantia de direitos sociais, entendendo os direitos culturais como um de seus componentes?

## Anexo 2 – Questionário aplicado aos participantes

Universidade de Brasília  
 Instituto de Ciências Humanas  
 Departamento de Serviço Social  
 Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB

Prezado(a),

Este questionário faz parte da pesquisa “Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira” e tem como finalidade coletar informações que contribuam para uma melhor compreensão do último período em que a capoeira se tornou objeto do Estado na formulação de políticas. Solicita-se a possibilidade do envio do arquivo em formato PDF.

Fábio de Assis Gaspar

### Questionário – participantes

1 A fim de compreender sua inserção nesta prática social, faça um pequeno relato de sua história na capoeira.

2 Como avalia a iniciativa do agendamento público da capoeira durante o governo Lula pelo Ministério da Cultura? Como entende as motivações para a inclusão da capoeira como pauta do MinC?

3 Participou ou conheceu capoeiristas que participaram de alguma iniciativa do Ministério referente à capoeira (homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello na sede europeia da ONU – 2004, Programa Ponto de Cultura de Capoeira – 2005, Capoeira Viva – 2006, Capoeira Viva – 2007, Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial – 2008, Encontro de Mestres no 21º aniversário da Fundação Cultural Palmares, Encontros Pró-capoeira – 2009, Prêmio Viva Meu Mestre – 2010)?

4 Poderia fazer o relato e/ou uma avaliação sobre alguma(s) destas ações (independentemente da participação)? (Pontos positivos e/ou negativos)

5 Como avalia a atuação dos capoeiristas enquanto sociedade civil organizada neste processo? Quais avanços, dificuldades e disputas na organização dos capoeiristas perante o Estado?

6 A capoeira teve ações pensadas desde o início da gestão do ministro Gilberto Gil, sendo o registro como patrimônio cultural imaterial no ano de 2008 uma das ações mais significativas. Após esse feito, qual avaliação do impacto desta ação com relação ao reconhecimento da capoeira perante a sociedade, condições de trabalho, organização dos capoeiristas?

7 Como avalia a comunicação do Ministério com a comunidade da capoeira?

8 Quais seus anseios quanto à realização de políticas públicas para a capoeira? Que demandas apontariam como primordiais? No período que envolve as duas gestões do Ministério, foram contempladas algumas de suas expectativas?

9 Avalia que ocorreram ganhos para a comunidade capoeirana com as ações do Ministério no que tange à garantia de direitos sociais, entendendo os direitos culturais como um de seus componentes?



### **Anexo 3 – Questionário aplicado à sociedade civil**

Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Serviço Social  
Programa de Pós-Graduação em Política Social – UnB

Prezado(a),

Este questionário faz parte da pesquisa “Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira” e tem como finalidade coletar informações que contribuam para uma melhor compreensão do último período em que a capoeira se tornou objeto do Estado na formulação de políticas. Solicita-se a possibilidade do envio do arquivo em formato PDF.

Fábio de Assis Gaspar

#### Questionário – sociedade civil

1 A fim de compreender a inserção da entidade na capoeira, solicita-se um pequeno histórico da instituição.

2 Como a entidade avalia a iniciativa do agendamento público da capoeira durante o governo Lula pelo Ministério da Cultura? Como entende as motivações para a inclusão da capoeira como pauta do MinC?

3 A entidade participou ou teve algum de seus membros participando de alguma iniciativa do Ministério referente à capoeira (homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello na sede europeia da ONU – 2004, Programa Ponto de Cultura de Capoeira – 2005, Capoeira Viva – 2006, Capoeira Viva – 2007, Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial – 2008, Encontro de Mestres no 21º aniversário da Fundação Cultural Palmares – 2009, Encontros Pró-capoeira – 2009, Prêmio Viva Meu Mestre – 2010)?

4 A entidade poderia fazer o relato e/ou uma avaliação sobre alguma(s) destas ações (independentemente da participação)? (Pontos positivos e/ou negativos)

5 Como avalia a atuação dos capoeiras enquanto sociedade civil organizada neste processo? Quais avanços, dificuldades e disputas na organização dos capoeiristas perante o Estado?

6 A capoeira teve ações pensadas desde do início da gestão do Ministro Gilberto Gil sendo o registro como patrimônio cultural imaterial no ano de 2008 uma das ações mais significativas. Após este feito, qual avaliação do impacto desta ação com relação ao reconhecimento da capoeira perante a sociedade, condições de trabalho, organização dos capoeiras?

7 Como avalia a comunicação do Ministério com a comunidade da capoeira? A entidade estava atenta às ações do Ministério?

8 Quais são os anseios da entidade quanto à realização de políticas públicas para a capoeira? Que demandas apontariam como primordiais? No período que envolve as duas gestões do Ministério, foram contempladas algumas das expectativas da entidade?

9 A entidade avalia que ocorreram ganhos para a comunidade capoeirana com as ações do Ministério no que tange a garantia de direitos sociais, entendendo os direitos culturais como um de seus componentes?

## Anexo 4 – Termo de consentimento livre e esclarecido – gestores

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira*”, de responsabilidade de Fábio de Assis Gaspar, aluno de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar as ações do Ministério da Cultura voltadas para capoeira durante o governo Lula (2003-2010). Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários e lhe asseguro que o seu nome não será identificado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a) (os *gestores* fazem parte de uma das categorias de sujeitos da pesquisa e serão identificados com uma letra e um número: G1 para um gestor, G2 para outro e assim sucessivamente). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *questionário*. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa revelar as possibilidades de garantia de direitos sociais através das políticas do Ministério da Cultura voltadas para a capoeira.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato através do e-mail *fabio.assis.gaspar@gmail.com*. Garanto que os resultados do estudo estarão disponíveis aos participantes por meio de publicação posterior na comunidade científica (o trabalho quando concluído ficará disponibilizado pela *internet* através da página de consulta ao catálogo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília).

Como este documento será enviado via correio eletrônico, peço encarecidamente o reenvio deste documento em formato PDF com a alteração da inclusão do nome do participante, além do consentimento na resposta a mensagem do e-mail, que será anexado a este documento. Por último peço que uma cópia deste termo seja feita e fique contigo.

---

Nome do(a) participante

Brasília, 30 de abril de 2012  
Fábio de Assis Gaspar

## Anexo 5 – Termo de consentimento livre e esclarecido – participantes

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira*”, de responsabilidade de Fábio de Assis Gaspar, aluno de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar as ações do Ministério da Cultura voltadas para capoeira durante o governo Lula (2003-2010). Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários e lhe asseguro que o seu nome não será identificado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a) (os *participantes* fazem parte de uma das categorias de sujeitos da pesquisa e serão identificados com uma letra e um número: P1 para um participante, P2 para outro e assim sucessivamente). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *questionário*. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa revelar as possibilidades de garantia de direitos sociais através das políticas do Ministério da Cultura voltadas para a capoeira.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato através do e-mail *fabio.assis.gaspar@gmail.com*. Garanto que os resultados do estudo estarão disponíveis aos participantes por meio de publicação posterior na comunidade científica (o trabalho quando concluído ficará disponibilizado pela *internet* através da página de consulta ao catálogo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília).

Como este documento será enviado via correio eletrônico, peço encarecidamente o reenvio deste documento em formato PDF com a alteração da inclusão do nome do participante, além do consentimento na resposta a mensagem do e-mail, que será anexado a este documento. Por último peço que uma cópia deste termo seja feita e fique contigo.

---

Nome do(a) participante

Brasília, 30 de abril de 2012  
Fábio de Assis Gaspar

## Anexo 6 – Termo de consentimento livre e esclarecido – entidades

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Na roda dos direitos: o agendamento público da capoeira*”, de responsabilidade de Fábio de Assis Gaspar, aluno de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar as ações do Ministério da Cultura voltadas para capoeira durante o governo Lula (2003-2010). Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários e lhe asseguro que o/a seu/sua nome/entidade não será(ão) identificado(s) ao seu depoimento, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a) (as *entidades* fazem parte de uma das categorias de sujeitos da pesquisa e terão seus nomes informados, mas os dados coletados serão identificados com uma letra e um número: E1 para uma entidade, E2 para outra e assim sucessivamente). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *questionário*. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa revelar as possibilidades de garantia de direitos sociais através das políticas do Ministério da Cultura voltadas para a capoeira.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode entrar em contato através do e-mail *fabio.assis.gaspar@gmail.com*. Garanto que os resultados do estudo estarão disponíveis aos participantes por meio de publicação posterior na comunidade científica (o trabalho quando concluído ficará disponibilizado pela *internet* através da página de consulta ao catálogo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília).

Como este documento será enviado via correio eletrônico, peço encarecidamente o reenvio deste documento em formato PDF com a alteração da inclusão do nome do participante e da entidade, além do consentimento com a participação na resposta a mensagem do e-mail, que será anexado a este documento. Por último peço que uma cópia deste termo seja feita e fique com entidade.

---

Nome do(a) participante e da entidade

Brasília, 30 de abril de 2012

Fábio de Assis Gaspar